



**Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

ROSÂNGELA MARIA CASTRO GUIMARÃES

**“TEMPLO DO BEM”: O GRUPO ESCOLAR DE UBERABA,
NA ESCOLARIZAÇÃO REPUBLICANA (1908 – 1918)**

(MESTRADO)

UBERLÂNDIA – MG

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



**Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação**

ROSÂNGELA MARIA CASTRO GUIMARÃES

**“TEMPLO DO BEM”: O GRUPO ESCOLAR DE UBERABA,
NA ESCOLARIZAÇÃO REPUBLICANA (1908 – 1918)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Professor Dr. Décio Gatti Júnior.

UBERLÂNDIA – MG

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G963t Guimarães, Rosângela Maria Castro, 1955-
“Templo do Bem” : o Grupo Escolar de Uberaba, na escolarização re-
publicana (1908 – 1918) / Rosângela Maria Castro Guimarães. - 2007.
215 f. : il.

Orientador: Décio Gatti Júnior.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Progra-
ma de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação (História) - Teses. 2. Grupo Escolar de Uberaba - História
- Teses. I. Gatti Júnior, Décio. II. Universidade Federal de Uberlândia. Pro-
grama de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37(091)



Universidade Federal de Uberlândia
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

Rosângela Maria Castro Guimarães

“Templo do bem”: o Grupo Escolar de Uberaba, na escolarização republicana (1908 – 1918)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Professor Dr. Décio Gatti Júnior.

Banca Examinadora:

Professora Dra. Denice Bárbara Catani – Universidade de São Paulo (USP)

Professora Dra. Betânia de O. L. Ribeiro – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Professor Dr. Décio Gatti Júnior – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Uberlândia, 27 de agosto de 2007.

*Ao meu esposo Marcelo Guimarães,
companheiro e colaborador de todos os
momentos e aos meus filhos Daniel
Henrique e Angélica Beatriz, dois motivos
para eu querer sempre aprender e fazer
mais.*

AGRADECIMENTOS

Para que o projeto apresentado, em 2005, ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Uberlândia, pudesse ser concretizado no presente trabalho, pessoas e entidades colaboraram de formas diversas.

- O casal Marta e Arnaldo Rosa Prata e os advogados Lawrence M. Borges e Túlio M. da Silva possibilitaram-me consultar os acervos jornalísticos, respectivamente, da *Gazeta de Uberaba* e do jornal *Lavoura e Comércio*;
- O Sr. Dídimo Garibaldi Anconi e as senhoras Hermínia Batista Mendes (D. Fiúca) e Magda de Novaes Magalhães Borges concederam-me simpáticas e esclarecedoras entrevistas;
- As senhoras Marilda A. T. de Carvalho e Maria Vicentina Soares, respectivamente, diretora e professora (responsável pelo arquivo) da Escola Estadual Brasil, antigo Grupo Escolar de Uberaba, objeto central desse estudo, receberam-me por várias vezes abrindo esse espaço à minha curiosidade, que me movia a investigar desde os documentos escritos, os objetos preservados e as fotos, até a centenária estrutura da edificação;
- A Irmã Maria Helena B.S. da Veiga Pessoa, diretora do Colégio Nossa Senhora das Dores e a professora Sheila Ottaiano A. Rodrigues, supervisora da Escola Estadual Corina de Oliveira, a primeira permitiu-me consultar os antigos livros de matrículas do colégio que dirige; a segunda cedeu-me cópias de documentos pessoais de Dona Corina de Oliveira (ex-professora e ex-diretora do Grupo Escolar de Uberaba);
- No Arquivo Público Mineiro encontrei documentos vitais do Grupo pesquisado, sem os quais este trabalho talvez nem fosse possível. No Arquivo Público de Uberaba, busquei materiais para fundamentar a história do município. Ambas as entidades, através de seus funcionários, atenderam-me com presteza, disponibilizando o que lhes era solicitado;
- A professora e historiadora Maria Antonieta Borges Lopes, os advogados e historiadores Dr. Guido Bilharinho e Dr. Paulo Medina Coeli, o engenheiro e mestrando em educação Plauto Riccioppo e o professor e historiador Pedro Coutinho colaboraram, alguns, com opiniões abalizadas e leituras, outros, cedendo ou indicando documentos;
- O professor Décio Gatti Júnior, meu orientador, que acompanhou este trabalho do projeto à concretização, dando-me força para avançar novas etapas, sugerindo rumos e possibilidades;
- A professora Raquel Beatriz J. Guimarães, Mestre e doutoranda em Literatura Brasileira, fazendo de forma tão generosa a revisão textual.

A todos, meus eternos agradecimentos.

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa no campo da História das Instituições Escolares. O objeto da investigação é uma escola primária pública mineira, o Grupo Escolar de Uberaba, primeira instituição desse gênero na cidade. A hermenêutica da pesquisa comporta questionamento sobre a identidade histórica do Grupo Escolar de Uberaba no período de 1908 a 1918, com a hipótese de que a instituição escolar criada segundo os ideais republicanos da Primeira República (positivismo, nacionalismo, liberalismo, laicismo) foi significativa, para grande parte da população uberabense e foi utilizada como veículo propagador desses ideais que levavam à busca da modernização e de valores como ordem, progresso, civilidade, civismo, racionalização, hierarquização, higienização. Foi também o lugar da manifestação de contradições dessa época, algumas promovidas pelo próprio momento republicano, outras pelas especificidades da sociedade local. A investigação foi desenvolvida a partir das seguintes categorias de análise: a motivação para criação e instalação do Grupo, dimensão espacial (forma e localização do prédio escolar), o perfil discente e docente e o cotidiano escolar. A heurística contou com documentos oriundos do Arquivo Público Mineiro e da imprensa local. Os dados obtidos foram interpretados a partir das categorias de análise explicitadas, com a consideração, em especial, das relações reflexivas entre o particular - o Grupo, a cidade de Uberaba - e o geral, o contexto histórico-escolar e social mais amplo. Os resultados obtidos possibilitaram construir uma memória histórica significativa respaldando a questão central e confirmando a hipótese levantada. Essa escola construiu-se historicamente como uma instituição tradicional de ensino em Uberaba, sendo-o ainda atualmente. Pela longevidade de sua existência, passando por diversos momentos da trajetória da educação brasileira, torna-se interessante que sobre ela sejam realizadas outras pesquisas, contemplando outras fases históricas nacionais. Há muito ainda a ser reconstruído historicamente, além dos dez anos iniciais enfocados no presente trabalho.

Palavras-chave: Grupo Escolar, Primeira República, Escolarização republicana.

ABSTRACT

The aim of this research is a public primary school from Minas Gerais, named Grupo Escolar de Uberaba, the first institution of this kind in the city. It refers to a research in the field of the School Institutions History. The research hermeneutics admits some questioning about the historical identity of Grupo Escolar de Uberaba from 1908 to 1918, with the hypothesis that the school institution founded according to the republican ideals of the First Republic (positivism, nationalism, liberalism, laicity) was significant to a great part of the population from Uberaba as a form of propagation of these ideals which were in search of modernization and values such as order, progress, civility, public spirit, rationalization, hierarchy, hygienics. It was also the place of contradictory demonstrations of this period, some of them promoted by the republican moment itself and the others by the specific characteristics of the local society. The research was carried out from the following analysis categories: the motivation to found and install the Primary School, the spatial dimension (the shape and location of the school building), the students and teachers' profile, as well as the school daily routine. The heuristics counted on the documents from the Minas Gerais Public Archive and the local press. The data obtained were interpreted from the revealed analysis categories with the special consideration of the reflexive relations between the private – the Primary School, the city of Uberaba – and, in general, the wider school historical context. The results obtained made the construction of a significant historical memory possible supporting the central subject and confirming the raised hypothesis. This school had historically constructed itself as a traditional teaching institution in Uberaba, still in activity. Due to the longevity of its existence through different moments of the Brazilian education, it would be interesting that other researches could be accomplished, regarding the other national historical moments. There is still a lot to be historically reconstructed besides the highlighted ten first years shown in this work.

Keywords: Primary School, First Republic, Republican Schooling.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Reconstituição aproximada da Estrada do Anhanguera: trecho que corta Triângulo Mineiro.....	61
Figura 02	Desenho geométrico espacial para ilustrar a intersecção das redes comerciais do noroeste e do oeste mineiro nos anos de 1840.....	63
Figura 03	Prédio do Grupo Escolar de Uberaba (construção de cor clara, à esquerda). Ao fundo, a Igreja de São Domingos, ainda sem as torres.....	80
Figura 04	Grupo Escolar de Uberaba no dia da inauguração: 03/10/1909.....	97
Figura 05	Detalhe da fachada do prédio do Grupo Escolar de Uberaba, revelando o ano da inauguração.....	102
Figura 06	Localização do Grupo Escolar de Uberaba (hoje Escola Estadual Brasil) em mapa que mostra o traçado inicial (hoje o centro) da cidade.....	105
Figura 07	Fachada do Grupo Escolar de Uberaba, em foto de 1950.....	107
Figura 08	Planta-tipo da fachada de um grupo escolar com oito salas elaborada na Secretaria de Viação e Obras Públicas de MG.....	108
Figura 09	Planta baixa, elaborada na Secretaria de Viação e Obras Públicas de MG para um grupo escolar com oito salas.....	109
Figura 10	Vista do pátio interno do Grupo Escolar de Uberaba (1914).....	110
Figura 11	Foto atual do prédio da Escola Estadual Brasil.....	112
Figura 12	Prédio do Grupo Escolar de Uberaba (à esquerda). Ao centro (2º plano) a Igreja São Domingos (década de 30).....	122
Figura 13	Anúncio sobre a Escola do professor João Augusto Chaves.....	150
Figura 14	Foto de retrato pintado a mão por Arnold Magalhães.....	151
Figura 15	Folha de Pagamento do pessoal do Grupo Escolar de Uberaba, referente ao mês de abril de 1911.....	154
Figura 16	Folha de Pagamento do pessoal do Grupo Escolar de Uberaba, referente ao mês de maio de 1911.....	155
Figura 17	Corpo Docente do Grupo Escolar de Uberaba em 1915.....	163
Figura 18	Quadro de horário semanal, com discriminação das atividades e conteúdos a serem desenvolvidos diariamente nas turmas de terceiro ano primário.....	173
Figura 19	Atividade cotidiana: as crianças em formação na varanda do GEU, antes da entrada para as salas de aula.....	175
Figura 20	Foto do piano do GEU, preservado até os dias atuais na Escola Estadual Brasil.....	177
Figura 21	Aspecto do interior da sala de aula onde funcionou, a partir 1913, a oficina do Curso Técnico.....	185
Figura 22	Aula de dobradura em papel para a turma do terceiro ano feminino (1916)	186
Figura 23	Aspecto parcial da exposição anual (1916) mostrando a produção de móveis, malas e objetos.....	187
Figura 24	O professor Arnold Magalhães (à esquerda) e as alunas do curso de pintura.....	188
Figura 25	Conjunto dos operários (no dizer do mestre) no interior da oficina	189
Figura 26	O professor Arnold Magalhães e os alunos do 4º ano primário.....	189
Figura 27	Aspecto parcial da exposição anual (1916) mostrando trabalhos de cartonagem, quadros e esculturas.....	190
Figura 28	Alunos do GEU nas comemorações do Sete de setembro de 1918, no centro da cidade.....	194
Figura 29	A praça pública e o GEU, em foto panorâmica – início da década de 30.....	206

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Síntese quantitativa sobre teses e dissertações concluídas e em andamento, artigos, trabalhos completos e publicações diversas.....	3
Quadro 02	Municipalidades mineiras classificadas por renda: 1889, 1910 e 1923.....	66
Quadro 03	Escolas fundadas em Uberaba na segunda metade do século XIX, por iniciativa de pessoas ligadas à sociedade civil.....	72
Quadro 04	Escolas fundadas no século XIX, em Uberaba, por iniciativa da Igreja Católica.....	73
Quadro 05	Estabelecimentos de Instrução de Uberaba: Anos de 1907/1908.....	77
Quadro 06	População e analfabetismo em 1908 na área urbana do município de Uberaba.....	77
Quadro 07	Estatísticas sobre a instrução em Uberaba (1908/1909).....	125
Quadro 08	Movimento (matrículas, freqüência e eliminação) dos alunos do Grupo Escolar de Uberaba – 1910 a 1918.....	126
Quadro 09	Quantidade de alunos por sala, no ano de 1915.....	127
Quadro 10	Quantidade de alunos por sala, no ano de 1917.....	128
Quadro 11	Matrículas e freqüência nos grupos urbanos do Estado de Minas Gerais (1912).....	129
Quadro 12	Estatística Escolar em Minas Gerais (1915).....	129
Quadro 13	Dados diversos relativos aos exames finais realizados no Grupo Escolar de Uberaba, do ano de 1913 a 1916.....	131
Quadro 14	Números de alunos concluintes do curso primário no GEU (1911 a 1917)	133
Quadro 15	Número de alunos atendidos e valores gastos, pela “Caixa escolar João Pinheiro.” Período: 1913 a 1918.....	138
Quadro 16	Primeiro corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba - Ano de 1909.....	148
Quadro 17	Exemplo de Professores do GEU, que acompanharam turmas do primeiro ao quarto ano e respectivas turmas que foram acompanhadas.....	157
Quadro 18	Perfil qualitativo dos professores do GEU, elaborado a partir do conteúdo de relatórios de inspeção.....	161

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

APM - Arquivo Público Mineiro.

APU - Arquivo Público de Uberaba.

CMU - Câmara Municipal de Uberaba.

FCU - Fundação Cultural de Uberaba.

GEU - Grupo Escolar de Uberaba.

ITR - Inspetor Técnico Regional.

SI - Secretaria dos Negócios do Interior.

SVOP (MG) - Secretaria de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais.

UFU – Universidade Federal de Uberlândia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO, SOCIAL, IDEOLÓGICO E EDUCACIONAL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA	21
1.1 Os significados da Proclamação da República e da primeira fase republicana....	22
1.2 Um panorama político, a atuação das oligarquias agrárias e o sentido do liberalismo.....	25
1.3 Economia e sociedade na primeira república: a presença de um novo quadro socioeconômico e ideológico.....	28
1.3.1 Aspectos da economia, o desenvolvimento da burguesia e a defesa do nacionalismo.....	28
1.3.2 Influências da imigração e da urbanização, a formação da classe média e sua adesão parcial às idéias positivistas.....	33
1.4 A educação na primeira constituição republicana brasileira.....	38
1.4.1 A educação na primeira constituição republicana do Estado de Minas Gerais.....	42
1.5 Reformas educacionais em Minas: desde o fim do Império até a reforma empreendida por João Pinheiro em 1906.....	44
1.6 Considerações parciais.....	56
2 A EDUCAÇÃO EM UBERABA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ESCOLARIZAÇÃO	59
2.1 Contexto histórico de Uberaba: origens, desenvolvimento e quadro geral até os primeiros anos do século XX.....	59
2.2 A Educação em Uberaba no fim do século XIX e início do século XX: atuação da sociedade civil, da Igreja e do Estado.....	70
2.3 Discussões que antecederam a inauguração do Grupo Escolar de Uberaba: obstáculos e motivações para a construção, criação e instalação.....	80
2.4 Considerações parciais.....	98
3 NO GRUPO ESCOLAR DE UBERABA: O ESPAÇO FÍSICO, OS ALUNOS E OS PROFESSORES (1908 a 1918)	103
3.1 Entre a monumentalidade e a precariedade: a localização e o espaço físico do Grupo Escolar de Uberaba.....	104
3.2 O perfil da clientela do Grupo Escolar de Uberaba e a identidade histórica da instituição.....	123
3.2.1 Os dois primeiros meses de funcionamento do Grupo no ano de 1909.....	124
3.2.2 O movimento dos alunos do Grupo Escolar de Uberaba entre os anos de 1910 a 1918.....	126
3.2.3 Origens geográficas e socioeconômicas dos alunos do Grupo Escolar de Uberaba.....	134

3.2.4	Notícias sobre os primeiros egressos do Grupo Escolar de Uberaba.....	140
3.3	Docentes pioneiros de uma escola pioneira: o perfil dos mestres do Grupo Escolar de Uberaba.....	145
3.3.1	A formação do corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba e algumas características pessoais desses professores.....	145
3.3.2	Os salários dos profissionais da educação nos grupos escolares no início do século XX.....	153
3.3.3	A feminização do magistério.....	155
3.3.4	A atuação didático-pedagógica dos professores do Grupo Escolar de Uberaba.....	157
3.4	Considerações parciais.....	165
4	O COTIDIANO ESCOLAR: SABERES E FAZERES NO GRUPO ESCOLAR DE UBERABA	170
4.1	As práticas cotidianas escolares visualizadas em suas dimensões internas: a promoção da educação intelectual, moral e física.....	172
4.2	A educação das mãos através do ensino técnico profissional masculino e dos trabalhos manuais femininos.....	180
4.3	Práticas externas e representações: na interação escola-comunidade, o exercício da educação do espírito e do coração.....	192
4.4	A centralidade do cargo de diretor e a delimitação do recorte temporal.....	202
4.5	Considerações parciais.....	204
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
	MATERIAIS HISTÓRICOS.....	216
	ANEXOS.....	225
A)	Lei Mineira nº. 439, de 29/09/1906 (Lei da Reforma João Pinheiro).....	226
B)	Relatório de Inspeção Técnica (Ernesto C. Santiago), 20/10/1910.....	228
C)	Lei Municipal, nº. 202 de 02 de abril de 1907.....	230
D)	Lei Municipal nº. 222, de 12 de maio de 1908.....	231
E)	Considerações gerais e orçamentos, sobre a construção dos grupos escolares, por José Dantas, encarregado dos prédios escolares, 1908.....	232
F)	Listagens de nomes de alunos do GEU (1909/1917).....	233
G)	Entrevista 01, com D. Fiúca - Hermínia B. Mendes (transcrição).....	237
H)	Entrevista 02, com D. Magda N. M. Borges (transcrição).....	243
I)	Depoimento fornecido, por escrito, por Dídimo G. Anconi.....	247

J) Mapeamento da composição anual do corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba e respectivas classes – 1909 a 1918.....	248
K) Traços biográficos de alguns professores do GEU.....	252
L) Cópia do Título eleitoral de D. Corina de Oliveira.....	253
M) Recorte registrando a nota de falecimento de Francisco de Mello Franco.....	254
N) Recomendações do diretor, Francisco de Mello Franco ao professor do Ensino Técnico, Arnold Magalhães, sobre a condução das aulas técnicas.....	254
O) Regulamento interno do GEU, para as aulas do Ensino Técnico, elaborado em 1913.....	255
P) Programa da festa de Sete de Setembro de 1915.....	255
Q) Fotos atuais do prédio da Escola Estadual Brasil.....	256
R) Mapas do núcleo inicial da cidade de Uberaba.....	257

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se insere na área de História da Educação, subárea de História das Instituições Escolares. Trata-se de um trabalho de investigação científica que tem como objeto a história do Grupo Escolar de Uberaba – primeiro estabelecimento para o ensino primário público estadual desta cidade, criado, construído e instalado de acordo com esse modelo de instituição educativa, que começou a ser implantado no Brasil, nos fins do século XIX, logo depois de iniciado o regime republicano de governo. Esse Grupo, criado em 29 de Julho de 1909, foi, por vários anos, o único da cidade e vem funcionando desde sua implantação de forma ininterrupta até os dias atuais. Ao final da década de vinte, passou a ser denominado Grupo Escolar Brasil, em função do seguinte fato noticiado na imprensa local:

O Presidente do Estado de Minas Gerais, de acordo com o regulamento de ensino primário em vigor, e considerando os índices estatísticos da população escolar de Uberaba, resolve criar nesta cidade um segundo grupo escolar, com a denominação de ‘Grupo Escolar Minas Gerais’, ficando o primeiro, já instalado, com a denominação de ‘Grupo Escolar Brasil’. Palácio da Presidência do Estado de Minas Gerais, em Uberaba, 04 de outubro de 1927. (LAVOURA E COMMERCIO, n.º. 4.014, de 06/10/1927, p. 2)

O Presidente do Estado na ocasião era Antônio Carlos R. de Andrada (07/09/1926 a 07/09/1930), que se encontrava em visita à cidade. (Esse segundo Grupo, só foi instalado em 01/07/1944, dezessete anos depois dessa lei de criação)¹. Em 1974, o Grupo Escolar Brasil passou a ser chamado Escola Estadual Brasil, nome que ainda prevalece. Apesar das mudanças de nomenclatura, essa escola, quase centenária, sempre atendeu ao mesmo nível de ensino – a escolarização inicial – da alfabetização à quarta série.

O interesse pela História da Educação surgiu quando prestes a aposentar-se, por tempo de serviço no ensino fundamental, a pesquisadora decidiu ingressar em programa de pós-graduação para aperfeiçoar-se em sua formação. Por ser licenciada em História, duas opções se apresentavam: uma seria a pós-graduação em História propriamente, outra, em Educação. Desejando compreender melhor o “fenômeno educação” neste país, optou-se pela Pós-graduação em Educação, na linha de pesquisa História e

¹ O Grupo Escolar Minas Gerais funciona até os dias atuais, sob a denominação de Escola Estadual Minas Gerais e promove o ensino fundamental e médio.

Historiografia da Educação, existente na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e fortemente ligada à sua vivência pessoal e profissional².

Por outro lado, ao tomar conhecimento dos trabalhos realizados nesta área, percebeu-se que a maioria das pesquisas feitas, até então, sobre as instituições da cidade de Uberaba (onde reside e trabalha), privilegiavam a história do ensino confessional, isto é, daquelas escolas criadas e dirigidas pela iniciativa de elementos das congregações religiosas ligadas à Igreja Católica: O Colégio Nossa Senhora das Dores e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (ambas as instituições dirigidas pelas freiras dominicanas) e o Colégio Marista Diocesano³. Mais uma vez, considerando a história pessoal escolheu-se pesquisar esta escola pública estadual: o Grupo Escolar de Uberaba, para cuja escolha outros fatores também contaram.

Esse Grupo é a mais antiga instituição de ensino primário público estadual da cidade, em funcionamento desde 1909, no mesmo prédio. Sempre atendeu a um número significativo de alunos e está próxima de completar um século de existência. Por isso, acredita-se que construir sua memória histórica enfocando os seus mais remotos anos, contribuirá para diminuir a lacuna sobre a história das instituições educacionais públicas no município de Uberaba.

Este hiato pode ser confirmado pelo artigo: *Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da sementeira à colheita* (ARAÚJO e INÁCIO FILHO, 2005). Nesse artigo, os autores realizaram um balanço sobre o número de trabalhos, cujo tema contempla a pesquisa da história de instituições escolares, nas cidades das duas regiões e apresentaram os resultados que podem ser verificados no **Quadro 01**.

² Foram 26 anos de atuação na rede pública municipal de Uberaba. A maior parte desse tempo ministrando aulas de história, mas também exercendo funções administrativas como vice-direção e colaboração no Departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, em programas de formação continuada para os professores, sempre lidando com precariedades de toda ordem, com as políticas descontínuas e tantos outros problemas inerentes ao setor educacional brasileiro.

³ Sobre essas escolas foram produzidas até agora quatro trabalhos acadêmicos ligados ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de Uberlândia, categoria dissertação, os quais serão listados no decorrer do texto acima. Historiadores locais, não ligados à academia, também realizaram pesquisas e produziram, sobre cada um dos Colégios, uma obra histórica, a saber: LOPES, Maria Antonieta Borges; BICHUETTE, Mônica M. T. Vale (1986). *Dominicanas: Cem anos de missão no Brasil*. Uberaba MG: Gráfica Vitória; COUTINHO, Pedro dos Reis (2000). *História dos Irmãos Maristas em Uberaba*. Uberaba/Belo Horizonte: Arquivo Público de Uberaba/Centro de Estudos Maristas (BH). Esta última está citada no **Quadro 01**, na coluna publicações diversas.

Quadro 01 - Síntese quantitativa sobre teses e dissertações concluídas e em andamento, artigos, trabalhos completos e publicações diversas

Municípios/ região/ Minas Gerais	Teses concluí- das	Dissertações e monografias ⁴ concluídas	Arti- gos	Trabalhos completos	Teses e dissertações em andamento	Publi- cações diversas
Uberaba	-	05	-	-	02	01
Sacramento	-	-	-	01	02	-
Patrocínio	-	03	-	-	01	-
Uberlândia	-	11	-	02	02	04
Araguari	-	01*	-	-	01	-
Ituiutaba	-	03	-	-	-	01
Patos de Minas	-	02	-	-	-	-
Lagamar	-	01*	-	-	01	01
Triâng Mineiro	-	01	-	-	01	-
Belo Horizonte	-	01	-	-	-	-
Minas Gerais	01	01	-	-	-	-

Fonte: ARAÚJO e INÁCIO FILHO, 2005, p. 176

A História da educação nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, assim como em grande parte do Brasil, constitui-se em uma obra já iniciada, mas com caminhos ainda por trilhar. Com base no **Quadro 01** observa-se que, as cidades de Uberaba, Patrocínio, Uberlândia e Ituiutaba, têm três ou mais dissertações nessa área. Depreende-se dos dados apresentados que, tem se realizado maior quantidade de trabalhos sobre instituições do município de Uberlândia. Tanto em números absolutos (o que se justifica pelo porte da cidade, com numerosas escolas e também por sediar uma instituição promotora de pesquisas, a UFU - Universidade Federal de Uberlândia), quanto em valores relativos, pois dentre onze dissertações relacionadas, oito enfocam escolas públicas, estaduais ou federais, conforme descrições contidas ao longo do referido artigo.

Já no caso específico da cidade de Uberaba, o interesse dos pesquisadores tem sido, basicamente, em torno das histórias das instituições confessionais. Conforme se pode constatar no **Quadro 01**, foram concluídas cinco dissertações sobre instituições de Uberaba. Dessas, duas são estudos sobre escolas dirigidas pelas freiras dominicanas: O Colégio N. S. das Dores (MOURA, 2002) e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras

⁴ As monografias estão identificadas pelos asteriscos.

Santo Tomás de Aquino (OLIVEIRA, 2003), outras duas são sobre o Colégio Marista Diocesano (MATOS, 2003; SILVA, 2004) e a quinta sobre o Instituto dos Cegos do Brasil Central (BORGES, 2005), instituição filantrópica, sem fins lucrativos, mantida pela comunidade. Portanto, nenhum dos trabalhos enfoca uma escola pública estadual ou municipal, voltada para o ensino primário. Ituiutaba e Patrocínio, com três trabalhos cada, nenhum deles, até então, dedicados à pesquisa sobre instituições públicas.

Com o objetivo de atualizar os dados contidos no **Quadro 01**, informa-se com relação à coluna *Teses e dissertações em andamento*, que foram concluídas em 2006 (e catalogadas na biblioteca da UFU até a data do acesso)⁵ as seguintes dissertações:

- LIMA, Geraldo. G. *O Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio-MG (1912-1930): ensaios de uma organização do ensino público primário*. Dissertação de Mestrado (UFU), 30/05/06;
- RESENDE, Melina B. S. *O Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari-MG (1930-1947)*. Dissertação de Mestrado (UFU), 29/08/2006;
- SILVA, Polyana A. R. da. (2006). *Reconstruindo uma experiência em educação infantil: a história do Jardim de Infância Susana Paula Dias (Uberlândia, 1967-1972)*. Dissertação de Mestrado (UFU);
- GHANTOUS, Daniella S. R. Araújo. *Gymnasio Mineiro de Uberlândia: o processo de disciplinarização escolar (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado (UFU), 28/08/2006.

Entende-se que esses dados não invalidam as observações feitas no texto acima. Embora, em 2006, tenha sido concluído um trabalho sobre um Grupo Escolar de Patrocínio (o 4º sobre instituições escolares dessa cidade, mas o 1º sobre uma escola pública). Em contrapartida, corroborando as afirmações, a primeira dissertação sobre História de Instituição de Araguari enfoca uma escola confessional.

Em geral, excetuando Uberlândia, também em outras cidades das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, tem ocorrido o mesmo: as primeiras escolas a terem suas histórias pesquisadas, as suas memórias trazidas à luz, são as grandes escolas implantadas por iniciativa de elementos ligados à Igreja Católica. Acredita-se que isso ocorre pela antiguidade dessas instituições e pela tradição de organização dos

⁵ UFU. *Teses e dissertações*. Disponível em: <http://www.bdtf.ufu.br/tde_busca/resultado-tdes-prog.php?>. Acesso em: 12/06/2007.

documentos e objetos testemunhos da história que elas possuem. Sabe-se que essas escolas, em sua maioria, têm um acervo preservado, de acesso relativamente fácil, o que torna mais prático a realização das pesquisas. Quanto às instituições públicas, no entanto, as condições de pesquisa são muito diferentes, uma vez que o real estado de preservação e mesmo a existência de documentos nem sempre são satisfatórios ou suficientes para empreender uma investigação.

Feitas estas considerações iniciais, defende-se que a principal razão favorável à realização desta pesquisa é a necessidade de se compreender as vicissitudes relacionadas à criação e à trajetória das instituições estatais, na tentativa de contribuir para preencher um vazio histórico no que se refere às origens da estruturação do ensino público nas cidades brasileiras. Especialmente em Uberaba, onde a construção da história do ensino público estatal e primário tem sido relegada ao segundo plano pelos pesquisadores.

O Grupo Escolar de Uberaba foi criado pelo decreto nº. 2.589, de 29 de Julho de 1909. Nessa época, o Estado de Minas Gerais era governado pelo Presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes (1909-1912) e o Secretário do Interior era Estevão Leite de Magalhães Pinto. No entanto, quem autorizou a fundação e a construção desse primeiro grupo escolar em Uberaba foi o Presidente estadual anterior, João Pinheiro da Silva (1906-1908), que o fez segundo as prescrições contidas na Lei de Reforma do Ensino Primário, Normal e Superior (nº. 439, de 28/09/1906), promovida por ele próprio, tendo como Secretário do Interior, Manuel Thomaz de Carvalho Brito. A base dessa reforma era, especialmente, segundo Faria Filho e Vago (2000, p.37), a construção de espaços próprios para a educação escolar capazes de reunir e abrigar em um só prédio as escolas que estavam isoladas, provocando, então, o aparecimento das Escolas Agrupadas e dos Grupos Escolares.

Os Grupos Escolares não consistiram em uma invenção mineira. Basearam-se em instituições paulistas e estas, por sua vez, foram inspiradas nas escolas graduadas do velho e do novo mundo ocidental, principalmente nas francesas. Assim, em Minas Gerais, esse modelo de estabelecimento só se efetivou no início do século XX, apesar do debate “em torno da constituição de espaços dedicados ao ensino e da fixação de tempos de permanência na escola”, ter se iniciado na segunda metade do século XVIII (VIDAL e FARIA FILHO, 2002, p. 14). Em âmbito nacional, implantaram-se os primeiros estabelecimentos, que assumiram a forma de grupos escolares, durante a última década do século XIX. Foram os pioneiros, segundo informações de Vidal (2006,

p. 07), os grupos paulistas, regulamentados e instalados a partir de 1894, seguidos pelos do Rio de Janeiro (1897), do Maranhão e do Paraná (1903). Só em 1906, Minas Gerais os introduziu. Após essa data o processo de difusão dos grupos escolares continuou pelo país, avançando até os anos vinte, na seguinte cronologia: em 1908, emergem os grupos da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Espírito Santo e de Santa Catarina; em 1910, do Mato Grosso; 1911, de Sergipe; 1916, da Paraíba; e, em 1922, do Piauí. Em 1971, com a promulgação da Lei 5.692/71, os grupos escolares foram extintos.

Esses “novos” espaços de educação – os grupos – foram implantados nos estados brasileiros sob o patrocínio do discurso da modernidade, pois os dirigentes republicanos pretendiam que esse modelo escolar simbolizasse e marcasse um tempo, também pretensamente novo – o republicano – e idealizavam que este período traria a modernização do país e que possibilitaria a construção da identidade nacional. Enfim, acreditava-se e alardeava-se que a escolarização produziria novos brasileiros que, formados pela educação realizada nestes espaços (segundo uma organização burocrática e pedagógica diferente da até então vivenciada no ensino público), seriam os sujeitos adequados e necessários ao Brasil que se projetava construir: um país moderno, ordeiro e progressista.

Na cidade de Uberaba, antes que o Grupo Escolar fosse construído, ocorreram muitas discussões envolvendo políticos, jornalistas e cidadãos comuns em torno do tema. A participação da imprensa local legou à posteridade os registros, das opiniões a favor ou contra a criação de um grupo, das campanhas em benefício da instrução pública, bem como dos pensamentos sobre política e educação em geral, externados pelos participantes dos debates. Depois, com o Grupo em funcionamento, a imprensa se fez presente nos eventos que se realizaram naquele estabelecimento de ensino, continuando a registrá-los.

Para efetivação desse Grupo, os governos, estadual e municipal, tiveram que realizar negociações para chegar a bom termo, pois texto legal referente à criação dos grupos, estabelecia que o governo mineiro atenderia prioritariamente aos municípios que doassem terrenos, adaptassem ou construíssem o prédio (segundo os projetos elaborados na Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado) ou colaborassem com dinheiro. O Agente Executivo local concedeu o terreno, mas não tinha recursos financeiros para edificar o prédio, o que foi resolvido negociando um empréstimo junto ao próprio governo estadual. Tais negociações e o início da construção ocorreram em 1908. Daí a delimitação temporal desta pesquisa contemplar o período compreendido

entre os anos de 1908 e 1918. Esse intervalo de tempo corresponde à gestão da 1ª e 2ª diretorias (a primeira em comissão e de curta duração, a segunda efetiva) que consolidaram, no Grupo Escolar de Uberaba, o perfil característico desse tipo de instituição.

O presente trabalho tem o intuito de trazer à memória a gênese (processo que antecedeu a inauguração: 1908-1909) e o perfil delineado nos primeiros anos de funcionamento desta escola, marcados, principalmente, pela atuação do segundo diretor, Francisco de Mello Franco (1910 a 1918), respondendo a uma questão-problema central: qual a identidade histórica do Grupo Escolar de Uberaba no período de 1908 a 1918?

Esta é uma questão bastante ampla e, por isso, pode ser desdobrada em questionamentos menores tais como: de que maneira o grupo se inseriu em uma cidade que já possuía duas grandes escolas confessionais para o ensino primário e secundário? Houve problemas de concorrência entre o ensino oferecido pela iniciativa da Igreja (nas duas escolas referidas) e aquele ofertado pelo Estado (no caso, o grupo), ou se complementaram? A população quis (desejou) a construção e instalação do grupo e depois o aceitou, procurando-o para matricular os filhos? As vagas oferecidas eram suficientes? Quais eram os índices de frequência, aprovação e conclusão? Qual a formação dada aos alunos? Qual a origem e provável destino dessa clientela? Quais eram as práticas escolares cotidianas? Quais foram os primeiros professores dessa escola, como foram recrutados e qual a formação deles? De que formas atuavam didática e pedagogicamente? Como esse grupo foi descrito na imprensa e nos relatórios de inspeção? E como ele é definido através dos relatórios de direção e professores perante o governo mineiro? Como essa escola se relacionava socialmente com a comunidade local?

Formula-se a hipótese de que essa escola, criada segundo os ideais republicanos da Primeira República brasileira (positivismo, nacionalismo, liberalismo, laicismo) foi significativa para grande parte da população uberabense e foi utilizada como veículo propagador desses ideais que levavam à busca de modernização e de valores como ordem, progresso, civilidade, civismo, racionalização, hierarquização, higienização. Foi também o lugar da manifestação de contradições dessa época, algumas promovidas pelo próprio momento republicano, outras pelas especificidades da sociedade local.

Responder às questões propostas e confirmar ou refutar a hipótese formulada exigiu a realização de um processo de aproximação, o mais íntimo possível do objeto,

contextualizando-o no cenário socioeconômico, político e cultural do País e de Uberaba da época, através de consulta em fontes bibliográficas e no *corpus* documental disponível. Exigiu também o apoio em referenciais teórico-metodológicos que contribuíram para proceder a uma análise adequada dos dados empíricos obtidos nas fontes.

O cenário socioeconômico, político e cultural do País, entre o final do século XIX e o início do século XX é, em grande parte, constituído pelo pensamento e as ações das classes dominantes: oligarquias rurais, burguesia e, com menor poder, as classes médias (pequena burguesia), que se fundamentam em três ideologias principais: o liberalismo, o nacionalismo e o positivismo.

Liberalismo é um termo difícil de ser definido, pois como fenômeno histórico ele não é nem unitário, nem homogêneo. Segundo Bobbio (1986, p. 686), inexistiu um consenso entre os historiadores e entre os estudiosos da política sobre uma definição comum, devido a motivos como: as ligações entre liberalismo e democracia, o que dificulta precisar até onde um interfere ou complementa o outro; a falta de sincronia de suas manifestações (vários países tiveram em épocas distintas suas revoluções liberais); a ‘história-difusão’ do modelo, embora o modelo inglês tenha sido bastante marcante.

Pode-se, no entanto, ancorando-se nas idéias de Bobbio, formular uma definição genérica. Assim, Liberalismo seria um fenômeno histórico que se manifestou na Idade Moderna e que teve a sua origem na Europa Ocidental e influenciou os países que se renderam à hegemonia cultural da Europa Atlântica: Austrália, Estados Unidos, Brasil, e, em parte, a Índia e o Japão. No plano ético-político, o liberalismo sempre se mostrou “contra todas as possíveis formas de Estado Absoluto”. Visava à inovação e à transformação social e sempre estimulou

[...] as instituições representativas (isto é, a liberdade política, mediante a participação indireta dos cidadãos na vida política e a responsabilidade do Governo diante das assembleias e/ou dos eleitores) e a autonomia da sociedade civil como autogoverno local e associativo ou como espaço econômico (mercado) e cultural (opinião pública) no interior do Estado não diretamente governado por ele. Do ponto de vista institucional, o liberalismo se configura como a racionalização, [...]. (BOBBIO, 1986, p. 701)

Tal racionalização se refere aos mais variados aspectos, constitucional, jurídico, anticolonial; depende do país, do seu momento histórico etc.

Ao apresentar filosoficamente o termo Liberalismo, Abbagnano (2003, p. 604), informa que essa doutrina tomou para si “a defesa e a realização da liberdade no campo político”. Nasceu e se firmou na Idade Moderna e se divide em duas fases: a primeira, no século XVIII, foi caracterizada pelo individualismo e a segunda, no século XIX, caracterizada pelo estatismo. Nessa segunda fase, influenciada pelas idéias de Rousseau e de Hegel, o liberalismo coloca o Estado acima do indivíduo ao introduzir a idéia de Contrato Social, segundo o qual tem liberdade aquele que age conforme prescreve a lei e o que é feito pelo Estado tem muito mais valor e legitimidade do que algo celebrado entre pessoas. Assim, essa fase é a da coincidência entre o interesse individual e o estatal. Mas o indivíduo aqui referido não é qualquer um, deve ser entendido como o cidadão, o burguês, o proprietário.

A República que se instalou no Brasil a partir de 1889 foi impregnada pelos princípios liberais, que influenciaram no modelo de federalismo adotado (privilegiando os estados mais ricos), bem como nos princípios constitucionais definidos, no modelo econômico (no sentido de favorecer os proprietários) e educacional, (embora, neste aspecto, muitas vezes de forma contraditória, um “liberalismo negativo”), conforme se poderá ver no Capítulo I, do presente texto.

Outro princípio foi o nacionalismo. Esse pensamento foi adotado como bandeira principalmente pela burguesia comercial paulista, classe em consolidação e avessa ao partidarismo político; essa não queria perder o momento de instalação do regime republicano para tentar forjar no espírito dos brasileiros a idéia de nação⁶. Um dos lugares em que esses ideais foram mais cultivados e inculcados nos indivíduos foi nas escolas, através dos eventos cívicos, do culto aos heróis da pátria, dos símbolos patrióticos e da própria idéia de Pátria.

⁶ De acordo com Hobsbawm (2004, p. 14 - 9) é difícil conceituar nação, pois, nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas poderiam ser rotuladas desse modo. Apesar da alegação daqueles que pertencem a uma nação, de que ela é, em alguns sentidos, fundamental e básica para a existência social de seus membros e mesmo para sua identificação individual. As tentativas de se estabelecer critérios objetivos sobre a existência da nacionalidade, frequentemente foram feitas com base em aspectos simples, desde que comuns aos membros, como: a língua, o território, a história, os traços culturais e outros. Mas, para esse autor, esses critérios são ambíguos, mutáveis e opacos e por isso, inúteis, embora sejam excepcionalmente convenientes para propósitos propagandistas e programáticos, mas não para fins descritivos. Comenta que, ao longo da história apareceram várias definições subjetivas de nação, todas insatisfatórias. Por isso, no livro em referência, lança a hipótese de que pode ser denominada nação, “qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma ‘nação’. [Mas,] [...] a palavra ‘nação’ é atualmente usada de forma tão ampla e imprecisa que o uso do vocábulo do nacionalismo pode significar hoje muito pouco”. HOBBSAWM, E. J. (2004) *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Tradução: PAOLI, M. C. e QUIRINO, A. M. 4ª ed. Paz e Terra, SP e RJ

Ao se acercar dos controversos temas, nação e nacionalismo, Hobsbawm (2004, p. 18 - 19), apresenta a idéia de que o nacionalismo vem antes da nação, pois essa não forma os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto. E ainda mais: a nação tal como concebida pelo nacionalismo, pode ser reconhecida prospectivamente; mas a nação real pode ser reconhecida apenas *a posteriori*. Dentre outras posições assumidas por esse autor, destacam-se: a nação não é uma entidade social originária e imutável; pertence a um período particular e recente historicamente; é uma entidade social apenas quando relacionada ao Estado-nação (o Estado territorial e modernamente constituído); a ‘questão nacional’ como os velhos marxistas a chamavam está situada na intersecção da política, da tecnologia e da transformação social; as nações existem não apenas como funções de um tipo particular do Estado territorial ou da aspiração em assim se estabelecer, como também no contexto de um estágio particular de desenvolvimento econômico e tecnológico; e por fim, afirma que, a maioria dos estudiosos, hoje, concordaria que línguas padronizadas nacionais, faladas ou escritas, não podem emergir nessa forma antes da imprensa e da alfabetização em massa e, portanto, da escolarização em massa.

Dando-se destaque, embora de forma bastante simplificada a algumas idéias de Hobsbawm, evidencia-se que a bandeira do nacionalismo adotada pela burguesia paulista não constituía um fenômeno inusitado ou extemporâneo. Tratava-se, de um oportunismo. Essa classe queria aproveitar o momento de pretensas transformações do país – a recente instalação da República Brasileira – para realizar, no Brasil, o que vinha sendo vivenciado no mundo europeu, sintonizando-o assim com esses países. Pois, se o conceito de nação se formou a partir do século XIX, o apogeu dos movimentos nacionalistas se deu na primeira metade do século XX, entre a Primeira e a Segunda Guerra.

Lado a lado com o nacionalismo, inseriu-se o positivismo. Algumas ações e práticas de ambos confundem-se por apresentarem semelhanças, como as relacionadas à valorização do civismo, da ordem, da disciplina etc. Positivismo, segundo Abbagnano (2003, p. 776) é um termo criado por Saint Simon e adotado por A. Comte para a sua filosofia, depois passando a designar uma grande corrente filosófica que na segunda metade do século XIX, teve numerosas e variadas manifestações em todos os países do mundo ocidental. Caracteriza-se pela romantização da ciência, devotada como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível. O positivismo acompanha e estimula o nascimento e a afirmação da

organização técnico-industrial da sociedade moderna e expressa a exaltação otimista que acompanhou a origem do industrialismo. Muitos políticos e intelectuais brasileiros tornaram-se adeptos dessa filosofia, a partir do final do século XIX, coincidindo com a época de intensificação de fatores que possibilitaram a instalação do regime republicano no Brasil, visto como mais moderno do que o regime monárquico de então. A forma como o positivismo influenciou a criação, instalação e o início da república brasileira, será aprofundada no Capítulo I.

Estes três conceitos são importantes para construir o contexto do país no período em investigação e, evidenciá-los faz-se necessário do ponto de vista teórico-metodológico escolhido, segundo o qual o espaço histórico mais amplo (do Brasil, de Minas) é importante, tanto quanto o espaço imediato de inserção do objeto (o município). Há, portanto, na execução da pesquisa caminhos a percorrer, buscando as relações dialógicas entre esses espaços: o geral e o particular.

Para nortear este processo de aproximação, durante a investigação, alguns objetivos foram definidos, visando à composição de contextos, tanto os mais gerais, quanto os mais próximos ao objeto. Tais objetivos foram: realizar um estudo geral da Primeira República (1889-1930) ou República Velha nos aspectos da política, economia, sociedade e legislação educacional; situar e caracterizar o Estado de Minas Gerais nesse período; analisar o processo legal de institucionalização dos grupos escolares e a política educacional nesse Estado; desvelar as origens históricas e os traços da economia, da política e da sociedade uberabense, antecedentes ao grupo; verificar quais eram as características gerais do ensino no município de Uberaba na época em questão; acercar-se do Grupo propriamente, levantando e analisando os processos de criação e instalação. Por fim, através da investigação sobre o prédio, os alunos, os professores e o cotidiano escolar, adentrar ao objeto desta pesquisa e trazer à memória aspectos relevantes da sua história.

O caminho percorrido pela investigação foi do contexto geral do país ao objeto particular – o Grupo Escolar de Uberaba – unidade institucional mais simples, que comporta os fazeres e os saberes das pessoas que concretamente aí conviveram. Os resultados quantitativos e qualitativos obtidos na consulta das fontes primárias foram submetidos às análises explicativas, ancoradas em referenciais teórico-metodológicos que comportam as descrições do particular, relacionando-o com o contexto geral. Realizou-se, assim, na elaboração das considerações e das sínteses interpretativas, um

movimento inverso ao percorrido durante a inquirição. Dentro desta proposição, elegeu-se como referencial teórico metodológico,

[...] o método dialético que supõe a investigação da conexão íntima entre a forma pela qual a sociedade produz sua existência material e a escola que cria. O fundamental do método não está na consideração abstrata dos dois termos, escola e sociedade, relacionados *a posteriori*, mas na relação constitutiva entre eles, pois esses termos só existem nessa condição. A dialética não é uma relação mecânica que descortina, para além da aparência (escola), uma essência metafísica (sociedade), mas sim, uma condição recíproca de existência. [...], para o método dialético, o fundamental em pesquisas sobre instituições escolares, é relacionar o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social. Dessa relação, emergem a história e a filosofia da instituição, em seu sentido pleno. (NOSELLA, P.; BUFFA, E. 2005, p. 362)

Neste sentido, apresenta-se o pensamento de Justino de Magalhães, para quem é fundamental considerar neste tipo de investigação a relação da instituição com o contexto social, econômico, político, considerando que:

Do ponto de vista historiográfico, a reinvenção da identidade de uma instituição educativa não se obtém através de uma abordagem descritiva, ou justificativa, também não se confina à relação das instituições educativas com seu meio envolvente. Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e re(escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo-lhe um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1999, p. 64-2)

Um aspecto importante relacionado à história de uma instituição de ensino é a ressonância que este trabalho provoca, pois na medida em que se (re)constrói a história da educação nas comunidades locais, contribui-se para a construção da memória histórica e da identidade da própria localidade. Mas por outro lado, Machado e Gatti Júnior (2002, p. 34) ampliam tal perspectiva afirmando: “É importante estudar as instituições escolares, visto que tal estudo leva em conta as especificidades locais e institucionais, contribuindo para o surgimento de uma nova História da Educação Brasileira”. Mas trabalhar com história de instituições escolares significa lidar em um campo complexo, pois,

No plano *histórico*, uma instituição educativa é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais. É um lugar de permanentes tensões [...] são projetos arquitetados e desenvolvidos a partir de quadros sócio-culturais. (MAGALHÃES, 1998, p. 61-2)

Ao elaborar um conceito de Instituição, Saviani (2005) também aborda a questão da complexidade inerente a qualquer instituição, pois essas são estruturas materiais criadas pelo homem, e constituídas para atender determinada necessidade humana de caráter permanente, e que não se apresentam de forma pronta e acabada, mas sim como unidades de ação, nas quais há tanto a marca da continuidade quanto da ruptura.

Constituindo-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais, tanto na origem [...] como no seu próprio funcionamento, uma vez que constituem como um conjunto de agentes que travam relações entre si e com a sociedade a que servem. [...] As instituições necessitam também, se auto-reproduzir, repondo constantemente suas próprias condições de produção, o que lhes confere uma autonomia, ainda que relativa, em face das condições sociais que determinaram o seu surgimento e que justificam o seu funcionamento. [...], isso [...] se aplica às instituições educativas, uma vez que estas têm prerrogativa de produzir e reproduzir os seus próprios agentes internos. [...]. (SAVIANI, 2005, p. 28-30)

Considerando a questão da complexidade apontada por esses teóricos, deriva disto a possibilidade de muitas abordagens analíticas a este objeto. Justino de Magalhães (1999, p. 69), visando esclarecer e apontar rumos, insere um questionamento crucial: que sentido conferir à história de uma instituição educativa? Essa questão ele próprio responde, constituindo para aqueles que vão trabalhar com o tema um importante caminho.

Não basta conhecer, interpretar e recriar os regulamentos ou as definições de princípios orientadores ao nível dos objetivos vocacionais e programáticos [...]. É na análise historiográfica que tal identidade ganha verdadeira razão de ser. Uma construção entre a memória e o arquivo, entretecendo uma relação entre aspectos sincrônicos e diacrônicos. (MAGALHÃES, 1999, p. 69)

Esclarecendo melhor a observação e considerando que uma abordagem globalizante é impossível, Magalhães (1999, p. 70), chama atenção sobre a necessidade

de estruturar a história de uma instituição educativa em torno de uma problemática significativa, que contemple as duas dimensões características da matriz relacional comum a todas as instituições - o fato de serem a um só tempo estruturas abertas ao exterior, mas também organismos e *lócus* humanos, com relações de poder e de comunicação no plano interno. Por isso, para conferir-lhes uma identidade histórica torna-se necessário definir um eixo epistêmico, em torno do qual possa ser assegurada certa representatividade. Assim, os alunos apresentam-se como esta categoria de análise, articulatória e representativa, pois eles são a “verdadeira razão de ser” da instituição e é, principalmente, através deles que se dá o estabelecimento da relação entre a instituição educativa e a comunidade envolvente. Sobre os alunos, esse autor sugere que podem ser buscados dados relativos à sua movimentação na escola, à política de acesso e de sucesso, às relações entre a oferta e a procura, à origem geográfica, econômica e sociocultural, ao recrutamento e às condições de saída. Ainda com relação à categoria clientela escolar, Buffa (2002, p. 27), sugere que seja desvendado seu provável destino. Tal proposição é complementar às anteriormente referidas.

Por considerar os alunos a categoria central, na pesquisa sobre história de instituição educativa, torna-se necessário, também, esclarecer a formação que era dada a essa clientela, seus saberes e fazeres, quais eram as práticas cotidianas dos docentes e discentes na instituição e com quais finalidades? Esse pressuposto encontra eco em Saviani (2005, p.30), quando afirma que, para se fazer história de instituição escolar é necessário considerar as suas práticas, pois toda instituição “é por definição, uma unidade de ação” e, portanto, “um sistema de práticas.” Nesse sentido, os termos prática e ação se tornam correlatos. Ainda sustentando-se nesse autor, quando se fala em práticas escolares, um conceito que recorrentemente se apresenta é o de cultura escolar. Mas como se poderia conceituar cultura escolar se o próprio termo, cultura é tão amplo, envolvendo desde as produções materiais de objetos concretos às das idéias subjetivas e abstratas, das técnicas científicas ao conhecimento dos fenômenos e criações artísticas? No artigo *A cultura escolar como objeto histórico*, Dominique Julia (2001, p. 10) formula uma descrição de cultura escolar, que aponta uma direção objetiva para estudar este aspecto e responder, em parte, ao questionamento proposto acima:

[...], poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e

práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sóciopolíticas ou simplesmente de socialização).

O citado autor apresenta ainda, alguns caminhos a seguir para desenvolver pesquisas sobre cultura escolar, segundo o qual por um lado, para se analisar normas e práticas é preciso levar em conta o trabalho dos profissionais da escola, pois esses, são os agentes chamados a obedecer ordens, a utilizar dispositivos pedagógicos que possam facilitar a sua aplicação. Por outro lado, pode-se ir além dos limites da escola e buscar identificar “modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização” (JULIA, 2001, p. 11). Assim, ao trabalhar com a cultura escolar, apoiou-se nesses pressupostos.

Dessa forma, sinteticamente, pode-se considerar que, à categoria central representada pelos alunos, vinculam-se outras, de grande representatividade: o espaço escolar, os professores e o cotidiano escolar. São categorias que, por um lado permitem apreender a identidade histórica da instituição; por outro, apreender traços da cultura escolar da mesma. E Buffa acrescenta, em sintonia com Magalhães, (e em parte, também com Julia), que se deve também, procurar investigar o processo de criação e de instalação da escola. Portanto, é seguindo tais sugestões que, nesta pesquisa, procurar-se-á dar sentido histórico aos dados levantados nas fontes sobre o Grupo Escolar de Uberaba.

Os passos metodológicos iniciais para a execução da pesquisa consistiram no estudo de textos relacionados à história da educação em geral e às teorias científicas que embasam tal estudo. Consistiram ainda na revisão bibliográfica sobre história das instituições e, simultaneamente, coleta e sistematização das fontes. É importante observar que, na Escola Estadual Brasil existem poucos documentos relativos aos primeiros anos de funcionamento do Grupo Escolar de Uberaba, podendo os documentos encontrados ser aqui brevemente relacionados: 01 Livro de registro das atas de reuniões dos componentes da Caixa Escolar, (anexa ao Grupo) desde sua instalação em 03/03/1912 até 02/12/1956; os Estatutos da Caixa Escolar (02 exemplares destes estatutos: um original manuscrito e assinado pelos dirigentes da entidade: presidente, tesoureiro, secretário e fiscais - carimbado pelo tabelião, e uma cópia impressa do mesmo, datadas de 03/03/1912); um velho piano; quadro com foto do corpo docente de 1915. Além disso, não se pode deixar de relacionar o próprio prédio escolar, que é o

mesmo desde a inauguração, tendo passado por algumas reformas, mas cujas linhas arquitetônicas básicas se mantêm. No entanto, no acervo da escola, existem muitos documentos bem conservados e adequadamente acondicionados, cuja grande maioria refere-se aos anos cinquenta⁷.

Esse foi o primeiro obstáculo que se interpôs entre o projeto e a realização da pesquisa propriamente. Por isso, foi buscada como fonte a imprensa local. Dentre as principais publicações da cidade, por terem mais longevidade, circulação mais abrangente e maior tiragem, citam-se os jornais *Lavoura e Comércio* (duas edições por semana), *Gazeta de Uberaba* (diário) e *Correio Católico* (semanal). Todos criados no último quartel do século XIX e avançando século XX adentro. Portanto, seriam esses os três jornais que poderiam subsidiar esta investigação. Mas aí também se verificaram algumas dificuldades. O *Lavoura e Comércio*, depois de uma existência centenária, está paralisado em suas atividades e o acervo sob a guarda do poder judiciário. O acervo do *Correio Católico*, anterior ao ano de 1924, foi transferido para São Paulo, encontrando-se sob a responsabilidade dos Padres Dominicanos, seus donos por longo período; de 1924 em diante encontra-se no Arquivo Público de Uberaba, mas está interditado, aguardando restauro ou digitalização. A *Gazeta de Uberaba* foi herdada por familiares dos proprietários, consistindo em coleção particular, o que torna o acesso delicado, pois depende do consentimento e de outras circunstâncias, envolvendo inclusive a disponibilidade da família em receber um pesquisador, durante certo período, na sua intimidade doméstica. Mas foi esse jornal que primeiramente pude consultar, depois do gentil consentimento da família proprietária. Todavia, este diário funcionou de 1879 a 1910, quando seu editor-proprietário afastou-se do jornalismo, só retornando em 1915 e daí indo até 1917, quando o mesmo veio a falecer, fechando-o definitivamente. Portanto, essas interrupções inviabilizavam uma consulta produtiva, que cobrisse inteiramente o recorte temporal previsto na pesquisa: de 1908 a 1918.

Assim, fazia-se necessário tentar outro jornal. A saída foi pedir junto ao Juiz da Vara de Falências do Fórum local a permissão para consultar o acervo do Jornal *Lavoura e Comércio*. Esse Juiz me encaminhou ao advogado da massa falida que, por sua vez, pôs-me em contato com o síndico, que selecionou o material referente aos anos

⁷ Esta é a única escola da 39ª Superintendência Regional de Ensino (SRE – Uberaba MG) que possui em sua biblioteca, uma hemeroteca com os jornais *Minas Gerais* (órgão oficial de imprensa do Estado). O acervo iniciado em 1953 está aberto à consulta para professores e demais interessados em leis, resoluções, normas, e outras publicações oficiais.

de 1909 a 1919, para que fosse feita a pesquisa das matérias jornalísticas relacionadas ao tema.

A imprensa registra no dia-a-dia as coisas do momento, do seu tempo, sob a ótica daqueles que a produzem. Com o decorrer desse tempo, tais registros passam a constituir o que Capelato (1994), identifica como manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, já que possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos, conhecer suas ações passadas na sociedade, saber o que pensavam e faziam na economia, na política, na cultura. Assim, a imprensa se torna fonte, porque registra e transmite informações de um tempo passado. Mas ela também comenta e opina sobre os mais diversos temas, não é um veículo neutro ou imparcial, pois se posiciona diante de fatos, segundo uma visão externa ao objeto, dando voz aos que se pronunciam de forma favorável ou aos mais críticos (CAPELATO, 1994, p. 13). No entanto, esta visão externa também é importante para compor o quadro histórico da instituição. Porém não deve ser usada como única fonte.

Seria necessário, portanto, buscar outros documentos que contivessem dados mais intrínsecos do grupo. Por isso, foi empreendida uma pesquisa no acervo da Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, preservado no Arquivo Público Mineiro, onde foi possível encontrar importante documentação cobrindo todos os anos do recorte temporal (1908 - 1918), a saber: correspondências dos mais variados teores, enviadas pelos inspetores da circunscrição, pelo diretor do grupo, por professores ao Secretário do Interior ou mesmo ao Presidente do Estado, com respectivos despachos dos receptores; cópias de atas de variados eventos comemorativos; folhas de pagamento do pessoal do grupo; relatórios do Secretário do Interior ao Presidente do Estado (anuais, com dados gerais sobre o ensino no Estado); relatórios do diretor ao Secretário do Interior (geralmente três por ano: um no início, outro no meio do ano e o 3º no final do período letivo, com dados apurados sobre matrículas, número de alunos por classes, sexo, respectivos professores, frequência, aspectos físicos e materiais do grupo, necessidades etc.); relatórios dos inspetores, o municipal e o da circunscrição regional em várias ocasiões do ano (contendo observações sobre a formação e o desempenho dos docentes, métodos didáticos adotados, defeitos e qualidades, características das classes, observações sobre o trabalho do diretor e sobre aspectos gerais do grupo etc.); relatórios do professor das aulas anexas do ensino profissional (feitos no final do ano, com um balanço de todo o ano, despesas, produção, exposição de trabalhos, acompanhado de

fotos); termos de visita de inspetores; quadros de horário das aulas do ensino técnico profissional, e ainda outros documentos relativos à vida funcional dos professores.

Contando com as fontes disponíveis aqui descritas, consideradas primárias, pois fornecedoras de dados essenciais para a descrição e caracterização da instituição e ainda com decretos e leis estaduais e municipais, relativas ao contexto de criação, organização e funcionamento do grupo; com fotos, plantas, entrevistas e bibliografia que apóia teórica e cientificamente a abordagem do objeto, a análise das fontes e dos dados, este trabalho pôde ser realizado, constituindo-se basicamente em uma pesquisa bibliográfica e apresentando-se estruturado em quatro capítulos.

No Capítulo I apresenta-se uma visão geral do país e do Estado de Minas Gerais, e contempla basicamente o período da Primeira República, desde a proclamação desse regime de governo, passando pela caracterização dos aspectos políticos, socioeconômicos e ideológicos, indo em direção ao setor educacional, quando faz uma incursão nas primeiras constituições republicanas, brasileira e mineira, buscando nelas as prescrições sobre educação. Por fim, apresenta-se e analisa-se a legislação mineira sobre o ensino, desde o fim do século XIX até o início do XX, com enfoque maior na Lei nº. 439 de 28/09/1906, criada pelo Presidente do Estado, João Pinheiro, reformando o ensino em Minas Gerais e introduzindo os grupos escolares nesta unidade da federação. As fontes aqui utilizadas são basicamente bibliográficas e a legislação em questão.

No Capítulo II centra-se na cidade de Uberaba, desde suas origens históricas (início do século XIX), passando pela sua evolução socioeconômica, política e educacional até o momento em que o Grupo foi construído, no início do século XX, o que possibilita uma aproximação do objeto. Ainda neste capítulo, busca-se desvelar os processos e o clima envolvendo a construção, criação e instalação do Grupo Escolar de Uberaba, através dos debates ocorridos entre os vereadores e também os promovidos por jornalistas e registrados, respectivamente, nas atas e leis da Câmara Municipal, e na imprensa local.

No Capítulo III, procura-se acercar do objeto e penetrá-lo através das fontes primárias disponíveis, fazendo levantamento dos dados aí obtidos, cruzando-os entre si e analisando-os com base nos referenciais escolhidos e anteriormente explicitados, também dando especial atenção a três categorias importantes para a construção da identidade histórica da instituição educativa pesquisada: o espaço físico escolar, os alunos e os mestres.

Ao tratar do espaço físico escolar, buscou-se primeiro, as motivações que levaram à escolha do lugar em que a edificação foi erguida e depois, verifica-se as características do prédio em contraposição às recomendações (sobre os prédios escolares) da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado (SVOP) e a divisão interna, quanto às áreas definidas para os sexos, a direção, as salas de aula e as aulas técnicas; evidencia-se os problemas relacionados à construção, ao saneamento e abastecimento de água, ao mobiliário e à manutenção. Foi analisado ainda um simbolismo derivado da posição geográfica do edifício no espaço urbano. As análises foram feitas segundo pressupostos teóricos de Escolano (1993) e Viñao (2005).

Conforme já descrito nesta introdução, os alunos foram eleitos como eixo epistêmico deste trabalho. Assim, guiando-se pelos princípios norteadores apontados por Magalhães (1999), e por Buffa (2002), deu-se grande ênfase nos aspectos inerentes a tal categoria, buscando-se na documentação primária disponível (relatórios, atas, correspondências, jornais etc.), a origem geográfica e socioeconômica, os dados sobre matrículas, frequência, aprovação, conclusão e os nomes dos alunos (para elaborar listagens). Tais dados foram demonstrados em quadros sintéticos e comparados com estatísticas de Minas, na mesma época e analisados com base na legislação de ensino em vigor no Estado. Em busca de desvendar a trajetória dos egressos, alguns procedimentos foram: pesquisar nos livros de matrículas do Colégio Nossa Senhora das Dores, objetivando descobrir se, e quais, as alunas deram continuidade aos estudos, cursando o normal naquele estabelecimento; consultar a lista on-line da Companhia Telefônica do Brasil Central (CTBC)⁸, efetuando a busca através dos nomes de famílias desses ex-alunos (escolhendo nomes não tão comuns), tentando localizar números de telefones de possíveis descendentes; e, conversar com as pessoas: as mais velhas, as que lidam com a história local, as cujas assinaturas coincidem com as dos ex-alunos. Dessa forma alguns resultados foram obtidos, destacando-se o fato de ter sido possível encontrar, ainda viva e lúcida, aos 105 anos, uma ex-aluna e que depois foi também professora nesta escola.

Para desenvolver a inquirição sobre os professores, em primeiro lugar, descreveu-se o processo de recrutamento desses mestres e depois elaborou-se um mapeamento do corpo docente atuante em cada ano do recorte. Por fim, foram buscadas informações, tanto pessoais, compondo pequenas biografias, quanto profissionais

⁸ CTBC. *Lista on-line*. Disponível em <<http://www.netsabe.com.br/php/index.php>>. Acesso em 11/09/2006.

(salários, atuações junto aos alunos, relacionamento profissional). As fontes foram os relatórios dos inspetores, do diretor e os textos jornalísticos.

No capítulo IV trata-se especificamente do cotidiano escolar. Optou-se por apresentar essa categoria nesse último capítulo, por perceber que ao trabalhá-la, faz-se uma espécie de cruzamento e síntese das três categorias anteriores: prédio, alunos, professores (mostrando os saberes e fazeres dos dois últimos) e ainda vai além, pois envolve a administração da escola, as normas às quais se submete e a interação da instituição com a sociedade, permitindo apreender traços da cultura escolar que lhe são característicos.

Buscou-se o conceito de cultura escolar (mencionado nesta introdução) apropriando-se da definição dada por Dominique Julia (2001, p. 10). Por isso ao desenvolver a investigação sobre as particularidades da cultura escolar no Grupo Escolar de Uberaba, deu-se especial atenção às normas legais determinadas pelo governo mineiro, que definiam os conhecimentos a serem ensinados e as práticas didático-pedagógicas, os comportamentos e as finalidades do ensino. Optou-se por apresentar o tema didaticamente dividido em dimensões internas (o cotidiano e as práticas de sala de aula, vivenciados pelos alunos e professores: as atividades e conteúdos desenvolvidos, o uso do tempo, aspectos disciplinares e as aulas do ensino técnico) e dimensões externas (eventos cívicos e sociais).

Cada capítulo se faz acompanhar de um item denominado, considerações parciais, visando a um fechamento dos temas nele tratados. O texto dissertativo se completa com as considerações finais, após as quais foram ainda incorporados **Anexos**, tendo em vista complementar ou esclarecer informações contidas no texto principal.

1

CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO, SOCIAL, IDEOLÓGICO E EDUCACIONAL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

No presente capítulo, busca-se construir um delineamento da Primeira República, também denominada República Velha (1889-1930). Inicia-se pela Proclamação (15/11/1889), fato que marca a passagem do regime monárquico para o republicano, procurando mostrar as singularidades desse evento, que apesar de não proporcionar mudanças estruturais no país tem, contudo, um significado simbólico.

Este capítulo, com ampla caracterização do país e algumas referências ao quadro socioeconômico, político e educacional do Estado de Minas Gerais, faz-se necessário, pois como afirmam Buffa e Nosella (2005, p. 362), a criação e o desenvolvimento de uma instituição escolar estão condicionados por uma determinada sociedade que, por sua vez, é influenciada pelos rumos que a escola venha a tomar. Nesta afirmação, está explícita a relação entre a sociedade e a escola que ela produz, portanto a educação é histórica, isto é, depende de um tempo e espaço específicos. A educação não se fez em si mesma, mas na articulação com o contexto maior, daí uma incursão pela situação geral e principalmente social do país, nessa época. Parte-se também do pressuposto que, conhecendo as idéias que circulam na sociedade, é possível perceber quais delas

nortearam as escolhas feitas por aqueles que atuaram no setor educacional direta ou indiretamente, dando um perfil à educação da época, mais especificamente aos grupos escolares, que são instituições de ensino criadas neste período histórico em vários estados brasileiros.

1.1 Os significados da Proclamação da República e da primeira fase republicana

O ato da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, constituiu o evento que marcou a passagem do regime monárquico para o republicano no Brasil, mas esse acontecimento histórico pode ser classificado como irrelevante, pois não trouxe consigo reformas importantes, não provocou choques de opiniões, nem ponderável reação à mudança. Foi um acontecimento rápido, quase inesperado, superficial, consumado de forma pacífica e tranqüilamente recebido. Embora a idéia republicana tivesse raízes profundas na história do Brasil e presente em movimentos rebeldes anteriores ou posteriores à Independência política (1822), como as Inconfidências Mineira (1789) e Baiana (1798) e outros, antes não houvera a possibilidade, a situação propícia, para que tal idéia fosse concretizada (SODRÉ, 1970, p. 291).

Para Carone (1971, p. 7), a Proclamação da República “é o clímax de um longo processo anterior”, isto é, de um processo que se desenvolveu durante o período monárquico em que diversos focos de tensão alimentaram profundas crises imperiais e promoveram alianças heterogêneas, acabando por unir diferentes grupos que lutavam contra o sistema vigente (por exemplo: civis e militares). Essa situação foi causadora, no futuro, de sérios desentendimentos em torno do poder. As crises foram alimentadas por ocorrências diversas e complexas, como: “Tendências federalistas, movimentos republicanos, crises religiosas, questões militares, problemas escravagistas, sucessão imperial, predomínio político de uma aristocracia decadente, ascensão de novas camadas oligárquicas, urbanização, lenta renovação das instituições do Império” (CARONE, 1971, p. 7).

Embora fossem várias situações patrocinadoras de uma permanente e longa crise, também para este autor, em concordância com o anteriormente citado, o advento da República foi marcado por aspectos singulares tais como o desencadeamento repentino e o número reduzido de participantes. Além disso, a camada dirigente

monarquista não reagiu instantaneamente à proclamação do novo regime. Ao contrário, manifestações de simpatias e contínuas adesões de monarquistas foram registradas nos primeiros momentos. Mas este regime, por ser inesperado, foi visto com perplexidade pela imprensa estrangeira e com desconfiança por outros países, principalmente os europeus (CARONE, 1971, p. 9).

De maneira geral, nos Estados, a República foi instalada pacificamente e no mesmo clima⁹. Nesse sentido, Carone (1971, p.19) informa que em Minas Gerais há o apelo para uma política de conciliação visando a uma transição suave. As lideranças do Partido Republicano Mineiro (PRM)¹⁰ são, preferencialmente, formadas por antigos monarquistas divergentes como Bias Fortes, Cesário Alvim e outros. A este último é dado, por indicação federal, o cargo de Presidente do Estado, afastando temporariamente as pretensões de liderança dos republicanos históricos, que aceitaram a situação. Essa não era totalmente insatisfatória, pois, dentro do projeto conciliatório, que pedia a colaboração de todas as forças políticas do Estado, das monarquistas às republicanas, João Pinheiro, um republicano histórico, ocupou o cargo de Vice Presidente do Estado. E conforme Gomes (2005, p. 84), devido a nomeação do titular para o cargo de Ministro de Estado, João Pinheiro, tornou-se, na prática, o Presidente, embora, apenas por seis meses. João Pinheiro passou desse cargo a deputado constituinte e após a promulgação da constituição, continuou como deputado federal, ocasião em que verificou-se um impasse: o controle do poder por parte dos republicanos adesistas e antigos componentes dos partidos, Liberal e Conservador, derrotados com a Proclamação da República. Esses partidos crescem por causa, principalmente, de seus recursos materiais e suas formas de organização. Os republicanos ditos históricos, que se consideravam mais puros, eram mais pobres e idealistas. Isso talvez seja o motivo de terem perdido terreno nesse momento. João Pinheiro, um republicano histórico, diante dessa situação, afasta-se do cenário político (era o ano de 1893). Daí em diante, mesmo esses republicanos (ditos puros) tendo tentado tomar as rédeas, ou por conchavos políticos ou por vias eleitorais, a situação não se reverteu e o comando do governo

⁹ Embora logo após a Proclamação da República tenha se desencadeado, em muitos estados brasileiros, um processo violento, em que o plano estadual e o federal influenciaram-se mutuamente, a luta dos grupos pela hegemonia é complexa porque as lideranças – ex-monarquistas, republicanos, militares –, em geral, agiram desordenadamente, prendendo-se a interesses locais e coronelísticos, e não a fórmulas ideológicas ou partidárias. Os problemas locais, o apoio federal, a importância dos líderes e os conluíus, fazem as lutas persistirem até o governo de Prudente de Moraes (1894-1898). Depois, a *política dos governadores* consolidaria uma situação já estruturada (CARONE, 1971, p. 18).

¹⁰ Este partido desaparece em Minas logo após a Proclamação da República, mas renasce em 1897 (CARONE, 1971, p. 19).

mineiro manteve-se nas mãos dos ex-monarquistas e adesista ao PRM (CARONE, 1971, p.19-20). Até que em 1906, João Pinheiro¹¹ assumiu, por vias eleitorais, o cargo de Presidente do Estado. E novamente desempenhou um papel conciliador na política mineira pois, segundo Dulci (2005, p. 125), seu nome aglutinou as três facções existentes, agrupadas em torno de Silviano Brandão, Bias Fortes e Cesário Alvim. Essa idéia é reforçada por Bomeny (2005, p. 139), quando afirma que começou com João Pinheiro, desde o primeiro momento da República em Minas, o ideário de ‘conciliação’ que marcou fortemente a política mineira e trouxe tantos dividendos ao estado, que nessa fase do período republicano, detinha a maior bancada no Congresso Nacional.

A República Brasileira, desde sua implantação até os tempos atuais, é convencionalmente dividida em fases, das quais a inicial que se estende de 1889 a 1930 é denominada República Velha ou Primeira República, e situa-se entre o ato da Proclamação da República (15-11-1889), que marca o final do governo monárquico de D. Pedro II (1840-1889), e a Era Vargas (1930-1945).

Para Carone (1978, p. 147), a Primeira República é uma “época de transição entre dois períodos, [os referidos acima] um mais estável e estagnado e outro mais dinâmico e de estruturas de classes mais definidas”. É um período contraditório e paradoxal, pois, por um lado, características políticas como o coronelismo e o domínio das oligarquias agrárias, existentes desde o Império, se mantêm, agora em um novo regime: o republicano, por outro lado, a economia e a sociedade passavam por mudanças como o início da industrialização (embora apoiada na agricultura) e o processo de substituição de uma sociedade quase estamental por uma sociedade de classes. Portanto, é nessa perspectiva – a de um período de transição – e por isso mesmo de padrão fluido, que a Primeira República será aqui visualizada.

¹¹ João Pinheiro exerceu o cargo de Presidente do Estado de Minas Gerais de 1906 a 1908 (esta curta duração deve-se ao seu falecimento). Neste trabalho ele ocupa importante papel, pois foi no início de sua atuação que, em Minas, fez-se uma reforma do ensino, reestruturou-se o nível primário e criou-se os grupos escolares. Época em que localmente se discutiu, negociou e iniciou-se a construção do Grupo Escolar de Uberaba, objeto deste estudo. Por isso, no último item deste capítulo, (sobre a Lei da Reforma do Ensino Primário, Normal e Superior de 1906), esse governante mineiro será novamente focado e essa reforma analisada em seus artigos mais significativos visando à compreensão desta modalidade de instituição escolar.

1.2 Um panorama político, a atuação das oligarquias agrárias e o sentido do liberalismo

Durante a Primeira República, alguns fenômenos políticos são marcantes. Um desses é o coronelismo, surgido desde o Império e que, nessa fase republicana, é reforçado pela forma do federalismo então adotado, passando a constituir a base do poder político. Com os coronéis comandando o voto nas pequenas comunidades ou cidades, consideradas prolongamento das suas fazendas, votar constituía-se em um ato de vassalagem, adesão pessoal e não um compromisso ideológico ou com o candidato, mas sim, compromisso entre o eleitor e o coronel (NAGLE, 2001, p. 14-15).

Completando a teia política, ao lado do coronelismo, a República Velha foi caracterizada também pela “Política dos Governadores” ou “Política dos Estados” criada por Campos Sales. Esta, por sua vez, possibilita a “Política do café com leite”, baseada no poder das oligarquias rurais dos dois estados mais poderosos do país: São Paulo e Minas Gerais. Como em uma máquina piramidal organicamente articulada, o povo era “cabrestado” pelo coronel ao escolher os deputados e governadores dos estados e estes escolhiam o presidente da república, que por sua vez apoiava tais governadores, assim o poder se mantinha nas mãos de poucos e sempre os mesmos.

Alguns conceitos ideológicos estavam na base do pensamento e das ações das classes e camadas sociais brasileiras entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Entre eles está o liberalismo, que muita influência teve no cenário político definido pelas oligarquias agrárias. Foi no sentido dos interesses dos proprietários (cafeicultores principalmente, e elementos da alta burguesia), que, no Brasil, ainda durante a vigência do regime imperial, a classe dominante e, politicamente identificada com o Partido Liberal, adota os princípios desta ideologia, pois na interpretação de Faoro:

Liberalismo político casa-se harmonicamente com a propriedade rural, a ideologia a serviço da emancipação de uma classe da túnica centralizadora que a entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reivindicação federalista, empenhada em libertá-lo dos controles estatais. Esse consórcio sustenta a soberania popular – reduzido o povo aos proprietários agrícolas capazes de falar em seu nome -, equiparada à democracia, democracia sem tutela e sem peias. A ideologia articula-se aos padrões universais, irradiados da Inglaterra, França e Estados Unidos, confortando a consciência dos

ocidentalizadores, modernizadores da sociedade e da política brasileira, muitas vezes enganados com a devoção sem exame aos modelos. Ser culto, moderno, significa, para o brasileiro do século XIX e começo do XX, estar em dia com as idéias liberais, acentuando o domínio da ordem natural, perturbada sempre que o Estado intervém na atividade particular. Com otimismo e confiança será conveniente entregar o indivíduo a si mesmo, na certeza de que o futuro aniquilará a miséria e corrigirá o atraso. No seio do liberalismo político vibra o liberalismo econômico, com a valorização da livre concorrência, da oferta e da procura, das trocas internacionais sem impedimentos artificiais e protecionistas. O produtor agrícola e o exportador bem como o comerciante importador, prosperam dentro das coordenadas liberais, favorecidos com a troca internacional sem restrições e a mão-de-obra abundante, sustentada em mercadorias baratas. (FAORO, 1979, p.501)

O liberalismo que se estabeleceu no Brasil foi bastante singular. Buscou proteger os interesses econômicos dos cafeicultores, pois determinou um modelo republicano para dar liberdade ao setor. Nesse contexto, o país caminhou para a República, implantou-a segundo a forma Federativa e definiu a fisionomia que o novo sistema apresentou por cerca de quarenta anos.

Ao implantar a República Federativa, segundo esclarece e analisa Faoro (1979), Deodoro da Fonseca, em seu primeiro decreto, “declara os Estados no exercício de sua legítima soberania”, inaugurando a doutrina do estado soberano pregada por Campos Sales. Nela estava implícita a Política dos Governadores, ou a Política dos Estados, fazendo com que o sistema federativo se caracterizasse “pela existência de uma dupla soberania na tríplice esfera do poder público,” isto é, pregava o fortalecimento dos vínculos entre os Estados e a União, sendo a União entendida como a soma dessas unidades autônomas. A máxima dita por Campos Sales - “O que pensa o os Estados pensa a União” - na prática permitia a ascendência de uns sobre outros Estados, acarretando a hegemonia dos mais prósperos e poderosos como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Assim organizada, a República brasileira pôde dar amplitude ao seu liberalismo econômico, contraditoriamente vivenciado no plano político, pois a República estruturada sob o sistema federalista, baseado por sua vez na “Política dos Governadores”, apoiava-se no aliciamento eleitoral do “coronelismo”, autoritário e antiliberal, mas juntos deram estabilidade ao sistema (FAORO, 1979, p. 464-8).

Por meio da prática do coronelismo, as oligarquias agrárias, que já dominavam a cena política durante o Império, continuarão a dominá-la durante toda a República Velha. Embora haja certa diferença, a oligarquia do Império é a açucareira nordestina, a

oligarquia republicana é principalmente, a paulista do café: mais dinâmica, mais aberta à urbanização e aos processos capitalistas.

Minas Gerais, que ao lado de São Paulo liderou politicamente essa fase, tinha também suas peculiaridades no que se refere às suas elites¹². Ao descrever e analisar a sociedade mineira da República Velha, Wirth (1982, p. 121), afirma que ainda no Império, por volta de 1850, tendo sido efetuada a transição da economia mineradora para a agropecuária, já se encontrava consolidada, no Estado, uma sociedade de elite com raízes agrárias e caráter municipal. Mas as famílias dominantes se constituíam em extensos clãs que estendiam seu poder não só ao município, mas a uma zona, através dos laços de parentescos. No Norte e Oeste dominavam as famílias pecuaristas. No Centro, antigas famílias ligadas antes ao comércio e a mineração, dedicavam-se agora, a agricultura. Na Zona da Mata estava a ‘Nobreza do Café’. No Sul e no Triângulo predominavam os vínculos familiares e comerciais com São Paulo. No último quartel do século XIX e, principalmente, nos primeiros momentos da República, devido à diferenciação econômica e introdução de atividades industriais e ferroviárias, a configuração era a seguinte:

As carreiras múltiplas eram comuns na elite mineira: um homem podia trabalhar em banco, possuir fábricas têxteis e administrar sua fazenda, servindo ao mesmo tempo como deputado na legislatura estadual. O desempenho de muitas funções profissionais lhes dava o acesso a ‘panelinhas’ dos amigos [...]. A elite não era nem uma aristocracia de terras nem uma oligarquia patrimonial como os barões do açúcar no Nordeste. Era, sim, uma elite econômica conhecida não pela grande riqueza, que de fato não existia em Minas, mas pelo trabalho árduo e o jeito para os negócios. (WIRTH, 1982, p. 122)

¹² “Por teoria das Elites [...] se entende a teoria segundo a qual, em toda a sociedade, existe, sempre e apenas, uma minoria que, de várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada. [...], entre todas as formas de poder ([...], socialmente ou estrategicamente, são mais importantes [...] o poder econômico, o poder ideológico e o poder político), [...]. A formulação, hoje tornada clássica, desta teoria [de Elite política] foi dada por Gaetano Mosca *nos Elementi di Scienza politica* (1896): ‘[...] em todas as sociedades, a começar por aquelas mais mediocrementemente desenvolvidas [...] até as mais cultas e fortes, existem duas classes de pessoas: a dos governantes e a dos governados. A primeira que é sempre a menos numerosa, cumpre todas as funções públicas, monopoliza o poder e goza as vantagens que a ela estão anexas; enquanto que a segunda, mais numerosa, é dirigida e regulada pela primeira, de modo mais ou menos legal ou de modo mais ou menos arbitrário e violento [...] (I, p. 78).’ [...] A fortuna do termo Elite, porém remonta a Pareto, que alguns anos depois, [...], na introdução aos *Systemes socialistes* (1902), [...] chamou atenção para o fato de que, sendo os homens desiguais em todo o campo de sua atividade, dispõem-se em vários níveis, que vão do superior ao inferior, chamou de Elites aqueles que fazem, parte do grau superior, deteve-se particularmente sobre os indivíduos que ocupando os graus superiores da riqueza e do poder, constituem a Elite política ou a aristocracia” (BOBBIO, 1986, p. 385-90). Assim, ao se falar no presente trabalho em Elite, cabe associar o termo à classe detentora de poder em uma sociedade e não apenas detentora de riqueza material.

Mas para Carone (1971, p. 154 – 7), toda oligarquia brasileira tem um traço comum: o bacharelismo. O ideal nas famílias ricas era ter algum filho bacharel em Direito ou Medicina. O bacharel em Direito era muito valorizado e visto como apto para funções dirigentes, ao exercício do jornalismo, a ocupar cargo político, tanto legislativo quanto executivo, além de advogar, ser o juiz ou o jurisconsulto¹³. Ao ocupar cargo de deputado ou senador torna-se porta-voz da classe a qual pertence, defendendo os interesses agrários, mas dentro de uma roupagem modernizada em nome de um liberalismo mais de discurso do que de prática.

1.3 Economia e sociedade na Primeira República: a presença de um novo quadro socioeconômico e ideológico

1.3.1 Aspectos da economia, o desenvolvimento da burguesia e a defesa do nacionalismo

Os primeiros anos do século XX, para vários estudiosos da economia brasileira, são apontados como a fase de instalação do capitalismo no Brasil, época em que o país foi abandonando um sistema econômico do tipo colonial e assumindo um perfil de modelo econômico mais autônomo, época de transição de um sistema exclusivamente agrário comercial exportador para o urbano-industrial.

A economia nesta época está muito ligada ao café, seus processos de produção, comercialização e as suas determinações sociais e políticas. Os dois maiores produtores, MG e SP, eram também preponderantes na liderança política nacional, através de suas oligarquias agrárias. Todavia, entre esses dois estados as diferenças econômicas eram bastante significativas.

De acordo com Wirth (1982), o crescimento econômico mineiro de 1889 a 1937, foi irregular e moderado. Nessa época, Minas não obteve grandes benefícios do

¹³ Aos promotores de Justiça, as leis mineiras de ensino reservavam o cargo de Inspectores Municipais. Pela lei n. 3.191 de 09/06/1911, esse era considerado um cargo de confiança do Governador do Estado. Esses inspetores deveriam visitar a(s) escola(s) pelo menos duas vezes por ano, elaborar relatórios, promover festas cívicas, recebendo gratificação de 480\$000 ao ano (MOURÃO, 1962, p. 185). Em Uberaba, o promotor de Justiça Tancredo Martins, exerceu essa função, no Grupo Escolar de Uberaba, durante todo o período focado nesse estudo, fato que poderá ser comprovado no Capítulo III.

mercado interno em expansão, que resultou do crescimento trazido pelas exportações. Assim, o estado viveu um relativo declínio, não estagnação, enquanto São Paulo ampliava sua liderança. Rio Grande do Sul e São Paulo produziam com mais eficiência para o mercado doméstico e esse último ainda detinha os lucros do mercado estrangeiro e outros benefícios como imigrantes, empréstimos e capital de investimento. Minas conduzia-se pior em ambos os mercados. E fatores como baixa renda *per capita*, pouca produtividade, falta de crédito, superdependência do café e inadequação dos transportes, contribuíam, negativamente, para a situação. Mas a causa principal, de acordo com o autor citado, é que Minas não constituía uma unidade econômica coerente, mas sim um “mosaico” de sete diferentes sub-regiões. O Triângulo e parte do Sul pareciam pertencer ao mercado paulista, (ao qual se ligavam por vias férreas), o Norte e o Oeste, as menos desenvolvidas, pareciam extensões da Bahia. A Mata e o Leste eram mais integradas ao Distrito Federal. Dessa forma, economicamente, o Estado era dependente de São Paulo e Rio de Janeiro, para onde enviava matérias primas a preços baixos e em troca adquiria manufaturados de alto valor. O café era o produto de exportação mais valioso do estado, sendo produzido no Sul e na zona da Mata. Mas até nesse quesito Minas perdia. Enquanto São Paulo tinha terras melhores e mais abundantes, mão de obra imigrante e ferrovias para o transporte, as terras mineiras eram menos produtivas, os salários pagos eram mais baixos ou os produtores usavam parceria, promovendo a geração de menos receita para o Estado¹⁴ (WIRTH, 1982, p. 75 - 81). Mesmo assim, junto com São Paulo formulava e executava as políticas de valorização do setor cafeeiro, como ocorreu no Convênio de Taubaté, em 1906, cujos objetivos principais, defendidos entre os representantes de MG, SP e RJ eram: “valorizar o café, regular o seu comércio, promover o aumento de seu consumo e a criação da caixa de conversão, fixando o valor da moeda” (NAGLE, 2001, p. 22).

Esses princípios traziam vantagens aos cafeicultores, mas, por outro lado, afetavam a vida de todo o restante do país. Pois um dos pontos desse Convênio estabelecia que, em caso de superprodução, o café seria estocado e não exportado para evitar o excesso de oferta e a conseqüente baixa do preço do produto. Isso levava o

¹⁴ Essa situação crítica da economia mineira levou o então candidato ao governo do Estado no pleito de 1906, João Pinheiro, a elaborar um amplo programa de modernização agrícola. Tratava-se de diversificar o sistema produtivo, sem descuidar do café, e de melhorar a qualidade da produção através da sua atualização tecnológica. Mas não era, apesar das aparências, um programa agrarista. A prioridade conferida à agricultura resultava do diagnóstico realista de que esse era o setor que apresentava maior capacidade de empregabilidade e capacidade de atendimento às necessidades básicas da população (DULCI, 2005, p. 127).

governo a emitir moeda, realizar empréstimos externos, sobrecarregando a rede bancária e os consumidores em geral. Em síntese, ocorria o fenômeno da “socialização das perdas” (FURTADO, 1954, p. 101; p. 105).

Esse mesmo produto que acarretava uma economia injusta, desigual entre os brasileiros, e proporcionava concentração da renda, foi o que possibilitou iniciar, na década de dez, e efetivar, na década de vinte, um surto de industrialização contínua no país, principalmente no Estado e cidade de São Paulo, devido à acumulação de capitais provenientes do café ao lado de outras condições também favoráveis a essa atividade.

Dentre tais condições, pode-se contar a “disponibilidade de mão de obra livre, a elevação dos preços das mercadorias importadas, o mercado de consumo interno em expansão e mesmo algumas facilidades para importação de materiais necessários à indústria” (NAGLE, 2001, p. 26).

Mas o desenvolvimento da industrialização brasileira foi um processo demorado e lento, alguns fatores consistiam em obstáculos. Dentre esses, a idéia do ruralismo, crença bucólica segundo a qual a felicidade do brasileiro “estava no meio rural, fonte de energia, de saúde, de pureza de costumes”. Essa idéia era reforçada por outra no mesmo sentido, a de que o país tinha uma vocação “essencialmente agrícola” (NAGLE, 2001, p. 27).

Enfim, o setor agrícola, preponderante, procurava mostrar que a industrialização não era o ideal para o conjunto do país, mas sim a agricultura. Mesmo tendo contra si estes e outros obstáculos, a indústria¹⁵ foi se instalando, desenvolvendo-se e, nos anos vinte, a burguesia industrial já era possuidora de forças suficientes para lutar abertamente pelas suas necessidades e defender seus próprios pontos de vista, o que se fez pela via da conciliação entre as duas atividades, como se vê no seguinte texto:

Se é certo que a base da estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma Nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no concerto das nações só podem ser tomados na consideração devida, possuindo este país um Parque industrial eficiente, na altura do desenvolvimento agrícola. A

¹⁵ As indústrias mineiras também se instalaram mais tardiamente que as paulistas. Quase todas as usinas, pequenas fábricas e oficinas existentes em 1920 foram fundadas após 1889. De maneira geral, os produtos alimentícios e têxteis lideraram a fase inicial de substituição de importações com 82% do valor da produção industrial de 1920 [...]. Em 1939, essas duas indústrias eram responsáveis por metade da produção industrial do estado. No entanto, o ferro e o aço constituíam agora a segunda indústria do estado (acima dos têxteis), tendo crescido 10 vezes – para 20% da produção – de suas humildes origens no final do século XIX (WIRTH, 1982, p. 94).

independência econômica e, portanto, a perfeita independência política, só pode existir, na generalidade dos casos, nos Estados em que se conjugam em estreita harmonia e íntima interdependência a Agricultura e a Indústria. (SIMONSEN, 1932, p. 169; p.177)

A burguesia brasileira então já se dividia nos três segmentos: comercial, financeira e industrial. Segundo Edgard Carone, a primeira inoperante politicamente e as outras duas mais participantes, sendo que a burguesia industrial, apesar de crescer lentamente, ao final desta fase republicana passou a exercer um papel predominante. Diferentemente das oligarquias rurais, a burguesia não se organiza politicamente, mas se organiza em associações comerciais e industriais para divulgar seus objetivos. No intuito de se expandir, subordina-se às oligarquias agrárias. Como consequência, em vez de luta, a colaboração, “em lugar de ideologia própria a vaga glorificação do civismo” (CARONE, 1978, p. 162).

Na visão desse autor o que a burguesia propõe é muito mais uma espécie de corretivo para as outras classes do que um programa para si própria. É nesse sentido que em 1907 faz a campanha cívica pelo serviço militar obrigatório, o que entusiasma a burguesia urbana e conta com o apoio dos acadêmicos de Direito de São Paulo, que se apresentam como voluntários. Também em 19 de Novembro de 1906, na escola Normal de São Paulo, realiza-se, pela primeira vez, a solenidade do culto à bandeira e, nos anos seguintes, a campanha se estende às Forças Armadas, havendo ainda solenidades cívicas e oficiais com participação de estudantes e intelectuais. Olavo Bilac foi o grande entusiasta e propagador da ideologia da ‘burguesia militarizada’. O objetivo não era transformar o burguês em um militar, o que se tentava era identificar o militarismo e civilismo, isto é, chegar à realização de uma ‘revolução’ burguesa pelos militares civilistas. Bilac acreditava que o civil, agindo reflexamente sobre os oficiais de que recebesse instrução militar, disseminaria a consciência civil, fazendo desaparecer a linha limítrofe entre um e outro, pois ambos se absorveriam reciprocamente (CARONE, 1978, p. 163-4).

No início da Primeira Guerra mundial (1914-1918), a burguesia paulista constitui as Ligas e as organizações cívicas modelares, visando transmitir às outras classes a moral burguesa. Aproveita o retorno da campanha pelo serviço militar obrigatório (agora em 1915 muito mais forte que em 1907) e dissemina-se a idéia de patriotismo, proclamado como ideal da classe, a servir de modelo para o reerguimento

da nação. Planeja-se uma grande campanha nacionalista e cria-se a LDN (Liga de Defesa Nacional)¹⁶. Alguns de seus fins são:

Manter [em todo o Brasil] a idéia de coesão e integridade nacional; defender o trabalho nacional; difundir a instrução militar nas diversas instituições; desenvolver o civismo, o culto do heroísmo; [...]; avivar o estudo da História do Brasil e das tradições brasileiras; [...]; propagar a educação popular e profissional; difundir nas escolas o amor à Justiça e o culto do patriotismo; combater o analfabetismo. (NAGLE, 2001, p. 66)

Assim, a proposta ideológica desta classe está calcada no nacionalismo e “a burguesia apresenta-se como superior a todas as questões da política do dia-a-dia, pensando somente na missão comunitária dos paulistas: a formação da nacionalidade” (CARONE, 1978, p. 172). Ações no sentido da concretização e disseminação desses fins foram implementadas através da difusão dessas idéias pela imprensa e da criação de comissões representativas da LDN em várias cidades brasileiras.¹⁷

¹⁶ A Liga de Defesa Nacional foi criada em 07/09/1916, graças à iniciativa de Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon. De acordo com seus estatutos, a Liga, ‘independente de qualquer credo político, religioso ou filosófico, está destinada, dentro das leis vigentes no País, a congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes’. [...]. [Foram] estabelecidas as duas coordenadas básicas do movimento – o serviço militar, para fazer frente ao perigo externo, e a instrução, para combater o perigo interno – a pregação nacionalista centralizar-se-á na formação da consciência nacional (NAGLE, 2001, p. 66-7).

¹⁷ Em Uberaba, nessa época, existiu uma organização representativa da LDN. Sua criação, os nomes dos associados e as reuniões feitas foram noticiadas nas páginas do Jornal *Lavoura e Comercio*, que exerceu o papel de porta-voz da Liga, publicando mensagens como a que se segue: “A comissão executiva da Liga [...], constituída pelos senhores ministros [...], deputados federais [...], dirige mensagem ao povo brasileiro: ‘Estamos em guerra com a Alemanha. Imposta pela honra e o brio nacionais e pela necessidade de nossa defesa, [...]. A atitude de cada brasileiro só pode ser esta: obedecer cegamente ao governo da União, [...]. Antes, entretanto, de serem chamados às armas ou servir à nação de outro modo, devem todos os moços brasileiros exercitarem-se assiduamente nas linhas de tiro’ [...]” (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 2029, 15/11/1917). Na próxima edição, comunica que o Presidente da Câmara havia pedido ao Ministro da Guerra a localização na cidade de um Corpo do Exército e obtivera resposta positiva, afirmando que Uberaba seria sede de uma Cia. de Metralhadoras. E ainda, o próprio Presidente do Estado de Minas, Delfim Moreira, também enviou telegrama pedindo: “[...] rogo-vos interesseis pela intensificação da instrução militar, pelo desenvolvimento da linha de tiro desse município, sendo esse um relevantíssimo serviço que prestareis ao Estado e à Nação neste momento de excepcional gravidade para a Pátria. [...]” (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 2030, 18/11/1917).

1.3.2 Influências da imigração e da urbanização, a formação da classe média e sua adesão parcial às idéias positivistas

Socialmente, na sua fase inicial, a Primeira República é “uma estrutura social em mudança, no momento preciso em que o antigo padrão ainda subsiste, mas não prevalece e o novo padrão, embora presente, ainda não é dominante”. (PINTO, 1964, p. 192). Partindo desse pressuposto, verifica-se que desde os momentos finais do Império, até os anos iniciais do século XX, as transformações políticas e econômicas, mesmo que poucas e lentas, contribuíram para promover algumas alterações na sociedade, deu-se o fim da escravidão, o surgimento de novas classes.

Os resultados dessas transformações sociais realimentavam ou mesmo pressionavam acelerando o ritmo das mudanças econômicas e políticas. Isto é, atitudes efetuadas para firmar novas diretrizes econômicas, encontravam suportes sociais que as tornavam viáveis, possibilitando que fosse empreendido um processo de construção das feições da República brasileira.

Elemento impulsionador de alterações no setor social foi a imigração, mais intensa de 1888 a 1914, mas com menos intensidade continuou até o final dos anos vinte. A quantidade de imigrantes não é expressiva se comparada à de naturais do país. No ano de 1900, havia 17.318.556 habitantes, desses, 16.061.750 eram brasileiros e 1.256.806, imigrantes. (NAGLE, 2001, p. 37). Esse autor faz análise no sentido de que, embora, em número relativamente pequeno, as mudanças qualitativas provocadas por eles no campo social, econômico e político são importantes. Ocorreu a alteração do mercado de trabalho e das relações trabalhistas, afinal representavam uma nova modalidade de força de trabalho, diferente da mão de obra escrava. Com o surto industrial e com o advento da urbanização, os imigrantes que primeiro vieram para o campo, começaram a se dirigir aos núcleos urbanos. Nas cidades, contribuíram para acelerar a passagem das atividades artesanais às industriais, contribuíram com o crescimento do operariado e com a introdução de idéias (anarco-sindicalistas) que fundamentaram as lutas sociais da República Velha e as primeiras greves operárias.

A urbanização associada, em parte, à industrialização verificada no decorrer da República Velha é outro elemento importante e que produziu alterações sociais. Nagle afirma que as cidades se tornaram verdadeiras ‘oficinas de civilização’, pois suas funções foram se alterando, tendo também “efeitos antipatriarcais”, deixando de ser um prolongamento do setor rural (agrário comercial), local apenas de comércio, passando a

ser também o da produção industrial (urbano-industrial) (NAGLE, 2001, p. 37-8). Em Minas Gerais, o aspecto urbanização é marcante, nesse período da Primeira República. È nesse período que ocorre a mudança da capital do Estado, da velha e mineradora cidade de Ouro Preto, para a moderna e planejada Belo Horizonte. Dulci (2005, p. 117) afirma que o projeto de transferência da capital estava claramente associado a metas desenvolvimentistas. Esperava-se que a nova capital exercesse efetivamente o papel de centro de integração política e econômica do ‘mosaico mineiro’. E, além disso, esperava-se que a iniciativa da mudança contribuísse firmemente para colocar Minas na trilha do progresso.

No contexto geral do país verifica-se uma desarmonia entre os valores do campo e os da cidade, através de um embate entre o ruralismo, já referido anteriormente, e o urbanismo. O primeiro equivalendo ao tradicional e o segundo, ao moderno.

O urbanismo e suas concomitantes mudanças sócio-culturais vão fornecer novas perspectivas para pensar o ‘novo’ Brasil, desligado das componentes do mito fisiocrata. O deslumbramento com os novos engenhos humanos produzidos pelas ciências e pela tecnologia, que constituem os novos valores introduzidos pelo ambiente citadino, dá origem, tanto ao otimismo com que se antecipa a futura civilização brasileira, como vai apurar os quadros do pensamento social. (NAGLE, 2001, p. 39)

Também vai desaparecendo o modelo social predominante durante o Império formado pelo binômio senhor – escravo. Esse padrão considerado relativamente estável vai sendo substituído por um padrão inicialmente instável e fluido, porque em clima desarmonioso e competitivo, mas direcionado à formação de uma sociedade de classes, o que se consolida no período de 1900 a 1929. “No novo quadro até a palavra ‘povo’ anteriormente empregada num sentido vago e indiferenciado – pois resumia diversas modalidades de camadas sociais – vai-se decompondo em outras palavras que traduzem camadas cada vez mais diferenciadas (classes)” (NAGLE, 2001, p. 41).

A estratificação social no Brasil está associada às transformações econômicas ocorridas basicamente nas zonas cafeeiras. Os fazendeiros de café se transformaram em empresários ao darem origem à burguesia mercantil e, em parte, à burguesia industrial. O quadro formado então permite novas diferenciações com o surgimento das camadas médias e do proletariado industrial.

A transformação dessas três camadas em classes – burguesia comercial e industrial, ‘classes médias’ urbanas e proletariado industrial – e a presença de uma classe de empresários rurais já firmemente estabelecida, influenciarão o desenvolvimento histórico-social, especialmente da última década da Primeira República. (NAGLE, 2001, p. 42)

A classe média já possuía uma estrutura complexa no início da República do ponto de vista quantitativo e qualitativo, e foi uma camada social muito importante tanto no início da Primeira República, quanto para seu final, pois foram os elementos de seus quadros que contribuíram para a derrocada dessa fase política. “As classes médias sofrem, no decorrer de toda a Primeira República, um processo de autonomia e afirmação, o que as torna cada vez mais conscientes de suas necessidades” (CARONE, 1978, p. 177). Essa consciência permite a organização de movimentos de contestação à ordem vigente.

Uma descrição sobre as camadas médias encontra-se em Carone (1978), de acordo com a qual a alta classe média (pequena burguesia) formou-se a partir das ricas classes agrárias, devido o encaminhamento que os fazendeiros davam aos seus filhos em direção ao bacharelado nas faculdades de Direito ou de Medicina, sorvedouro de jovens que comporão os grupos liberais, advogados, médicos, elementos da alta administração, técnicos industriais, pequena parte do médio comércio e indústria. Esses bacharéis, no início, isto é, durante o Império e em parte da República, representaram uma continuação do poder territorial agrário. Mas com o processo de urbanização, cresce a sua complexidade e diversidade e vão tomando uma identidade própria, desentendem-se com o grupo do poder, formando as Ligas paulistas e o Partido Democrático. A classe média intermediária tem formação complexa: imigrantes, segmentos das classes decadentes, elementos liberais, exército (este formado a partir dos filhos dos latifundiários empobrecidos do Nordeste, indivíduos provenientes de cidades estagnadas, filhos de produtores que não produzem para o mercado externo, buscam as Escolas Militares como meio de ascensão). A baixa classe média é formada de baixos funcionários públicos, artesãos. No seu limite inferior está muito próxima à classe operária com a qual se confunde (CARONE, 1978, p.178).

Ideologicamente a classe média se identifica com os ideais positivistas, porém não é fiel apenas a tais ideais, conforme afirmação a seguir:

Parte da pequena burguesia propaga idéias do positivismo, que vão influir no movimento republicano e, posteriormente, em vários momentos do regime. Porém a pequena como a grande burguesia, posteriormente, são adeptas das teorias evolucionistas e racionalistas em voga nos fins do século XIX e início do século XX, motivo das reações anticlericais. [...] Ideologicamente a pequena burguesia imita os movimentos das outras classes. Mesmo o liberalismo e o voto secreto, que ela prega nos anos de 1920, são simplesmente fórmulas usadas no momento pela burguesia oposicionista. (CARONE, 1978, p. 182)

Um breve relato sobre a experiência filosófica positivista vivenciada no Brasil entre o final do período imperial e a primeira fase republicana pode contribuir para a compreensão e avaliação da influência exercida pelo positivismo no país.

Por volta de 1870, iniciou-se no Brasil uma experiência filosófica que costuma ser vinculada à gênese da República de 1889. Professores e estudantes, originários de uma modesta pequeno-burguesia comercial e burocrática, alguns militares e engenheiros, tiveram a oportunidade de estudar a filosofia positivista. Alguns deles foram até mesmo ‘nutrir suas idéias fora do país’, e o endereço dessas visitas internacionais era o número 10 da rua Monsier-Le-Prince, em Paris. Ali se situou – após a morte de Auguste Comte (1798-1857), criador da filosofia positivista –, um grupo político, a Sociedade Positivista de Paris, e a sede mundial da igreja por ele fundada: a Religião da Humanidade. Foi assim que o ‘positivismo integral’ – que abrange a filosofia, a epistemologia, a sociologia e a religião comteanas – chegou ao Brasil nas décadas que antecederam 1889. [...] No quadro dessas transformações, [pelas quais o Brasil passava a partir dos meados do século XIX]¹⁸ parecia então possível acontecer a ‘evolução sem a revolução’, realizando uma das profecias de Auguste Comte [...] ou seja, uma mudança pacífica da política. [...], os positivistas brasileiros puderam pensar a República como governo ‘transitório’ para uma futura ‘utopia positivista’ a ‘sociocracia’. Tal doutrina política fez com que os positivista se destacassem no interior da agitação republicana. (BENOIT, 2006, p. 47)

Uma das ações dos positivistas brasileiros foi a idealização da bandeira republicana, como forma de propaganda ideológica. Os dois idealizadores foram Miguel Lemos e Teixeira Mendes e assim explicavam, a pedido de Rui Barbosa, o lema *Ordem e Progresso*: ‘Nas palavras de Comte, o progresso é o desenvolvimento da ordem, assim como a ordem é a consolidação do progresso, o que significa que não se podem romper subitamente os laços com o passado e que toda reforma, para frutificar, deve tirar seus elementos do próprio estado de coisas a ser modificado’ (BENOIT, 2006, p. 52). O projeto positivista para a política burguesa, que se encerra neste lema não se realizou no

¹⁸ São exemplos de transformações do período: O trabalho escravo já não era mais tão bem aceito, a imigração crescia lentamente abrindo caminho para adoção do trabalho livre; nasciam e prosperavam setores da economia essenciais para o desenvolvimento de uma indústria capitalista.

Brasil, nem em qualquer outro lugar, pois consiste em uma utopia: progredir dentro da ordem capitalista, racionalizando a barbárie. Em outras palavras, é utópico pois, propõe conciliar idéias extremas. Falar em progresso supõe modificação, enquanto que falar em ordem supõe conservação. Mas é perceptível que o pensamento positivista teve influência no movimento republicano e em vários momentos do regime.

Os positivistas comteanos eram favoráveis ao Estado como *res publica*, por isso, no Brasil, defendiam a república dos estados federados, mas não os princípios democráticos, pois eram fiéis também a outro princípio político deste filósofo que sustenta que os seres humanos nascem e permanecem desiguais em direitos, sendo esta uma verdade natural, e por isto a sociedade organizada em torno da doutrina metafísica dos direitos universais estaria violando uma lei da natureza, e a consequência dessa subversão seria a anarquia política e a desordem social (BENOIT, 2006, p. 53). Assim, os positivistas brasileiros pretendiam estabelecer uma república ditatorial. Chegaram a elaborar, logo após a Proclamação, programas nesse sentido (CARONE, 1971, p.13).

Porém cederam, uma vez que apoiaram a primeira eleição republicana, que elegeu os deputados constituintes, pois entenderam-na como o único meio de escolher funcionários públicos. Mas, logo depois, romperam em definitivo com o governo republicano (BENOIT, 2006, p. 53). Essa autora informa também que o professor militar e um dos mais célebres positivistas, Benjamin Constant B. de Magalhães (1836-1891), era contra o poder político democrático e Teixeira Mendes, um dos pioneiros dessa doutrina, era contra a universidade dominada pela elite, vista como cerceadora do livre-pensar, então pedia escolas profissionalizantes que formassem o operário positivista.

Pode-se perceber que no setor educacional as idéias positivistas associadas aos ideais nacionalistas, comuns em vários princípios, concretizaram-se através da criação do ensino profissionalizante nas escolas, da disciplina rígida imposta aos alunos, da hierarquização do poder no âmbito da organização escolar, das festividades cívicas, da valorização das ciências e das idéias de ordem e progresso.

1.4 A educação na primeira constituição republicana brasileira

O governo provisório instalado com a Proclamação da República constituía-se em um regime de exceção, por não possuir bases legais constitucionais. Já no dia 16-11-1889 ocorreram manifestações pelo retorno à legalidade, idéia defendida por Rui Barbosa e também por monarquistas, que impunham tal condição para aderirem ao novo regime.

Devido à diversidade dos grupos que se uniram para implantar a República, as reivindicações também eram diversas. Enquanto alguns pressionavam pela legalidade, outros, por exemplo, os positivistas que participaram do movimento republicano, tentavam influenciar o novo regime, plasmando nele suas crenças. Por isso,

[...] levam ao chefe de governo, dias depois, programa em que pedem, entre outras coisas, a continuação da ditadura, abolição do regime parlamentar e a substituição das juntas governativas estaduais por governadores nomeados. Predominaram, no entanto, as correntes civis, como grupo de pressão: PRP, grupos mineiros etc., que exigem a instalação da futura constituinte [...]. (CARONE, 1971, p.13)

As pressões levaram o governo a decretar no dia 19-11-1889 a lei que qualificava eleitores, sendo estes constituídos por todos aqueles cidadãos brasileiros que soubessem ler e escrever e que detivessem plenos direitos civis e políticos. Foram marcadas as eleições para 15-09-1890, data em que seriam escolhidos os constituintes para elaborarem a primeira constituição republicana brasileira.

Antecipando-se aos trabalhos dessa futura Constituinte, o governo provisório nomeia uma comissão para elaborar o anteprojeto. São elaborados três anteprojetos, que se fundiram, mas antes foram alvos de críticas, supressões e modificações de artigos por parte de Rui Barbosa e até mesmo do próprio Deodoro da Fonseca. Incorporava-se nele, influências estrangeiras.

As influências que se fazem sentir são as dos regimes federalistas; o movimento republicano já mostrava o modelo americano como ideal. E Amaro Cavalcanti confessa: 'o projeto que se discute, todos sabemos, não é uma obra original. Elaboração da política experimental, ele nos apresenta o texto da constituição Federal da República Norte Americana, completado com algumas disposições das constituições suíça e argentina'. (CARONE, 1978, p. 288)

Eleita, a Constituinte é instalada em 15-11-1890. Para Jamil Cury (2005, p. 74), este Congresso Constituinte tem um “perfil liberal, republicano, federativo, presidencialista e secular”.

Da data de instalação até 23 de fevereiro de 1891, os três anteprojetos já elaborados são debatidos, criticados, emendados, votados. O texto definitivo da primeira constituição republicana foi, enfim, promulgado em 24-02-1891. Tomando-se por base os textos de Cury (2005, p.70-80) e Nagle (2001, p. 359-63) tem-se que na nova ordem jurídica nacional, educação é definida através das determinações contidas nos artigos 11, 34, 35 e 72¹⁹:

Artigo 11 – É vedado aos Estados, como à União: (...) § 2º Estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício dos cultos religiosos. [...].

Artigo 34 - compete privativamente ao Congresso Nacional: (...) n. 30 – Legislar sobre a organização municipal do distrito Federal, bem como sobre a política, o ensino superior e demais serviços que na capital foram reservados para o governo da União (...).

Artigo 35 – Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente: (...) n. 2 – Animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências, (...) sem privilégios que tolham a ação dos governos locais; n. 3 – Criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; n. 4 – Prover a instrução secundária no Distrito Federal. [...].

Artigo 72, § 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos. (...) § 12 – Em qualquer assunto é livre a manifestação do pensamento pela imprensa, ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometer nos casos e pela forma que a lei determinar. Não é permitido o anonimato. (...) § 24 – É garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial.

(<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm>)

Na análise do artigo 34, Cury (2005, p. 76) aponta que “existe a figura de um ensino oficial, normalizado, regulamentado, a partir ou do Distrito Federal ou do Congresso Nacional”. E sobre o artigo 35, pelo fato de o governo poder animar, mas não tolher ou impedir as iniciativas educacionais dos governos locais, fica definido o federalismo na educação. Considerando-se as prescrições contidas nos demais artigos

¹⁹ Na referência que acompanha a citação dos artigos em questão optou-se por creditá-los a um site. Isto porque, nesse portador de textos a Constituição de 1891, encontra-se na íntegra, apresentando-se ao leitor a possibilidade de uma visão mais ampla do texto legal. Mas conforme registrado no presente trabalho, esses artigos em destaque encontram-se também nas obras de Cury (2005, p. 70-80) e Nagle (2001, p. 359-63).

citados, este autor comenta que quanto à organização, a educação teria na esfera pública uma subdivisão entre União e Estados, mas poderia ser oferecida por particulares devido à garantia da liberdade de abertura de escolas por parte da iniciativa privada visando ofertar o ensino ao mercado. Decorre disto que:

O encargo da instrução pública primária se mantém como tarefa de Estados e municípios, o ensino secundário ficou a cargo dos Estados, mas poderia também ser mantido pela União e pela iniciativa privada. Já o ensino Superior oficial ficou sob o controle da União, aberto aos Estados e livre à iniciativa privada. (CURY, 2005, p.78)

Tentando elucidar a questão das competências de cada uma das instâncias do poder, é necessário registrar a visão de Nagle sobre tal aspecto. Para este autor, tanto no espírito quanto na letra da lei parece estar claro “o critério da competência concorrente da União e dos Estados em matéria educacional”, uma vez que em nenhum deles se encontra definida a competência exclusiva de uma ou de outra instância, em um ou outro nível educacional. Mas na prática esta interpretação não vigorou.

[...], vigorou, no entanto, a doutrina estabelecida desde o Império, segundo a qual o Governo Federal se desobrigava da educação popular, entregue à competência exclusiva dos estados – e, por extensão, o ensino normal -, cabendo a ele a competência exclusiva para legislar sobre o ensino secundário e superior; ao Governo Federal era, pois, atribuída a competência para impor o modelo que fosse julgado conveniente e as condições de equiparação que fossem julgadas adequadas. (NAGLE, 2001, p. 360)

Um aspecto posto de forma clara é com relação à definição do caráter laico e secular da escola pública, ou seja, a escola pública não seria comprometida com nenhuma posição religiosa. No entanto, como salienta Cury (2005, p.77), isto não se traduz na idéia de perseguição religiosa ou inibição da liberdade de expressão ou participação pessoal em cultos religiosos. O que ficava tácito era a liberdade ao indivíduo em suas escolhas e a própria ‘liberdade de ensino’ por meio da iniciativa particular.

Um aspecto que esta Constituição omitiu foi o da relação obrigatoriedade/gratuidade da instrução pública primária. Cury atribui a omissão ao princípio federativo. Além do que a não obrigatoriedade foi influenciada também pelo

“princípio liberal de que a individualidade é uma conquista progressiva do indivíduo que se desenvolve progressiva e esforçadamente a sua *virtus*” (CURY, 2005, p. 78).

Algumas considerações que ambos os autores fazem contribuem para a compreensão do contexto geral em que a lei foi produzida e algumas conseqüências que dela decorrem. Cury (2005, p. 79) assinala que “o discurso federalista atendeu às pretensões hegemônicas dos grupos oligárquicos (...) quanto à idéia de ‘Estado mínimo’ e ao princípio do *laissez faire*.” Embora contasse com participação de positivistas, a Constituinte teve um perfil mais próximo das tendências constitucionais norte-americanas.

De qualquer modo, não se pode dizer que a Constituinte de 1891 haja ignorado a educação escolar. Mas a se deduzir do seu conjunto pode-se afirmar que a tônica individualística, associada a uma forte defesa do federalismo e da autonomia dos Estados, fez com que a educação compartilhasse, junto com outros temas dos direitos sociais, os efeitos de um liberalismo excludente e pouco democrático. (CURY, 2005, p. 80)

Em sintonia com algumas das considerações tecidas por Cury, Nagle (2001, p. 362), reforça alguns pontos e aprofunda em outros ao apresentar idéias no sentido de que a sociedade aristocrática da época do Império, por meio dos títulos de nobreza, mantinha o sistema dominante de valores. Os diplomas de conclusão de cursos, superior e secundário, garantiam privilégios na vida pública e privada. Tanto o título de bacharel, quanto o de coronel, garantia aos seus detentores certo grau de nobreza com prerrogativas e regalias especiais. Assim, a permanência no novo regime (em sua fase inicial) dos mesmos fundamentos sociais e valores do regime anterior, podem explicar porque na República Velha foram mantidas as mesmas competências na divisão das responsabilidades com a educação entre o Estado federal e as unidades da federação. Isso constituiu-se em instrumento de garantia da continuidade do poder aos mesmos grupos sociais. “Daí ser justificada a afirmação de que o liberalismo da constituição de 1891, também no setor do ensino foi um ‘liberalismo negativo’ que favorecia pequena camada da sociedade brasileira” (NAGLE, 2001, p. 363).

Acrescenta-se ainda uma observação feita por Gonçalves Neto e Carvalho (2005, p. 266). Para eles, apesar da República ter nascido marcada pela convicção no poder regenerador da educação - o que poderia contribuir na formação de uma nova sociedade,

diferente da imperial, imbuída de sentimento nacional, civismo, difusão da cidadania, aprimoramento da força de trabalho - essa foi apenas tangenciada na Constituição de 1891. Assim, a responsabilidade sobre a educação ficou tacitamente remetida aos estados e municípios, e trouxe uma marcante consequência: “Ao remeter aos estados a organização e implementação da instrução, o governo central abriu mão de qualquer proposta de formação de um sistema público unificado de ensino que viesse a contribuir para o desenvolvimento mais homogêneo da educação nacional” (GONÇALVES NETO e CARVALHO, 2005, p. 269).

Assim, perdeu-se a primeira oportunidade que concretamente se apresentou aos dirigentes do país de organizar um sistema público de ensino de abrangência nacional, a exemplo do que já vinha ocorrendo em outros países do mundo ocidental como a Inglaterra, França, Espanha, Alemanha e Estados Unidos, que dentro de suas peculiaridades, cada um estava implantando o que se chamou inicialmente de escolas graduadas ou escolas centrais, transformando o ensino primário:

[...] da existência de um conjunto de escolas sem uniformidade para um sistema mais ordenado, estandardizado e de caráter estatal; de uma escola de ler-escrever-contar para uma escola de educação integral com um programa enriquecido e enciclopédico; de uma escola de acesso restrito para uma de acesso obrigatório, generalizado e universalizado. (SOUZA, 1998, p. 31-2)

Os políticos e intelectuais brasileiros tinham conhecimento dessas transformações e em seus discursos citavam tais países como modelos de civilização e progresso proporcionados pela educação, sendo esta apontada como a saída para os problemas nacionais. Mas tal discurso não se incorporou à letra da primeira Carta Magna da República brasileira.

1.4.1 A educação na primeira constituição republicana do Estado de Minas Gerais

Segundo Carone (1978), as constituições estaduais têm muitos pontos comuns entre si e basicamente repetem a Constituição Federal. E a relação de poder entre os dois níveis – estadual e federal - pode ser assim definida:

Entre a União e os Estados praticamente, o que vemos não é bem a soberania nem a autonomia, esta localizada nos Estados, aquela corporificada na União. O que vemos são poderes atribuídos à União e poderes deixados ou não proibidos aos Estados. Baseando-se nesta divisão, é fácil concluir que os Estados exercem todos os poderes não delegados à União, os não proibidos, expressa ou implicitamente, pela Constituição Federal e os cujo exercício lhes foi expressamente facultado - isto é, o Estado detém a maior parte dos poderes. (CARONE, 1978, p. 291)

E seria pertinente acrescentar que além dos poderes aos Estados da federação couberam também as responsabilidades. Pois, com relação à educação, diante da (in)definição da competência e da desobrigação do governo federal com o ensino primário ou o ensino popular, a responsabilidade foi então assumida por eles. Em sintonia com o que se registra na citação: além de não explícito, também não era proibido.

Por outro lado, há ainda outro fator, apontado por Cury (2005, p. 84), “dada a tradição de estar este nível de ensino escolar afeito aos Estados desde, pelo menos, o Ato Adicional de 1834 (...) infere-se que tal tarefa convinha às unidades federadas”. Assim, a constituição estadual de Minas Gerais:

[...] se debruçará com um pouco mais de atenção do que a federal sobre a questão educacional, estabelecendo logo no parágrafo sexto do terceiro artigo que o ‘ensino primário será gratuito e o particular exercido livremente’. Ao congresso estadual compete, entre outras coisas, ‘legislar sobre o ensino secundário e superior, que será livre em todos os graus’ (item 5, art. 30), ‘promover no Estado o desenvolvimento da educação pública [...]’ (item 27, art. 30) e ‘legislar sobre instrução primaria’ (item 5, art. 31). O inciso IV do art. 75 reserva aos municípios alguns direitos que, em relação à educação, soam mais como dever. (GONÇALVES NETO e CARVALHO, 2005, p, 271)

No entendimento desses autores, “essas prescrições sucintas, porém bem mais extensas e esclarecedoras do que aquelas presentes na Constituição Federal” somando-se às influências de reformas em São Paulo e no Distrito Federal, resultará na sanção da lei nº. 41, de 03 de agosto de 1892, que ‘dá nova organização à instrução pública do estado de Minas’. Por esta lei iniciaram-se as preocupações com a organização dos ensinos, normal e primário em Minas.

1.5 Reformas educacionais em Minas: desde o fim do Império até a reforma empreendida por João Pinheiro em 1906

O panorama traçado por Mourão (1962) sobre o ensino elementar e normal, em Minas nos últimos anos do Império, demonstra uma situação desalentadora. Esse autor registra que as primeiras ações das autoridades dirigentes foram empreendidas através da Lei nº. 13 de 28/08/1835, visando organizar a instrução. Assim, a província foi dividida em circunscrições literárias, possibilitando certa descentralização, fiscalização e orientação. Mas, a província territorialmente muito ampla e com escassos meios de transportes, dificultava a efetiva ação dos responsáveis por cada circunscrição. Outra iniciativa foi o envio à França – país que influenciava a metodologia do ensino em Minas – de dois técnicos²⁰ para estudarem o método simultâneo²¹. Daí só a partir de 1860 outras leis e regulamentos sobre o ensino foram introduzidas, mas sem provocar modificações substanciais quanto aos métodos e organização, pois visavam mais os aspectos burocráticos e a fiscalização²².

O legado dos últimos anos do Império para a República era desanimador, quanto ao número de cadeiras de instrução pública e de alunos atendidos. Mourão (1962, p. 15) relata que o presidente Antônio Gonçalves Chaves (1883 a 1884), em relatório à Assembléia Provincial, faz um comentário no sentido de que, com uma população de dois milhões e quinhentos mil habitantes, Minas deveria ter 337.142 estudantes. No entanto, estavam matriculados nas escolas públicas, apenas 39.755, dos quais eram freqüentes 24.700 alunos de ambos os sexos. Fato que esse mesmo governante justificava ocorrer devido à atuação do ensino particular e livre, que substituíra com vantagens o ensino público. Essa situação era considerada insatisfatória e quase uma

²⁰ Os nomes desses são: Fernando Vaz de Mello e Francisco de Assis Peregrino. O primeiro, pode ter sido o mesmo professor e advogado que em 1854 fundou o *Colégio Vaz de Melo* em Uberaba, 1º colégio fundado nessa cidade e citado no Capítulo II. Um provável descendente desse é o professor Fernando Araújo Vaz de Mello, que foi professor no Grupo Escolar de Uberaba, objeto desse estudo, embora não se possa, no momento, comprovar nenhuma das duas possibilidades.

²¹ No Brasil, segundo Mourão, os métodos de ensino nesses tempos, foram sucessivamente três: o simultâneo, o mútuo e o misto. O ensino mútuo consistia na utilização de alunos mais inteligentes e capazes, a quem o professor prelecionava e esses monitores, em seguida lecionavam aos demais alunos da classe, ditando exercícios, corrigindo e até aplicando punições. O misto consistia na mistura dos dois métodos. (MOURÃO, 1962, p. 14-5). Sobre o simultâneo, o autor não tece comentário.

²² Mourão relaciona as seguintes leis e regulamentos: Lei nº. 1064 de 04/10/1860, regulamento nº. 56 de 10/05/1867, Lei nº. 1618 de 02/11/1869, regulamento de 11/04/1872, regulamento nº. 84 de 21/03/1879 e regulamento de 19/06/1883 (MOURÃO, 1962, p. 14). Esse autor firma que provavelmente, outros existiram.

década depois (1889), outro Presidente, Barão de Camargos, a partir dos dados do relatório do Inspetor Geral de Instrução Pública mantinha essa avaliação e considerava necessária uma reforma completa e radical no setor, pois as estatísticas registravam 43.586 alunos matriculados (28.418 do sexo masculino e 15.168 do sexo feminino). No intervalo entre os dois dados apresentados, a província fora equipada com Escolas Normais, que passaram a funcionar a partir de 1872, em Ouro Preto e Campanha; a partir de 1879, em Diamantina, e de 1880, em Paracatu e Montes Claros; e de 1882 em Sabará e Uberaba.

Proclamada a república brasileira, em 15/11/1889, de forma abrupta e inesperada, não havia então um projeto republicano para o governo do país, muito menos um projeto de ensino. Mas com um ano sob o novo regime, foi apresentada a primeira reforma do setor, no âmbito federal: a Reforma Benjamin Constant, patrocinada pelo titular do recém criado, Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos (que teve curta duração, de 19/04/1890 a 26/12/1892). Esse ministério foi classificado pelo estudioso da cultura brasileira, Fernando de Azevedo (1976, p. 122), como esdrúxulo, por reunir um corpo de serviços tão diferentes e disparatados. Por outro lado, sua criação lhe pareceu constituir expediente político do governo provisório, para desviar Constant da pasta da guerra, onde poderia exercer grande influência sobre as gerações mais jovens, pois já o fazia como professor da Escola Militar. E ao comentar a reforma em questão, o autor afirma:

Benjamin Constant Botelho de Magalhães, empreendeu, nesse período, a reforma de toda a instrução pública, desde a primária e secundária do Distrito Federal, até o ensino superior, artístico e técnico em todo o território do país [...], nas expressões de Rui Barbosa, o reformador da instrução deu às suas inovações um forte colorido positivista, mas não se pode dizer que as tenha orientado no verdadeiro sentido das idéias filosóficas e pedagógicas de A. Comte, frequentemente mal interpretadas por seus adeptos brasileiros. [...]. De todas as reformas e criações [...] a mais importante, [...] foi, [...] o *Pedagogium*, [...] destinado a servir de centro impulsionador das reformas e melhoramentos de que carecia a instrução nacional, e de centralizador de quanto pelo Brasil se fizesse em matéria de ensino público [...] transferida [essa instituição] para a Municipalidade não tardou extinguir-se [...]. As reformas, sobretudo do ensino fundamental, primário e secundário, [...] não só marcavam uma ruptura com a antiga tradição do ensino humanístico, predominantemente literário, como traziam o caráter de inovações tendenciosas, levantando a suspeita de planos fechados ou construções completas com que se iniciavam as sistematizações escolares e que pertenciam ou se supunha pertencerem à imaginação ou ao espírito de sistema (AZEVEDO, 1976, p. 123-5)

Tal reforma teve pouco alcance, não se concretizando no plano dos estados. E o reformador e suas propostas foram muito criticados, até por seus correligionários positivistas. A referida lei é anterior à Constituição de 1891, mas conforme já demonstrado, com relação à educação no âmbito nacional, a Carta Magna brasileira pouco acrescentou.

Contudo, o fortalecimento dos poderes estaduais (conseqüência do modelo de federalismo adotado) permitiu a eclosão dos movimentos renovadores em vários estados (VENÂNCIO FILHO, 2005, p.117), mas, de maneira irregular, devido às diferenças econômicas entre eles (GATTI Jr.; et al., 1997, p. 12). Assim, a legislação educacional brasileira evoluiu diferentemente nas unidades federadas adquirindo, em cada, características muito particulares. Entretanto, é possível observar uma ascendência do modelo paulista, estado mais rico, que exercia liderança política e também cultural sobre os demais, que passaram a nele se inspirar para suas próprias reformas.

Sobre o ensino primário no estado de São Paulo, pode-se sinteticamente descrever, apoiando-se em Ghiraldelli (2000), que na reforma de 1892, este nível basicamente se organizou em dois cursos: o curso preliminar (para crianças de 7 a 15 anos) e o curso complementar. O curso preliminar compreendia as escolas preliminares, as intermediárias, os grupos escolares, as escolas provisórias, as noturnas e as ambulantes. A reunião de quatro a dez escolas preliminares (escola ou classe) formava um grupo escolar. Um grupo escolar era dirigido por um diretor a quem se atribuíam várias responsabilidades peculiares ao cargo [novo no meio educacional] e as aulas deveriam ser dadas por professores normalistas (GHIRALDELLI JR. 2000, p. 28-9).

Os republicanos em Minas Gerais, sob o federalismo vigente, consideravam a educação uma prioridade para o revigoramento do Estado, pois o índice de analfabetismo da população era muito alto, ultrapassando o índice de 80%. Assim, o quadro existente era assinalado como desalentador. Conforme já comentado anteriormente, as escolas atendiam poucos alunos e ainda havia outros problemas: o ensino público era ministrado nas escolas isoladas, onde a freqüência era baixíssima. Essas eram inadequadas, quanto aos espaços e aos mobiliários, eram insalubres com relação à luminosidade e à circulação de ar. Além disso, visava-se ensinar apenas “ler escrever e contar” e dos professores não era exigida uma formação adequada. Eles sabiam pouco mais do que seus alunos. Essa estrutura herdada do Império sugeria aos republicanos positivistas uma reversão urgente da situação, visto que também a

expansão da instrução escolar pública era um dos pilares sobre os quais se assentava o projeto republicano (RIBEIRO, 2003, p. 70; FARIA FILHO e VAGO, 2000, p. 34).

Entre 1890 e 1891, numerosos decretos e leis estaduais acenaram com mudanças sobre o ensino, mas à semelhança do tempo do Império, visavam principalmente os aspectos burocráticos.²³ A primeira lei de reforma da instrução mineira, realmente significativa, foi a Lei 41 de 31/08/1892, chamada Reforma Afonso Pena/Silviano Brandão ou ainda Reforma 1892/1894. De acordo com análise feita por Mourão, essa é uma reforma descentralizadora, democrática, eclética e positivista. Tal adjetivação se torna compreensível quando se faz uma aproximação de suas prescrições (MOURÃO, 1962 p. 19-46). Por essa lei foi criado o Conselho Superior, presidido pelo Secretário do Interior e composto por reitores e diretores das grandes escolas da Capital, cuja competência era zelar dos aspectos técnicos e gerais do ensino: dar pareceres sobre os métodos, os processos, os programas, os exames, os planejamentos de construções, etc.; assim não interferia diretamente na administração escolar local. Foram criados seis lugares de inspetores ambulantes nomeados pelo governador para visitarem as escolas públicas e verificar o trabalho dos professores, a frequência dos alunos e as condições gerais do estabelecimento. Esse último aspecto também era observado nas escolas particulares subvencionadas. Criou a *Revista do Ensino*, publicação técnica sobre instrução. Ocorreu ainda, a criação dos Conselhos Escolares, municipais e distritais, nos respectivos âmbitos de município e povoado, havendo nesses um inspetor municipal ou distrital, conforme o caso. As funções desses se assemelhavam às dos inspetores ambulantes, ou seja, podiam deliberar sobre alguns aspectos, como licenças de professores. Os membros dos Conselhos Escolares locais eram eleitos pelos responsáveis por alunos e pelos contribuintes do fundo escolar, isso denota o aspecto democrático. Por essa lei, o ensino era obrigatório dos sete aos treze anos, podendo ser feito no estabelecimento público ou particular, prevendo multa aos responsáveis que não matriculassem seus “dependentes masculinos”. As escolas primárias foram classificadas como rurais, distritais e urbanas e o programa curricular de todas tinha um núcleo comum,²⁴ mas conforme a categoria da escola, eram acrescentados conteúdos

²³ São desse período: decreto nº. 260, de 1º/12/1890 (modificações no ensino primário); as outras a seguir não se referiram substancialmente nem a esse nível de ensino nem ao normal; Decreto 310, de 03/01/1891; nº. 363, de 04/02/1891; nº. 445, de 24/03/1891; nº. 465A, de 08/04/1891; nº. 516, de 22/05/1891; 516A, de 12/06/1891.

²⁴ Parte comum às escolas rurais, distritais e urbanas: Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética (operações com inteiros e decimais, sistema métrico, frações e juros simples); Instrução Moral e Cívica e

específicos.²⁵ Para Mourão, esse programa é surpreendente, pois se comparado aos atuais (e se fosse eficientemente desenvolvido), o ensino primário da escola urbana, equivaleria ao ensino fundamental completo, da 1ª à oitava série. As escolas podiam ser mistas, quando freqüentadas somente por alunos com até dez anos. Previa os horários de aulas em dois turnos (8h30 às 11h e 13h às 15h30). Não eram dias letivos, os domingos, as quintas e os feriados legais. E o ano durava de 15 de janeiro a 15 de novembro. Os exames eram feitos logo no início das férias. Os castigos físicos foram proibidos, propondo-se a correção por meio de “persuasão amistosa”. As escolas particulares tinham completa liberdade para funcionarem, inclusive com subvenção do Estado, dada preferentemente àquelas existentes nos lugares onde não houvesse escolas públicas.

Essa lei tratou ainda de outros temas, como a previsão de construção de prédios, a situação funcional de professores, a reorganização do ensino normal; que aqui não serão comentados, por não estarem tão diretamente relacionados ao objeto desse trabalho. A regulamentação da lei em foco se fez através de dois decretos: o nº. 655 de 17/10/1893 e o nº. 676, de 15/01/1894. Esses pouco acrescentaram, pois a lei a ser regulamentada era bastante detalhada, dispensando minúcias. Alguns aspectos de destaque nesses decretos são: quanto ao 1º, previa que o professor ensinaria a várias classes ao mesmo tempo (art. 52) e quanto ao 2º decreto, vale comentar que o Estado foi dividido em dez circunscrições escolares, cujas dez sedes eram: Ouro Preto, Sabará, São João Del Rei, Juiz de Fora, Campanha, Uberaba, Paracatu, Montes Claros, Arassuaí e Diamantina.

No governo de Chrispim Jacques Bias Fortes (07/09/1894 a 07/09/1898) que se seguiu ao de Afonso Pena, a Lei nº. 41 foi modificada através da Lei nº. 221, de 14/09/1897. Fazendo-se uma síntese das descrições de Mourão (1962, p. 47-54), as modificações consistiram em algumas simplificações do programa curricular, que perdeu em profundidade e extensão, pois as listas de matérias foram unificadas para as três categorias de escolas: rurais, distritais e urbanas. As aulas passaram a ser em um turno único, entre 10h e 14 horas. A lei apresentou também maior centralização, pois ocorreu a abolição dos Conselhos Escolares Municipais e Distritais e o governo passou

explicações sobre a Constituição do Estado; Noções de Agricultura, Higiene, Trabalhos de Agulha, para o sexo feminino (MOURÃO, 1962, p. 27).

²⁵ Para as escolas urbanas acrescentava-se: Gramática Portuguesa, Leitura e Elocução, Raízes Quadradas e Cúbicas, Curso completo de Geografia do Estado de Minas, Geografia do Brasil, Noções de Geografia Geral, História de Minas, Educação Cívica, Leitura e Explicações da Constituição Federal, Noções de Ciências Físicas e Naturais, Canto de Hinos patrióticos; Trabalhos Manuais, Ginástica e Evoluções Militares para os meninos; e, Noções de Economia Doméstica para as meninas (MOURÃO, 1962, p. 28).

a ter maior controle quanto à nomeação de professores. E por fim, a divisão em dez Circunscrições Escolares foi substituída pela divisão em sete Circunscrições Literárias, reeditando o artigo 36 do Regulamento 100 de 19/06/1883, ou seja, reeditou-se pelo Decreto nº. 1.351 de 31/01/1899, algo previsto em regulamento da época do Império.

Nesse mesmo ano de 1899, teve início o governo de Dr. Francisco Silviano Brandão que teve como Secretário do Interior, David Campista. Essa equipe fixou novas diretrizes gerais para a educação, através da Lei nº. 281, de 16/12/1899 (MOURÃO, p. 55-64), sintetizadas nas seguintes determinações: o ensino passava a ser obrigatório para crianças dos 7 aos 13 anos de ambos os sexos; as escolas rurais foram abolidas da competência estadual, enquanto que as escolas distritais e das cidades funcionariam com currículo unificado (mais simplificado ainda) e em número limitado de estabelecimentos (nas cidades não deveria ter menos que duas e nem mais que oito escolas públicas estaduais); os normalistas concursados seriam efetivados; alegando-se evitar a influência da política na vida do docente, esses só seriam demitidos após processo e removidos só a pedido; e por fim, instituíam o recenseamento escolar.

O detalhamento para a execução das normas gerais dessa lei veio através do Decreto nº. 1.348, de 08/01/1900. Alguns aspectos a destacar são: assegurava liberdade do ensino primário aos particulares e associações, reconhecia o papel das instituições católicas; o ensino primário ministrado pelo estado seria gratuito e obrigatório para todos, excetuando-se os alunos que freqüentassem escolas particulares, os que provassem desenvolver a aprendizagem em família, os alunos já diplomados, os que tivessem doença contagiosa ou incapacidade física e mental, os que residissem fora do perímetro escolar ou fossem indigentes. Quanto aos últimos, se o Estado lhes provesse do necessário, revertia-se a situação. O recenseamento escolar, para fins de obrigatoriedade, seria feito pelo promotor de justiça e dois professores. Era minucioso e incluía tanto as crianças freqüentes quanto as não freqüentes. A moral deveria ser ensinada sempre que se apresentasse um momento adequado. O método de ensino Mútuo, usado na época do Império foi em parte reeditado, prescrevendo-se que, nas aulas heterogêneas, o professor utilizasse os alunos mais inteligentes e aplicados para auxiliá-lo no trabalho. O regulamento contemplava também aspectos referentes ao Conselho Superior, às atribuições dos inspetores e aos direitos, deveres e penalidades aos professores. Mas ainda, com relação ao ensino e aos alunos, definia que aos pobres seriam emprestados compêndios escolares e supridos gratuitamente de papel, lápis, pena e tinta.

Desde a década final do século XIX, os Secretários do Interior que foram sucedendo no cargo apontavam, em seus relatórios, as mazelas do ensino e propunham mudanças. Em 1901, Wenceslau Braz (em relatório anual) chama a atenção para o fato de que os Grupos Escolares já eram adotados pelas nações mais cultas do velho e novo mundo e por alguns Estados da República, como era o caso de São Paulo. Escrevendo ao presidente do Estado de Minas Gerais, ele observa que a instituição desse novo modelo concorreria para a “nobilíssima e patriótica causa da difusão da instrução escolar” (APM. Secretaria do Interior. Relatório do Secretário ao Presidente do Estado, 1901, p. 91).

Outro Secretário dos Negócios do Interior de Minas Gerais foi Delfim Moreira (1903-1906), que também revelou suas preocupações com o exacerbado analfabetismo, com a baixa cultura intelectual da população, com a infância que pouco ou nada freqüentava a escola, com os meninos vadios abandonados pelas ruas. Conforme Faria Filho e Vago (2000, p. 36), esse Secretário, no final de sua atuação, deixa indicado para o governo seguinte seis sugestões para a reforma do ensino primário, aqui sinteticamente apresentadas, que são: a necessidade de professores habilitados, disseminação de cadeiras de instrução primária, fiscalização assídua, método e programa de ensino, mobiliário e aparelhos escolares e, por fim, casas apropriadas e higiênicas. O presidente do Estado a ocupar o cargo em seguida foi João Pinheiro da Silva,²⁶ tendo como Secretário do Interior Manoel Thomas de Carvalho Britto. Com

²⁶ João Pinheiro da Silva é mineiro; nasceu em 16/12/1860 na cidade do Serro e faleceu em 25/10/1908, no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, durante o exercício do cargo de Presidente do Estado de Minas Gerais. Havia tomado posse em 07/09/1906 e deveria governar até 07/09/1910. Era formado em Direito, tendo feito seus estudos em São Paulo, onde entrou em contato com as idéias republicanas, positivistas e abolicionistas que circulavam naquela época. Tornou-se um republicano histórico e foi líder da estruturação do Partido Republicano Mineiro (PRM). Após a Proclamação da República ocupou, por breve tempo, o cargo de vice-governador mineiro, ao qual renunciou. De 1890 a 1891 foi deputado constituinte. De 1891 a 1899 exerceu a função de empresário e simultaneamente de professor de Direito em Minas. A partir de 1899, retornou à política, ocupando sequencialmente os cargos de Agente Executivo em Caeté e Senador a partir de 1904 (permaneceu no Senado por menos de um ano). Proclamado pelo PRM, a partir de novembro de 1905, candidato à Presidência do Estado, venceu as eleições no ano seguinte. O perfil político de João Pinheiro é qualificado como positivista, mas não um positivista ortodoxo, pois se permitia manter a tradição liberal da defesa da democracia, da propriedade e da educação do povo como um direito à igualdade; não era também um positivista religioso, pois defendia a separação entre a Igreja e o Estado, a liberdade religiosa e era imbuído de um espírito religioso mineiro, tendo irmão padre e se casado e batizado seus filhos na Igreja Católica. Não era, portanto, um seguidor de Augusto Comte. Era acima de tudo um republicano e considerava a monarquia um sistema anacrônico, responsável por uma série de males sociais. Durante a campanha eleitoral para o cargo de Presidente do Estado de Minas revela em seu manifesto-programa as preocupações com a educação, afirmando que a instrução primária é uma questão fundamental, necessidade social, política e moral, sendo quase o único benefício que o povo pode ver e tocar. Faz críticas aos governos que em demasia se preocupam com a educação das classes privilegiadas e se esquecem e abandonam a modesta escola primária, que educa o povo. Como todos os republicanos positivistas de seu tempo tece críticas ao estado da infra-estrutura das

apenas vinte dois dias de exercício, este governante decreta uma reforma do ensino, através da Lei nº. 439 de 28/09/1906, que “Autoriza o governo a reformar o Ensino Primário, Normal e Superior do Estado e dá outras providências”. Por ser elaborada e sancionada em poucos dias, pode-se considerar que a base para a sua produção não demandou tempo, possivelmente por já ter sido muito discutida. Também se pode perceber no exame desta (o que será feito a seguir) que os pontos sugeridos por Delfim Moreira foram acatados ao se instituir os grupos escolares através do seu “Artigo 3º: O ensino primário e obrigatório será ministrado em: I. escolas isoladas, II. Grupos Escolares, III. Escolas modelo (anexas às escolas normais)” (APM. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1906, p. 20-1). Ver **Anexo A**.

Os Grupos escolares, embora novidade em Minas Gerais, já estavam sendo introduzidos em outros lugares e podem ser assim conceituados:

Os Grupos Escolares podem ser entendidos, de maneira geral, como as primeiras escolas públicas que, no Brasil, utilizaram-se de uma forma de organização administrativa, programática, metodológica e espacial baseada nas concepções educacionais de tipo ‘moderno’ – já em uso em algumas escolas particulares à época, como a Escola Americana de São Paulo –, fundadas num ideal de racionalização, pode-se dizer numa economia escolar dominante na Europa e nos EUA na segunda metade do século XIX e início do século XX. (NÓBREGA, 2000, p. 253)

Por outro lado, outro conceito, este formulado por Vidal (2006), é mais esclarecedor sobre a sua forma de funcionamento:

Constituindo-se como escolas graduadas, os Grupos Escolares aglutinavam em um mesmo edifício as antigas escolas isoladas, organizando a docência em torno de séries escolares que passavam a corresponder ao ano civil e eram concluídas pela aprovação ou retenção em exame final. O ensino seriado e seqüencial substituíam as classes de alunos em diferentes níveis de aprendizagem, sob a autoridade única do professor, e era regulado pela introdução da figura do diretor, oferecendo organicidade e homogeneidade à escolarização e produzindo uma nova hierarquia funcional e pública. (VIDAL, 2006, p. 8)

Alguns artigos da lei em questão que concorrem para definir a configuração que se procura dar ao ensino primário e aos grupos escolares são:

escolas e do ensino popular, promete empregar toda atenção, esforço e energia que for capaz para reabilitar a eficácia do ensino em Minas. Após vencer a eleição, e assumir o cargo, em apenas vinte e dois dias sanciona uma lei de reforma do ensino no Estado (ARAÚJO, 2006, p. 241-7).

Artigo 1 – Fica o governo de Minas Geraes autorizado a reformar o ensino primário e normal do Estado, de modo que a escola seja um instituto de educação intellectual, moral e physica.

[...].

Artigo 4 – O governo empregará os esforços possíveis para a difusão do ensino em todos os núcleos de população.

Artigo 5 – Serão adotadas medidas adequadas para que a instrução primária se torne realmente obrigatória, determinando-se a idade escolar e isenções.

[...].

Artigo 7 – Aos grupos escolares e as escolas modelo dar-se-á a organização mais adaptada aos intuitos de sua instituição.

Parágrafo único: Nos grupos escolares poderá ser creado o ensino technico primário.

[...].

Artigo 10 – Nos lugares onde forem organizados os grupos escolares [...], poderá o governo supprimir tantas escolas isoladas, quantas as de que constarem os respectivos grupos, ficando em disponibilidade com metade dos vencimentos o professor da escola supprimida, que não for aproveitado para essa organização, até que lhe seja designada nova cadeira onde deva ter exercício. (APM. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1906*, p. 20-1)

Faria Filho e Vago (2000, p. 38), comentando o artigo inicial, afirmam que pela reforma “a escola ganhou notável centralidade, sendo conformada, já nos ordenamentos legais, como o lugar específico para uma educação específica”. E pode-se acrescentar uma educação abrangente, preocupada não só com o ler, escrever e contar, mas com a formação moral, com a aptidão e o desenvolvimento físico e com o aprimoramento intellectual. Enfim uma escola da República para a República, que pudesse contribuir para civilizar, modernizar, recriar os novos sujeitos sociais brasileiros, como desejavam muitos republicanos, cujo pensamento resumia-se nesta fala de Carneiro Leão:

Se a educação é o desenvolvimento, o aperfeiçoamento das aptidões physicas, intellectuais e moraes do individuo, claro está que mais educado será aquelle, que melhor desenvolver essas aptidões e a maior nação a que tiver maior numero de cidadãos assim feitos. (LEÃO, 1917, p. 22)

O artigo 4 demonstra a preocupação com o analfabetismo elevado e combatê-lo, escreveu o Secretário Carvalho Britto, era ‘a magna obra de patriotismo’, pois esta situação era ‘de uma inferioridade vergonhosíssima em face de outros países’ (FARIA FILHO e VAGO, 2000, p. 40). Em parte, o artigo 5 redefine o 3. Neste é dado a entender que o ensino seria gratuito e obrigatório, mas naquele a obrigatoriedade é

colocada como processo, porém significa um avanço em relação à Constituição Federal de 1891, que não tocou no assunto. Sob a influência do pensamento positivista, são inseridas (no artigo 7) as aulas de preparação para o trabalho em ofícios práticos, visando dar às crianças pobres, provenientes das classes trabalhadoras, uma formação para ingressarem no mercado de trabalho. Conforme o artigo 10, os grupos não poriam fim às escolas isoladas, tão mal faladas pelos políticos republicanos antes da reforma. Têm-se registros de que elas continuaram a existir e a serem instaladas em várias cidades. Por outro lado, a lei prevê que elas deveriam funcionar de acordo com inovações. Ainda analisando este artigo, a lei previa que a situação com relação aos professores poderia ser diferente, da que se propunha aos alunos. Para esses foi pensada uma escola que buscava ampliar o atendimento dando uma idéia de inclusão, enquanto que para aqueles ficava definida a possibilidade de ocorrer o contrário, embora tal situação pudesse ser temporária.

Os demais artigos (de um total de 31 que compõem a lei) tratam em linhas gerais da vida funcional dos professores, do incentivo aos alunos pobres, de determinações relativas ao ensino normal público e nos estabelecimentos equiparados, da fiscalização técnica nas escolas e das prerrogativas do governo. Sendo que no sentido desse último item, o artigo 18 prescreve: “A direção, administração e inspeção do ensino público compete ao presidente do Estado por meio do Secretário do Interior, devendo ser regulada a fiscalização administrativa e técnica [...] para que seja real, constante e eficaz” (APM. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1906, p. 22). Vê-se por este artigo que a administração da escola foi submetida a uma extrema centralização, pois a fiscalização exercida por meio da inspeção técnica permitia que o Secretário do Interior se mantivesse informado, através de relatórios minuciosos desses inspetores, do que ocorria, praticamente, no dia-a-dia dos grupos (Ver **Anexo B** – exemplar de um relatório de inspeção). Os relatórios de inspeção, em geral enviados à capital quinzenalmente, compõem ao lado de outros tipos de relatórios e registros, a instituição de uma burocracia no setor educacional. Registra-se, também, uma hierarquização devida aos diversos níveis de poder que se estabelece no âmbito do ensino, cujo chefe supremo era o presidente do Estado, seguido, numa escala descendente, o Secretário do Interior, o Inspetor Escolar, o Diretor, os Professores e o pessoal administrativo e, por fim, os alunos.

Essa lei em questão foi regulamentada pelo Decreto nº. 1960 de 16/12/1906, que continha as prescrições específicas sobre os ensinos primário e normal, além de

reafirmar determinações já estabelecidas na lei que lhe deu origem. Por consistir em uma regulamentação, contém um texto extenso, totalizando 268 artigos dos quais 109 estão contidos no Título I, composto de oito capítulos que tratam do ensino primário: o público e o particular.

O Capítulo I – “Do ensino em Geral”, traça o perfil das novas práticas relativas a esse nível de ensino, compõe-se de onze artigos que tratam sinteticamente, no Artigo 1º: dos objetivos do ensino, firmado no tripé do desenvolvimento intelectual, moral e físico; artigo 2º: o método intuitivo e prático baseado no sistema simultâneo; artigo 3º: a educação moral, de caráter não teórico, e sim experimental, “respirada na atmosfera da escola”; artigo 4º: a educação física compreendendo a ginástica, exercícios espontâneos e trabalhos manuais; artigo 5º: a divisão do ensino primário em particular (por professores particulares e associações) e público (pelo estado e município); artigo 7º: estabelecimento de compêndios oficiais; artigo 8º: a gratuidade do ensino primário público e por fim o 11º: a institucionalização do ensino profissional, como complemento ao ensino primário, visando preparar os alunos para desempenhar ofícios práticos (APM. Coleção das Leis e Decretos do Estado de MG, 1906, p. 156-7). Assim, várias mudanças eram anunciadas quanto ao método, à educação moral e física, aos compêndios oficiais e ao ensino profissional²⁷.

No texto da lei da reforma (nº. 439 de 28/09/1906) exposto anteriormente, falava-se em tornar a instrução primária “realmente obrigatória”. Mas, no regulamento acima descrito (em seu artigo 5º), tal obrigatoriedade não se impôs firmemente, ou radicalmente, desde que,

²⁷ Quanto aos métodos de ensino e ao ensino técnico profissional, acrescenta-se que ambos foram alvos de preocupações especiais dos reformadores, pois as metodologias do ensino das diversas matérias (Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Geometria, Desenho, História Natural, Física e Higiene, Exercícios físicos, Trabalhos Manuais, Música Vocal e uso do Museu Escolar) foram definidas através das instruções contidas no Decreto nº. 1.947 de 30/09/1906, antes mesmo da aprovação do regulamento da Lei da Reforma – Decreto nº. 1960 de 16/12/1906 –, que só foi baixado em dezembro. E o fato dos reformadores se preocuparem com os métodos de ensinar, para facilitar a aprendizagem dos alunos é, para Mourão (1962, p. 106), um aspecto muito interessante, pois mais comumente ocorria dos elaboradores de reformas de ensino, preocuparem-se com a fiscalização e a burocracia. Também o ensino profissional foi tratado de maneira especial. A lei nº. 444 de 03/10/1906 continha disposições relativas ao ensino técnico, prático e profissional do Estado. Mas na verdade, esta não se tratava de uma lei original e renovadora. De acordo com Mourão (1962, p. 137) tanto na sua forma, quanto no seu regulamento, consistiam na reedição e revigoração da Lei nº. 203 de 18/09/1896 e seu respectivo regulamento, baixado com o decreto 1.124 de 14/06/1898, no governo de Bias Fortes. Seria ministrado sob duas modalidades: a) ‘nas escolas primárias, sob a forma simples e elementar’; b) Nas fazendas-modelo – a forma secundária.

[...] ficou estabelecido que o Ensino Primário podia ser ‘livremente ministrado no Estado por particulares e associações’, que ficavam sujeitos apenas à fiscalização do governo no que diz respeito à higiene, moralidade e estatística. Também podia continuar sendo realizado ‘em domicílio particular, por imediata iniciativa das famílias, com estímulo do Estado, que abonaria aos professores particulares uma gratificação para cada aluno aprovado em exame final do curso primário oficial (FARIA FILHO e VAGO, 2000, p. 46).

Tal comentário vem demonstrar um dos limites que a própria lei trouxe no seu texto, ou seja, havia a intenção de uma escolarização urgente e abrangente, mas, através apenas da ação pública, este objetivo, por incapacidade estrutural, não seria alcançado. Assim, buscou-se a parceria da iniciativa privada, acarretando segundo a visão de Araújo (2006, p. 249) “uma publicização da iniciativa particular, quando anuncia estímulo à iniciativa privada para que ela possa colaborar com o Estado na luta pela ignorância.” Esse “intercambiamento” (expressão usada por esse autor), entre o público e o privado, fez com que se regulamentasse também o ensino ministrado pela iniciativa particular, o que está posto em seu Capítulo II – “Do ensino primário particular.”

A regulamentação mais direta e específica sobre os grupos se encontra nos Capítulos III “Do ensino primário público, classificação, organização e administração escolar” e IV “Dos prédios, mobiliário e material escolar.”

No Capítulo III, em vários de seus artigos, pode-se observar a centralidade atribuída à figura do diretor, cargo novo, instituído juntamente com a criação dos grupos. Outra figura que se destaca no aspecto da fiscalização desses estabelecimentos é o inspetor técnico. Rosa Fátima de Souza, referindo-se à distribuição do poder no âmbito das escolas graduadas, afirma:

A implantação da escola graduada implicou um duplo processo de distribuição do poder na organização escolar. Externamente, tomou melhor forma o serviço de inspeção escolar, condicionando o funcionamento dos grupos escolares. Internamente, a redistribuição do poder implicou o estabelecimento de papéis e a regulamentação da vida cotidiana dos diferentes grupos ali existentes: diretor, professores, alunos, serventes, porteiro. O diretor constituiu um novo centro de poder que se interpunha entre os professores e inspetores e entre estes e o pessoal administrativo. (SOUZA, 1998, p. 82-3)

Esta definição de papéis, juntamente com a definição do papel dos alunos, a homogeneização das classes, o estabelecimento do controle sobre o tempo e os espaços escolares, da disciplina, do uso de uma arquitetura expressiva e monumental, fazem

parte do processo de racionalização que envolveu o ensino em Minas Gerais, após a reforma de 1906; reflexo da atuação das elites econômicas e intelectuais e das correntes de pensamento predominantes nacionalmente no período: o liberalismo, e o positivismo.

1.6 Considerações parciais

Ao apresentar esse panorama brasileiro e mineiro característico da Primeira República, algumas observações serão aqui colocadas em destaque. Primeira: a mudança do regime político, imperial para o republicano, com a Proclamação da República, não constituiu uma ruptura das práticas políticas ao contrário, houve uma continuidade no que se refere à base de sustentação política dos governos através do coronelismo, das fraudes eleitorais, do compromisso partidário de conveniência e não de idealismo; mantendo-se então o poder político e conseqüentemente o econômico, nas mãos das mesmas elites oligárquicas que, por sua vez, governavam em benefício próprio. Portanto, a mudança do regime pode ser entendida como um movimento conservador.

O caso de Minas Gerais é típico dessa situação. Nesse estado, a passagem do regime monárquico ao republicano ocorreu de forma pacífica e num ambiente de conciliação, graças aos entendimentos ocorridos entre os republicanos históricos e os adesistas de última hora ao republicanismo. Embora Minas fosse economicamente, mais atrasada do que São Paulo (o estado mais avançado, modelo para os demais) e apresentasse problemas como falta de unidade entre suas sete zonas geográficas, de transportes, comunicações e outros, tinha uma grande população e a maioria dos eleitores, e por isso liderava junto com São Paulo, a política nacional.

O ideário de base liberal e positivista deu o tom ao novo regime, pois favoreceu o federalismo e, conseqüentemente a descentralização política (autonomia dos estados em relação ao governo da União) e econômica (os produtores queriam realizar os negócios sem interferência do governo central, mas contraditoriamente este era procurado para ajudar no caso de insucesso). Favoreceu também a descentralização educacional, pois na Constituição de 1891 optou-se por conservar uma educação descentralizada, tradição herdada do período regencial. Assim, essa primeira constituição republicana foi reticente quanto ao tema educação popular, mas reservou ao governo federal a prerrogativa de cuidar do ensino que atenderia a elite: o superior e o secundário na capital. Conseqüentemente, os estados da federação se responsabilizaram

pela instrução inicial e popular, tema de grande destaque nos discursos dos políticos e intelectuais republicanos, que creditavam à educação o poder de modificar, reformar, modernizar a sociedade brasileira.

Socioeconomicamente, a Primeira República é mais dinâmica do que politicamente, pois nesse setor algumas mudanças acontecem por causa do surto industrial e do delineamento de uma sociedade de classes, embora ainda fluida. Surgem as classes burguesas e médias, ambas de origem agrária, mas identificadas culturalmente com o urbanismo. Com a diversificação social, essa época é também a do embate entre o ruralismo, defendido pelos produtores rurais conservadores, e o urbanismo, defendido pelas classes urbanas, mais identificadas com as idéias de modernização da sociedade brasileira, preconizadas pelos intelectuais e positivistas. Os defensores do ruralismo viam esta posição como o destino e a vocação do país, enquanto que os defensores do urbanismo a identificavam com o atraso, o não civilizado, por isto era preciso mudar, buscar a modernização da sociedade, das cidades, das escolas, mudanças que dessem certa homogeneização à sociedade e um novo perfil ao Brasil republicano, um perfil mais próximo daquele que caracterizava os países da Europa e da América do Norte. E a escola nacional e popular era, nos discursos, um dos meios apontados na busca de concretizar esse ideal de modernização. Mas por falta do aparato institucional (omissão da constituição de 1891 e outros fatores, como desinteresse da elite) não se criou o almejado sistema nacional de ensino.

Coube aos Presidentes dos Estados, devido às circunstâncias (políticas, legais e culturais do momento) tomarem a iniciativa de criação dessa escola “necessária” à República. Uma escola que fosse visível e que desse visibilidade aos governantes republicanos, que significasse uma novidade e marcasse a diferença entre a escola do Império e a da República, que servisse aos filhos do povo, para que iniciados no conhecimento pudessem depois, por si mesmos, serem mais independentes, contribuindo para diminuir o atraso e a miséria, contribuindo para a homogeneização cultural do país e para diminuir as tensões e as diferenças sociais. O modelo escolhido foi o grupo escolar, inspirado nas escolas graduadas já existentes nos países da Europa e nos Estados Unidos da América. Em Minas Gerais, os grupos escolares foram introduzidos com a reforma do ensino instituída por João Pinheiro em 1906.

A criação dos grupos escolares ocorrida em muitos estados brasileiros, embora possa ser considerada um marco no setor da educação, não significou uma ruptura no modelo educacional brasileiro. Primeiro, porque não se constituiu em um sistema

nacional de educação, mas sim, em sistemas estaduais, embora semelhantes entre si. Segundo, pois a estrutura geral do ensino no Brasil continuou a mesma: a escola secundária (federal ou particular equiparada) e a superior para os filhos da elite, que podiam avançar nos estudos; o ensino primário nos grupos escolares (nos discursos) e as escolas isoladas era para os filhos das classes menos privilegiadas, tendo esse nível de ensino para eles um caráter terminal, embora muitos nem chegassem a concluí-lo.

Finalizando, foi nesse clima político, socioeconômico e cultural brasileiro que a sociedade do período criou o modelo de escola que veio a ser denominado grupo escolar. Como o objeto central deste estudo é um dos muitos grupos criados no Brasil de então, a inserção deste capítulo (dando a conhecer um panorama da República Velha), justifica-se, pois poderá ajudar na compreensão desse objeto, no momento das análises e das sínteses explicativas, quando se buscar as interligações entre o espaço micro - o Grupo Escolar de Uberaba - e o contexto maior, a sociedade brasileira. Dizendo de outra forma, foi na constituição dessa sociedade republicana que se constituiu esse modelo escolar. Assim, o Grupo Escolar de Uberaba é, nesta pesquisa, enfocado como um espaço de produção da história da educação dessa época, pois foi onde atores sociais atuaram concretamente no dia-a-dia, como sujeitos, que agiram influenciando, e reflexamente, recebendo influências de tal sociedade.

* * *

No próximo capítulo, em busca de aproximar-se do objeto pesquisado – o Grupo Escolar – será apresentado o contexto histórico da cidade de Uberaba, desde suas origens (século XIX), até a época da inauguração desta instituição escolar (início do século XX). Neste texto deu-se especial atenção às características do setor educacional do município (escolas antecessoras e contemporâneas do Grupo, índices de analfabetismo) no período em questão. No item final do capítulo já se trabalha uma das categorias de análise proposta na introdução: a motivação para a criação e instalação de um grupo nesta cidade, em que se relata e analisa o clima político local, os fatores que pesaram favorável ou desfavoravelmente à construção dessa escola e, por fim os momentos que antecederam à sua inauguração.

2

A EDUCAÇÃO EM UBERABA: ANTECEDENTES HISTÓRICOS E ESCOLARIZAÇÃO

2.1 Contexto histórico de Uberaba: origens, desenvolvimento e quadro geral até os primeiros anos do Século XX

As origens mais remotas de Uberaba ligam-se a três fatores principais: à existência da estrada do Anhangüera, picada aberta pelos bandeirantes da expedição de Bartolomeu Bueno da Silva (1722), à decadência de uma área de mineração, chamada Desemboque (1781)²⁸ e à criação de gado, primeira atividade que concorreu para a fixação de população (não indígena) no novo lugar.

²⁸ Desemboque foi um dos muitos arraiais auríferos surgidos no século XVIII. Segundo Antônio Borges Sampaio, estudioso da história da região do Triângulo e de Uberaba, em sua obra, *Uberaba: história, fatos e homens*, publicada em 1971 pela Academia de Letras do Triângulo Mineiro, na época da Derrama, lançada em 1763, muitos mineradores deixavam as regiões fiscalizadas e se refugiavam no Desemboque para se livrarem das cobranças de impostos. Para a historiadora Eliane M. M. de Rezende (1991, p. 24), essa povoação foi fundada aproximadamente, em 1740, nas margens do Rio das Abelhas (hoje Rio Araguari). Entre 1743 e 1781 suas minas produziram mais de 100 arrobas de ouro. O arraial cresceu, contando com mais de 196 casas e cerca de 1000 habitantes. Em 1766, foi criado o Julgado de Nossa Senhora do Desterro das Cachoeiras do Desemboque, que abrangia o Triângulo Mineiro atual e todo o sul de Goiás. A decadência começou em 1781. As ruínas dessa povoação localizam-se no município de Sacramento.

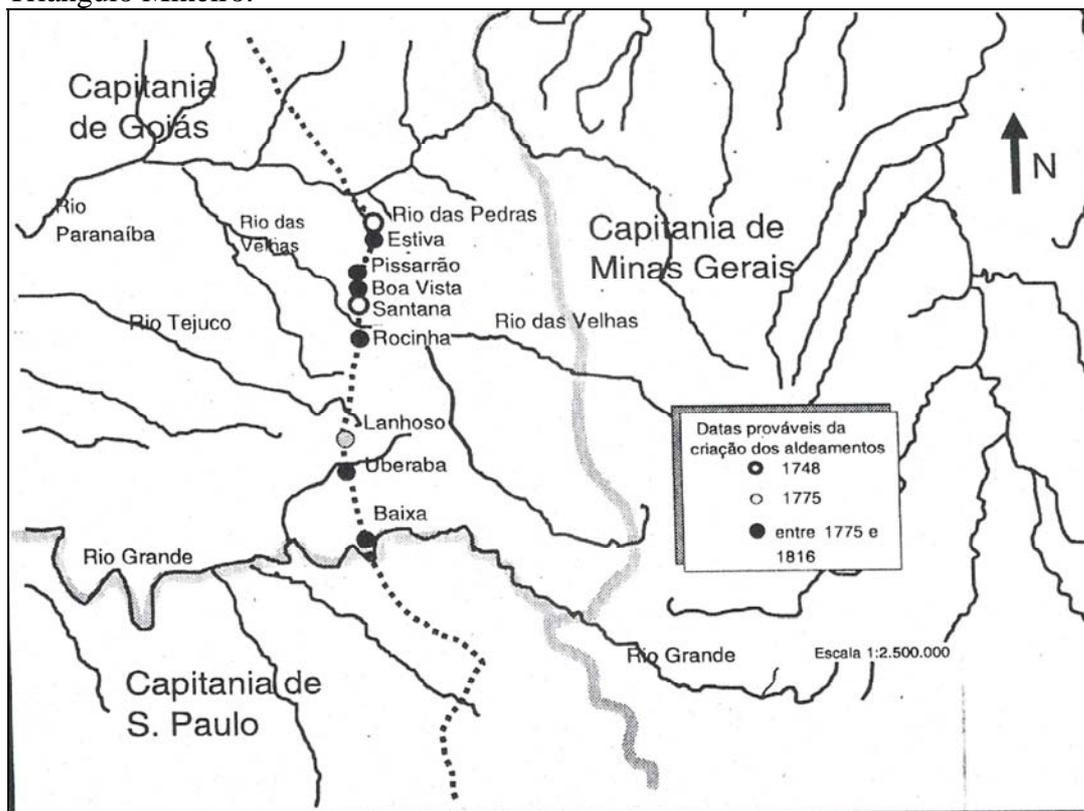
No final do século XVIII, a produção de ouro no Desemboque entrou em decadência levando os moradores do local, juntamente com outros pioneiros e exploradores, a penetrarem mais para o oeste do Triângulo Mineiro. Região denominada na época pelos entrantes e bandeirantes, que por ali passavam em direção a Goiás e Mato Grosso, de Sertão da Farinha Podre.²⁹ Era uma região inculta e despovoada, um sertão muito desconhecido e habitado pelos índios Caiapós.

Uberaba surgiu próximo ao caminho de ligação entre São Paulo e Goiás, a “Estrada do Anhanguera”, existente desde 1722 que cortava a referida região, em um traçado quase reto e vertical no sentido Sul-Norte (Ver no mapa – **Fig. 1**). A maioria dos habitantes que deram origem a Uberaba vieram da área de mineração decadente do Desemboque e arredores de Oliveira, Itapeçerica e Formiga e então se dedicaram à criação de gado,³⁰ devido à qualidade das pastagens e a abundância de água.

²⁹ O Sertão da Farinha Podre era a denominação dada, desde o período colonial até meados do século XIX à região do Triângulo Mineiro e compreendia todas as terras situadas entre os rios Quebra Anzol, Araguari, Grande e Paranaíba. Até 1748 fazia parte da Capitania de São Paulo. Entre 1748 e 1816 pertenceu à Capitania de Goiás e dessa data em diante passou a fazer parte da Capitania de Minas Gerais. (MUSEU DO ZEBU. Catálogo da Exposição: *Fazendas de criação do Triângulo Mineiro*. ABCZ/ Fundação Cultural de Uberaba, 1987). Atualmente, de acordo com informações obtidas eletronicamente, a região do **Triângulo Mineiro** é uma das mais desenvolvidas do estado de Minas Gerais. Está situada entre os rios Grande e Paranaíba, formadores do rio Paraná. Faz parte da mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Destaca-se pelas suas cidades modernas e bem estruturadas, impulsionadas pelas indústrias, pelo agro-negócio da carne, café, milho, soja e cana-de-açúcar. Outras atividades econômicas com grande repercussão na região são o comércio atacadista e as telecomunicações. Tem como destaque cidades como Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas, Ituiutaba, Patrocínio, Araxá, Frutal, Araguari, Monte Carmelo e Iturama (TRIÂNGULO MINEIRO. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tri%C3%A2ngulo_Mineiro>. Acesso em 14/06/2007).

³⁰ Por ocasião da decadência das minas do Desemboque, os mineradores foram abandonando o povoado e se espalhando pelas terras circunvizinhas. Como as pastagens eram propícias formaram-se as primeiras fazendas na região de Araxá, cujo povoado surgiu por volta de 1811. Em seguida, um grupo de pessoas, lideradas por um pioneiro chamado José Francisco de Azevedo dirigiu-se para um local, que hoje dista mais ou menos uns 15 km a leste do centro da Cidade de Uberaba. Aí foi fundado um arraial, e em 1812, ergueram uma capela curada, filial da matriz do Desemboque. Este local denominado então Arraial da Capelinha foi visitado pelo Regente dos Sertões da Farinha Podre e Curador de índios, Capitão Antônio Eustáquio da Silva e Oliveira, que detectou no local a falta de água e terras férteis. Em busca de um lugar menos inóspito, veio dar no Córrego das Lages (curso d' água, hoje coberto, que corta o centro de Uberaba) onde construiu (à margem esquerda) a Chácara da Boa Vista (hoje Fazenda Experimental – EPAMIG – Empresa de Pesquisas Agropecuárias de Minas Gerais) e a uns dois km dali (córrego acima) um retiro para criação de gado e casa de ferreiro. O prestígio do Capitão e os problemas do Arraial da Capelinha, fizeram com que os moradores desse arraial se transferissem os arredores daquele retiro, local que corresponde, hoje, à Praça Rui Barbosa, coração de Uberaba. Nasceu, assim, um novo povoado, no qual em 1818, foi erguida uma capela dedicada a Santo Antônio e São Sebastião, santos vindos do primitivo arraial. A Igreja Católica era unida ao Estado e a benção de uma capela oficializava, por extensão, o nome do lugar: Arraial de Santo Antônio e São Sebastião da Farinha Podre, denominação que vigorou entre 1818 e 1820 (ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA. *Catálogo Histórico: Árvore Genealógica da Cidade de Uberaba*, 1987, p. 6-12).

Figura 1 - Reconstituição aproximada da Estrada do Anhanguera: trecho que corta o Triângulo Mineiro.



Fonte: LOURENÇO (2002, p. 38).

Consta no Catálogo Histórico, *Árvore Genealógica da Cidade de Uberaba* (APU, 1987) que na administração civil, o Arraial de Santo Antônio e São Sebastião da Farinha Podre (primeiro nome da Uberaba atual) foi elevado, em Dezembro de 1818, a Distrito do Julgado do Desemboque. Após esse ato, ocorreu uma pequena mudança, mas de grande significação para o desenvolvimento do lugar: certo trecho da estrada do Anhanguera foi deslocado em seu traçado para passar atrás da capela deste arraial.³¹ Em 02 de Março de 1820, por decreto do imperador D. João VI, a capela tornou-se Igreja Matriz com a criação da Freguesia, desanexando-se da Matriz de N. S. do Desterro do Desemboque e passando o arraial a ser denominado Arraial de Santo Antônio e São Sebastião do (rio) Uberaba e tendo seu próprio vigário. Mas, civilmente, Uberaba continuou ligada ao Julgado do Desemboque, até o ano de 1831, quando este foi incorporado à Vila de São Domingos de Araxá, que o superava em população e desenvolvimento. Araxá se tornou oficialmente comarca, em 1833, e Uberaba, como

³¹ Segundo Lourenço (2002, p. 226-9), o desvio foi obra do Sargento-mor Antônio Eustáquio Silva e Oliveira, fazendeiro, diretor dos índios, juiz de sesmarias, comandante e regente dos Sertões da Farinha Podre. Homem que exercia diversos cargos e é considerado o fundador do núcleo inicial de Uberaba e para cujo desenvolvimento contribuiu grandemente.

distrito, foi dependente desta comarca até 1836, quando foi elevada a Vila (sede de município) com o nome de Vila de Santo Antônio de Uberaba. Nessa nova condição, foi determinado pelo presidente da Província de Minas Gerais, desembargador Costa Pinto, através de uma Portaria, que deveria ser construído um sobrado para funcionar a Câmara e a Cadeia e alugado um prédio para uma escola pública de segundo grau, (assim eram chamadas na época, as escolas de vila, sendo que as de primeiro grau correspondiam às escolas de arraial, onde só ensinavam as primeiras letras).

Com pastagens excelentes, a criação de gado se destacou inicialmente como força produtiva. A cidade foi crescendo junto à Estrada do Anhanguera, que ligava São Paulo a Goiás. Teve um grande incremento comercial, pois abastecia os tropeiros e viajantes que se dirigiam ao interior do país, conforme as observações sobre o desenvolvimento econômico de Uberaba:

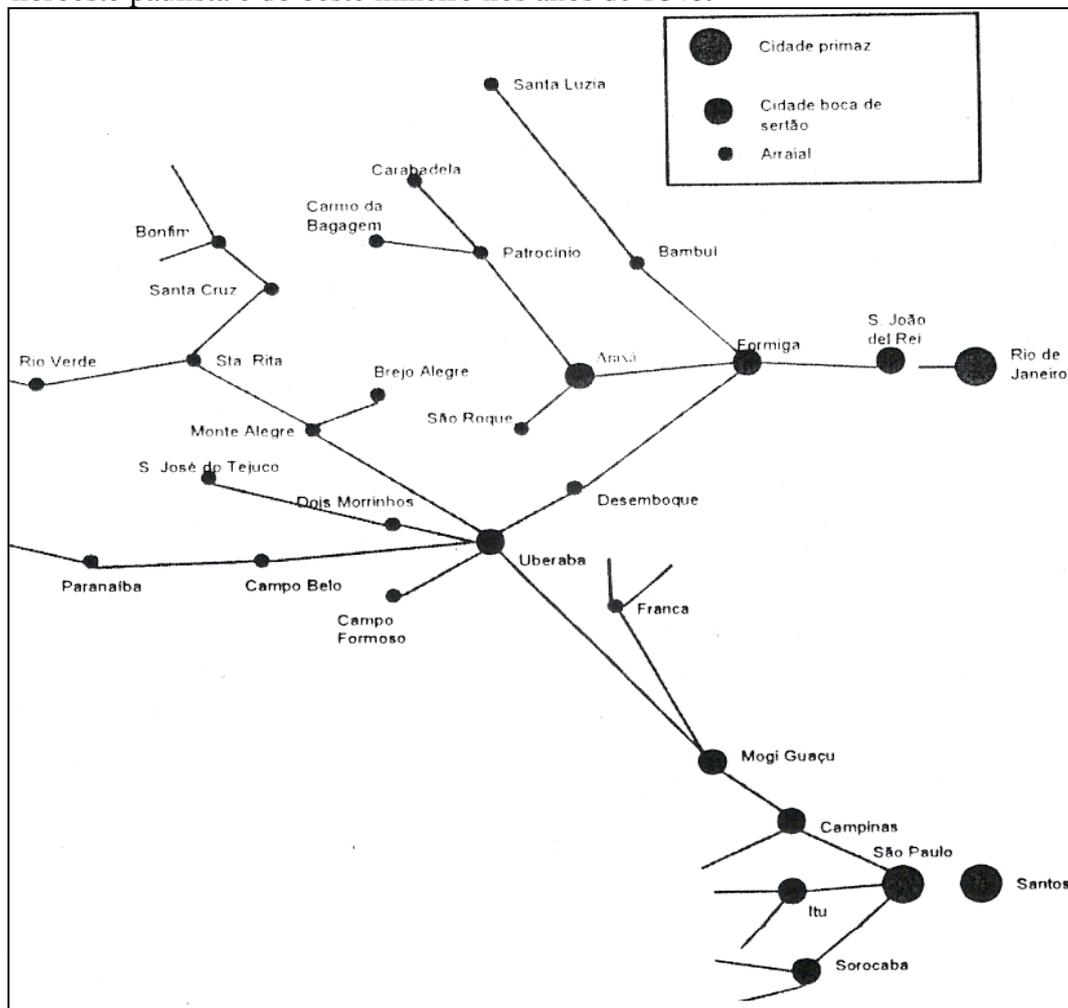
Foi a pecuária e não a agricultura que surgiu como primeira opção econômica da região e foi a responsável pela configuração dos traços que marcaram a sociedade e a cultura que então se formaram. [...]. Em decorrência de sua posição geográfica e com o incremento da atividade pastoril, Uberaba tornou-se já na primeira metade do século XIX, passagem obrigatória dos mercadores, resultando disso o constante crescimento do povoado e a sua projeção como entreposto de comércio de gado *vacum*. Estas condições permitiram que o povoado posteriormente se destacasse como centro comercial abastecedor do Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso. [...]. A pecuária praticada em grande escala nas fazendas foi responsável pelo surgimento do poder dos grandes fazendeiros da região. [Esses] monopolizavam também o comércio existente no povoado. Muitas vezes eram também comerciantes, ou prepostos daqueles, [...] (REZENDE, 1991, p. 28-31).

O produto mais comercializado era o sal, consumido pelo gado. Seguido de outros como: querosene, ferro, arame, tecidos, doces, armarinhos, perfumarias. Eram trazidos do litoral (dos portos do Rio de Janeiro e Santos), por carros de bois e/ou tropas de mulas, em estradas precárias. Sobre a ocupação do interior do Brasil nos oitocentos, ao focar Uberaba, Lourenço registra que,

A partir dos anos de 1840, portanto, Uberaba já havia se tornado algo diferente de um arraial. Muitos fazendeiros começavam a ver vantagens numa permanência mais demorada na vila, tornando-se, com o tempo, proprietários rurais absenteístas. As casas da fazenda iam sendo deixadas a administradores, e os negócios no povoado iam se tornando os mais importantes. Ao mesmo tempo, surgia uma classe de comerciantes urbanos de médio e grande porte. [...] a notável projeção alcançada por Uberaba, ao longo da primeira metade do século XIX,

pode ser melhor compreendida com base no modelo geométrico-espacial [ver **Fig. 2**]. O arraial posicionou-se, [...] num entroncamento entre dois sistemas dendríticos: o que partia de São Paulo e o que partia de São João Del Rei. [...]. Graças a sua situação de intersecção entre dois sistemas [...] Uberaba consolidou-se como boca de sertão [...]. Daí seu excepcional crescimento a ponto de se transformar numa das principais cidades do interior do Império do Brasil. (LOURENÇO, 2002, p. 237-9)

Figura 2 - Desenho geométrico espacial para ilustrar a intersecção das redes comerciais do noroeste paulista e do oeste mineiro nos anos de 1840.



Fonte: LOURENÇO, (2002, p. 239)

Na definição de Lourenço (2002, p. 239), *boca de sertão* era o nome dado ao entreposto obrigatório dos fluxos mercantis vindos dos dois lados da rede de comércio. Isto possibilitava que rapidamente o local se tornasse um núcleo urbano, graças à presença de uma classe de mercadores fixos.

Na década de 1850, Uberaba atingiu um bom nível econômico. Em 1856, a Vila foi elevada à condição de cidade. O Brasil, nessa época, também se transformava economicamente com a expansão da exportação de café, modificações na política tarifária, fim do tráfico de escravos, restabelecimento das relações normais com a Inglaterra, embora tenha aumentado também as importações. Neste contexto, Rezende (1991, p. 40) observa que “Uberaba se encaixou perfeitamente dentro desse quadro de transformações, onde desempenhou papel de pólo comercial dependente, principalmente da região paulista e de pólo fornecedor e abastecedor para mercados consumidores do interior: Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso.”

Com o crescimento econômico, surgiu uma elite, que demandava novos serviços e mais atrativos a uma população sedentária. Assim,

Por exemplo, surgiram escolas, teatros, e a política institucional, com casa de Câmara e cadeia. E é justamente nesse momento que se percebe o surgimento de uma outra elite, agora com ares de urbanidade, formada pelos professores, amanuenses, juizes, padres, que começariam a publicar jornais e a fazer saraus. Pode-se dizer que nessa fase já existia o urbano. (LOURENÇO, 2002, p. 237)

Em 1854, foi fundado o Colégio Vaz de Melo, primeiro estabelecimento de ensino a ministrar simultaneamente os níveis primário e secundário. Era dirigido por Dr. Fernando Vaz de Melo e Dr. Raimundo des Genettes.³² Essa escola recebeu popularmente a denominação de “Colégio Cuiabá”, pelo fato de localizar-se no Largo Cuiabá, hoje Praça D. Eduardo. Todavia, foi entre o final do século XIX e início do século XX, que Uberaba passou a contar com maior número de escolas de porte. Ao lado das pequenas escolas primárias dirigidas por iniciativa de professores particulares, das escolas públicas isoladas (municipais e estaduais) mais antigas, surgiram e se destacaram: A Escola Normal (pública estadual), o Colégio Nossa Senhora das Dores, sob a direção das Irmãs Dominicanas, o Colégio Diocesano, dirigido pelos Irmãos Maristas, e por fim, o Grupo Escolar de Uberaba, criado em 1909. Uma visão mais ampla do quadro educacional da cidade, entre os fins do século XIX e o início do XX,

³² Dr. Henrique Raimundo des Genettes, francês, veio para Uberaba na qualidade de médico do 32º Batalhão das Guardas Nacionais em 1853. Foi um dos homens mais influentes da história da cidade. Deu nome de Triângulo Mineiro à região denominada Sertão da Farinha Podre. Foi fundador do primeiro jornal [da cidade]: *O Paranaíba*. [Sendo por isto considerado o fundador da imprensa uberabense]. Ficando viúvo ordenou-se padre em 1876, falecendo na comarca de Ipameri, Goiás, em 1889 (REZENDE, 1991, p. 41).

será o tema desenvolvido no próximo item deste capítulo, quando se falará sobre outras escolas e de outros aspectos referentes a tal contexto.

Antes do final da década de 1850 e na primeira metade da década de 1860, houve uma desaceleração dessa atividade comercial. No entanto, com a Guerra do Paraguai (1865-1870), tal atividade foi retomada e dinamizada, pois o município de Uberaba tornou-se ponto de passagem de tropas para a guerra e fornecedor de produtos ao Mato Grosso, que ficou impedido de comerciar pelo Rio Paraguai, fechado pelos combatentes. O dinamismo e a diversificação daí ocorridas possibilitaram a urbanização e a modernização da cidade, que até então ainda era muito pequena, provinciana, de construções rústicas (as casas das fazendas eram muito maiores e mais confortáveis) e ruas empoeiradas (REZENDE, 1991, p. 61-3).

Nas três últimas décadas do século XIX, Uberaba já estava consolidada como centro econômico do Triângulo Mineiro e das províncias de Goiás e Mato Grosso, devido ao seu amplo e diversificado comércio. As casas comerciais vendiam de tudo: sal, café, farinha de trigo, arame, querosene, ferro, doces, arreios, artigos de luxo, chapéus, tecidos, louças. O *Almanach Uberabense*, (1895) registra alguns dados numéricos que atestam o desenvolvimento de Uberaba: Em 1885, a cidade contava com 80 casas de secos e molhados e 60 casas de fazendas e outros gêneros. Na edição de 1905, consta que existiam 168 casas de negócios e 18 fábricas. De acordo com Rezende (1991, p. 77), a partir da década de 1890, alguns bancos como: Banco Mineiro, Banco do Minho e depois Banco de Crédito Real de Minas Gerais, abriram agências na cidade.

Ilustrativo da boa situação econômica de Uberaba é o **Quadro 02**, no qual é possível perceber que essa cidade (dentre todas do Triângulo) era a possuidora de maior renda e também ocupava posição de destaque no âmbito do estado. A modernização e a urbanização vieram como consequência dessa pujança comercial e capitalista. Uberaba tornou-se depois, também fornecedora de mercadorias para outras regiões de Minas, além de Goiás e Mato Grosso.

Quadro 02 - Municípios mineiros classificadas por renda: 1889, 1910 e 1923. (Em contos arredondados)

1889			1910			1923		
Município	Reg.	Renda	Município.	Reg.	Renda	Município	Reg.	Renda
J. de Fora	M	88	B. Horizonte	C	945	B. Horizonte	C	2,575
Além-Paraíba	M	46	J. de Fora	M	630	J. de Fora	M	1,269
Ouro Preto	C	38	Uberaba	T	376	Uberaba	T	660
Leopoldina	M	37	Barbacena	C	212	S. J. Del Rei	C	515
S. J. Del Rei	C	29	Ponte Nova	M	168	Barbacena	C	507
Mar de Espanha	M	28	Carangola	M	142	Carangola	M	496
Uberaba	T	20	P. de Caldas	S	128	P. de Caldas	S	360
Barbacena	C	20	Além-Paraíba	M	128	Ouro Fino	S	342
Muriae	M	20	Itajubá	S	126	Ponte Nova	M	301
Diamantina	N	17	S. J. Del Rei	C	120	Manhuaçu	M	300
Pomba	M	15	Cataguases	M	111	Ubá	M	282
Ponte Nova	M	14	Leopoldina	M	107	Uberlândia.	T	281

Fonte: WIRTH, J. 1982, p. 65. (Nota: As sub-regiões estão identificadas pelas letras iniciais, cujos nomes são: C = Centro, M = Mata, S = Sul, N = Norte e T = Triângulo Mineiro).

Apesar de não se dedicar à atividade agro exportadora de café, como era o caso da vizinha cidade do oeste paulista, Ribeirão Preto, (que por esse motivo, era servida por estrada de ferro), entende-se que foi esse comércio dinâmico que possibilitou a expansão dos trilhos da Companhia de Estrada de Ferro Mogiana até Uberaba, onde a empresa inaugurou seu transporte de passageiros e mercadorias em 23 de Abril de 1889.

A chegada desse novo meio de transporte, mais rápido e eficiente, comparado aos tropeiros ou carros de bois, fez com que o comércio se avolumasse mais ainda. Porém esse movimento não durou nem uma década inteira. Em 1895 e 1896, os trilhos da Mogiana foram prolongados até Uberlândia e Araguari, respectivamente, carreando para esses municípios grande parte da atividade comercial e levando Uberaba a perder o seu monopólio.

Os municípios uberabenses, vendo sua economia caminhando para uma crise em relação aos momentos de grande desenvolvimento, iniciaram uma fase de transição e retorno às atividades agropastoris. Na pecuária, o interesse firmou-se sobre o gado Zebu, optando pela sua importação da Índia, pois muitos fazendeiros queriam melhorar os seus rebanhos que eram formados por gado china, pé duro e algum caracu. Entre os anos de 1910 e 1920, a economia baseada na criação e comércio de gado Zebu atingiu

uma próspera fase para uns, porém carregada de mudanças não tão animadoras para outros. Na visão de Resende (1991, p. 91), “a criação de gado Zebu promoveu a elevação da vida econômica do município, mas trouxe consigo reflexos negativos no tocante a vida social, se atentar para o fato de que o surto de urbanização declinou e a vida cultural empobreceu”.

A cultura e a moda eram influenciadas pelos costumes franceses que chegavam até esses sertões por meio dos jornais e dos artigos de toucador, de mesa, tecidos, adereços e jóias vendidas nas casas comerciais (REZENDE, 1991). Ao lado daquilo que se pretendia significar alguma sofisticação, não se podia deixar de entrever um contexto de dependência externa e também as marcas do modo de viver nacional.

A família era patriarcal, como no restante do país, no referido período. Com a chegada da estrada de ferro vieram os imigrantes³³ dando um matiz mais colorido e diversificado aos costumes locais.

Em um estudo realizado por Silva (1998), sobre a imigração italiana nas cidades de Uberaba, Sacramento e Conquista, a autora observa que a região do Triângulo não foi prestigiada através de subvenções do governo mineiro, para o incremento da imigração, pois esse governo priorizou os municípios cafeeiros da zona da Mata e Sul, dentre os quais Juiz de Fora, Leopoldina, Belo Horizonte, Ouro Fino, Além Paraíba, Cataguases e outros. Desse estudo extrai-se, a título de exemplo, que enquanto em Juiz de Fora, em 1897, havia 2.328 estrangeiros, em Uberaba registrava apenas 24. No entanto, no censo de 1920, Uberaba e Conquista já ocupavam respectivamente, o 3º e o 4º lugares em número de estrangeiros no Estado, predominando os italianos. Assim, a autora, utilizando como fonte informações colhidas junto aos descendentes desses imigrantes, explica que vasto percentual desse contingente italiano veio transmigrado de São Paulo (antes, durante e após a política oficial de imigração promovida pelo governo mineiro), através do que a citada autora chama de ‘imigração espontânea’, que resultou do desdobramento da imigração do oeste paulista, oriundos das lavouras de café. Apesar da origem predominantemente rural desses italianos em Uberaba e Conquista, eles se estabeleceram em grande parte na zona urbana, o que significava para eles ascensão

³³ Em 1908, Uberaba possuía na área urbana 9.186 habitantes, dos quais 8.309 eram brasileiros e os demais (877) eram estrangeiros, assim distribuídos: 467 italianos, 132 espanhóis, 111 portugueses, 86 sírios, 47 franceses, 16 alemães, 3 austríacos, 3 argentinos, 3 africanos, 3 paraguaios, 2 chineses, 2 suíços, 1 polaco e 1 norte americano (ALMANACH UBERABENSE (1909). *Recenseamento de Uberaba*. p. XCII-XCIII).

social. (Embora, uns tantos tenham se tornado proprietários rurais e outros tenham continuado como colonos).

A forte presença italiana em Uberaba se mostra quando se observa o número de estabelecimentos dirigidos por eles na cidade. Em 1903, ainda segundo Silva (1998, p. 137), chegavam a 97 ligados às atividades comerciais e de prestação de serviços. No setor industrial (embora considerado indústria doméstica), fundaram nessa época duas fábricas de cerveja e duas de macarrão.

Um aspecto interessante do quadro geral do desenvolvimento histórico de Uberaba refere-se ao setor político, quanto aos partidos e posicionamentos das lideranças uberabenses nos âmbitos nacional, estadual e mesmo municipal. Uma breve incursão nesse assunto contribui para visualizar o clima em que se davam tais relações políticas no período em foco.

Está relatado por Mendonça (1974, p. 77-81) que, no período Imperial, foi organizado em Uberaba, por homens vindos ainda do Desemboque, dois partidos: o Conservador (Cascudo) e o Liberal (Chimango) e que estes viveram sempre em grandes lutas; não por convicções políticas, mas por interesses pessoais. Após a Revolução Liberal Mineira de 1842, os conservadores passaram a denominar-se ‘legalistas’ e os liberais ‘rebeldes’. Alternaram-se sempre no poder (como era praxe no âmbito do país). Mas aqui, ambos sempre agindo com violência, odiosidade e lutas sem tréguas.

Em 1889, esteve em Uberaba o Conde D’Eu (esposo da Princesa Isabel). Nesse mesmo dia, jovens da cidade, em atitude de protesto, fundaram o ‘Clube Republicano 20 de Março’. Quando, em 15 de Novembro, foi proclamada a República (a notícia chegou no dia 16, por telegrama) esse fato foi motivo de muitas festas, comemorações e incredulidade de alguns. O Clube Republicano foi perdendo prestígio, sendo substituído pelo Partido União Política. Nessa época, a política uberabense se unificou. Mas esta situação não durou muito, pois surgiu, no seio do partido, uma dissidência, que deu origem ao Partido Republicano Municipal. As lutas políticas, quase sempre violentas entre partidos ou facções, continuaram.

Ainda de acordo com o autor citado acima ao iniciar, em Minas Gerais, o governo do Sr. Silviano Brandão (1898-1902), este projetou criar, no Estado, o imposto territorial, na razão de 3% sobre o valor das terras. Em Uberaba, a reação foi imediata, criando-se o Clube da Lavoura e Comércio para combater o imposto e, pelos seus estatutos, previa a fundação de um jornal, o que foi feito em 06/07/1899, publicando o *Lavoura e Comércio*. Este se opunha ao governo de Silviano Brandão, que por outro

lado era defendido através das colunas de outro jornal, a *Gazeta de Uberaba*, escritas pelo diretor da Escola Normal da cidade, Dr. Militino Pinto de Carvalho. Houve um período, por volta de três anos, em que vivas discussões entre os dois jornais se travaram na defesa de seus partidos, o ‘Lavourista’ e o ‘Governista’ ou Partido Republicano Mineiro. O Partido da Lavoura cresceu muito por todo o Estado, criando dificuldades para o governo mineiro. A política em Uberaba foi se pacificando, chegando a fundir os dois partidos em Janeiro de 1903. Mas esta unificação pouco durou, pois em 1904 houve uma cisão política municipal com a reorganização do Partido Republicano Mineiro (Araras) e do Partido Republicano Municipal (Pacholas).

Além destas questões partidárias, acontecia também uma situação que interferia no relacionamento normal entre Município e Estado: a questão separatista do Triângulo Mineiro. Na visão de Pontes (1978, p. 146), desde há muito o Triângulo Mineiro estava esquecido pelo governo estadual, que desta região só se lembrava em ocasião de recolher imposto. Esse autor aponta inclusive atitudes que foram prejudiciais à cidade tais como: o fechamento, por Silviano Brandão, do Instituto Zootécnico,³⁴ como represália à oposição feita pelo Clube da Lavoura; a desativação do 2º Batalhão de Polícia existente desde 1890 e o fechamento, em 1905, da Escola Normal, instalada na cidade desde 1882. Além disso, o Triângulo era alheio a Minas e ligava-se comercialmente a São Paulo. As viagens para Belo Horizonte demoravam quatro dias por via férrea, tendo-se que ir a Ribeirão Preto, São Paulo, Barra do Pirai – Belo Horizonte. Os clamores dos triangulinos não eram ouvidos. Este desejo de separar a região do Triângulo do Estado de Minas Gerais era antigo. Por duas ocasiões anteriores, nos anos de 1857 e 1875, haviam ocorrido campanhas no sentido de se incorporar ao estado de São Paulo.³⁵

³⁴ Instituto de ensino superior, destinado à formação de engenheiros agrônomos, sobre o qual, mais adiante, existem informações adicionais.

³⁵ Wirth, em *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira*, apresenta também como causas do movimento separatista do Triângulo Mineiro, as questões comercial (forte ligação com São Paulo), fiscal (os altos impostos cobrados) e ainda, a negligência do Governo da Capital - até 1897, era a distante Ouro Preto - a partir daí, Belo Horizonte que, muito lentamente, foi desenvolvendo a economia e as comunicações entre a zona do Centro e as outras zonas, centralizando o poder. Mas o desejo separatista, não era apenas dos moradores do Triângulo Mineiro, sendo comum a outras partes do Estado, pois segundo Wirth, Minas não era uma região unificada, “mas um mosaico de sete zonas diferentes ou sub-regiões. [...] cada zona desenvolveu-se numa linha diferente de tempo, dando ao Estado uma longa história de crescimentos desarticulados e descontínuos [...] [com] histórias particulares e problemas especiais [...]”. Aponta que havia desigualdade de poder entre as zonas e as que predominavam politicamente eram, a da Mata e o Sul, de onde vieram dois terços dos governadores. (WIRTH, 1982, p. 41, 67 e 206).

De acordo com esse mesmo autor, em 03/05/1906, foi fundado o ‘Clube Separatista’. Iniciaram campanhas intensas pela imprensa. Agora, porém, com um novo ideal: separar de Minas para constituir um estado à parte – o Estado de Entre Rios. A idéia contagiou várias cidades. Em Araguari, foi criado o Partido Separatista.

Esse memorialista em referência, Hildebrando Pontes, era um ferrenho separatista, participou liderando esse processo e defende a idéia de que essa campanha, embora não vitoriosa, trouxe para a região vários benefícios. Tal observação é pertinente quando se considera que “a retórica separatista ajudava os políticos a extrair recursos e concessões do governador”. (WIRTH, 1982, p. 67). Para Pontes (1978, p.149), foi devido a tal campanha que, os governos da União e do Estado de Minas começaram a se interessar pela região e a conceder benesses, como por exemplo: o Governo Federal assinou o decreto nº. 6062 de 14/06/1906, equiparando o Ginásio Diocesano de Uberaba ao Colégio D. Pedro II do Rio de Janeiro; na mesma época autorizou a construção da Ponte Afonso Pena sobre o Rio Paranaíba, facilitando as ligações do Triângulo com Goiás. Em 1907, através de decretos, propôs ampliações de linhas férreas que ligariam também o Triângulo a Goiás e Uberaba a Araxá e a Igarapava. E mais, o presidente do Estado de Minas, João Pinheiro (1906-1908), enviou dois deputados para se informarem das reclamações da população da região. Daí bons resultados também derivaram: em 1908, dois uberabenses foram indicados à Câmara Federal e ocorreram as negociações e o acerto para a criação do Grupo Escolar de Uberaba. No governo seguinte - de Wenceslau Braz - em 1909, foram criadas: uma agência bancária e a 3ª Delegacia Auxiliar de Chefia de Polícia, anexo um Gabinete de datiloscopia e identificação e, retornou o Batalhão de Polícia.

2.2 A Educação em Uberaba no fim do século XIX e início do século XX: atuação da sociedade civil, da Igreja e do Estado

No século XIX, Uberaba contou com a existência de várias escolas, a maioria delas particulares e confessionais, pelo fato de serem criadas ou dirigidas, respectivamente, por elementos da sociedade civil e por representantes da Igreja. Mas funcionaram também escolas públicas, isto é, mantidas e dirigidas pelo Estado ou

Município. Encontram-se, em Coutinho (2000), referências sobre o ensino de quando Uberaba era ainda apenas um arraial, no início do século XIX:

A primeira professora primária de Uberaba foi Dona Eufrásia Gonçalves Pimenta que, por volta de 1815, fundou, em território desse município, a primeira escola de instrução primária particular, ensinando ler, bordar, fazer crivo, rendas e teçumes a muitas moças do primitivo Arraial de Santo Antonio e São Sebastião da Farinha Podre. Depois da criação da Freguesia, em 1820, os padres *devem* ter começado a cuidar da alfabetização das crianças, conforme as leis da época. (COUTINHO, 2000, p. 49) (Grifo meu)

Complementando essa inferência, (sobre o ensino na Freguesia) pode-se acrescentar que estudo realizado por pesquisadores da Fundação Cultural de Uberaba relata que, em 1824, o Padre Júlio Luiz Mamede, e o professor José Carlos da Silva, estabeleceram suas próprias escolas primárias (FCU, 2000). Na época da elevação da Freguesia à Vila (1836), foi baixada uma portaria do Presidente da Província, determinando que fosse alugado um prédio para instalar aí uma escola pública, (APU, 1987, p. 14). Mas só em 1838 começou a funcionar a primeira Escola Pública Provincial (FCU, 2000), sobre a qual não foram encontradas outras informações. Com o decorrer do tempo, outras escolas foram sendo criadas, mas estas não alcançaram o século XX, pois a maioria delas teve curto ciclo de vida conforme se pode perceber no quadro-síntese (**Quadro 03**), elaborado a partir das informações coletadas em Coutinho (2000) e Mendonça (1970). Além do mais, observa-se (pela cronologia) que a maioria delas (as primeiras principalmente) não funcionou simultaneamente, mas sequencialmente.

A atuação da Igreja Católica, como instância promotora de ensino, também já se fez desde o século XIX. Uma das instituições criadas foi o Externato Diocesano do Sagrado Coração de Jesus (1899-1902). Em 1899, o Seminário da Diocese estava vazio por falta de seminaristas. O Bispo Dom Eduardo Duarte, segundo Coutinho, “querendo fazer outro uso adequado do prédio, e consciente da carência de uma boa escola para a população de Uberaba e região, transformou seu Seminário no Externato Diocesano do Sagrado Coração de Jesus, que foi entregue aos Padres” [Agostinianos Recoletos]. No fim do ano de 1902, a direção desse externato “conforme vontade do próprio Bispo” foi passada aos Irmãos Maristas. Estes novos dirigentes mantiveram a escola com o mesmo nome (COUTINHO, 2000, p. 52).

Quadro 03 - Escolas fundadas, em Uberaba na segunda metade do século XIX, por iniciativa de pessoas ligadas à sociedade civil

Nome/ Período de funcionamento	Características e/ou nível de ensino	Fundador(es) e/ou diretor(es).	Localização
1) Colégio Vaz de Melo (1854-1857)	Cursos primário e secundário, conhecido por “Colégio Cuiabá”.	Dr. Fernando Vaz de Melo (engenheiro) e Dr. H. Raimundo Des Genettes (médico).	No mesmo endereço (não no m/m prédio) onde funciona hoje o Colégio Marista Diocesano.
2) Colégio Des Genettes (1859-1861)	Funcionava em um sobrado do próprio fundador	Dr. Henrique Raimundo Des Genettes	Rua Coronel Manoel Borges (na época Rua Direita).
3) O Primeiro Liceu Uberabense (1877-1879)	Ensino secundário. Tinha ótimo gabinete de física	Professor César Ribeiro (que veio de Franca para Uberaba e para onde retornou ao fechar a escola).	Rua Governador Valadares (antiga Rua do Imperador, no local funciona hoje o Colégio Rubem Alves).
4) Colégio Piedade (1878-1882)	Boa frequência: superior a oitenta alunos.	Coronel Joaquim Antônio Gomes da Silva.	1º endereço: não há referência. 2º endereço: no prédio do Primeiro Liceu.
5) Segundo Liceu Uberabense (1881-1891)	Cursos primário e secundário	Sr. Antônio Silvério Pereira	1º endereço: Rua Direita (hoje Coronel Manuel Borges). 2º endereço: Prédio atrás da Igreja Matriz.
6) Colégio Uberabense (1889-1896)	Curso preparatório de fama regional	1º) Prof.º Paulo Frederico Barthes; 2º) Dr. Manoel Joaquim Bernardes; 3º) Prof.º Dr. Augusto Ferreira Reis.	1º) No prédio do Primeiro Liceu Uberabense; depois em vasto prédio, no Alto das Mercês, construído por iniciativa do farmacêutico Major Francisco Sebastião da Costa. ³⁶
7) Colégio Maria Isabel (1899 - início de 1906)	Primário e secundário.	Fundado pelo Sr. Joaquim Antônio Pinto da Fonseca, dirigido pela Senhora Dona Maria Isabel Coutinho da Fonseca.	Na Praça da Matriz, esquina com a Rua São Sebastião.

Fonte: COUTINHO (2000) e MENDONÇA (1970)

Outra instituição criada por religiosos foi o Colégio N. S. das Dores. A fundação dessa escola é anterior à do Colégio Diocesano, datando de 15/06/1885, por D. Cláudio José Ponce Leão, Bispo de Goiás, sob a direção das Irmãs Dominicanas, que se instalaram primeiramente numa das alas da Santa Casa de Misericórdia. Em 1893, iniciaram a construção de um monumental edifício, para o qual se transferiram em

³⁶ Esse prédio em 1896 foi comprado pelo Bispo D. Eduardo Duarte Silva, para nele instalar o Seminário Episcopal, devido à transferência da sede do Bispado de Goiás para Uberaba. O Colégio Uberabense encerrou nesse mesmo ano suas atividades, dando lugar ao Seminário, que aí funcionou de 1896 a 1899. A partir desta data passou a funcionar no prédio o Externato do Sagrado Coração de Jesus, transformado depois em Colégio Marista Diocesano (internato e externato). A referida edificação foi ampliada pelos Irmãos Maristas e o colégio por eles dirigido permanece nesse local até hoje.

1895, onde funciona até hoje. Mantinha curso primário, secundário, normal, cursos de pintura, canto, música e piano. Em 1905, foi equiparado às Escolas Normais do Estado (MENDONÇA, 1970, p. 107). Ambas as instituições citadas gozaram de fama regional, funcionaram como internato (masculino e feminino, respectivamente) e atraíram para Uberaba muitos jovens filhos da elite moradora nos Estados vizinhos à região do Triângulo Mineiro, que vieram para realizar seus estudos. Hoje são escolas tradicionais da cidade, freqüentadas por grande número de alunos (**Quadro 04**).

Quadro 04 - Escolas fundadas, no século XIX, em Uberaba, por iniciativa da Igreja Católica

Nome	Período de funcionamento	Fundador(es) e/ou diretor(es).	Características e/ou nível de ensino
1) Colégio N. S. das Dores (internato e externato).	Iniciou em 1885 e ainda hoje está em funcionamento.	D. Cláudio José Ponce Leão, Bispo de Goiás, sob a direção das Irmãs Dominicanas.	Primário, secundário, normal equiparado e cursos de pintura, canto, música e piano.
2) Seminário Episcopal.	1886-1889	Fundado pelo Bispo D. Eduardo Duarte Silva.	Formação de religiosos.
3) Externato Diocesano do Sagrado Coração de Jesus	1899-1902	Fundado pelo Bispo D. Eduardo Duarte Silva e dirigido pelo Padre Agostiniano Recoleta: Celidônio Mateus de São José.	Escola pertencente à Diocese. (Não há referência explícita ao nível de ensino, nos textos consultados).
4) Colégio Diocesano do Sagrado Coração de Jesus (internato e externato).	Iniciou em 1903 e ainda hoje está em funcionamento sob a denominação de Colégio Marista Diocesano, apesar de não pertencer à diocese.	O prédio do Externato foi entregue pelo Bispo D. Eduardo Duarte aos Irmãos Maristas, que passaram a dirigir o novo colégio.	Secundário. Mantinha também curso primário em escola anexa gratuita denominada N. S. de Lourdes, atendendo cerca de cem alunos pobres.

Fonte: COUTINHO (2000) e MENDONÇA (1970)

Por iniciativa do Estado de Minas Gerais, em Uberaba existiram duas escolas que marcaram pelo pioneirismo, pelo nível de ensino oferecido, mas também pela efemeridade. Foram elas: O Instituto Zootécnico (1894-1898) e a Escola Normal de Uberaba (1882-1905). O primeiro consistiu em um instituto de ensino superior,

destinado à formação de engenheiros zootécnicos. Sua fundação deveu-se ao projeto do Professor Alexandre de Souza Barbosa, então deputado estadual, sendo criado através da Lei nº. 41 de 03/08/1892.³⁷ Foi instalado em 1894. Em dezembro, desse mesmo ano, realizaram-se, na Escola Normal, as provas de habilitação para matrículas no Instituto, às quais se submeteram vários candidatos, sendo aprovados 14. Desses, oito concluíram o curso. Mas essa escola foi fechada em fins de 1898, pelo Presidente Silviano Brandão, segundo a interpretação unânime de memorialistas uberabenses: tratou-se de reação contra o Partido da Lavoura que aqui se criou, para combater o imposto territorial (MENDONÇA, 1974; PONTES, 1970). Mas o governo mineiro alegava contenção de gastos, devido a difícil situação financeira do Estado. Sobre essa época Wirth (1982, p. 142), afirma que: “A educação mineira atolou na economia de escassez e isso a desmoralizou. O governador Silviano Brando fechou quase 400 escolas durante a depressão de 1898; [...]”. O instituto formou só uma turma de profissionais.

A Escola Normal – criada pela Lei Mineira nº. 2.783, de 22/09/1881 –, foi instalada em 12/07/1882 sob a direção do Major Joaquim de Oliveira Pena (Senador Pena). De acordo com o primeiro artigo da referida lei (SAMPAIO, 1971, p. 370), o objetivo desta escola era preparar para o magistério, em um curso de três anos, contendo matérias do curso da Escola Normal da Capital da Província, nesta época, Ouro Preto. Seria a escola “aberta às pessoas de ambos os sexos, sendo as lições dadas promiscuamente” (SAMPAIO, 1971, p. 379). No ano de 1882, foram matriculados 96 alunos, sendo freqüentes 85 e aprovados 50. No ano seguinte, houve crescimento, tendo sido matriculados 173, freqüentes 154 e aprovados 92. Essa escola funcionava em prédio alugado localizado na Praça da Matriz, 08. Foi fechada no ano de 1905.³⁸ Nesse mesmo ano, o Colégio N. S. das Dores teve seu curso normal equiparado aos cursos

³⁷ No presente trabalho, já se fez referência a essa lei mineira (Lei Afonso Pena) de reforma do ensino, em suas prescrições para o curso primário. Quanto ao ensino superior: “Previa essa lei dois institutos agrônômicos: um no município de Itabira [...]; outro no município de Leopoldina. Haveria dois institutos zootécnicos, sendo um em Uberaba e outro em Campanha” (MOURÃO, 1962, p. 549). Nota da autora: Um aspecto interessante sobre essa escola é que foi fundada (e denominada) como Instituto Zootécnico, mas os textos consultados ao fazerem referência a quem nela se formou, esses profissionais são denominados engenheiros agrônomos.

³⁸ A documentação referente à Escola Normal de Uberaba se encontra no Arquivo Público Mineiro em Belo Horizonte.

normais do estado.³⁹ Por ocasião deste desfecho, foi publicado, no mês de fevereiro, em órgão da imprensa local, o seguinte:

Por ordem do benemérito governo de Minas Gerais (não me afasto do estilo engrossativo destes tempos) que suspendeu ou suprimiu, não sei bem, todas as Escolas Normais do Estado, onde os pobres iam receber instrução, só para fazer economias (!), foram entregues a terceiros, até segunda ordem, todo material e a biblioteca da Escola desta cidade, visto não pertencer o prédio ao governo. No dia em que este se desocupava, causava dó, como bem disse o Sr. Tenente Coronel Sampaio, em uma das suas cartas ao “*Jornal do Commercio*”, quem passasse em frente do estabelecimento que não havia muito tempo se enchia com a alegria das crianças, vê-lo então silencioso e triste e nu. Maldita economia! Enquanto se fecha a Escola Normal, o Gymnasio Diocesano se vai desenvolvendo. É assim que esse ano a matrícula nesse estabelecimento de ensino, tão bem dirigido pelos Irmãos Maristas, sobe muito de ponto. Mas não se pense que o fechamento da Escola Normal tenha concorrido para isso, pois até hoje, só três alunos desta, o freqüentam. Se a admissão no Gymnasio custasse tanto como na Escola Normal é bem provável que a maior parte dos alunos desta lá estivessem. (REVISTA DE UBERABA, 1905, p. 1)

A Escola Normal, pública estadual, foi pioneira não só no município, mas na região, tendo sido criada ainda durante o período imperial. Além disso, dois outros aspectos reforçam esse pioneirismo: o fato de oferecer o ensino normal, modalidade existente em poucos municípios mineiros e também promovê-lo de forma mista. Por outro lado, no decorrer de seu funcionamento, ela foi contemporânea das escolas confessionais, já referidas: o Colégio Nossa Senhora das Dores (para mulheres) e Colégio Diocesano (para homens).

A importância destas duas escolas estaduais – Instituto Zootécnico e Escola Normal - reside também no fato de que ambas preparavam mão de obra qualificada para atuação na cidade e na região, principalmente a Escola Normal, que formou professores para atuarem nas escolas primárias, condição que não era comumente encontrada na maioria das cidades do interior deste país. Pode-se considerar Uberaba relativamente

³⁹ Esta coincidência de datas possibilita hoje, uma análise no sentido de que o governo mineiro ao fechar a Escola Normal, por um lado, desincumbiu-se da despesa com a manutenção de uma escola pública estadual, mas por outro, relativamente compensou as estudantes do curso normal dessa escola particular. Esta equiparação constituiu um estímulo ao Colégio das Dominicanas, que a partir de então passou a deter o monopólio do ensino normal, agora mais forte e oficial, porque equiparado, levando à situação que Araújo (2006) denomina “intercambiamento”, que ocorre através da parceria entre o ensino público e o privado e se estabeleceu a partir do momento em que o Estado buscou reformar o ensino, publicizando-o. Mas, por incapacidade estrutural teve que contar com a colaboração da iniciativa particular para tentar levar avante a luta contra a ignorância. Daí o Estado regulamentar e incentivar o ensino ministrado também pela iniciativa privada.

privilegiada quanto ao aspecto de escolas formadoras de normalistas, pois o Colégio N. S. das Dores também muito contribuiu com a formação de professoras primárias, que puderam exercer a função em muitas escolas isoladas e até mesmo no Grupo Escolar de Uberaba, quando este iniciou seu funcionamento.

Conforme se pode perceber, no século XIX, a criação da maioria das instituições de ensino deveu-se à iniciativa dos elementos da sociedade civil, mas estas escolas tiveram um ciclo de vida curto e isto se deu também com as escolas estaduais. A exceção é constituída pelas duas escolas confessionais católicas. Ambas já completaram mais de cem anos.

Sobre a situação educacional na primeira década do século XX, algumas publicações lançam luz sobre certos aspectos. Em 1908, quando o grupo ainda não estava em funcionamento, sob o título: *Estabelecimentos de instruções* foi publicado em órgão da imprensa local uma lista das escolas urbanas, relacionando os nomes dos professores responsáveis (quando se tratava de escola isolada) ou o nome da própria escola (quando se tratava de colégio ou externato) e seus respectivos endereços, cuja transcrição vem a seguir:

Escolas Estaduais: 1) Antônio A. Pereira de Magalhães – Rua Vigário Silva, 08; 2) Fernando de Araújo Vaz de Mello – Rua Capitão Domingos, 10; 3) Dona Carolina Augusta Diniz - Rua do Carmo, 08; 4) Dona Evarista Modesto dos Santos – Rua Sete de Setembro, s/n.

Escolas Municipais: 1) Quintiliano Jardim Júnior – Rua do Comercio, s/n; 2) Dona Laurinda Augusta de Moura – Rua Pires de Campos, 02.

Escolas Particulares: 1) Felício de Paiva – Praça d’ Abbadia, 02; 2) Dona Anna Francisca de Jesus – Rua do Comercio, 44; 3) Joaquim Flavio de Lima – Praça Comendador Quintino, 14; 4) Padres Agostinianos – Igreja d’ Abbadia. 5) Maria Mirea de Faria – Rua Municipal, 35. 6) Dona Bertholina Santos – Rua das Flores, s/n; 7) Externato ‘Salvina’ – Rua Guttemberg, 01; 7) Honório Guimarães (aula noturna) – prédio ‘Fatelanza Italiana’; 9) Collegio de N. S. das Dores (para o sexo feminino) – Praça da Misericórdia, 01 (Equiparado às Escolas Normaes do Estado); 10) Externato Santa Bárbara (filial do Collegio de N. S. das Dores) para o sexo feminino – Praça Santa Bárbara; 11) Gymnasio Diocesano (equiparado ao Gymnasio Nacional) – Praça do Seminário. (ALMANACH UBERABENSE, 1908, p. XCVI)

Diante dessas informações foi possível sintetizar os dados no **Quadro 05**, a seguir:

Quadro 05 - Estabelecimentos de Instrução de Uberaba. Anos 1907/1908

Escolas públicas		Escolas particulares		Total
Estaduais 04	Municipais 02	Confessionais 04	Iniciativa privada 07	17

Fonte: ALMANACH UBERABENSE, 1908, p. XCVI

No ano de 1909, sob o título *Recenseamento de Uberaba*, o mesmo periódico relata que, de acordo com o levantamento feito, em Julho de 1908, constataram-se os seguintes dados estatísticos sobre a população e o analfabetismo:

Quadro 06 - População e analfabetismo em 1908 na área urbana do município de Uberaba

População da cidade	Sabem ler	Não sabem ler (de 06 anos acima)	Crianças de 0 a 5 anos
9.186	4.446	3.341	1.399
100%	48,40%	36,37%	15,23%

Fonte: ALMANACH UBERABENSE, 1909, p. XCII

Nessa, época os índices de analfabetismo são grandes em todo o país. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴⁰, no recenseamento do ano de 1920, o Brasil e o estado de Minas Gerais possuíam respectivamente 30.635.605 e 5.888.174 habitantes. As estimativas dessa época são de que cerca de 80% dessas populações eram analfabetas.

Os índices de Uberaba são melhores em relação ao quadro do país. Infere-se que tal situação constitui reflexo do número de escolas, existentes no município, desde o império, mas também provém do fato de se considerar apenas os índices em relação à população urbana, não tendo incluído valores referentes à zona rural, onde as taxas de analfabetos eram potencialmente maiores.

⁴⁰ Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=1&i=P>>. Acesso em 24/07/2006. Nota: Se ao acessar esse endereço eletrônico não se obtiver o resultado esperado, o caminho sugerido, por e-mail do próprio IBGE endereçado à autora desta pesquisa é: acesse www.ibge.gov.br . Depois em seqüência clique nas seguintes opções: sidra/acervo/períodos/ano(1920)/censo demográfico/população/tabela (1286 - digitar)/selecionar: Brasil (Sim)/unidade da federação (Minas Gerais)/ OK.

Em 1916, o Grupo Escolar de Uberaba já funcionava há sete anos. Nessa época, foi publicado na revista *O Brasil e seus Estados: Minas Gerais e seus Municípios*⁴¹ dados numéricos e comentários interessantes sobre a instrução em Uberaba, segundo os seguintes termos:

A instrução no município de Uberaba é a mais lisongeira possível. Há escolas primárias estaduais em: Conceição das Alagôas, São Miguel de Veríssimo, Dolores de Campo Formoso e povoação do Cassu. Na cidade a instrução primária é ministrada no Grupo Escolar, que funciona em dois turnos [...]. As classes organizadas são em número de treze, [...]. Anexo ao Grupo funciona um curso técnico ou de iniciação profissional, para o sexo masculino, e uma associação beneficente denominada “Caixa Escolar João Pinheiro” que fornece vestuário e utensílios escolares às crianças reconhecidamente pobres que freqüentam assiduamente as aulas. As escolas mantidas pela Câmara Municipal são as seguintes: [...]. (CAPRI, 1916, p. 63-5)

Na seqüência do texto, estão relacionadas vinte e seis localidades, dentre povoados, fazendas e estações ferroviárias, onde funcionavam escolas mantidas pela Câmara Municipal e seus respectivos professores. Fazia também referência às escolas confessionais católicas: Ginásio Diocesano e Colégio N. S. das Dolores, ambos funcionando sob o regime de internato, mas mantendo anexo, cada um deles uma escola sob o regime de externato com curso primário e secundário, respectivamente para os sexos masculino e feminino. Além destes relata ainda que havia pela cidade e município diversas escolas primárias particulares para os dois sexos.

Até este ponto, o artigo traça um perfil bastante positivo do município de Uberaba em relação à época histórica a que se refere. Mas tal texto ainda traz na seqüência outras referências e dados estatísticos significativos pelo teor do seu conteúdo, assim expresso:

O Sr. Vitor Vianna, reconhecida autoridade em assumpto de instrução, publicou, há poucos annos, na ‘Imprensa’, do Rio, um artigo que por lisongeiro à instrução deste município, transcrevemos aqui: ‘Há uma cidade, no Brasil que tem uma frequência escolar igual á das melhores cidades da América do Norte e da Austrália. É Uberaba. A população do município de Uberaba atinge 33.261 habitantes. Dos 26.342 adultos, 17.741 são analfabetos. A porcentagem é, portanto de 67,38%, que em relação aos 70% e tantos dos Estados de Minas e São Paulo, é lisongeira para o município. Em 1908, a frequência das escolas da cidade de

⁴¹ A revista, *O Brasil e seus Estados: Minas Gerais e seus Municípios* se caracteriza por apresentar fatos do desenvolvimento histórico, dados econômicos, sociais e educacionais, sobre os municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O exemplar se encontra no acervo do Arquivo Público de Uberaba.

Uberaba, era de 1455 creanças. Em 1909, atingiu 1.850. A proporção passou de 15% a 21%. Ora, num paiz onde a média da frequência escolar não chega a 3% (exatamente 2,5%), o caso de Uberaba deve-nos encher de espanto e contentamento. Essa proporção de 21% é um pouco menor á das melhores cidades americanas e ao próprio conjunto dos Estados Unidos, que é hoje de 22%. Mas, já é a melhor do mundo latino em ambos os continentes. É um record que sobremaneira honra os habitantes do ‘Triângulo Mineiro’. (CAPRI, 1916, p.66-7.)

Vê-se que o índice de analfabetismo geral: 67,38% (considerando toda a população adulta do município, zonas rural e urbana) é bem maior do que os 36, 37% dos analfabetos acima de 06 anos registrados no recenseamento feito em 1908, que contemplou apenas a área urbana. O texto aliado às ilustrações (traz uma foto do próprio prédio e outra do corpo docente do Grupo, respectivamente, **Fig. 03 e 17**), levam a inferir que o Grupo Escolar contribuía com esses índices relevantes; pois quando fornece os números de 1908 e 1909, respectivamente 1.455 e 1850 alunos freqüentes, são anos cruciais, no contexto histórico desta instituição. Na primeira data, o Grupo ainda não existia e a segunda corresponde ao ano de sua inauguração.

Com relação aos dados levantados, sobre economia, população, escolas, analfabetismo; uma análise possível é que Uberaba possuía também, em termos de condições educacionais, uma liderança regional, não só por atrair para o Diocesano e o N. S. das Dores, alunos da região do Triângulo Mineiro e dos estados circunvizinhos, filhos da elite, que para cá se dirigiam para cursarem, respectivamente, o secundário (preparatório para o curso superior) ou o Normal. Mas, também por ter tido uma escola normal estadual de 1882 a 1905, que exerceu o mesmo papel no aspecto da formação de professores. Por outro lado, isto trouxe para Uberaba, primeiro com a Escola Normal, depois com a Escola das Dominicanas, a possibilidade de uma mão de obra qualificada para ministrar aulas, seja por iniciativa própria, abrindo escolas, seja como professor (a) do estado, no Grupo Escolar ou em escolas isoladas.

Figura 03 - Prédio do Grupo Escolar de Uberaba (construção de cor clara, à esquerda). Ao fundo, a Igreja de São Domingos, ainda sem as torres



Fonte: CAPRI, 1916, p. 65 (Nota: foto de 1909).

2.3 Discussões que antecederam a inauguração do Grupo Escolar de Uberaba: obstáculos e motivações para a construção, criação e instalação

Conforme estudos de Rosa Fátima Souza (1998), nas décadas finais do século XIX, ocorreram, no Brasil, intensos debates a respeito do crescimento econômico, da transição do trabalho escravo para o livre, da necessidade da construção de uma identidade nacional e de modernização. Esses debates envolviam intelectuais, políticos, homens de letras e grandes proprietários rurais. Nasceu, então, um amplo projeto civilizador, que se caracterizava pelo discurso sobre a necessidade da implantação de uma educação popular, pois essa atenderia tanto o aspecto político (era preciso ser alfabetizado para ser eleitor, participar, fortalecer e consolidar a República), e social com a crença de que a educação traria a evolução da sociedade, possibilitando avanços em diversos campos (econômico, tecnológico, moral, científico) conforme ocorria nas nações mais adiantadas do Ocidente.

São Paulo, baluarte do republicanismo, do federalismo e estado mais rico do país, foi o primeiro a reformar o ensino primário introduzindo os Grupos Escolares em 1892. Os republicanos paulistas olharam para os países europeus (Inglaterra, França, Alemanha) e, principalmente, para os EUA. Esses países, no final do século XIX, já haviam constituído seus sistemas nacionais de ensino, caracterizados pela universalização da escola primária. Uma escola primária diferente daquela até então existente.

No bojo desse processo, a escola primária foi '(re)inventada': novas finalidades, outra concepção educacional e organização de ensino. O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo, a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional dá lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação. (SOUZA, 1998, p. 29)

Olhando a experiência paulista, Minas Gerais, em 1906, iniciou uma reforma escolar que, segundo Faria Filho (2000, p. 31), significava não só o reconhecimento das mazelas da instrução primária, mas também a materialização de projetos da elite mineira, de controle e homogeneização cultural, diante da heterogeneidade cultural existente. No mesmo sentido analisado por Rosa Fátima Souza, este autor afirma que criar os grupos também significava 'organizar' o ensino e 'reinventar' a escola.

Este modelo que se propunha (uma escola para a república) pretendia ser diferente do até então praticado (a escola do Império) e deveria começar, de acordo com estudos de Faria Filho (2000, p. 31), pela produção de um lugar adequado para a educação: o grupo escolar, 'instrumento' de progresso e mudança. Mas a denominação 'grupo escolar' foi vista como inapropriada pelas autoridades políticas do setor educacional. Por ocasião das primeiras discussões sobre a sua criação, os secretários do interior, tanto de São Paulo, Dino Bueno (1897), quanto de Minas, Estevam de Oliveira (1902), e até fora do Brasil, na Venezuela, Felipe G. Rojas (1911), todos sugeriam denominações que não dessem idéia de agrupamento de escolas isoladas. Mas sim a idéia de centralização ou graduação. Esses homens, de acordo com o autor acima citado, não queriam perder a oportunidade de identificar grupos escolares com modernidade, evidenciando que sua essência era a possibilidade de homogeneização dos alunos através da graduação do ensino. Visando a esse objetivo efetuou-se a aproximação entre a escola e a organização fabril, através do parcelamento do tempo, do controle das

atividades, tanto dos alunos quanto dos professores, e também pela identificação dos grupos com o mundo urbano, através da construção de espaços regulares, higienicamente projetados.

No sentido de concretizar a reforma de ensino proposta por João Pinheiro (Lei nº. 439, de 28/09/1906), a primeira ação do governo municipal de Uberaba ocorreu na Câmara, onde em sessão realizada no dia 29/09/1906,⁴² os vereadores iriam deliberar sobre o oferecimento do prédio, em que funcionou o Instituto Zootécnico, ao governo estadual para nele instalar uma escola modelo de ensino agrícola, que o presidente eleito, desde a campanha vinha falando em criar. Durante as discussões sobre tal oferta apresentou-se a seguinte idéia: “tem [...] uma casa, no centro da cidade, com as condições para [...] n’ ella se montar um grupo escolar, comprometendo-se ao pagamento do aluguel pelo tempo em que funcionar o alludido e lembrado instituto de ensino” (UBERABA. Livro de Atas da CMU: 1905 -1909, p. 70). Depois dessa reunião, passaram-se seis meses sem que se fizesse referência a tais assuntos, até que em sessão extraordinária de 01/04/1907, registra-se o seguinte:

[...] o Sr. Presidente declarou que foi convocada a presente sessão para resolver-se sobre a criação do Grupo Escolar, tratar-se do prédio para o mesmo e outros assuntos congêneres, apresentando a planta aprovada pelo governo do Estado, orçamento dos serviços ou adaptação a proceder-se no prédio offerecido ao mesmo governo por esta Câmara [...]. (UBERABA. Livro de Atas da CMU: 1905-1909, p. 83)

No decorrer da reunião, foram discutidas as duas possibilidades que se apresentavam: ou reformar e adaptar⁴³ o prédio central existente no largo da matriz – chamado na época, Praça Afonso Pena, ou, construir-se um novo, “com a vantagem que este pertenceria à municipalidade” e ficaria mais em conta. Retomaram também a questão do oferecimento do prédio do antigo Instituto Zootécnico, para a criação de uma escola técnica de agricultura, dada a grande necessidade e utilidade desta. Foi adiada para o dia seguinte a decisão final a ser tomada entre as duas opções de prédio para o grupo.

⁴² Esta data, 29/09/1906, trata-se do dia seguinte à sanção da Lei nº. 439, de 28/09/1906, em que o Presidente João Pinheiro instituiu a criação dos grupos escolares no Estado. A precocidade da discussão, em Uberaba, revela que, mesmo antes da lei ser sancionada, já circulava nos meios políticos do Estado a idéia da institucionalização desse modelo escolar.

⁴³ O vereador Gustavo Ribeiro apresentou cálculos em que as despesas desse serviço mais o aluguel por dez anos, ficaria em torno de 44:590\$000 (UBERABA. Livro de Atas da CMU: 1905-1909, p. 83).

As discussões culminaram na sanção da Lei nº. 202 de 02/04/1907 (Ver texto completo da lei - **Anexo C**), cujo teor central em seu preâmbulo resumia “Autoriza o Agente Executivo, municipal a construir um prédio destinado ao Grupo Escolar e oferecer ao Governo do Estado o próprio onde funcionou o Instituto Zootécnico para uma escola modelo” (UBERABA/CMU, 1907). Sintetizando, o texto legal que se seguia a esse preâmbulo autorizava o Agente Executivo (cargo similar ao de Prefeito) a abrir uma concorrência pública para a execução das obras de um grupo escolar, de acordo com as plantas da Secretaria de Obras do Estado, definia o terreno onde se ergueria a edificação (Praça Comendador Quintino), indicava que as obras deveriam ser iniciadas e terminadas no prazo de quatro meses e poderia ser gasto na construção até 30:000\$000 (trinta contos de Réis) a serem pagos, à empreiteira, em três prestações nos anos de 1908, 1909 e 1910. Esta lei previa ainda, que a prefeitura repassaria ao Estado o prédio onde havia funcionado o Instituto Zootécnico (fechado pelo Presidente Silviano Brandão em 1898) e contribuiria com o valor de 3:000\$000 para que ali fosse montada uma fazenda modelo para o ensino primário agrícola. Em contrapartida, ficariam suspensas duas escolas municipais urbanas, a título de economia perante as futuras despesas previstas nesta lei. Conforme se vê era uma lei longa, cheia de detalhes e propostas, com as quais o Estado poderia concordar ou não. Além disso, verifica-se também uma indefinição: a lei não era clara a respeito da origem dos valores necessários para custear a construção.

Estes aspectos consistiram nos primeiros obstáculos à criação do grupo de Uberaba. Obstáculos oriundos dos dois âmbitos: estadual e municipal. Embora a Lei Mineira da reforma do ensino (Lei 439 de 28/09/1906), previsse em seu artigo 4º: que o governo empregaria “todos os esforços possíveis para a difusão do ensino em todos os núcleos da população”, o já citado Decreto nº. 1.960, em seu artigo 45, limitava a difusão do ensino, pois estabelecia que seriam atendidos primeiro os municípios que colaborassem, “efficazmente já por sommas em dinheiro, já por dádivas de prédios, terrenos ou materiais” (APM – Coleção dos Decretos e Leis Mineiras, 1906, p. 161), excluindo em uma fase inicial, aqueles sem condições financeiras ou materiais para tal. O município de Uberaba, num olhar rápido parece que estava colaborando, mas olhando-se com mais profundidade, estava complicando. Pode-se perceber que ao invés de uma escola pleiteava na realidade, duas, e o valor estipulado para a construção era insuficiente, conforme o grupo de vereadores veio a saber na reunião de 13/04/1907, na

qual o presidente comunicou-lhes que após a publicação do edital de concorrência, alguns empreiteiros haviam se apresentado, porém, sem propostas e declarando que a construção do referido prédio, nas condições exigidas pelo governo do Estado ficaria em maior quantia do que a autorizada. O presidente viu-se em difícil situação e apelou que usassem a sabedoria, e que na próxima reunião aguardava sugestões que possibilitassem realizar as duas melhorias para a instrução. E uma vez tomadas novas medidas, a lei nº. 202 seria revogada e uma nova lei seria elaborada.

A reunião seguinte (15/05/1907) iniciou-se com a leitura de um parecer do presidente da Câmara, Manuel Terra (UBERABA. Livro de Atas da CMU: 1905 -1909, p. 86), endereçada às comissões de leis, finanças e obras públicas, em que enumerava argumentos, no sentido de que além de não ser possível contratar empreiteira, pelo valor estipulado na lei, ainda havia outros problemas: a fazenda municipal já arcava com pesados encargos e caso a Câmara se comprometesse com mais gastos, ocorreria a desvalorização dos títulos públicos e do crédito do município, que também já se apresentava bastante abalado. Assim, era preciso “procurar uma solução que conciliasse os interesses da instrução pública e do erário municipal”. O presidente apresentou ainda novos cálculos sobre a adaptação do prédio (6:500\$000), os aluguéis dos primeiros cinco anos (9:000\$000), dos cinco anos finais (12:000\$000) e mais despesas eventuais (1:300\$000), chegou-se a um total de 28:800\$000. Por fim, aconselhou que era melhor “abrir mão da tentativa, e não cogitar mais do grupo escolar. Não se pode fazer agora, só resta à Câmara aguardar melhores dias, [...]”. Mas, em contrapartida, continuou firme quanto ao projeto da fazenda modelo para o ensino agrícola, que julgava tão necessário em um país em que “domina a mania do ensino filosófico e literário, que criou a indigência moral, econômica e financeira [...] cujo único e exclusivo resultado foi o que chamamos doutorismo” (Grifo do autor).

Os nove vereadores mostraram-se divididos durante as discussões. Foi posta em votação nominal a construção do grupo. Por cinco votos contra e quatro a favor, revogou-se a parte da lei 202, referente ao tema. Consequentemente, foi elaborado novo projeto, que versava apenas sobre a fazenda-modelo para o ensino técnico profissional. Votaram em seguida uma indicação apresentada pelo vereador Monsenhor Ignácio: “Indico que a Câmara solicite do governo do Estado a criação de oito escolas singulares nesta cidade”, sendo aprovada por unanimidade.

Constata-se então que, a primeira tentativa de se criar um grupo escolar na cidade de Uberaba, no ano de 1907, cobriu-se de total insucesso. As justificativas são de ordem financeira. Mas é possível fazer-se uma leitura também quanto ao aspecto da vontade política dos dirigentes do município. Pelos argumentos do Presidente, tão longos e eloqüentes, em defesa do ensino agrícola, deduz-se que foi feita uma opção e que, esta não foi pelo ensino primário em um grupo escolar.

Lembrando ainda o contexto brasileiro, em que se dava nesta época, o embate entre o ruralismo e o urbanismo, pode-se inferir que nesse momento pesou mais uma visão fisiocrática e ruralista, desses homens públicos uberabenses, que na reunião de 02/04/1907, já haviam argumentado que uma escola agrícola atenderia “ao atraso em que se acham os nossos lavradores, tanto grandes como pequenos, que ignoram os princípios da economia quanto ao modo de cultivar e plantar; e por este meio poderá levantar a lavoura, porque sem esta não há comércio”. (UBERABA. Livro de Atas da CMU: 1905-1909, p. 84). Reforça tal análise, a comparação entre o que inicialmente se projetou gastar com a construção de um novo prédio (30:000\$000), a serem pagos em três anos; e, o que se calculou que seriam gastos para adaptar e alugar um prédio central por dez anos: 28:800\$000. Diante desses valores, é pertinente um questionamento: se inicialmente se podia gastar trinta contos em três anos, por que então, apenas alguns dias depois, já não se poderia mais gastar vinte oito contos e oitocentos mil réis em dez anos?

Parece que (olhando da perspectiva de hoje) teria sido simples optar pela adaptação e aluguel, o que significava uma despesa menor a ser realizada durante um prazo maior. No entanto, a maioria simples (de 5 contra 4), não quis aplicar recursos do erário em um grupo escolar. Isto retardou em mais de dois anos esse benefício, conforme texto jornalístico a seguir:

A criação do Grupo escolar de Uberaba foi precedida de uma série interessante de fatos que muito contribuíram para seu retardamento. Entretanto, enfrentando todas as dificuldades emergentes conseguiu traduzir em realidade tão benéfico melhoramento o exm. sr. dr. Philippe Aché, em boa hora escolhido por seus pares para presidir os destinos deste município, tendo para isso a eficaz colaboração do ilustrado inspetor técnico do ensino nesta circunscrição o sr. dr. Ernesto de Mello Brandão. Lembrou-se aquele doutor de contrair com o Governo do Estado um empréstimo da quantia necessária à construção do prédio do

Grupo, pagando-a em prestações anuais conforme se convencionasse. (ALMANACH UBERABENSE, 1910, p. 107)

Registrado desta forma, tem-se a idéia que daí em diante tal processo foi rápido e simples. Porém, foram necessários mais alguns meses de discussões. Opiniões contra e a favor foram apresentadas na imprensa local, até a solução definitiva. Um artigo da *Gazeta de Uberaba* (ed. 3.138, 19/01/1908) relata que, no dia 04 daquele mês, havia ocorrido uma reunião com diversos representantes da sociedade, a convite do inspetor técnico de ensino – Ernesto de Mello Brandão – na qual o objetivo era a criação de um grupo escolar. Na ocasião, foi composta uma comissão de “qualificados cavalheiros” para converter a idéia em realidade sem esperar “auxílio com donativos e promessas”.

Felício Buarque,⁴⁴ autor desse artigo ao mesmo tempo em que relata o fato, tece algumas considerações apontando algumas desvantagens em se construir um grupo escolar na cidade. Assim, em seu segundo artigo sobre o tema, aponta que os dois grandes defeitos contra a instituição do grupo seriam: “a) de ficar o grupo isolado e muito distante dos bairros e ruas onde avulta maior número de creanças em idade escolar; b) de impedir a freqüência das creanças pobres por causa do luxo que se lhes exige” (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.139, 21/01/1908). Mas ao mesmo tempo ameniza ambas as situações apontadas. Com relação ao primeiro defeito diz que não era o caso de impedir a freqüência, pois na cidade havia outros estabelecimentos em iguais condições, (com relação à distância) e que eram bem freqüentados. Então, “um tal inconveniente [refere-se a topografia acidentada da cidade, a falta de meios de transporte rápido e barato] só poderá ser vencido com o sacrifício pessoal, já que os poderes públicos não podem removê-lo.” Sobre a questão do “luxo imposto às creanças, é indiscutível que seria um mal em vez de bem, por habituar umas ao vício e privar outras da freqüência escolar”. Então comenta que no regulamento nº. 1960 de 16/12/1906 não se admite luxo, apenas exige que alunos e professores apresentem-se decentemente nas escolas. E decência do seu ponto de vista consistia em asseio e compostura, exigir mais do que isto era atitude arbitrária e de exclusão aos pobres. Estes eram os que mais precisavam dos favores do poder público.

⁴⁴ Felício Buarque era advogado, formado em Direito, publicou um livro com 350 páginas, sobre divisão e demarcação de terras, tida como uma das melhores obras sobre o tema, em sua época. Escrevia regularmente artigos para a *Gazeta de Uberaba*.

No terceiro artigo (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.140, 22/01/1908), Felício Buarque inicia recordando que anteriormente expusera dois hipotéticos defeitos de se construir um grupo escolar. Mas afirma que existiam também algumas vantagens, as quais seriam: “fiscalização permanente, uniformização do ensino, divisão do trabalho, estímulo aos professores e aos alunos e utilização geral do museu escolar”. Em seguida, passa a comentar cada uma dessas vantagens. A fiscalização se faria através da assistência do diretor aos trabalhos escolares, imprimindo direção de acordo com o programa, com observância da regulamentação. Agrupadas em um só prédio, as escolas [classes/turmas] teriam que uniformizar o ensino, com livros e/ou compêndios de um só autor, o que seria mais acessível aos alunos e mais fácil aos professores. Sobre a divisão do trabalho dos professores, julga que reunidos para um só fim, evitaria o excesso de trabalho para uns e a inatividade para outros. Juntos todos cooperariam, gerando divisão harmônica, convergência de esforços. Tece longos comentários a respeito da cooperação e da convergência de esforços, pois, ambas contribuiriam para conseguirem vencer o extenso programa de ensino, para o nascimento entre os alunos de espírito de fraternidade; entre os professores o de solidariedade, as trocas de experiências etc. O museu era necessário para certas matérias práticas e montá-lo em escolas isoladas era quase impossível.

Tal visão, por um lado, está em sintonia com o espírito da Reforma de 1906, em Minas Gerais,⁴⁵ por meio da qual o Estado pretendia, além de reformar o ensino, também controlar a educação através do controle dos professores, pelos diretores e inspetores, o que seria mais fácil estando todos reunidos em um mesmo espaço. Por outro lado, quando o articulista fala da vantagem da uniformização do ensino e da divisão do trabalho, isto se identifica com o projeto modernizador da elite mineira de homogeneidade cultural e aproximação da forma de funcionamento escolar com o modelo da organização fabril, ambos os aspectos apontados por Faria Filho (2000) como idéias recorrentes e coladas aos projetos republicanos.

Em Uberaba, o articulista em questão, também tinha os olhos voltados para outras localidades. Portanto, no quarto e último artigo dessa série (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.141, 23/01/1908), comenta que, os grupos existiam em outros lugares, como Juiz de Fora, na zona da Mata, e, em outras cidades da região do Triângulo, a instalação desses já ia em processo bem adiantado, era o caso de Prata,

⁴⁵ Demonstra também que o articulista tem conhecimento a respeito das leis educacionais que estavam vigorando no Estado ao comentar sobre o teor do regulamento nº. 1960 de 16/12/1906.

Araguary e [São Pedro de] Uberabinha.⁴⁶ Então, era importante que Uberaba também tivesse o seu. Por isso julgava necessário que os uberabenses, que haviam formado muitas fortunas, deviam se unir para conseguir levantar de 25 a 30 contos de réis para a instalação do grupo, embora soubesse que eram poucos os que se dispunham a contribuir para as causas públicas. E acrescenta, eram “como flor exótica” as iniciativas particulares na cidade. Ao final de seu quarto artigo Felício Buarque mudara o seu tom, passando a fazer campanha a favor do grupo escolar.

Após esta série de artigos, outro colunista (que assina B. Cubas) escreve: “Voltou á baila a questão do Grupo Escolar [...] que tantos e assinalados serviços pode prestar a instrução primária dos inúmeros filhos pobres desta Uberaba, que perambulam suas ruas vãmente, sem a mínima preocupação da escola”. E tece um quadro a respeito da política: Os dois partidos “que digladiam na política local” não tomaram frente no empreendimento. Um dos partidos alegava que ao tomar partido do grupo estaria procurando tornar-se agradável ao exmo.sr.dr. João Pinheiro, enquanto o outro também fazia o mesmo e assim a idéia do “grupo ia ficando para as calendas”. Em Uberaba, (discordando em parte do que escrevera Felício Buarque), o que era mesmo exótico e esporádico era o olhar protetor dos governantes mineiros, tanto em relação à cidade quanto à zona do Triângulo. Uberaba precisava do grupo, então acreditava que o povo contribuiria para esse grande melhoramento (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.142, 24/01/1908). Esse colunista tocava em um ponto nevrálgico da vida política local: a questão da relação entre Uberaba, como parte do Triângulo Mineiro e o Estado de Minas Gerais.

Era mais um somando-se em apelos pela construção do grupo, e não fugindo à idéia de que este era um recurso de inserção das classes menos favorecidas, discurso recorrente entre os políticos e intelectuais republicanos. O que escreve o colunista demonstra que, conforme analisa Faria Filho e Vago (2000, p. 40), eram grandes, nessa época, as preocupações com o exacerbado analfabetismo, com a baixa cultura intelectual dos brasileiros, com a infância que pouco ou nada freqüentava a escola, com os meninos vadios abandonados pelas ruas. A freqüência nas Escolas Isoladas era baixa, as casas onde estas funcionavam eram inadequadas quanto ao aspecto geral (espaço, luz,

⁴⁶ O primeiro grupo escolar de Juiz de Fora foi o pioneiro no Estado, tendo sido instalado com um dia de antecedência ao da própria Capital do Estado. A solenidade de instalação ocorreu em 04/02/1907. Esse pioneirismo foi um motivo de orgulho para os habitantes daquela cidade (YAZBECK, 2006, p. 266-8). Nas cidades do Triângulo Mineiro, as datas de criação e instalação dos grupos escolares foram respectivamente: Prata, 08/07/1908 e 28/09/1908; Araguari, 17/11/1908 e 17/04/1909 e Uberabinha (atual Uberlândia), 20/07/1911 e 01/07/1914 (ARAÚJO, J. C.; INÁCIO FILHO, G, 2005, p. 167).

ar). A idéia era reuni-las em um só prédio, com uma nova organização e instruir, profissionalizar, modernizar o país pela ação da escola. Estava nascendo nesta época, no Brasil, o que Nagle chamou de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, assim descrito:

O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizaram a década de 1920, começaram por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimentos político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução, nos diversos tipos e níveis. (NAGLE, 2001, p. 135)

Aparentemente em oposição à tendência das manifestações descritas, o jornal publica um editorial afirmando:

Contrariando o entusiasmo de muita gente, não somos dos que aplaudam, incondicionalmente, a fundação dos grupos escolares, meio muito jeitoso de que lançou mão o governo para se isentar de estabelecer escolas singulares. A politiquice vê nos grupos um arranjo para colocar seus afilhados, o que já tem feito, não se sabendo da idoneidade ou não de muitos dos docentes. (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.143, 25/01/1908)

Continuava o editorial comentando que muitos inspetores técnicos de ensino vinham deixando este cargo, (que era penoso pelo desconforto das grandes viagens pelo sertão e a baixa remuneração), tornando-se professores, o que também não era uma carreira das mais desejáveis. Dizia reconhecer o valor das reformas feitas até então pelo sr. dr. Carvalho Britto (Secretário do Interior), mas não se podia dizer remodelado o ensino, pois enquanto os municípios não auxiliassem o governo construindo os prédios para as escolas e pagando bem aos professores, o ensino em Minas não iria bem. Além do mais, o referido Secretário havia decidido não consentir mais professores, que era um erro. E vaticinava: “A questão do ensino só será resolvida, quando melhores estiverem as finanças, porque o mineiro pobre precisa de algo mais que a palavrão e a caligrafia vertical; precisa aprender um ofício, [...]”. Mas no entender do jornal, a situação financeira do Estado era grave não sendo possível custear nem escolas primárias em condições melhores do que o vinha fazendo. Então previa que “por muito tempo a terra mineira expiará o seu desaso de ‘fazer [a] capital’, o que, aliás, todo o Estado aplaudiu. Com os 47.000 Contos gastos no antigo Curral, muitos melhoramentos seriam feitos, [...]”(GAZETA DE UBERABA, ed. 3.143, 25/01/1908).

Além de criticar a construção da capital mineira o editorial ainda reclama que “pelos classes humildes, ou seja as classes pobres, a República não fez cousa alguma aqui em Minas: o desvelo tem sido só em favor dos remediados e abastados. É o regime da aristocracia.” Para concluir voltava-se em uma espécie de apelo ao governo local:

Cuidando como está, de restaurar as finanças municipais, certamente o digno sr. dr. Aché não deixará de prestar atenção a este assumpto, concorrendo para se augumentar o numero de escolas em um município que segundo lemos, carece de disseminar o ensino, fazendo isso á custa propria, pois se nos afigura illusão ficar ele a espera dos favores do governo. Preste-se um pouco mais de atenção ao pobre rústico mineiro, cujos filhos, é claro, não virão augmentar o numero, de doutores neste pais de analphabetos”. (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.143, 25/01/1908)

Apesar de parecer que o jornal se colocava desfavorável à construção do grupo escolar, tal idéia não se comprova. Quando se confronta vários artigos e se aprofunda na leitura é possível perceber que na verdade se queria o grupo e que as críticas eram dirigidas às atitudes do governo mineiro, vistas como politiquice. E também, mediante a situação financeira do Estado, dos gastos, inclusive com a construção de Belo Horizonte; e, do desinteresse desse governo, na visão do jornal, pelos pobres; a almejada escola não seria construída. Tal desejo se concretizaria só com a contribuição do governo municipal (o que não era uma falsa idéia já que a própria lei assim o previa). E como se vê na citação anterior, o jornal depositava certa confiança no Sr. Dr. Aché, que era o Agente Executivo da cidade, cargo que correspondia ao de Prefeito. Ele pertencia ao Partido Republicano Mineiro (PRM - este era também o partido do governo do Estado) e fora eleito por seus pares, os vereadores, para o período de 1907-1909 e tinha o apoio do jornal em questão.

Como repercussão dos debates, são publicadas as contribuições voluntárias de cinco cidadãos para a obra do grupo somando o valor total de 1: 300\$00 (Hum conto e trezentos réis) (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.148, 31/01/1908). Valor inexpressivo diante do que se planejava gastar (inicialmente até trinta contos) e principalmente do que se gastou depois, ao final da obra.

Ao iniciar o mês de abril, o jornal voltou de novo ao tema. Em editorial indagava, por que Uberaba ainda não tinha seu grupo escolar, se cidades menos importantes já o possuía? Dizia que até agora tudo havia sido feito, pelo jornal ou seus

representantes, para que esta aspiração dos conterrâneos se tornasse realidade. Mas agora parecia certa a construção do edifício, perante acertos feitos entre o Agente Executivo e o Governo do Estado. A construção seria relativamente barata e atenderia a “rigorosas condições de hygiene pedagógica”. Que embora tarde, o governo resolvera prestar atenção a esta zona. Fazia elogios aos bons serviços que o Agente Executivo, dr. Philippe Aché, vinha prestando a Uberaba,

Apreciável bastante aos olhos dos que interessam pelo ensino popular, ou seja – a classe pobre, cujos filhos não irão disputar aos ricos os diplomas de doutores, sendo justo, portanto, que aos nossos humildes se proporcione uma instrução melhor e se lhes conceda, ao menos, uma escola asseada, confortável, que os impressione bem. (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.201, 02/04/1908)

Nesta época, em que se davam as discussões a respeito do grupo escolar em Uberaba, o Brasil estava construindo sua identidade republicana, para a qual esse tipo de construção que se propunha era significativa, e na visão da elite, educativa e civilizatória da classe pobre, conforme os seguintes dizeres:

O convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar em relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica construída pelas luzes da república. (VIDAL e FARIA FILHO, 2002, p. 25)

Ainda em abril o jornal pesquisado relata que o Agente Executivo apresentara à Câmara Municipal uma “Mensagem” na segunda Sessão Ordinária de 1908, na qual comunicava que dentro em breve estaria construído e funcionando um grupo escolar. Para isto havia contado com os esforços do Sr. Ernesto de Mello Brandão, “zeloso inspector tecnico nesta circumscrição”. Algumas negociações haviam sido empreendidas: como a municipalidade não tinha condições de arcar com as despesas da construção, o Agente Executivo propusera ao inspetor e a Câmara que o Governo do Estado construísse o prédio, custeando as despesas, as quais o município pagaria depois em três prestações anuais, (nos orçamentos de 1909, 1910 e 1911). Tal proposta levada a Belo Horizonte fora aceita. Finalizava o texto jornalístico com as palavras de Philippe Aché: “Ficam dest’arte satisfeitas as justas aspirações da população desta cidade que vê

no agrupamento das escolas uma sólida garantia da uniformidade e real melhoramento do nosso ensino primário” (GAZETA DE UBERABA, ed. 3202, 03/04/1908).

Segundo Faria Filho (2002, p. 134), os jornais constroem consensos, produzem novas sensibilidades, fazem propaganda política, religiosa. Nesse sentido, a *Gazeta*, através de seu articulista, inicialmente ensaiando um discurso tendendo a oposição, quanto à criação de um grupo, depois inverteu tal tendência, produzindo outro sentimento sobre a questão. Passou a procurar construir um consenso em torno deste tema, conclamando a população a se unir politicamente pelo novo ideal. E na trama desse processo colocava em evidência, ou seja, fazia propaganda política das pessoas envolvidas no evento.

Este comunicado proporcionou aos senhores Philippe Aché e Ernesto M. Brandão uma contagiante manifestação popular, assim descrita:

A alviçareira nova da aceitação da proposta por parte do governo foi motivo de intenso jubilo entre os uberabenses que em testemunho de gratidão e sympathia àquelles dois denodados emprehendedores, fizeram-lhes no dia 05 de Abril de 1908 solemne manifestação em a qual além de um numeroso grupo de populares, representantes da nossa alta sociedade, emprestaram inusitado brilho mais de trezentas creanças das escolas primarias locais, acompanhadas dos respectivos professores.(ALMANACH UBERABENSE, 1910, p. 107)

Na mesma data desta manifestação pública aos dois protagonistas, o jornal noticia a possível vinda do governador João Pinheiro à “Uberaba, Capital do Triângulo”, momento em que assistiria ao lançamento da pedra fundamental do grupo escolar.

Em maio a Câmara promulgou a Lei nº. 222 de 12/05/1908, em cujo preâmbulo anuncia: “Autoriza o Agente Executivo a chamar concorrentes para a construção do prédio destinado ao funcionamento do grupo escolar que o governo do estado projeta criar nesta cidade” (UBERABA/CMU, 1908). Essa lei mais simples e objetiva que a anterior (Lei 202, de 02/04/1907, revogada no mesmo mês de sua publicação e já comentada) continha apenas três artigos (Ver texto completo - **Anexo D**). O artigo I, constituía-se em uma repetição do preâmbulo, ao qual se acrescentou um parágrafo:

Parágrafo único – servirá de base á hasta publica a planta e orçamento existente na Secretaria Municipal e organizados na Secretaria das Obras Publicas do Estado.

Artigo II – Fica autorizado ao Agente Executivo a adquirir o terreno necessário, caso não se prestem para a edificação os terrenos municipais a seu juízo.

Artigo III – As despesas com a construção e aquisição do terreno correrão por conta da verba das Obras Publicas. (UBERABA/C.M.U., 1908)

Algumas edições da *Gazeta de Uberaba* (nº. 3.257, 3.265 e 3.266) do mês de junho de 1908, comentam que João Pinheiro não mais viria ao Triângulo Mineiro, por estar doente precisando de repouso, que iria se licenciar e seria substituído por Bias Fortes. Mas por outro lado, tais informações eram colocadas em dúvida, pois “tudo podia não passar de boato”. Na última das notas afirma que a informação era verdadeira, séria, e que o governador seria mesmo substituído.

Após um período de pouco mais de três meses do acerto entre o governo municipal e o estadual para a construção do grupo, ficaram prontos o orçamento, (que girava em torno de 52 Contos de Réis), as plantas para um grupo de oito salas (Ver **Fig. 8 e 9**, no Capítulo III), e o contrato com uma firma construtora.

Notícias, artigos, editoriais sobre o grupo escolar eram matérias frequentes nos jornais. Diante da iminente construção, as polêmicas arrefeceram. Então as notícias encurtaram, mas não desapareceram. A população continuava sendo informada sobre os eventos relativos ao grupo. Em julho, agosto e setembro, em várias edições⁴⁷ foi comunicado sequencialmente: que de Belo Horizonte seguira, em 29/08, o empreiteiro para a construção do grupo escolar; que chegara a Uberaba, após quatro dias de viagem, o Sr. Serafim Stofelli, empreiteiro contratado para a construção do *encantado grupo escolar* (grifo nosso), mas este estava tendo dificuldades com o material; que as valas para os alicerces já estavam abertas e parte do material providenciado; que havia se dado o lançamento da pedra fundamental perante inúmeros populares, autoridades civis, militares, representantes da imprensa, alunos e professores das escolas públicas e banda de música. O ato solene fora presidido pelo Agente Executivo: Major Caldeira Júnior,⁴⁸ um dos vereadores, e, o ilustre promotor público: Dr. Tancredo Martins, proferira o discurso.

⁴⁷ *Gazeta de Uberaba*, dos dias: 30/08, 03/09, 05/09, 11/09 e 15/09; edições respectivamente nº. 3329, 3332, 3334, 3339 e 3342; todas na p. 01.

⁴⁸ O Major Caldeira Junior no momento substituíra Philippe Aché, que fazia longa viagem de pesquisa e estudo sobre o gado zebu, que durou cerca de seis meses, visitou vários países da Europa e foi em seguida à Índia.

Em fins de Setembro, a *Gazeta de Uberaba* volta ao assunto sobre a saúde debilitada do governador estadual. No final de Outubro, 27/10/1908, é noticiada a sua morte e fala em grande perda. Ocorre então, uma situação excepcional: é publicada uma foto de João Pinheiro no centro da primeira página. Isto chama atenção, pois na *Gazeta de Uberaba*, dentre todas as edições consultadas, nunca houvera uma foto até então. Com a morte de João Pinheiro, o Secretário do Interior Dr. Carvalho Brito pede afastamento alegando que havia entrado, trabalhado com João Pinheiro e com sua morte sentia-se acabrunhado. Bueno Brandão atendeu-o e agradeceu-lhe pelos serviços prestados (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.384, 03/11/1908).

Outra mudança relativa aos sujeitos que fizeram parte do cenário de negociações em torno do grupo, refere-se à transferência, para Juiz de Fora, do inspetor técnico de ensino desta circunscrição: Sr. Ernesto de M. Brandão. Seu embarque fora muito concorrido, devido a grande estima de todos para com o Sr. Brandão (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.458, 30/01/1909).

Enquanto o grupo era edificado, o jornal não publicou praticamente nada sobre a construção, só voltando a falar sobre o estabelecimento no ano de 1909. No final do mês de fevereiro, em editorial com o título: *Grupo Escolar* é publicado um discurso idealista, repleto de representações de educação. Diante do prédio que se erguia visualizava-se uma situação que se pretendia concretizar nas práticas futuras, objetivando produzir na nova escola, uma nova educação escolar, o novo aluno que daria origem ao novo brasileiro, moderno e “civilizado”.

O editorial começa relatando que estavam adiantadas as obras do grupo. A construção é caracterizada como:

Interessante sob todos os aspectos, pelas linhas do edifício, traçadas pela architetura pedagógica, pela sua graça, [...] e pelos seus fins, [...], tivemos a visão da obra moral e magnífica que dali vae sahir. O grupo escolar, tal como está no Regulamento de ensino, é a casa em que o Estado se faz chefe de família, pai carinhoso, desveladamente cuidando, pelo zelo de seus professores, da educação physica, intelectual e moral dos filhos do povo. É o prolongamento do lar de cada um. [...]. No grupo prepara-se o homem para a fácil conquista do meio social, [...], si em qualquer tempo e [...] logar a existência pode ser difícil, fácil é ella para os que são validos e cheios de saúde, intellectualmente superiores [...]. Pela natureza das coisas, há duas classes de meninos em toda parte: uma feliz, porque tem o lar [...]; outra infortunada, porque, ao faltar-lhe a direção segura no caminho da vida que enceta, se lhe estancaram as fontes da bondade, do conforto e do carinho. Ora, o grupo escolar vem nivelar tudo, felizes e desgraçados, com a mesma assistência de ensino, amenidade e doçura. E o resultado será esse que Uberaba espera: uma

geração mais forte, mais bella, levantando aqui a grande obra de transformação e cultura de Minas Geraes. (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.482, 27/02/1909)

Segundo Veiga (1997), é idéia recorrente no pensamento intelectual do fim do século XIX, e que estava presente no Brasil no início do XX, que os costumes antigos (tradicionalistas) deviam ser apagados para se criar um homem novo (moderno). Idealiza-se então os novos indivíduos a serem formados pela escola pública e também a utopia de se concretizar novas mentalidades que pudessem alterar a cultura da tensão social, criando a cultura dos valores comuns internalizados e institucionalizados.

Na perspectiva de elaboração das consciências para esses ideais comuns, terão lugar privilegiado as escolas, enquanto locais de difusão do saber universal, para satisfazer as necessidades básicas de expansão dos conhecimentos fundamentais à formação da identidade pública e à socialização no trabalho. De um lado, as concepções urbanistas predominantes na época objetivaram moldar a cidade (escola) às novas solicitações modernas e, de outro, o pensamento educacional quis moldar os indivíduos à escola (cidade) numa combinação cuja essência esteve na busca da consolidação da homogeneização cultural e equilíbrio social, na tentativa de construir o sujeito moderno regenerado. (VEIGA, 1997, p. 109)

Na perspectiva desta mesma autora, a escola assume vários aspectos simbólicos e culturais: é retratada como o marco divisório entre o mundo culto e o bárbaro; espaço do saber racionalizado em detrimento do saber proveniente das experiências cotidianas; detentora da função mediadora entre sujeitos sociais e sociedade; o lugar da *civitas*, isto é da formatação de um homem ordeiro, disciplinado, cômico dos seus deveres. E para construir esse novo homem contribuiria a *urbs*, isto é, o espaço urbano bem projetado, racional, civilizador e moderno. (Espaço que, neste caso específico, estava presente na arquitetura do grupo. O jornal, por sua vez, contribuía para a divulgação dessa crença na ação transformadora que a escola deveria operar).

Até a primeira quinzena de abril de 1909, nada se fala sobre o Grupo Escolar. Mas em termos de política mineira comenta, que brevemente teria início o Governo de Wenceslau Braz, esse era aguardado com muita expectativa. Quanto ao governo anterior, de Bueno Brandão, esse havia deixado impressões favoráveis nos cinco meses de atuação (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.516, 08/04/09).

Com o caminhar da obra para a sua conclusão recomeça na segunda quinzena de abril algumas notas sobre o grupo. Alguns uberabenses escrevem ao redator fazendo

sugestões: Um, de que o nome do Grupo Escolar fosse “Coronel Sampaio”, pois este homem havia prestado inúmeros serviços ao município (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.521, 15/04/09); outro fazia campanha em favor do “inteligente jovem Alceu de Souza Novaes, [...] muitíssimo experimentado como professor”, embora particular, mas se o agente executivo, o nomeasse para trabalhar no grupo seria um lucro para a infância uberabense (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.350, 24/04/1909). Um terceiro reclama de que não compreendia porque a demora da criação⁴⁹ do grupo. Afinal, a obra já estava pronta; também nunca chegavam as nomeações dos professores, e ainda refere-se as despesas - o município gastara cerca de 70\$000 - , apesar de o grupo ter sido orçado em 52\$000. Mas, o governo municipal cumprira a sua parte, era hora do governo mineiro fazer a contrapartida. E concluía: “os srs. drs. Wenceslau Braz e Estevão Pinto,⁵⁰ para se fazerem estimar do povo deste município, precisam de uma vez criar o nosso Grupo Escolar sem mais demora” (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.596, 13/07/1909).

Em meados do mês de agosto, as matrículas foram abertas e pede-se para todos os pais mandarem seus filhos para este estabelecimento⁵¹ (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.623, 13/08/09). Dando prosseguimento aos trâmites legais, foram publicadas, ainda em agosto, algumas nomeações.⁵² Finalmente, no início de outubro, vem a notícia de que no dia seguinte, um Domingo, seria inaugurado o Grupo Escolar. Publicava toda a programação solene e festiva, tendo sido tal programação elaborada pelo diretor: Sr. Ernesto de Melo Brandão.⁵³

No dia da inauguração, 03/10/1909, a *Gazeta de Uberaba* (ed. 3.667) publica um longo editorial, com quase duas colunas inteiras da primeira página, no qual faz um

⁴⁹ A criação se refere a lei que criava a instituição, que naquela época era praxe ser assinada após a escola ser instalada. No caso específico desta escola, tal lei foi assinada em 29 de julho de 1909, portanto no mesmo mês em que se dava a presente reclamação.

⁵⁰ Estevão Pinto era o Secretário do Interior, cargo que no governo de João Pinheiro fora ocupado pelo Sr. Carvalho Brito.

⁵¹ Para se matricular precisava: dar nome e sobrenome, idade, sexo, filiação, naturalidade, endereço, condição financeira (no caso de ser considerado pobre, avisar para constar nos registros). “Deverá também *provar* (grifo nosso) que o menino não sofre de moléstia contagiosa.” Por fim, explicava que as matrículas ocorriam normalmente de 07 de 21 de Janeiro, mas no grupo que se fundava no decorrer do ano letivo fazia exceção de acordo com o regulamento em vigor (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.623, 13/08/09).

⁵² O Sr. João Augusto Chaves, as Sras. Maria Felisbina Fontes e Alcinda Coutinho de Faria, para o emprego de professores primários. “Por acto do Sr. Secretário do Interior, foi removido o professor Honório Guimarães da 1ª cadeira do sexo masculino de S. Pedro de Uberabinha, para o grupo escolar da cidade Uberaba”. Nomeava também um porteiro: Olavo de Oliveira (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.627, 25/08/09, p. 02).

⁵³ Depois de ser transferido para Juiz de Fora, este inspetor técnico foi reconduzido a Uberaba para assumir, em comissão, o cargo de diretor do grupo escolar da cidade, até que fosse nomeado um diretor efetivo.

balanço retrospectivo de todo o processo que se desenvolvera desde as primeiras discussões até a consumação do fato que naquele dia se daria. Lembrou a ação de cada um dos sujeitos atuantes nessa história e não mudou o tom do discurso que houvera adotado ao longo do período que rememorava: elogiava a atuação do governo municipal, condenava e reclamava do governo mineiro. E finalizava, produzindo uma frase digna dos maiores otimistas pedagógicos: “O Grupo é poderosa alavanca que abalará a sociedade brasileira em seus fundamentos desenvolvendo a maior das forças sociais que nos conduzem ao progresso – a instrução.”

Sobre a festa de inauguração, o jornal é enfático: “Esteve simplesmente deslumbrante a festa da instrução [...]. A inauguração desse verdadeiro *Templo do bem* foi soleníssima”, estando presentes o que então o jornal denomina “o melhor da sociedade uberabense: senhoras, cavalheiros, representantes de todas as classes sociais”. Informa que a programação havia sido cumprida conforme o previsto. Conclui externando “os mais ardentes votos para que aquella grande Casa de Instrução progreda ininterruptamente e se esmere pelo preparo intellectual dos futuros obreiros desta generosa terra” (GAZETA DE UBERABA, ed. 3.668, 05/10/1909).

Figura 04 - Grupo Escolar de Uberaba no dia da inauguração: 03/10/1909.



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA.

Nesta longa e minuciosa descrição, a partir dos registros da imprensa, sobre os processos que antecederam o funcionamento do Grupo escolar de Uberaba, percebe-se que foi idealizada e disseminada publicamente, por esta mídia, uma imagem positiva desta escola, chamando-a de *templo do bem, encantado grupo* e outras denominações no mesmo sentido. O clima que se estabeleceu era de expectativa e otimismo. Esperava-se que em funcionamento, esta escola criada pelas elites políticas, uberabense e mineira, dentro dos ideais republicanos do país, pudesse contribuir para a almejada modernização da sociedade local.

2.4 Considerações parciais

Uberaba, entre o final do século XIX e início do XX, nas duas primeiras décadas, principalmente, era a cidade mais importante da Região do Triângulo Mineiro e estava entre as mais importantes do Estado, com destaque para os aspectos econômicos e culturais. Mas, por ser uma cidade mineira e triangulina enfrentou dificuldades de várias ordens. Conforme comentado no primeiro capítulo, Minas Gerais, no período republicano, como de resto quase todo o país, era pobre e convivia com as conseqüências dessa situação: o atraso, o analfabetismo, a ignorância, as doenças etc. Nesse Estado, tal contexto era agravado pela falta de transportes adequados, de comunicação, do grande tamanho do território e principalmente, pelas diferenças regionais e falta de um poder central que desempenhasse um papel unificador entre as sete zonas. Assim, prevalecia o que Wirth denominou de “mosaico mineiro”. O Triângulo Mineiro considerado uma zona nova, era muito mais ligado ao vizinho Estado de São Paulo – o mais rico da federação – e se sentia desamparado e esquecido pelos governantes do próprio estado, que por suas origens, história, distância e afinidade, estavam muito mais ligados às regiões Sul, Mata e Centro. Nesse contexto, Uberaba se sentia desprestigiada, porque afinal, era produtiva, contribuía com impostos, mas não via concretamente os benefícios dessas contribuições. Assim, desenvolveu e liderou a idéia de separatismo, que até hoje encontra adeptos na cidade, e criou a cultura de certa animosidade e desconfiança em relação ao poder central de Minas.

A questão da debilidade econômica do Estado influenciou negativamente nos projetos educacionais, pois os governantes, sempre com dificuldades financeiras, em lugar de abrir novas escolas, muitas vezes as fecharam. Isto aconteceu em Uberaba,

inclusive. Para criar os grupos, o governo recorreu à colaboração dos municípios. Esses, não possuíam condições positivamente tão diferentes. Mesmo Uberaba, com bom desenvolvimento, diante da maioria dos outros municípios, teve problemas para concretizar a construção de seu grupo escolar que, entre as primeiras discussões e o início do funcionamento, tardou cerca de três anos, embora não só a situação financeira, tenha contribuído para isso. Foi muito significativa, decisiva mesmo, a opção política dos dirigentes municipais em 1907, por uma escola técnica de ensino agrícola, e por mais algumas escolas isoladas, a serem solicitadas junto ao governo mineiro, em detrimento do grupo escolar.

Em 1908, com outra Câmara eleita, o consenso em torno da construção de um grupo ainda demandou alguns meses. Opiniões favoráveis e desfavoráveis foram manifestadas pela mídia impressa. Uns textos emitiam opiniões pessoais, mas outros, mesmo que sutilmente, revelavam as animosidades políticas da sociedade local, que além de digladiar retoricamente contra o governo mineiro, ressentia-se do mesmo comportamento internamente, em consonância com o que os memorialistas deixaram registrado: as lutas entre os grupos políticos sempre foram ferrenhas na cidade.

João Pinheiro é considerado em textos de historiadores mineiros (DULCI, 2005, p. 125; BOMENY, 2005, p. 139) como um político conciliador. No caso deste momento histórico uberabense, esse presidente do estado efetuou esse papel: pouco antes de sua morte, as negociações foram entabuladas e o Estado financiou a construção do prédio do grupo, fato que serviu para arrefecer os ânimos separatistas e interligar um pouco mais Uberaba à capital, Belo Horizonte. Os jornais *Lavoura e Comercio* e *Gazeta de Uberaba*, também contribuíram no consenso em torno do grupo, pois acabaram por fazer campanha favorável à sua construção. Apesar de antes terem portado textos demonstrando certa resistência ao agrupamento de escolas, justificado por questões de distância, empreguismo, politiquice e alguns outros aspectos, que ainda poderiam ser aqui enumerados.

Julga-se necessário registrar, nas considerações aqui apresentadas, algo mais sobre o papel da imprensa. Vê-se que a questão da instrução era cara aos órgãos de comunicação, pois as matérias sobre esse tema aparecem com grande frequência e destaque, escritas por educadores ou não. O fato de não educadores escreverem sobre educação foi um fenômeno comum da República Velha, quando, segundo Nagle (2001, p. 136), a escolarização era tratada por homens públicos e por intelectuais que eram

também ‘educadores’, em um tempo em que os assuntos dessa área de conhecimento e de trabalho não exigiam profissionalização.

Muitos discursos produzidos na *Gazeta de Uberaba* com relação ao grupo ou a educação - à instrução em geral -, revelam o conhecimento de idéias que circulavam em um âmbito maior, em discursos próprios da época no país, que remetem a questões como o otimismo pedagógico, os grupos como recursos civilizatórios, a instrução como um forte ideal republicano, a necessidade da inserção dos humildes no mercado de trabalho através da preparação na escola, o combate ao analfabetismo, o agrupamento ou reunião de escolas para melhor fiscalizar os professores e para implantar a divisão de trabalho aos moldes da empresa capitalista.

As singularidades nos discursos também se fazem presentes no que tange a questão da oposição do município ao governo mineiro, de onde derivam reclamações e críticas sobre a demora nas ações deste, mas em contrapartida o governo municipal não é alvo de nenhum comentário crítico. Ao contrário, era sempre exaltado. Os discursos contra o governo mineiro passaram por vários tons, indo dos mais radicais na época das primeiras discussões sobre a construção do grupo, tornando-se amenos quando as negociações foram acertadas. Arrefeceu quando estava sendo construído e, com a morte de João Pinheiro, praticamente cessou. Bueno Brandão foi até elogiado. Wenceslau Braz foi aguardado com expectativas otimistas, mas, teve os discursos contra si acirrados entre o final da obra e o ato da inauguração.

Durante o processo de construção, instalação, criação e inauguração do Grupo Escolar esse foi um assunto importante para a cidade, pois foi tema constante e os espaços destinados às matérias sobre ele são nobres: lugares de destaque na primeira página, no lugar do editorial ou constituindo o próprio editorial, com título em destaque, ou pelo tamanho ou pela forma dos tipos das letras.

O intervalo de tempo entre a criação (29/07/1909) e a instalação (03/10/1909) do Grupo foi referido nos textos da *Gazeta de Uberaba* como *demora*. Essa referência merece ser melhor analisada. Por um lado, é preciso considerar algumas circunstâncias: o novo governo mineiro (Wenceslau Braz e sua equipe) assumira no mês de abril, portanto, estava em fase de transição. Por outro lado, considerar a distância e o tempo de viagem entre Belo Horizonte e Uberaba. Ainda pode-se perceber pelas matérias, que nesse período apesar das reclamações, o processo não paralisou, pois algumas ações sempre estavam sendo definidas: mobiliário, matrículas, nomeações. Olhando este momento passado e considerando os dias de hoje, em que tudo é mais rápido devido os

meios de comunicação e transporte, a questão da demora não procede. E ainda, foi comum a outros grupos de cidades da região vivenciarem intervalos de tempo semelhantes ou até maiores com relação a esse aspecto. [As datas de criação e instalação de grupos em municípios vizinhos a Uberaba foram respectivamente, em Prata, 08/07/1908 e 28/09/1908; Araguari, 17/11/1908 e 17/04/1909 e Uberabinha - atual Uberlândia -, 20/07/1911 e 01/07/1914 (ARAÚJO, J. C.; INÁCIO FILHO, G, 2005, p. 167)]. Procurando entender a visão das pessoas da época, podem ser identificados pelo menos dois fatores que contribuía para tal percepção: um seria o posicionamento político favorável ao separatismo, ocasionando um distanciamento ou mesmo a pouca identidade no relacionamento desta zona com o governo da capital. Isto criava uma desconfiança por parte dos triangulinos e, principalmente dos uberabenses com relação ao governo do Estado, que dele sempre esperavam a truculência, o desinteresse ou o desamparo; outro seria a própria ansiedade em ver funcionando essa escola, que fora inicialmente motivo de tantas polêmicas, críticas e debates, mas agora pronta (prédio construído com arquitetura imponente) era para a cidade sinal de progresso, conforto e modernidade. E significava também, a concretização da crença de que se inauguravam novos tempos: os republicanos.

* * *

Na seqüência, serão abordados aspectos intrínsecos ao Grupo Escolar de Uberaba, pois a investigação estará centrada nas categorias: espaço escolar, professores e alunos. Os dois últimos, embora cada um tenha desempenhado um papel relativo ao lugar social que ocupavam, foram os atores sociais que no período de 1909 a 1918, conviveram no espaço escolar comum, das salas de aula e dos pátios internos. Esses alunos, por sua vez, depois adultos vieram a desempenhar outros papéis na sociedade, nos quais a marca da cultura adquirida nesta escola, certamente, teve influência.

Figura 05 - Detalhe da fachada do prédio do Grupo Escolar de Uberaba, revelando o ano da inauguração



Fonte: Acervo da autora, foto de abril/2007

3

NO GRUPO ESCOLAR DE UBERABA: O ESPAÇO FÍSICO, OS ALUNOS E OS PROFESSORES (1908 a 1918)

Neste terceiro capítulo, objetiva-se mostrar como foi possível entrar no Grupo Escolar de Uberaba (GEU). Consultando as fontes primárias produzidas nesse estabelecimento e na Secretaria dos Negócios do Interior, à qual o grupo estava subordinado, bem como, os textos do *Jornal Lavoura e Commercio*, muito rico em matérias sobre o Grupo, foi possível realizar levantamentos de dados quantitativos (que permitiram confeccionar quadros, e calcular percentuais, ou simplesmente, torná-los mais racionalizados e inteligíveis). Também com base nos documentos disponíveis, buscou-se dados qualitativos, priorizando aqueles referentes às categorias a serem analisadas: o espaço físico escolar, os alunos e os mestres.

3.1 Entre a monumentalidade e a precariedade: a localização e o espaço físico do Grupo Escolar de Uberaba

A reforma do ensino primário, normal e superior do estado de Minas Gerais, instituída por João Pinheiro (Lei 439, de 28 de setembro de 1906) se fez acompanhar de um arcabouço legal composto por regulamentos, normas, instruções e regimentos que procuravam cumprir um objetivo não explícito na letra da lei, mas que se percebe, permeia o seu espírito: uniformizar e homogeneizar o ensino em todo o estado. Entende-se que para além das leis havia um esforço em concretizar o que se propunha, pois segundo Bomeny (2005, p. 157), esse governante mineiro afirmava: “a reforma não depende tanto das leis, como da sua execução”. Assim, no regulamento nº. 1960, de 16 de dezembro de 1906, diz no seu artigo 49: “Para a edificação dos prédios escolares o governo fornecerá os typos architectonicos, em desenhos que comprehenderão as plantas detalhadas correspondentes” (APM. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de MG*. 1906, p. 162).

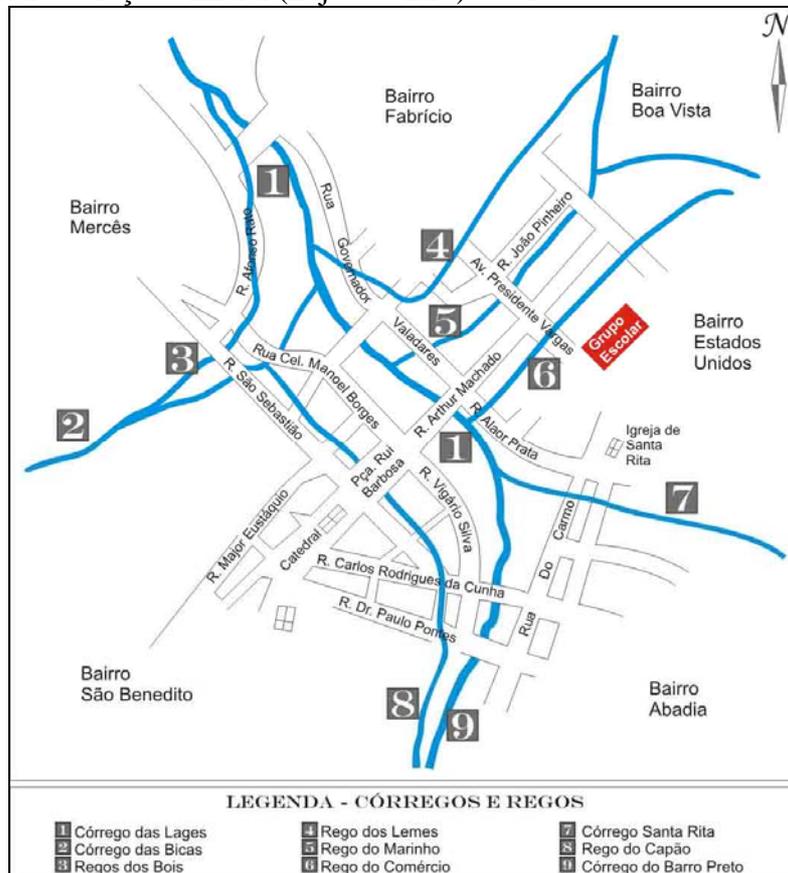
Juntamente com tais plantas-tipos, de fachadas e baixas, o encarregado dos prédios escolares, na época, José Dantas, elaborou uma espécie de manual detalhando normas e critérios a serem seguidos; desde a locação do terreno, passando pelos processos de construção (das fundações dos alicerces da obra, ao telhado) descrevendo os cuidados e as especificações dos materiais a serem utilizados, apresentando os orçamentos com as previsões de preços (unitários e totais) de cada componente (**Anexo E**). Vários aspectos deveriam ser observados na escolha do local onde se edificaria um grupo, como se vê a seguir:

O terreno para a construção convém estar na parte mais central possível da localidade, ser mais ou menos alto, seco, afastado dos estabelecimentos industriais que produzam ruído e emanem cheiros incômodos, distante dos centros de aglomeração de pessoas e ativa circulação de veículos e vias férreas, afastado pelo menos 200 metros dos cemitérios, e de 25m no mínimo de outros edifícios; a existência de água potável canalizada e possibilidade de se fazer o assentamento de esgotos para o serviço sanitário, indispensável nos prédios; o prédio não deve ficar em um ponto onde não haja ventilação e nem tão pouco ficar exposto à forte corrente dos ventos dominantes; a situação geográfica mais conveniente para a construção é a da frente do edifício voltada para o nascente, de modo que sua fachada principal não se exponha ao sol ardente do lado do poente, que dever castigar o pátio central e os fundos da casa; o espaço para os recreios deve ter uma área regularmente inclinada e suficiente, calculada à razão de 5m pelo menos para cada criança, sendo conveniente que essa área chegue para uma

pequena cultura. (APM. Relatório do Secretário do Interior ao Presidente do Estado, 1908 – Anexo H, p. 658)

Consta em Ata da Câmara Municipal de Uberaba (CMU), de abril de 1907, que o prédio do grupo escolar deveria erguer-se na Praça Comendador Quintino, localizada no bairro Estados Unidos, justificando-se essa escolha com as seguintes observações: “[...] o local apontado [...] é o mais conveniente já por isentar a Câmara de determinações, já por ser um dos bairros mais salubres da cidade, o mais populoso, tendo água encanada e satisfazendo a todas as exigências do respectivo regulamento (UBERABA. Livro de Atas da CMU: 1905 – 1909, fl. 83)”.

Figura 06 - Localização do Grupo Escolar de Uberaba (hoje Escola Estadual Brasil) em mapa que mostra o traçado inicial (hoje o centro) da cidade⁵⁴



Fonte: APU. *Boletim Informativo* nº. 7, 1997; UBERABA. *Guia Sei*. 2007.

⁵⁴ O mapa acima consiste em uma releitura e adaptação, buscando unir o antigo e o atual. O traçado é de autoria de Pinheiro (1994) elaborado a partir do mapa original desenhado em 1855 (APU. *Boletim Informativo*, nº. 7, 1997, p. 10-1). Ambos constam no **Anexo R**. A adaptação refere-se ao fato da autora do presente trabalho, ter rotacionado esse mapa 90° em relação aos originais, objetivando posicioná-lo de forma semelhante aos encontrados no GUIA SEI de Uberaba (2007, mapa 18), consultado para nomear as ruas e bairros com a nomenclatura atual. Obs. Os córregos hoje estão canalizados, cobertos pelo asfalto e constituindo-se em avenidas, os regos não mais existem.

Apesar da afirmação, no texto da ata, de que o local satisfazia a todas as exigências, pode-se constatar que satisfazia em parte: não estava na área mais central, mas em um bairro, embora bem próximo do centro, e pesando, favoravelmente, o fato de ser o mais populoso. Não era também mais ou menos alto, era literalmente alto, no topo da colina, mas apresentava uma vantagem em relação ao centro, era salubre e seco, já que o centro era baixo e úmido, devido aos numerosos cursos d'água (alguns, hoje, canalizados e cobertos pelo asfalto, outros drenados) que formam vales entre as colinas circundantes a esta área central⁵⁵ (Ver **Fig. 06** – Mapa na página anterior). Outras vantagens da altitude seriam, por um lado, a possibilidade de se construírem esgotos e, por outro, ter boa ventilação; embora, um pouco excessiva talvez, pelo fato de que, sendo o grupo a única construção da praça, não haveria anteparos ou barreiras às rajadas de vento. Atendia plenamente às exigências sobre ausência de ruídos e circulação (de pessoas, veículos automotores, trens ou indústrias).

Quanto aos outros aspectos, o local definido para a construção contrariava. Como a referida praça estava a leste em relação à área central da cidade, para que a fachada do grupo ficasse conforme as determinações do engenheiro da Secretaria do Interior, a edificação teria que ficar de costas para o centro da cidade e também para a área ajardinada da própria praça. Esteticamente, e até mesmo por questão de visibilidade, tão cara no caso das construções públicas dos governos republicanos, tal fachada deveria ficar voltada para o centro da cidade. Porém, assim, esta receberia o sol poente, e não o nascente como recomendado. Conseqüentemente, o sol matinal incidiria no pátio central, alpendres e fundos da construção inundando-os pela manhã.⁵⁶

⁵⁵ O assentamento de população, dando origem ao núcleo inicial de Uberaba, ocorreu na área da Praça da Matriz (atual Praça Rui Barbosa) próximo do córrego das Lajes, hoje canalizado e coberto, sobre o qual existe a Avenida Leopoldino de Oliveira, que constitui juntamente com as ruas adjacentes o coração comercial e financeiro da cidade. Para que esse núcleo inicial se expandisse, as barreiras naturais foram gradativamente sendo transpostas. Tais barreiras eram constituídas pelas colinas, denominadas tradicionalmente altos: Mercês, Matriz, Barro Preto, Abadia, Estados Unidos, Estação e Fabrício e pelos córregos: Barro Preto, Capão da Igreja, Ponte de Santa Rita, Comércio, Chácara do Marinho e Laje. Os mais antigos pontos de urbanização eram sempre localizados nas margens dos córregos, mas foram avançando colinas acima, de forma quase homogênea. Por causa dos terrenos acidentados e dos cursos d'água, aliados à falta de planejamento urbano, muitas ruas centrais são curvas, embora alguns córregos ou regos cortassem os quarteirões passando nos fundos dos quintais, pois a população se servia destas águas, geralmente contaminadas (por receberem também dejetos) o que contribuía para a propagação de doenças. Assim, a área central não era salubre, além de úmida. Só a partir da década de vinte e principalmente da de trinta, a situação do saneamento urbano começou a mudar, com a criação de serviços de água e esgoto públicos e canalização do Córrego das Lajes (APU. *Boletim informativo* n.º. 7, 1997).

⁵⁶ Esta norma referente à posição da fachada em relação ao sol, também se repetiu alguns anos depois, no Regulamento da Instrução do Governo de Júlio Bueno Brandão, através do Decreto n. 3191 de 09/06/1911, sobre o qual Mourão comenta que, na época as questões de orientação e de insolação não eram bem consideradas. Para efeito de insolação, melhor fora orientar o edifício na direção dos pontos

A posição da construção em relação ao relevo da colina também veio a interferir no escoamento das águas pluviais nos pátios de recreio. O projeto arquitetônico em forma de U, encaixado no aclive, dificultava a drenagem, retendo a água por ocasião das chuvas. Como esse pátio, no início, não era calçado e sim, de terra batida, estava sempre acarretando situações indesejáveis. Em 1914, o diretor encaminhou pedido de autorização ao Secretário do Interior, para mandar “macadamizar ou calçar os pátios dos recreios para evitar o pó [na época de seca] e as poças” [no tempo das chuvas] (APM. SI 3527, Relatório do movimento do GEU, 1914). Pode-se, entretanto comentar que cumprir todas as exigências idealizadas constituía, de fato, um desafio, difícil de ser superado. O Grupo Escolar de Uberaba foi edificado tendo por base as plantas-tipo da Secretaria do Interior para um grupo de oito salas. A fachada é fiel ao que na planta se propõe (**Fig. 07 e 08**).

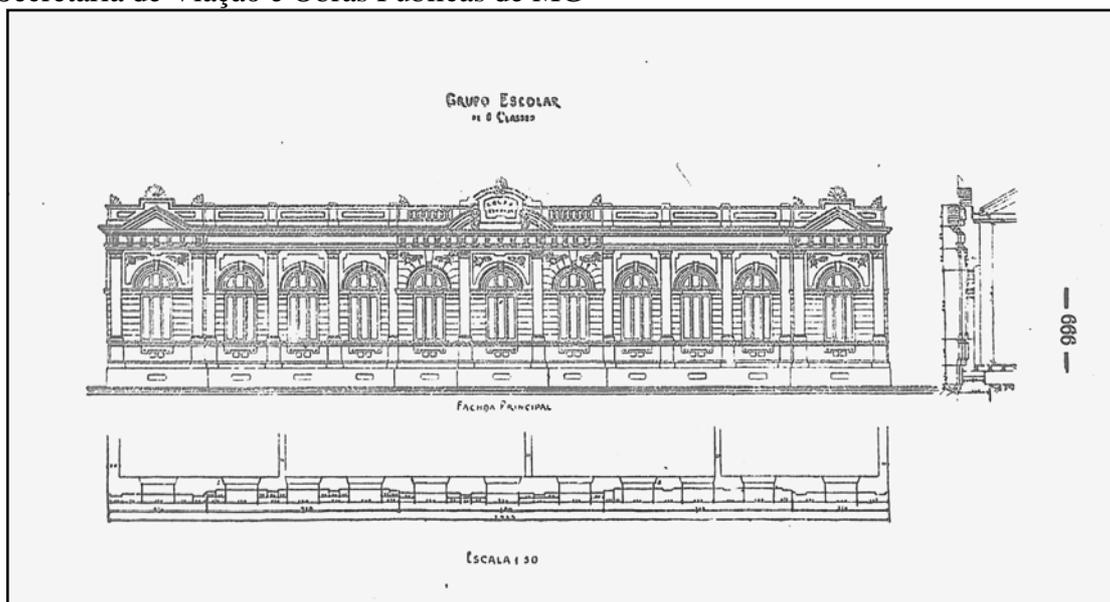
Figura 07 - Fachada do Grupo Escolar de Uberaba, em foto de 1950



Fonte: E. E. BRASIL.

colaterais que na dos pontos cardeais, a fim de que nunca tivessem excesso ou falta de sol (MOURÃO, 1962, p. 193).

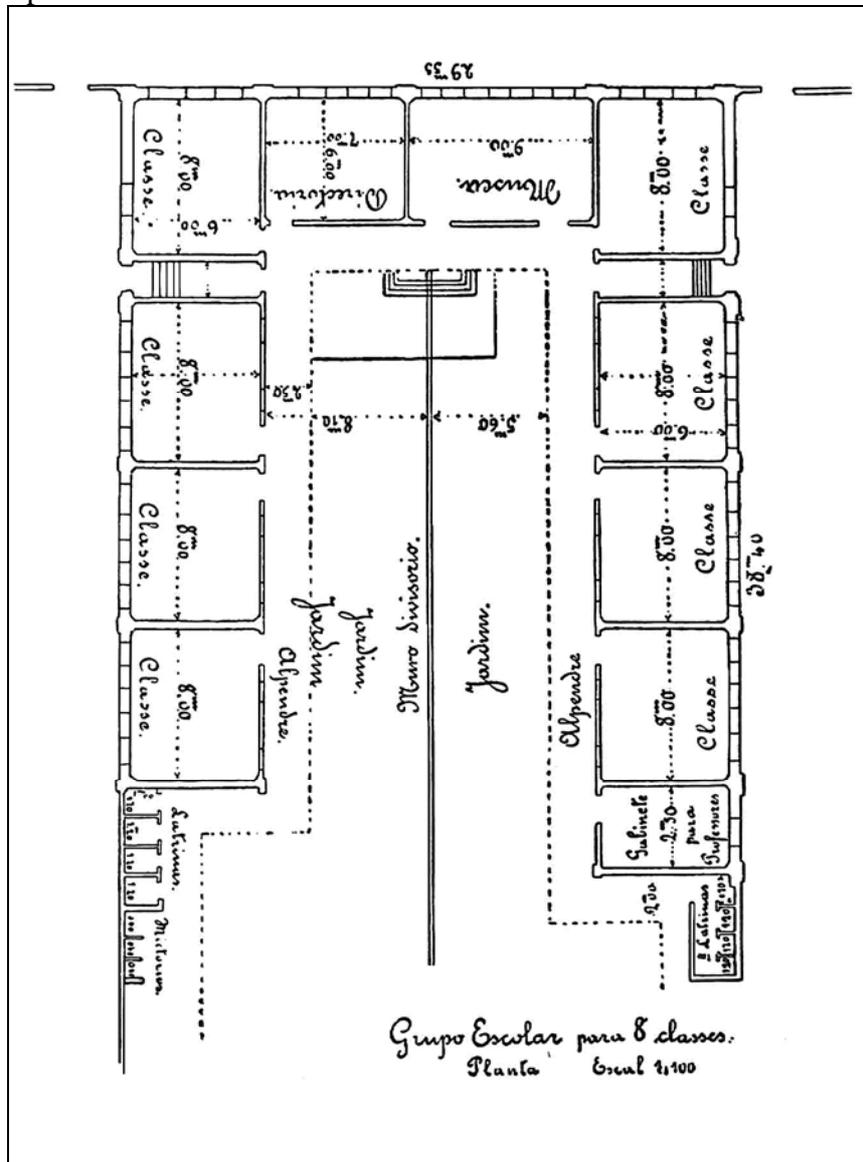
Figura 08 - Planta-tipo da fachada de um grupo escolar com oito salas elaborada na Secretaria de Viação e Obras Públicas de MG



Fonte: APM

Quanto às divisões internas do corpo do prédio, também não houve praticamente alterações estruturais, entre o que foi e o que está construído ainda hoje, e a planta baixa. (**Fig. 09**). Pequenas dúvidas, no entanto, persistem, pois, observando-se a estrutura da construção nos dias atuais, não é possível saber como e onde eram os sanitários originais (esses não existem mais). Contudo, ao visitar a **Escola Estadual Brasil** (nome atual do GEU), há indícios de que esses se localizavam ao final das duas alas laterais que foram e estão construídas simetricamente, pois há, na parte final de cada uma delas, uma saleta, que corresponde, em proporções, ao que na planta está denominado “gabinete para professores”. Além do mais, vendo-se fotos antigas da parte interna do grupo (**Fig. 10**) não se vêem banheiros em anexos como na planta baixa está proposto.

Figura 09 - Planta baixa, elaborada na Secretaria de Viação e Obras Públicas de MG para um grupo escolar com oito salas



Fonte: APM.

Figura 10 - Vista do pátio interno do Grupo Escolar de Uberaba (1914)



Fonte: APM.

Uma outra observação que se faz é com relação ao espaço em que, na planta baixa (**Fig. 09**), denomina-se “Museo”. Nesse grupo, funcionou aí o salão nobre ou salão de honra, que constituía a área social dessa escola, pois muitos eventos sócio-institucionais – formaturas, exposições de trabalhos, comemorações cívicas – foram realizados nesse local. Ao lado desse salão, que é o maior da edificação, ficavam as salas da diretoria e a dos professores, separadas por um biombo (FCU, 2000), mas com entradas independentes. Hoje funciona uma sala de aula, que tem duas portas.

Segundo Viñao (2005, p. 22 - 4), a existência de um lugar para a direção escolar, sua localização, acessibilidade, dimensões e configuração interna, permitem captar e analisar as representações e concepções que se tem acerca da importância, natureza e funções específicas do cargo. No caso particular dessa escola, a posição da sala da direção – juntamente com o salão nobre, no espaço central entre as duas alas, embora um pouco mais próxima da entrada à direita - dava ao diretor uma condição de visibilidade privilegiada. Da porta de sua sala, era possível ter uma visão panorâmica dos pátios, dos alpendres e das duas entradas, assim como de quem circulasse por esses espaços internos. Esta posição revelava um envolvimento na vida cotidiana dos alunos,

do professorado e do possível visitante que adentrasse ao edifício. Ao mesmo tempo em que observava, exercia uma função vigilante e disciplinadora, mas também social, uma vez que tanto poderia acolher o visitante como olhar o que ocorria no interior da escola. O acesso à sala de direção era direto, sem ante-sala. Ainda de acordo com as observações de Viñao (2005, p. 24-5), há duas concepções das funções de direção, (quando se consideram, principalmente, a localização, acessibilidade e vinculação com os outros espaços): a maximizadora e a minimizadora⁵⁷. Assim, olhando-se por esses vieses, pode-se dizer que esta direção encaixava-se em uma concepção maximizadora, em sua importância. Quanto às dimensões, percebe-se, pela planta, que possuía 42m², um pouco menor que as demais salas de aula. Esse espaço era dividido por um biombo para comportar a sala dos professores. Mas, mesmo assim, não se pode dizê-la, exígua.

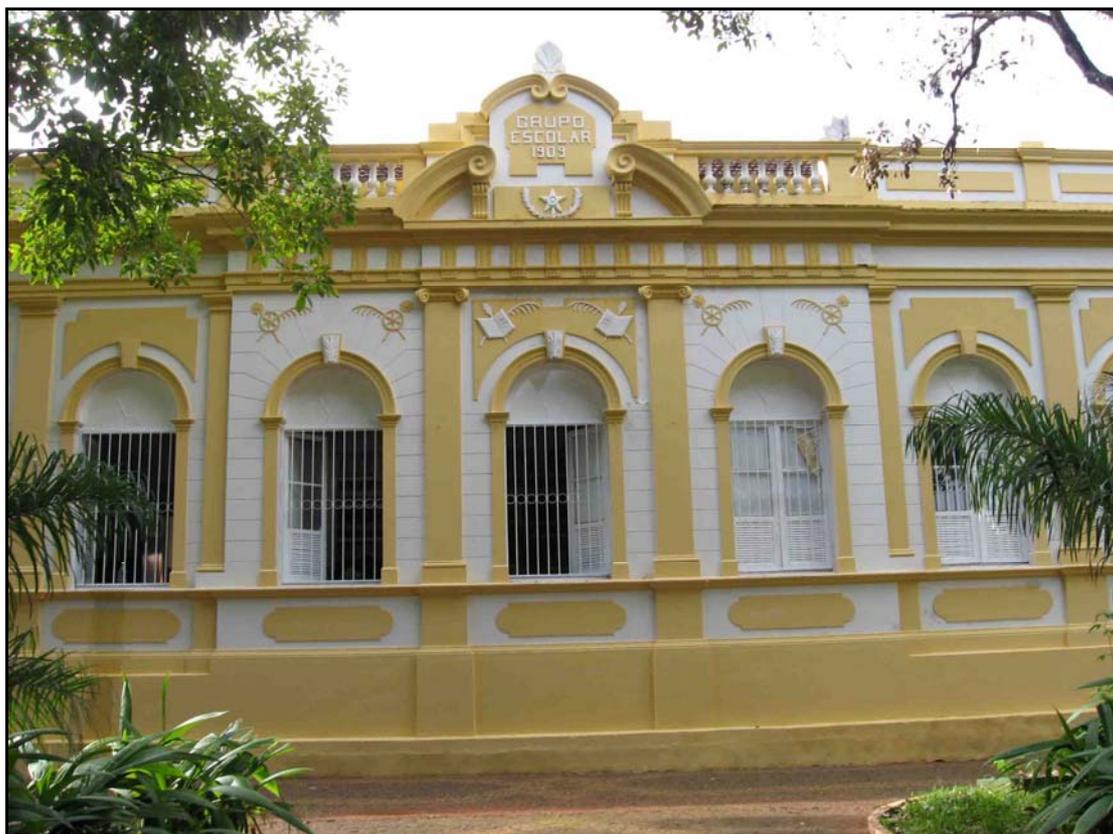
Esta construção não passou por alterações drásticas em sua estrutura, ao longo de todos esses anos. Algumas modificações que se notam são: a retirada dos sanitários antigos, do muro divisório que separava os pátios (feminino e masculino), da mureta gradeada que circundava os alpendres (varanda seria uma denominação mais comum hoje). Embora as duas entradas existam, a da direita (de quem vem da praça) está desativada. Outras pequenas mudanças foram no sentido da manutenção e conservação do prédio, como: trocas dos pisos, das telhas das varandas, pinturas. No ano de 2006, a Prefeitura Municipal de Uberaba, em atenção ao fato desse prédio pertencer ao Patrimônio Histórico Municipal, fez uma limpeza externa, devolvendo às paredes sua cor original: amarelo claro.

Externamente a esta parte antiga, a escola passou por inúmeras modificações. Informa o *Processo de tombamento 0016* (FCU, 2000) que em 1968, no governo de Israel Pinheiro (1966-1971) o educandário foi ampliado com a construção de uma nova ala (com mais salas, e outras dependências,) ao estilo da época, tijolinho a vista e pé direito mais baixo, através da atuação da Campanha de Reparo e Restauração dos Prédios Escolares do Estado (CARPE). A partir de 1992, outras reformas e acréscimos adequaram o prédio para os dias atuais como a construção de bebedouros, novos banheiros, lavatórios, cozinha, refeitório, alambrado cercado todo o espaço definido como pertencente ao grupo, sala para vídeo TV e arquivo de documentos antigos, quadra coberta, portão eletrônico etc. Se por um lado essas adaptações eram necessárias,

⁵⁷ Uma concepção minimizadora da direção em relação à sua importância ou à função, implicaria na inexistência de um espaço específico para essa tarefa ou na existência de um espaço de reduzidas dimensões, equivalente em tamanho, localização, disposição interna e acessibilidade ao de uma portaria (Viñao, 2005, p. 24).

por outro, acabaram por interferir negativamente no panorama do conjunto arquitetônico, que perdeu em harmonia, ao se acrescentar elementos estranhos ao estilo original. Entretanto, conforme o ângulo ou a distância (se bem próxima) a partir do qual se olhar, os acréscimos não são notados (**Fig. 11**). Duas outras fotos atuais se encontram no **Anexo Q**.

Figura 11 - Foto atual do prédio da Escola Estadual Brasil



Fonte: Acervo da autora. Foto de abril/2007

Passando pela Praça Comendador Quintino, hoje, vê-se uma edificação sólida, austera, estilo neoclássico, fachada alta, muitos janelões e, olhando-se através deles, vê-se um pé direito incomum para a contemporaneidade. Embora sem luxo, o prédio se ergue absoluto, por ser único, mas rodeado por grandes ipês amarelos e roxos que juntamente com coqueiros e gramados compõem uma sombreada praça. Por tudo isso, pode ser esta considerada uma construção monumental.

Essa construção é diferente dos modelos de escolas construídas a partir das décadas de cinquenta e sessenta, em que o padrão predominante exhibe materiais coloridos, metais e vidros, tijolinhos à vista e concreto. As construções das escolas

modernizaram, mas também, simplificaram e baratearam (VIDAL e FARIA FILHO, 2002).

Olhando-se a arquitetura, a localização dessa escola, acrescentando-se o fato de que já funciona há quase cem anos, não se é capaz de avaliar os desafios e as precariedades que, desde o início de seu funcionamento e, ao longo dos anos contemplados no recorte temporal desta pesquisa (1908 – 1918), trouxeram dificuldades cotidianas, para aqueles que, trabalhando ou estudando a freqüentaram.

No dia da inauguração do grupo, a *Gazeta de Uberaba* (ed. 3667, 03/10/1909), em longo texto, rememora os fatos que antecederam àquele momento, ou seja, quais as dificuldades envolvidas no processo de se conseguir equipar a cidade com um grupo, comentando desde as primeiras discussões na Câmara Municipal, em 1906, até se chegar as festividades do dia, e faz uma espécie de previsão. Para o jornal, em breve, o edifício teria que passar por reformas. E também relata que durante a construção, a Câmara já havia despendido fortes quantias em retoques, na instalação dos sanitários e outros serviços, isto porque, várias vezes, afirmava o jornal, o empreiteiro havia se desviado das cláusulas do contrato, ocasionando reclamações do Agente Executivo, que através de ofícios, os comunicara ao governo mineiro, mas “o estado fez ouvidos de mercador”. Porém, o jornal, não especifica quais seriam os problemas. Nesse ano de 1909, o período letivo, no grupo, compreendeu apenas os meses de outubro e novembro.

No ano seguinte, em abril e maio, ocorreram as primeiras visitas de inspeção. O inspetor técnico regional, Antonio Louveira Gomes, relata que as condições de higiene e conservação estavam boas, mas havia um problema: a mureta de separação entre os pátios de recreio era baixa, devassando reciprocamente as instalações sanitárias femininas e masculinas (APM. SI 3346. Relatório de inspeção, abr/maio, 1910). No segundo semestre, outro inspetor técnico, Ernesto Santiago, em seu relatório de visita, e com o grupo já funcionando há um ano faz a mesma observação, sobre a altura do muro, e sugere o acréscimo de um metro , em “caráter urgentíssimo” (APM. SI. 3346. Relatório de inspeção, ago/set. e outubro, 1910). Mas esta reivindicação é apenas um dos problemas e que praticamente não interferia na vida cotidiana dos alunos. Ao descrever o prédio escolar (**Anexo B** – texto completo) esse inspetor, diz:

Está situado no centro de uma bela praça ajardinada e no cimo de uma colina. Dois defeitos impressionam logo à primeira vista; não tem altura correspondente ao seu tamanho e está erigido num dos extremos da cidade. A sua construção feita sem fiscalização e por empreiteiro do

Estado, ficou mal acabada e pouco sólida. Não há dois anos que está construído e já tem paredes fendidas, muitas goteiras e o cimentado dos alpendres estragado. Tem 10 salas inclusive o gabinete das professoras; são claras e higiênicas. A instalação sanitária é regular como obra de arte, mas o abastecimento de água é escasso e imprestável, durante os meses de agosto, setembro e outubro, há semanas em que falta absolutamente água na caixa de distribuição e conseqüentemente em todas as torneiras e latrinas do estabelecimento! Entretanto o empresário da água cobra 25\$000 mensais da água fornecida ao Grupo. Há dois meses o diretor do grupo paga mensalmente 45\$000 por dois quintos de água fornecida por um particular diariamente, para as talhas e lavagem de latrinas... Os pátios de recreio são por demais exíguos. Para remediar o gravíssimo e perigoso inconveniente da falta de água, só vejo um meio presentemente: abrir-se uma cisterna no pátio interno para levar por meio de bomba a água à caixa. Será uma despesa imprescindível de 350\$000 a 400\$000, despesa que urge ser autorizada pela Secretaria. Da mesma escassez de água ressentem-se quase todas as pessoas da cidade. (APM. SI. 3346. Relatório de inspeção de agosto /setembro e outubro, 1910)

Conforme se registra no texto transcrito acima, em toda a cidade havia problema quanto ao abastecimento de água. A maioria das famílias se abastecia utilizando cisternas, instaladas nos quintais (situação em que não se podia garantir a qualidade da água), ou captando água dos regos ou córregos (geralmente contaminada), ou, ainda, fazendo como no grupo: adquiria água canalizada de um empresário particular, já que não havia serviço público que atendesse esse aspecto.⁵⁸

O fornecedor de água ao grupo era o engenheiro e empresário Jesuíno Felicíssimo, que, em 23/01/1911, envia uma carta (APM. SI 3894) ao Secretário do Interior (Delfim Moreira), respondendo a um ofício que recebera deste. Na carta, explica que não possuía nenhuma empresa de água e sim um pequeno serviço destinado a fornecer o produto a casas particulares, mediante um pagamento mensal, e que havia contratado com o Sr. Ernesto Brandão (1º diretor do grupo em comissão, 1909/1910) o fornecimento do líquido, por 25\$000 mensais, mas a irregularidade sofrida pelo grupo provinha do fato desse estar construído em um ponto muito alto. Para sanar o problema, sugeria que o grupo fosse dotado de um serviço particular, uma nova ligação direta e especial, de uma nova fonte, abundante e constante, e propunha então que, feito isto, poderia fornecer água com mais regularidade a esse e a outros dois prédios próprios do Estado, mediante o recebimento mensal de 25:000\$000 (vinte e cinco contos de Réis).

⁵⁸ Só em 1922, foi aprovado o projeto de “Saneamento e Planta da Expansão de Uberaba”, prevendo a instalação da rede de esgotos, captação de água do Rio Uberaba, expansão e embelezamento da cidade, alinhamento das construções etc. (APU. *Boletim informativo*, nº. 7, março de 1997).

Essa carta de Jesuíno Felicíssimo repercutiu nas sessões internas da Secretaria do Interior, pois, em longo comunicado interno, datado de 07/02/1911, da 7ª sessão ao Secretário do Interior (APM. SI. 2894) e assinado por um funcionário (P. Pereira - não foi possível identificar seu cargo) começa rememorando fatos ocorridos em 1908, envolvendo as circunstâncias, não tão harmoniosas em que se deram os acertos para a construção e também as divergências havidas em torno da fiscalização da obra, antes de tratar do fato principal do momento – o problema da água. Só então apresentava uma sugestão:

A única solução que eu acho para a questão é V. Excelência entrar em acordo com o presidente da Câmara no sentido de o Estado fazer-lhe o adiantamento da quantia necessária para a execução de um serviço perfeito de abastecimento de água potável à cidade, de conformidade com uma recente lei que autoriza a concessão de empréstimos desta natureza. É o que me parece mais expedito e eficaz para fazer cessar a situação anômala em que se acha o grupo de Uberaba a respeito de sua instalação sanitária. (APM. SI. 2894. Comunicado interno manuscrito, 7ª sessão, 07/02/1911)

Isso não se concretizou,⁵⁹ pois, em setembro, outro comunicado interno (APM. SI 3835. Secretaria do Interior do Estado de MG, 04/09/1911), do mesmo funcionário P. Pereira, ao Secretário do Interior, relatava que fora redigido ofício ao Presidente da Câmara de Uberaba, pedindo providência para o “mesmo velho problema”, mas acreditava que esse recurso não surtiria resultado satisfatório, já que, anteriormente, esse Presidente afirmara que nada podia fazer. Rememora a sugestão de Jesuíno Felicíssimo (de nova canalização, direta de outro reservatório) e o preço: 25:000\$000 e relata que o engenheiro do Estado, Nicodemus Macedo, em orçamento arbitrário de canalização, apresentara o preço de 3:710\$647. Assim, seria imprescindível e inadiável mandar recalcular, orçar de novo e executar a obra, providenciando para que o grupo ficasse, desde então, bem servido de água para o seu asseio. E finalizava, afirmando que da Câmara nada se devia esperar e apresentava três razões para justificar sua conclusão:

Primeiro: porque si não pagou as prestações a que se obrigou pela construção do edifício do grupo, muito menos aceitará o convite para fazer consertos ou melhoramentos no mesmo prédio; segundo: porque o fornecimento de água à população dali é privilégio de uma empresa gananciosa; terceiro: finalmente, porque, conforme comunicação

⁵⁹ Há uma anotação acima do cabeçalho desse comunicado interno, nos seguintes dizeres: “A câmara me parece que vai fazer uma proposta de empréstimo. Aguardemos. (assinatura)”. Isto permite inferir que nenhuma providência foi tomada, pois ficou-se aguardando a iniciativa do Presidente da Câmara de Uberaba.

recente do presidente da Câmara, não é possível por enquanto fazerem-se obras dispendiosas por conta da Municipalidade porque seus cofres ficaram exauridos com as despesas da recente exposição pecuária ali realizada. (APM. SI. 3835. Secretaria do interior do Estado de MG, 04/09/1911)

A resposta da Câmara ao Secretário do Interior contrariou tais previsões: “[...] o agente executivo municipal comunica a V. Ex. que a Câmara, dentro do mais curto prazo possível providenciará para que o grupo escolar desta cidade seja abastecido de água em quantidade suficiente, [...]” (APM. SI 3816. Ofício da CMU ao exmo.sr.dr. Delfim Moreira, 18/09/1911).

O que parecia ser, enfim, a solução, no entanto, não o foi, visto que há outros ofícios, contendo relatos e reclamações sobre o problema. Em 1914, a Câmara passou a assumir as despesas de água, mas o abastecimento estava precário e, conforme relatório do diretor (APM. SI. 3527. Relatório do movimento GEU, 1914) o Agente Executivo, a pedido da direção, mandou que Jesuíno Felicíssimo fornecesse “água em pipas, puxadas por carroças”.

No ano seguinte, o problema se fez presente mais cedo – faltou água em abril – o que obrigou a servente a buscá-la, em baldes, na vizinhança, para beber e lavar os sanitários. (APM. SI. 3619. Relatório do movimento do grupo, 1915). Na ocasião, o diretor enviou ofício à Câmara relatando o problema. O novo Agente Executivo – Hildebrando Pontes - mandou fazer nova canalização, não mais captando água do antigo fornecedor, mas de outro empresário, Antônio Cunha Campos. No dito relatório ao Secretário do Interior, o diretor voltava a sugerir que fosse autorizada a abertura de uma cisterna equipada com bomba hidráulica.

Esse foi o último documento em que houve referência à precariedade no abastecimento de água. Desde que se falou a primeira vez no problema até então, passaram-se seis anos. Não há nos demais anos, que compõem o recorte temporal desta pesquisa, outros registros sobre tal fato.

Diretamente relacionado à escassez de água, ocorreram problemas nas instalações sanitárias, que foram objeto de constantes pedidos de reparos, os quais, em geral, eram feitos anualmente. Mediante reclamação do diretor, Francisco de Melo Franco (1º diretor efetivo, 1910/1918), de que os pátios dos recreios eram pequenos (APM. SI. 3461. Relatório do movimento do GEU, 20/12/1913), há despacho registrado na lateral do documento, no qual autoridades da Secretaria do Interior demonstram interesse em providenciar soluções, ao escrever: “verificar se há terreno suficiente para

o aumento dos pátios.”⁶⁰ Assim, alguns problemas da construção estavam sempre em processo de solução. Outros, no entanto, sem solução alguma, como: o tamanho dos pátios, a falta de um lugar para instalar a aula do curso técnico, (não havia nenhuma oficina ou galpão apropriado) e o número de salas de aula⁶¹. Essas eram oito, mas nos primeiros anos, conforme relatórios, só sete estavam mobiliadas. Quando foram enviadas mais carteiras, a sala da direção e a dos professores cederam o espaço, ficando instaladas dez salas (APM. SI 3416. Ofício, 03/06/1912). Não há informação sobre qual foi o destino do diretor e dos professores. Infere-se que tenham se instalado no espaço do salão nobre, por ser o único local em que não funcionou como sala de aula e por ter espaço suficiente para abrigar o serviço de direção e os docentes. O número de salas de aula era insuficiente para atender o número de alunos e turmas em funcionamento. Esse tema será alvo de maiores detalhamentos no próximo item deste capítulo, ao se falar dos alunos. Mas aqui, ao focar o espaço, é pertinente uma observação: o grupo era dividido em duas alas, com quatro salas cada uma, subtendendo-se que, uma era destinada ao sexo feminino e a outra ao masculino. Mas, no dia-a-dia do grupo esta divisão não funcionava dentro desse esquema. Na realidade, os sexos eram divididos não por lugar, mas por tempo. Pois, as aulas masculinas eram concentradas no turno matutino, em geral com 6 ou 7 turmas (apenas uma classe regular à tarde e algumas aulas técnicas) e as aulas femininas eram todas no turno vespertino.

No entanto, esses anos iniciais de convívio com o problema da água (embora sazonal) e outros aqui comentados, evidenciam que a implementação da escolarização republicana enfrentou desafios e contradições de várias ordens, a começar pelo espaço escolar dos grupos. Esses foram idealizados como lugares que se apresentassem diferentes, superiores aos “pardieiros”, (denominação que se criou para se referir aos locais precários onde ocorriam as aulas ministradas por professores públicos ou particulares na época do Império). O desafio reside na tentativa de concretização de uma escola supostamente melhor, em um país que pouco havia mudado com a passagem de um regime político para outro. E a contradição reside no fato de que, entre o que foi planejado, dito ou alardeado, na prática muitas vezes, não se realizou. A questão da higiene e da salubridade era, por um lado, objeto das normas de construção, mas, no

⁶⁰ Com base em observação direta no local, hoje, afirma-se: não havia terreno dentro do espaço interno, compreendido entre as alas laterais e o muro do fundo do grupo, para o aumento dos pátios de recreio.

⁶¹ Em alguns anos funcionaram turmas com mais de cem alunos matriculados, principalmente nas classes dos primeiros anos masculinos (APM. SI 3681. Relatório do Diretor do GEU, 03/02/1917).

caso específico desta escola, foram contrariadas, diante da escassez da água. Por outro lado, se a escola estava inserida em uma comunidade que convivia com os problemas de abastecimento e saneamento, como não ser afetada pelo que era uma especificidade local?

Para Antonio Viñao:

A construção do espaço como lugar [...] é o resultado de sua ocupação e utilização pelo ser humano. O espaço se projeta, se vê ou se imagina, o lugar se constrói. [...]. Nesse sentido, a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação do espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território por aqueles que com ele se relacionam. Desse modo é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço-lugar -, uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território.” (VIÑAO, 2005, p.17)

No caso do Grupo Escolar de Uberaba observa-se que enquanto as autoridades dirigentes – da Câmara ou integrantes do governo mineiro – não assumiam unilateralmente e nem conjuntamente a solução do problema e ficavam se acusando mutuamente ou cada um esperando que o outro assumisse as despesas, na escola, os transtornos afetavam a vida cotidiana de todos: diretor, professores, alunos, funcionários, ou seja, a vida daqueles que conviviam no espaço interno *desse lugar*. (Grifo meu).

É pertinente afirmar também, que o governo mineiro projetou o seu espaço, um empreiteiro o edificou, tornando-o materialmente visível. Mas foi após a sua ocupação por alunos, professores e funcionários, que esse espaço foi construído e reconstruído, adequando-se, para tornar-se duplamente, um espaço-território e um espaço-lugar de convivência e produção de uma cultura escolar própria. Demonstrando uma melhoria nas condições, em 1915, o diretor do grupo, registra em seu relatório final:

[...], este estabelecimento tem progredido sempre e representa atualmente, no seu conjunto de edifício, material didático, corpo de professores e orientação pedagógica, um sistema que se emparelha com os melhores do Estado, podendo tornar-se melhor ainda à proporção que, realizado como se acha o trabalho de conjunto, se forem ultimando as reformas de detalhes, consistentes em sucessivos e contínuos melhoramentos materiais e tendentes a tornar perfeitamente metódico, racional e prático, em todas as cadeiras do instituto, o ensino de cada

uma das matérias do programa. (APM. SI. 3619. Relatório do movimento do GEU, 1915, p. 2)

Contudo, em 1916, o diretor pede novamente reparos nas instalações sanitárias e, ainda, no cimentado do alpendre, nos vidros das janelas que davam para a praça pública (APM. SI. 3681. Relatório do movimento do GEU, 1916, p. V). Mas só em 1918 foi atendido, pois em março desse ano, o inspetor técnico regional (ITR), Ernesto de Melo Brandão, comenta o serviço que estava sendo realizado: a troca dos vidros, a limpeza, etc. E em outro relatório do mês de abril, escreve: “O prédio do grupo escolar passou por uma limpeza geral, apresenta agora um aspecto alegre e agradável. O serviço ficou bem feito” (APM. SI. 3798. Relatório de Inspeção, 17/04/1918). Em setembro, demonstra que o espaço escolar, agora, já estava mais adequado aos ideais da época:

O GEU continua no seu disciplinar funcionamento em prédio próprio que possui todas as condições de conforto e higiene. No edifício e em todas as suas dependências reina o mais perfeito asseio. Vasos com flores naturais e plantas ornamentais enfeitam os alpendres e pátios internos. Está provido de mobiliário e material didático. (APM. SI. 3798. Relatório do ITR, 1ª quinzena de setembro de 1918)

Considerando-se todo o exposto anteriormente, com relação ao espaço escolar desse grupo, pode-se reafirmar, amparando-se no pensamento de Vinão (2005, p. 17), anteriormente citado, que, quando o prédio foi inaugurado e as aulas começaram, começava, simultaneamente, a passagem do que fora o espaço escolar idealizado nas leis de reforma do ensino para o campo da concretização desse, como espaço-lugar, território escolar de vivência cotidiana, onde os desafios reais se interpõem e os homens os enfrentam, divergem-se, mas também se unem, adaptam-se ao lugar, ou esse às suas necessidades, superam algumas vezes os desafios, outras não. No GEU, eles foram sendo superados.

O grupo teve especificidades quanto ao seu prédio escolar, mas teve também aspectos em comum com outras escolas desta fase da história nacional, quando se olha a partir da perspectiva desvendada por Escolano:

Toda arquitetura é em definitivo necessária, mas também arbitrária; funcional, mas também retórica. Seus signos indiciários deixam [...] vestígios que guiam a conduta. A antropologia do espaço não pode evitar ser física e lírica a uma só vez. [...]. A arquitetura escolar, além desta análise semiológica, pode ser contemplada ademais como suporte

de outros símbolos incorporados. O edifício-escola, como é bem sabido, tem servido de estrutura material para colocar o escudo pátrio, a bandeira nacional, imagens e pensamentos de homens ilustres, os símbolos da religião, algumas máximas morais e higiênicas, a campainha e o relógio... Ele expressa toda uma instrumentação da escola a serviço dos ideais nacionais, religiosos e sócio morais. (1993, p. 107-8)

Nesse sentido, o prédio do GEU também constituiu suporte para os símbolos cívicos usuais da época, pois, no início de seu funcionamento, ostentou sob diferentes formas as imagens dos *heróis* republicanos. Assim, relata o jornal *Lavoura e Commercio*, (ed. 1.068, 07/10/1909), ao noticiar as solenidades da inauguração: “aos salões em que funcionam as aulas foram dados os seguintes nomes, legítimos expoentes da história do país, de Minas e de Uberaba” e relaciona onze nomes, os quais eram: Paes Leme, Antônio de Albuquerque, Philippe dos Santos, Cesário Alvim, Thomé de Souza, José Bonifácio, Benjamin Constant e Major Eustachio, Tiradentes (sala do diretor), João Pinheiro (salão de honra), Bárbara Heliadora (sala das professoras). O salão nobre foi também um espaço que ostentou fotografias, colocadas em homenagem às autoridades do governo mineiro e superiores hierárquicos relacionados à própria escola.⁶²

Mas, ao lado dessas, passou também a ocupar espaço no salão nobre, a partir de 1917, um crucifixo. Desde 1913, ano em que o bispo diocesano participou como presidente na solenidade de formatura dos concluintes, esse clérigo observou, durante sua fala, que tal tipo de imagem faltava ali naquele espaço e que, portanto, deveria ser colocada. No ano de 1917, são enviadas duas correspondências pedindo autorização ao Secretário do Interior para a efetivação desse propósito. A primeira é de pessoa da comunidade, Coronel Jacinto F. de Oliveira (APM. SI. 3681. Carta de 28/03/1917), alegando que, com tal solicitação, visavam acompanhar o que haviam feito os católicos de Belo Horizonte. O segundo ofício é do próprio diretor (APM. SI. 3681. Ofício de 31/03/1917), relatando que fora procurado por três coronéis (e cita os nomes, inclusive, desse acima) e um advogado, fazendo-lhe o pedido em questão e, nesse sentido, solicita

⁶² No primeiro aniversário do grupo, colocou-se a foto de Wenceslau Braz (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1161, 02/10/1910), a de João Pinheiro, foi uma homenagem póstuma feita na festa de 21 de Abril de 1912, (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1324, de 25/04/1912), e na seqüência, outras foram colocadas como do inspetor técnico regional e ex-diretor em comissão, Ernesto de Melo Brandão, (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1351, de 28/07/1912), do Secretário do Interior Delfim Moreira (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1392, de 19/12/1912), a imagem de Tiradentes - quadro pintado a óleo, pelo professor do ensino técnico e emoldurada pelos alunos -, (APM. SI. 3527. Relatório do professor do Ensino Técnico ao diretor do GEU, 1914), e por fim a foto do Secretário do Interior, Américo Ferreira Lopes (APM. SI. 3619. Relatório do movimento do GEU, 1915).

autorização nos seguintes termos: “Levando o fato ao conhecimento de V. Excia., rogo-lhe a equidade de me conceder a necessária autorização para atender os referidos senhores acerca do pedido que acabam de me fazer”. Interessante e um pouco irônico é o despacho dado por P. Pereira, encaminhado à 6ª sessão, registrado em folha anexa e aqui reproduzido:

O diretor do grupo de Uberaba, [...], consulta si pode consentir que no salão nobre do grupo se colloque a imagem de Christo, como lhe foi pedido por algumas pessoas daquela cidade e a exemplo do que se tem praticado aqui na capital e em outros logares. Entretanto, já li no ‘Estado de São Paulo’ a matéria dessa solenidade, que por signal foi presidida pelo bispo D. Eduardo Silva. É excusado, pois, dar-se agora auctorização para se fazer uma cousa que já está feita. 18/04/1917. (APM. SI. 3681, folha anexa ao officio de 31/03/1917)

Esse episódio possibilita algumas interpretações. Por um lado, demonstra a forma da direção do grupo relacionar-se com a comunidade envolvente, não era de embate, mas de conciliação, dada pela sua inserção nesta comunidade específica – Uberaba: sede de bispado e cidade de tradição religiosa, com muitas igrejas e duas escolas católicas. Por outro lado, não deixa de ser uma contradição o fato de uma escola laica portar a imagem de Jesus Cristo.⁶³

Mas a própria localização deste grupo promoveu um aspecto interessante e que se recobre de simbolismo, quando se atenta para o fato de que essa escola foi construída praticamente lado a lado com a Igreja de São Domingos, distando dessa apenas uma quadra, ambas as edificações no alto da colina e com suas fachadas no mesmo sentido: voltadas para o centro. Isto remete à possibilidade de tecer certas considerações.

O grupo era representativo do poder do governo, republicano e laico. A Igreja representando o poder secular do catolicismo. Duas instituições, em grandes construções, embora a Igreja mais alta e mais monumental. Mas o grupo, nesse aspecto, também tinha o seu lugar. Assim que ficou pronto, passou a figurar, em lista feita pelo jornal *Lavoura e Comércio*, entre as dez construções públicas mais importantes e

⁶³ Porém, os símbolos republicanos, superavam em quantidade os religiosos, pois enquanto havia uma imagem de Jesus, havia dois mastros para hastear a bandeira nacional: um desde a inauguração, colocado na fachada voltada para a Praça Comendador Quintino, e, passou a ter outro, no pátio interno, a partir de 1914 (APM. SI 3619. Relatório do movimento do GEU, 1915). A bandeira nacional, como símbolo máximo da pátria republicana, era cultuada não só na data de sua instituição, 19 de novembro, mas em todas as comemorações cívicas. Além disso, em todos os dias antes do início das aulas eram cantados os hinos Nacional e à Bandeira, conforme afirmou a entrevistada, D. Fiúca (Ver **Anexo G** - Entrevista completa).

bonitas da cidade. A questão do simbolismo reside no fato da posição paralela das duas construções (**Fig. 12**).

Se geograficamente, não estão nem divergentes, nem convergentes, no âmbito do convívio social e político, também esta mesma situação ocorreu. Embora no grupo não se ensinasse religião, a convivência com as autoridades religiosas se deu (após ligeiro impasse inicial, por ocasião das primeiras matrículas) de forma cordial. O bispo da diocese, D. Eduardo Duarte, freqüentava o grupo participando em festividades. Chegou, inclusive, a ser paraninfo da turma, que concluiu o primário em 1913, e na ocasião ele comentou o aspecto da laicidade do ensino.⁶⁴

Figura 12 - Prédio do Grupo Escolar de Uberaba (à esquerda). Ao centro (2º plano) a Igreja São Domingos (década de 30)



Fonte: ARQUIVO PÚBLICO DE UBERABA.

⁶⁴ Ao noticiar o evento ocorrido no grupo e referir-se à participação de D. Eduardo, o texto jornalístico destacava: “Sua Exc. Revm., como zeloso pastor desta diocese, lamentou sinceramente a ausência da imagem de Jesus Christo no salão de Grupo Escolar, não compreendendo porque se persiste na continuação dessa lacuna em desacordo com as idéias dos brasileiros, lacuna essa todavia amparada pela Constituição” (Lavoura e Commercio. ed.1.517, 12/12/1913).

Outro aspecto, ainda relacionado à religião, advém do fato de que, em Uberaba, em todas as praças, mais antigas e centrais, existe um templo católico. A única dessas praças em que não há uma igreja é a Comendador Quintino, onde está o Grupo.

O Grupo Escolar de Uberaba foi denominado em algumas ocasiões, nos textos dos jornais locais, como: *verdadeiro templo do bem, templo do saber*. Essas denominações conferiam ao Grupo certa identidade social e revelava a importância dada pelos intelectuais (em geral positivistas) à escola na Primeira República, atribuindo-se a ela o poder de formatar corpos, espíritos e corações, produzindo novos e melhores sujeitos, em todos os aspectos humanos, para que esses possibilitassem o progresso à sociedade brasileira.

3.2 O perfil da clientela do Grupo Escolar de Uberaba e a identidade histórica da instituição

Uma instituição escolar, ao ser criada, oferta certa modalidade de ensino objetivando atender determinada clientela. Em meados da Primeira República, no Brasil, e em especial em Minas Gerais, a preocupação dos dirigentes políticos era criar escolas visando diminuir os índices de analfabetismo, existentes principalmente, entre os componentes das camadas populares, para cujos filhos, os discursos políticos afirmavam, deveriam ser criados os grupos escolares. Havia certa preocupação com a qualidade do ensino. Mas o aspecto central era a questão da quantidade, o número de alunos que deveriam ser atendidos, alfabetizados.

O Grupo Escolar de Uberaba (GEU) possuía oito salas de aula. Nesse espaço quantos alunos poderiam ser atendidos? As normas estabelecidas pelo encarregado dos prédios escolares, José Dantas, no Relatório do Secretário do Interior ao Presidente do Estado, 1908 (APM. Anexo H, p. 658), prescreviam que “as salas de aulas [deveriam ser] bastante espaçosas, iluminadas e bem ventiladas, sendo em número e dimensões calculadas á razão de 40 crianças em cada sala, e com um ambiente de 5m² para cada menino”. Portanto, respondendo o questionamento, com base nessa informação, em princípio, nessa escola, poderiam estudar, em dois turnos, 640 alunos⁶⁵, ou 800 de

⁶⁵ Oito salas, em cada uma quarenta alunos: $8 \times 40 = 320 \times 2$ (turnos) = 640 alunos.

acordo com o que diz um decreto da mesma época, relatado por MOURÃO (1962, p.160):

Em 03/01/1907, o Presidente João Pinheiro e seu Secretário do Interior [...] subscreveram o Decreto n°. 1.969 que aprovava o Regimento Interno dos Grupos Escolares e [...], [que] especificava [...]: I – Pelo menos quatro salas de aula, *tendo cada uma capacidade para 50 alunos*; [...]. (Grifos meus)

3.2.1 Os dois primeiros meses de funcionamento do Grupo no ano de 1909

No ano de 1909, o GEU funcionou de maneira excepcional, atípica, apenas durante dois meses: outubro e novembro.⁶⁶ E os dados relativos aos números, tanto de matrículas, quanto de frequência, não foram encontrados embora existam alguns indícios que dão uma idéia nesse sentido. O jornal *Lavoura e Comércio*, em reportagem sobre a inauguração (ed. 1.067, 03/10/1909), afirma que estavam matriculados 760 alunos, distribuídos por onze classes, em dois turnos, de 1º a 3º ano, sendo oito turmas de 1º ano (05 do sexo masculino e 03 do sexo feminino), duas de 2º ano (uma de cada sexo) e uma turma mista de 3º ano. Há também um telegrama do Diretor em comissão, Ernesto de Melo Brandão, ao Secretário do Interior que traz o seguinte texto: “Grupo escolar instalado hoje solenemente presidiu sessão agente executivo passeata 609 alumnos brilhantissima aclamado governo do Estado nome de V. Ex^a povo delirante entusiasmo, Congratulações” (APM. SI. 2986, 03/10/1909, 5ª sessão). Esses dois relatos dão certa noção da quantidade de alunos envolvidos com o grupo, mas não são registros oficiais, do próprio estabelecimento, e nem coincidentes entre si, quanto aos números.

Uma outra fonte relativa ao número de alunos, encontra-se em um levantamento estatístico oficial publicado na imprensa, que traz dados demonstrando o impacto do grupo no setor escolar da cidade. Nele há uma comparação entre os anos de 1908 (em que o grupo ainda não existia) e 1909 (antes e depois do grupo), aqui sintetizados no **Quadro 07**.

⁶⁶ O ano letivo nos grupos era composto de dois semestres, de acordo com o regulamento contido no Decreto n°. 1960 de 16/12/1906: “O primeiro semestre começaria a 21 de janeiro e terminaria a 30 de junho; o segundo semestre começaria a 1º de julho e terminaria a 14 de novembro. Não havia, pois, férias no meio do ano letivo” (MOURÃO, 1962, p. 146).

Quadro 07 - Estatísticas sobre a instrução em Uberaba (1908/1909)

Anos	Escolas públicas urbanas	Crianças matriculadas	% em relação à população urbana
1908	14	1.455	15,83
1909 (sem o grupo)	18	1.859	20,24
1909 (após o grupo)	12	1.982	21,37

Fonte: LAVOURA E COMÉRCIO, ed. 1139, 12/06/1910.

Observando-se os dados do quadro é possível tecer algumas considerações. Comparando-se os anos de 1908 e 1909, percebe-se um crescimento do número de escolas, matrículas e conseqüentemente do percentual de população atendida. O grupo alterou essa situação, pois absorveu seis escolas isoladas, fazendo-as desaparecer, enquanto classes multisseriadas. Mas, como abriu com onze classes seriadas, pode-se considerar que aumentaram em cinco, o número de salas de aula na cidade. Então, se antes do grupo havia dezoito salas de aula (em escolas isoladas) e com o grupo passaram a ter doze escolas isoladas, mais onze classes seriadas, conclui-se que as turmas de estudantes totalizaram então, 23 classes. Porém, a inclusão de novos alunos não foi tão marcante, pois, aumentaram em 123 as matrículas novas. Mas, por outro lado, o crescimento registrado do ano de 1908 para 1909, pode ser creditado como influência do grupo que nesse período já se encontrava em construção, promovendo expectativas em torno do momento em que passaria a funcionar.

Quanto à freqüência, um texto jornalístico (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1069, 10/10/1909) afirma que é boa, com o grupo funcionando apenas há uma semana, mas não traz outros dados. Nesse mesmo texto, o jornal incentivava, com promessas de premiação, aos alunos que se destacassem, no ano de 1910, pelo comportamento, aplicação, (isto envolvia freqüência). O prêmio seria a publicação na página de honra, das fotos de um menino e uma menina destaques. Essa iniciativa do jornal ganhou adeptos entre os comerciantes locais, e, nas edições seguintes (nº. 1070, 14/10 e nº. 1071, 17/10), mais promessas de prêmios (relógios, uniformes) foram anunciadas.

3.2.2 O movimento dos alunos do Grupo Escolar de Uberaba entre os anos de 1910 a 1918

Consultando diversas fontes existentes no Arquivo Público Mineiro, no acervo proveniente da Secretaria dos Negócios do Interior, elaborou-se o **Quadro 08**, contendo dados sobre o movimento dos alunos, embora com algumas lacunas.

Quadro 08 - Movimento (matrículas, frequência e eliminação) dos alunos do Grupo Escolar de Uberaba – 1910 a 1918

Anos	Quant. de classes	N. de alunos Matriculados (meses)			Alunos eliminados	Total do 2º sem.	Média de frequência	% da frequência
		Jan.	f/m/abr.	Jul.				
1910	08	520	-	109	76	553	276(1ºs) 269(2ºs)	53,0 48,6
1911	12	550	-	-	-	-	-	-
1912	09(1ºs) 10(2ºs)	638	-	-	-	-	400 (no ano).	62,6
1913	13	768	20	88	340	536	388(1ºs) 406(2ºs)	49,2 75,7
1914	13	838	42	88	337	631	443(1ºs) 338(2ºs)	50,3 53,5
1915	13	867	27	100	340	654	394(1ºs) 352(2ºs)	44,0 53,8
1916	14	785	18	101	70	534	408(1ºs) 400(2ºs)	50,8 74,9
1917	14	768	-	-	-	-	-	-
1918	14(1ºs) 12(2ºs)	763	13	-	-	632	493(1ºs) 402(2ºs)	63,5 63,6

Fontes: APM.⁶⁷

⁶⁷ As fontes são diversas em cada ano. 1910: SI 3346, Relatórios dos inspetores técnicos regionais, Antônio Louveira Gomes e Ernesto C. Santiago; 1911: SI 2894, Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco de 29/01/1911; 1912: SI 3390, Relatório do inspetor técnico regional Alberto da Costa Mattos; 1913: SI 3461, Relatório do movimento do GEU, 20/12/1913; 1914: SI 3527, Relatório do movimento escolar (1914); 1915: SI 3579 Relatório do diretor de 1º de fevereiro de 1915 e SI 3619 Relatório do movimento do GEU, 20/12/1915; 1916: SI 3681 Relatório do movimento do GEU 21/12/1916; 1917: SI 3681 Relatório do diretor de 03/02/1917; 1918: SI 3798 Relatório do inspetor regional, Ernesto de Melo Brandão em 17/04/1918 e 07/10/1918.

A partir desses dados, torna-se claro o número de alunos matriculados a cada ano e a movimentação desses: a permanência, o abandono e a média de frequência. Permite, ainda, fazer médias de alunos por sala e perceber se a oferta e a procura eram compatíveis. Olhando-se os números de matrículas do 1º semestre, em termos absolutos, pode-se pensar que a oferta (considerada de 800 alunos), era, em geral, maior que a procura. Nos anos de 1914, 1915 1916 ocorre o inverso. Mas quando se atenta para o número de classes em funcionamento, percebe-se que a quantidade de alunos ultrapassava os 50 por sala, excetuando-se apenas o ano de 1911. Chega-se a tal resultado, quando se divide o número de alunos, em cada ano, pelo número de classes.⁶⁸

Embora se apresentem aqui raciocínios meramente especulativos, pois baseados em médias aritméticas e não nas evidências dos registros, esses podem servir de parâmetro para demonstrar que as salas de aula acabaram por funcionar com mais alunos que o idealmente projetado. Na situação real, em que o número de alunos por sala era circunstancialmente determinado pela procura que se efetivava através das matrículas, pode-se ver que em algumas delas havia espaço ocioso e em outras ultrapassava grandemente os números previstos. São exemplos ilustrativos dessa situação extrema, os dados relativos aos anos de 1915 (**Quadro 09**) e 1917 (**Quadro 10**). Nesses anos a distribuição de alunos por sala foi a seguinte:

Quadro 09 - Quantidade de alunos por sala, no ano de 1915

1º T U R N O	Turma	alunos	sexo	2º T U R N O	Turma	alunos	sexo
	1º A	90	M		1º	83	M
1º B	81	M	1º A	90	F		
2º A	100	M	1º B	82	F		
3º A	43	M	2º A	53	F		
3º B	41	M	2º B	61	F		
4º ano	23	M	3º ano	79	F		
			4º ano	51	F		

Fonte: APM. SI 3579, Relatório do diretor ao SI, de 1º de fevereiro de 1915. (Nota: foram feitas 867 matrículas e os discentes distribuídos em 13 classes/turmas)

⁶⁸ Em 1910 - (520 alunos divididos em 8 classes = 65 alunos); 1911 - (550 : 12 = 45); 1912 - (638: 9 = 70); 1913 - (768: 13 = 59); 1914 - (838: 13 = 64); 1915 - (867: 13 = 66); 1916 - (785: 14 = 56); 1917- (768: 14 = 54) e 1918 - (763: 14 = 54).

Quadro 10 - Quantidade de alunos por sala, no ano de 1917

1º T U R N O	Turmas	alunos	sexo	2º T U R N O	Turmas	alunos	sexo
	1º B	107	M		1º A	115	M
	2º A	51	M		1º A	64	F
	2º B	64	M		1º B	59	F
	3º A	33	M		2º A	68	F
	3º B	34	M		2º B	43	F
	4º ano	12	M		3º A	44	F
					3º B	37	F
			4º ano	37	F		

Fonte: APM. SI 3681, Relatório do diretor ao SI, de 03/02/1917. (Nota: foram feitas 768 matrículas e os discentes distribuídos em 14 classes/turmas)

Enquanto havia salas com mais de cem alunos, havia outras com menos de vinte. Diante desses dados, cabe um questionamento: por que isso ocorria? Não há uma resposta e nem comentários, feitos de antemão, por quaisquer pessoas ligadas ou à gestão ou à fiscalização da escola, diretor ou inspetor. Além disso, no governo do Presidente Júlio Bueno Brandão e seu Secretário do Interior, Delfim Moreira, fez-se uma completa revisão das disposições referentes ao ensino, (através da Lei 533 de 24 de setembro de 1910), baixada com o Decreto nº. 3191 de 09 de junho de 1911, em que, segundo Mourão (1962, p.196): “O professor não era obrigado a admitir mais de 50 alunos na sua sala, pois esta era a capacidade com que deveria ser construída”. Essa norma, ao que parece, não teve força para se impor.

Algumas circunstâncias podem ajudar a compreender, em parte, a situação apresentada nos quadros. Primeiro, o índice de analfabetismo era alarmante e, com o objetivo de diminuí-lo, não se recusavam alunos (embora as leis da época excluíssem as crianças com moléstias contagiosas incuráveis ou as loucas); depois não havia número de vagas pré-estabelecido. Em Uberaba, os jornais anunciavam que as matrículas estavam abertas, sem mencionar limitação de qualquer ordem; além disso, a frequência era baixa, o abandono e a conseqüente eliminação⁶⁹ dos alunos eram significativos. Assim, matriculavam-se muitos alunos, mas os que chegavam até o fim do ano eram em número bem menor.

⁶⁹ “Seriam eliminados da matrícula os alunos que faltassem 60 dias consecutivos. Não consta no Regulamento (nº. 3.191 de 09 de junho de 1911), baixado no governo de Julio B. Brandão nenhuma sanção contra os responsáveis por esses alunos que abandonassem a escola ou faltassem mais de 60 dias consecutivos. Teria frequência mensal o aluno que comparecesse, no mínimo, ‘a 15 lições em cada um dos meses do ano letivo’. A frequência mensal correspondia a um comparecimento a 75 aulas, no mínimo, durante cada semestre, o período de cinco meses, entre 1º de fevereiro e 30 de junho, ou entre 1º de julho e 30 de novembro” (Mourão, 1962, p. 196).

Em termos percentuais, com base no **Quadro 08**, anteriormente apresentado, a frequência no GEU variou entre a mínima de 44,0%, em 1915 (1º semestre), e a máxima de 75,7% em 1913 (2º semestre). Mas os valores predominantes estão próximos do que se registrava em toda Minas Gerais. A título de exemplo, retirou-se do Relatório apresentado pelo Exmo.sr.dr. Delfim Moreira, Secretário do interior ao Exmo.sr. Presidente do Estado, dados do *Resumo da Estatística Escolar (1912-1913)*,⁷⁰ sintetizados no **Quadro 11**.

Quadro 11 - Matrículas e frequência nos grupos urbanos do Estado de Minas Gerais (1912)

ANO de 1912	Grupos urbanos	Matrícula total	Frequência total	% de frequência sobre a matrícula
1º semestre	72	29.643	18.732	63,19%
2º semestre	82	33.288	19.660	59,06%

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1.494, 19/10/1913, p. 2

Em 1915, outro Secretário do Interior, Américo F. Lopes, apresentou em seu relatório ao Presidente do Estado, os dados de matrícula e frequência, resumidos no **Quadro 12**:

Quadro 12 - Estatística Escolar em Minas Gerais (1915)

ANO de 1915	1º semestre	2º semestre
Matrículas	149.333	162.439
Frequência	97.803	94.347
Percentual (freq./matrícula)	65,49%	58,08%

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO, ed.1852, 05/03/191

⁷⁰ No quadro geral completo, constam também dados referentes às escolas isoladas (urbanas, rurais e distritais) e aos grupos distritais, que chegam a atingir em todo o Estado, 138.719 alunos matriculados; 82.282 alunos freqüentes; que corresponde a 59,31% de frequência, sobre a matrícula.

Ao apresentarem dados relativos à frequência, os autores os faziam acompanhar de justificativas, que são de natureza variada. O Secretário do Interior, Américo F. Lopes, no relatório acima citado, afirma: “A baixa frequência nos últimos meses de 1915 teve como causa a crise econômica por que passamos, a qual motivou a retirada de muitos alunos das escolas para os trabalhos agrícolas, nas localidades do interior”.

A frequência era considerada um problema da Escola. Isso se dava porque embora estivesse prevista a obrigatoriedade da Educação, na Reforma João Pinheiro (Lei nº. 439 de 28/09/1906), no regulamento (Decreto nº. 1960 de 16/12/1906), esse princípio não se concretizou. (Esse tema já foi comentado no presente trabalho, no Capítulo I, item 1.5). Anos depois, pelo Decreto 3.191 de 09/06/1911 - Reforma Bueno Brandão/ Delfim Moreira -, a obrigatoriedade foi definida nos seguintes termos: “O ensino primário era obrigatório, dentro do perímetro escolar, para crianças [...] de 7 a 14 anos [...]. O perímetro escolar [...] abrangendo: [...] um quilômetro para o sexo feminino e dois [...] para o sexo masculino” (MOURÃO, 1962, p.198). Ou seja, estabeleceu-se uma obrigatoriedade relativa, plasmada no princípio liberal.

Sobre os motivos causadores dos problemas de frequência, no GEU, o inspetor técnico regional, Alberto da Costa Mattos, em dois relatórios, observa que essa teria sido maior se não fossem as chuvas continuadas e pesadas que caíram, impossibilitando o comparecimento, no início de fevereiro, de alunos que moravam mais distantes (APM. SI 3390, Relatório de 15/02/1912) e também, no mês de abril, as eleições agitadas no município e a Semana Santa (APM. SI 3390, Relatório de 15/04/1912). Nesse mesmo sentido, o diretor Francisco de Melo Franco, no relatório da movimentação do ano de 1915, referindo-se à frequência do segundo semestre (**Quadro 08**) justifica que a eliminação dos alunos não frequentes, deu-se por uma série de motivos: transferência para outras escolas⁷¹, mudança de residência, por terem se empregado, adoecido, falecido ou outros motivos ignorados (APM. SI 3619, Relatório do movimento do GEU, 20/12/1915).

Os motivos apontados demonstram, conforme estudos de Vidal e Faria Filho (2002, p. 22-3), que o processo de escolarização enfrentou dificuldades com relação ao

⁷¹ Havia uma movimentação dos alunos entre o Grupo e as duas outras escolas maiores. No início do funcionamento do Grupo foi bem acentuada, chegando um inspetor técnico a registrar: “Não eram boas as condições de ordem e disciplina, quando iniciei a [...] fiscalização e essa irregularidade agravada pelas hostilidades, ora manifesta, ora latente das congregações religiosas (marista e dominicanas) contra o grupo, [...], muito concorrem para a irregularidade da frequência dos alunos e mesmo a retirada de dezenas de crianças do Grupo. Essa hostilidade, que felizmente vai se neutralizando, foi sem dúvida um fator poderoso de perturbação da boa marcha do Grupo em sua primeira fase” (APM. SI. 3346. Relatório do ITR Ernesto C. Santiago, agosto-outubro, 1910).

uso do tempo, havendo, no início, um descompasso entre o tempo escolar e os outros tempos sociais. Contribuindo para acentuar o problema, havia a questão da não obrigatoriedade e a própria atitude da família, que não dava tanta importância à escola. Assim, não fazia com que seus filhos a frequentassem com regularidade.

Assim, no GEU, ocorreu nos anos iniciais contemplados neste estudo uma grande movimentação de alunos, delineando-se a seguinte situação: o número de matrículas era elevado, podendo-se disso inferir que o acesso era relativamente fácil; mas a permanência não se dava dentro de uma regularidade. Com a frequência comprometida vinha a eliminação e/ou evasão de muitos discentes. Portanto, no início do ano, projetavam-se salas cheias, principalmente nas séries iniciais. No meio do ano, a realidade já era outra. Então, com as matrículas suplementares, novos alunos eram inscritos, mas novos abandonos ocorriam, restando no final do ano um total sempre menor do que no início. No fim do período letivo, esses alunos ainda teriam um obstáculo a enfrentar, os exames finais, que resultariam em aprovação e promoção à série seguinte (ou conclusão no caso do 4º ano) ou em reprovação. O comparecimento aos exames podia ser maior ou menor do que a própria média de frequência. Uma amostragem dessa situação pode ser observada no **Quadro 13**, a seguir:

Quadro 13 - Dados diversos relativos aos exames finais realizados no Grupo Escolar de Uberaba, do ano de 1913 a 1916

Anos	1913	1914	1915	1916
Matrículas totais no 2º semestre.	536	631	654	534
Média de frequência no 2º semestre.	406	338	352	400
Alunos presentes aos exames.	396	370	370	388
% de presenças em relação às matrículas.	73,8	58,7	56,5	72,6
Número de alunos aprovados.	306	298	281	278
% aprovados em relação ao comparecimento.	77,2	80,3	75,9	71,6
% aprovados em relação às matrículas	57,0	47,2	42,9	52,0
Não compareceram	140	261	284	146
Número de alunos reprovados	90	72	89	110

Fontes: APM⁷² e LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1516 de 10/12/1913

⁷² Cada ano tem sua fonte correspondente: 1913: SI 3461. Relatório do movimento do GEU, 20/12/1913; 1914: SI 3527. Relatório do movimento do GEU, 1914; 1915: SI 3619, Relatório do movimento do GEU, 20/12/1915 e 1916: SI. 3681. Relatório do movimento do GEU, 21/12/1916.

No Estado, têm-se os dados somente do segundo semestre de 1912, em que nos 82 grupos urbanos existentes estavam matriculados 33.288 alunos, com uma frequência média de 19.660 (59,06%), tendo sido aprovados um total de 8.696 alunos,⁷³ (LAVOURA E COMMERCIO, ed.1493, 17/10/1913), o que representava 26,12% em relação às matrículas do segundo semestre.

Os dados encontrados sobre o Grupo Escolar de Uberaba, quanto a esse aspecto, não são referentes a todos os anos pesquisados, daí serem considerados uma amostra. Menor ainda é a amostra com relação ao Estado, o que torna uma análise comparativa quase inviável. Porém, para não deixar de tentar realizá-la, pode-se perceber que, considerando os percentuais de resultados positivos (aprovação, promoção/conclusão) em relação às matrículas do 2º semestre, os valores percentuais obtidos no GEU em todos os quatro anos, são melhores do que os obtidos no Estado no ano de 1912. Mas, nos dois âmbitos, local ou estadual, é possível perceber a pirâmide de larga base e ápice reduzido, que ia se desenhando, da matrícula à conclusão do ensino primário.

Esses resultados obtidos no GEU, se olhados os percentuais de aprovação em relação ao de comparecimento, verifica-se certo sucesso dos alunos que enfrentaram os exames, pois são valores de mais de 70 e 80%, significativos em qualquer época. Mas há outra análise mais abrangente a ser feita, que é com relação aos que não compareceram aos exames e aos reprovados. Ao se atentar para esses outros dois aspectos e somá-los, o resultado do quadro geral mostra uma outra realidade. Tais circunstâncias, afinal, não podem ser consideradas sucessos e seus valores, em alguns anos, ultrapassam os de alunos aprovados. Em 1914 e 1915, houve respectivamente 298 e 281 aprovações, contra 333 e 373 reprovados e não examinados. Conseqüentemente, pode-se considerar que a escola republicana era muito seletiva, olhando-se a partir do fato da existência desses exames anuais, que em última instância era o fator decisivo do sucesso escolar do aluno. Os exames e as circunstâncias que esses envolviam foi tema comentado pelo diretor do GEU, nos seguintes termos:

Muito me esforcei por conseguir que aos exames comparecesse o maior número possível de alunos. Neste particular não tive, porém, a satisfação de ver os meus esforços coroados de êxito completo, porquanto, devido a causas que longo seria enumerar, considerável número de discentes que haviam freqüentado com assiduidade as aulas

⁷³ Promoção discriminada por série: ao 2º ano, 3.683 alunos; ao 3º: 2.565; ao 4º: 1.556; concluíram o primário: 892 alunos. Esses valores somados perfazem o total referido, de 8.696 alunos aprovados.

e cujos nomes se encontram, com boas médias de aproveitamento, nas listas apresentadas pelos professores, deixou de responder às chamadas nos dias dos exames. De acordo com o que disse algures um meu distinto colega, penso que, embora valham os exames como a última verificação do aproveitamento dos alunos, não devem eles, no curso primário, abolir por completo as promoções. Bem poderia o aluno passar ao ano superior, desde que a sua média anual de aproveitamento, mantida pelo professor, lhe desse direito à promoção. (APM. SI 3527, Relatório do movimento do GEU, 1914)

O diretor Francisco de Mello Franco, vivenciando o dia-a-dia no grupo, as lutas para se construir a escolarização republicana, percebia o gargalo que os exames impunham ao curso primário e se posicionou contrário ao peso atribuído a eles. Cabe então questionar: qual seria o destino dos alunos, reprovados ou não examinados? O mesmo que se registra ainda nos dias atuais: ou o abandono da escola, ou o retorno no ano seguinte entre os repetentes.⁷⁴ Nesse sentido, a escolarização republicana enfrentou problemas e desafios. E alguns deles até hoje não foram vencidos.

O GEU começou a funcionar em 1909, mas foi em 1911 que a primeira turma concluiu o ensino primário na instituição. Desse ano até o de 1917, têm-se os seguintes números de alunos concluintes a cada ano, demonstrados no **Quadro 14**.

Quadro 14 - Números de alunos concluintes do curso primário no GEU (1911 a 1917)

Anos		1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	Totais
Número total de alunos		17	15	34	28	31	28	19	172
Por Sexo:	masculino	01	11	10	13	08	06	06	55
	feminino	16	04	24	15	23	22	13	117

Fontes: LAVOURA E COMMERCIO⁷⁵ e APM⁷⁶.

⁷⁴ Ilustra essa situação anúncio publicado no jornal local, em que avisava sobre a reabertura das aulas em 21/01 cujas matrículas seriam feitas de 07 a 21/01 e quanto aos alunos que freqüentaram no ano anterior, mas não concluíram, esses precisavam “reformular suas matrículas” (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1188, 05/01/1911).

⁷⁵ São várias edições do jornal *Lavoura e Comercio*, referentes aos diversos anos em foco: ed 1288, de 21/12/1911, p. 2; ed. 1392, de 19/12/1912; ed. 1517, de 12/12/1913, p. 3; ed. 1678, de 23/12/1914, p. 1-2; ed. 1828 de 15/12/1915; ed. 1931, de 07/12/1916 e ed. 2035, de 06/12/1917.

⁷⁶ SI 3448, Ata da entrega dos certificados aos concluintes, de 14/12/1913 e SI 3619, Relatório do movimento anual do GEU, 20/12/1915.

O número de alunos concluintes torna-se significativo, se comparados com os dados sobre o Estado, descritos no relatório de 1912, anteriormente citado, em que havendo na época 82 grupos urbanos, concluíram o 4º ano 892 alunos. Isso proporciona uma média de 10,8 alunos por grupo. Nesse ano, (de 1912), em Uberaba, registrou-se o menor número de conclusões: 15 alunos. Em todos os demais anos (1911, e 1913 a 1917), o número de concluintes é superior a esse valor.

Chama atenção o número de meninas em relação ao de meninos. Elas, nos sete anos enfocados no quadro acima, correspondem a mais do que o dobro deles. No entanto as salas com maior número de matrículas por turma (**Quadros 09 e 10**), são as masculinas dos primeiros anos da escolarização. Assim, pode-se afirmar que elas obtiveram, no GEU, mais sucesso do que eles, no sentido de levar avante o curso primário, chegando até o seu término.

3.2.3 Origens geográficas e socioeconômicas dos alunos do Grupo Escolar de Uberaba

Quem eram esses meninos e essas meninas? Quais eram suas origens geográfica e socioeconômica?

Quanto à origem geográfica dos alunos, com relação às suas residências na cidade, não é possível saber com exatidão, pois não há, na E. E. Brasil, livros de matrículas da época, com os registros dos endereços. Acredita-se, entretanto, que a maioria dos alunos era proveniente do próprio bairro, por ser esse o mais populoso da cidade, na época. Por outro lado, tomando-se por base os nomes dos alunos concluintes de 4º ano (**Anexo F**), vê-se que há vários nomes de imigrantes estrangeiros⁷⁷, que vieram entre o final do século XIX e início do século XX para Uberaba. Dentre esses predominam os de famílias italianas. E o bairro Estados Unidos, onde se localizava o

⁷⁷ Nomes das famílias dos alunos do grupo, retiradas das listagens dos concluintes (Ver **Anexo F**), aqui identificados por nacionalidade de origem, a partir das informações contidas em PONTES, Hildebrando. (1978). *História de Uberaba e a civilização do Brasil Central*, p. 93-7. Italianos: Ricciopo, Nince, Colantoni, Anconi, Gomide, Penna, Borelli, Ponticelli, Paschoalini, Finamori, Maggiotti, Raffaelli, Pucci, Cicci. Espanhóis: Medina Coeli, Garcia, Fernandes, Paiva, Navarro, Peppe, Durão. Alemães: Nusdorfer, Finholdt. Francês: Fleury.

Grupo era também o reduto dos imigrantes italianos, ficando inclusive, próximo dele, a sede da Fratelanza Italiana.⁷⁸

Como o Grupo era único na cidade, embora não fosse central, é provável que atendesse crianças de outros bairros, então chamados Altos. A questão da sua localização em um bairro foi objeto de polêmica, antes da construção, assim como as justificativas para se definir pelo “Alto” Estados Unidos, em detrimento de outros ou do centro. Vem dessas discussões um indício que reforça a possibilidade de que era freqüentado por crianças de toda a cidade.

Na época, o jornalista Felício Buarque ao ponderar sobre os aspectos favoráveis e desfavoráveis à construção de um prédio escolar, concluiu que, não sendo colocado no centro, em qualquer outro lugar que o colocasse, estaria distante dos pontos extremos e, como existiam outras duas escolas bem freqüentadas e localizadas em bairros (o Ginásio Diocesano e o Colégio Nossa Senhora das Dores), só restava, às pessoas que quisessem freqüentar o Grupo Escolar, o sacrifício pessoal de caminhar, já que não havia na cidade meios de transportes públicos, e os obstáculos geográficos (colinas, cursos de água), não podiam ser removidos.

Diante das especificidades geográficas locais, somadas à observação do jornalista, quanto ao costume dos uberabenses de se deslocarem de bairro a bairro, para freqüentar as escolas, e ainda com o fato de o Grupo ser único, infere-se que havia também nesse estabelecimento alunos provenientes dos outros bairros.

Social e economicamente, também há dificuldade em se obterem dados que produzam um delineamento claro, pois também não existem registros, por exemplo, das profissões dos pais, dos ganhos desses. Mas existem indícios que trazem alguma luz quanto a esse aspecto. Esses indícios são fornecidos pelos textos jornalísticos, pelos registros da caixa escolar e pelos nomes das famílias dos alunos concluintes do curso primário, ou participantes em eventos públicos, registrados em atas e/ou em relatórios.

Os impressos consultados e, principalmente, o jornal *Lavoura e Commercio*, ao noticiarem eventos ocorridos no Grupo, sempre se referiam à presença de todas as classes sociais, como no seguinte trecho, relatando a festa de entrega de diplomas da 1ª

⁷⁸ Trata-se da *Sociedade de Socorro Mútuo ‘Fratelanza Italiana’*, fundada em 1892, pela colônia italiana de Uberaba. Foi idealizada e concretizada por Pasquale Totti, Vito Lorenzo, Nicola de Vito e Constanzo Turati. Durante muitos anos funcionou nas casas dos dirigentes da entidade, mas em 1900, foi doado um terreno localizado a Rua 07 de Setembro e ali construíram um prédio para a sede, inaugurada em 20/09/1901. Depois de prestar muitos serviços aos italianos a dita sociedade extinguiu-se (MENDONÇA, 1974, p. 96-7). A Rua 7 de Setembro é uma das vias que chegam à Praça Comendador Quintino, onde está o prédio da escola inquirida.

turma a concluir o primário: “O salão nobre do grupo estava literalmente cheio e grande era a massa popular apinhada no alpendre e outras dependências do prédio. Lá estavam representadas todas as classes sociais” (ed. 1288, 17/12/11, p.1-2). Nesse mesmo jornal, há o registro do discurso do paraninfo (o advogado João Camelo), em que, logo no início, agradece a “gentileza [de o convidarem para paraninfar e], [...] esse impulso de simpatia dos filhos do povo [referindo-se aos alunos] por outro humilde filho do povo” [referindo-se a si próprio].

Ao se criarem os sistemas estaduais de educação, um dos objetivos principais, dito nos discursos dos políticos e dos intelectuais, era a inclusão da classe popular nos benefícios da educação primária, uma educação para o povo, mas que resultaria em um futuro melhor para todos, conforme o próprio João Pinheiro, em campanha para a eleição de 1906, destacou:

Dominando todas as necessidades sociais, políticas e morais, está, em toda a parte, a questão fundamental da instrução primária. Quase que é o único benefício direto em troca de seus sacrifícios, que o povo pode ver e tocar. Demasiado tem-se os governos preocupado da instrução aparatosa das academias e ginásios equiparados, dirigindo-se à classe dos mais favorecidos da fortuna, em contraste com o esquecimento e abandono da modesta escola primária, cuja função é a educação do próprio povo, da qual depende a sorte futura da coletividade inteira. (PINHEIRO, 1980, p. 190)

Porém, para um aluno pobre freqüentar um grupo escolar, alguns recursos se faziam necessários, no mínimo, para aquisição de material escolar, uniforme e calçado. A estratégia que possibilitou a presença de alunos de baixa condição econômica nos grupos foi a existência das caixas escolares, tornadas obrigatória a partir de 1911, conforme circular enviada pela Secretaria do Interior aos diretores dos grupos mineiros:

Reorganizando o ensino primário neste Estado, pelo dec. n. 3191, de 9 de Junho de 1911, teve o governo por objetivo a realização da grande idéia, há tantos anos afagada, de reduzir o mais possível o número de analfabetos, pela difusão do ensino primário entre o povo. Assim, foram tomadas medidas tendentes à efetivação desse nobre ‘desideratum’ e como sabeis, a administração pública, quanto lhe tem sido possível, há empregado ingentes esforços no desenvolvimento intelectual dos mineiros, não só fomentando-o com suas providências, mas também reservando à instrução não pequena parcela de seu orçamento. Para que se tornassem eficazes as medidas administrativas foram instituídas as ‘Caixas Escolares’, de organização obrigatória nos grupos, as quais auxiliadas pelo Estado nos termos do regulamento vigente, tem sido amparadas pelo povo. Em muitas das localidades em que prosperaram

essas filantrópicas instituições, notam-se já os benéficos resultados que delas advém para as classes pobres. [...]. No ensejo de incrementá-las, esta Secretaria verificou que só o conseguirá com o auxílio do povo e esse auxílio deve partir das classes mais abastadas e de preferência dos pais dos alunos que freqüentam o grupo, em benefício das que mais precisam. (APM. SI 3579. Circular, 6ª secção, 1911)

No Grupo Escolar de Uberaba, antes de sua inauguração, fora criada a primeira caixa escolar, que existiu até 1912, quando se criou em 03/03/1912, a “Caixa Escolar João Pinheiro”⁷⁹, nos parâmetros do decreto 3.191, conforme a circular acima transcrita. As receitas dessa primeira caixa escolar foram provenientes de verba do governo e de festas e quermesses feitas pelos professores. A primeira despesa com alunos se deu antes da inauguração do grupo, por ocasião das matrículas. Em correspondência enviada por Ernesto de Mello Brandão (inspetor técnico regional e 1º diretor em comissão) ao SI, solicita: “Peço autorização para despender 150\$000 – da Caixa Escolar já criada, para o fornecimento de vestes aos meninos pobres, essa medida é de utilidade como propaganda em favor do grupo” (APM. SI. 2976. 16/08/1909). A despesa solicitada foi autorizada sendo a maior que essa primeira caixa registrou no fornecimento do básico aos alunos pobres. Seus recursos ao longo dos anos seguintes foram usados também em serviços de manutenção do próprio estabelecimento escolar e despesas de outras naturezas, ou indiretas com alunos em geral⁸⁰.

A partir da criação e da organização, da “Caixa Escolar João Pinheiro,” é perceptível que essa instituição de assistência aos alunos foi atuante em todos os anos, geralmente, nos inícios dos semestres beneficiava certo número de alunos (**Quadro 15**).

⁷⁹ Na reunião para se deliberar sobre a denominação a ser dada à caixa escolar anexa ao grupo, “ficou unanimemente resolvido que passasse a novel instituição, como d’ora avante passa, a denominar-se ‘Caixa Escolar João Pinheiro’, em homenagem á memória querida do eminente estadista, a quem deve a nossa instrução publica assignalados serviços” (E. E. BRASIL. *Livro de Atas da Caixa Escolar*, 21/03/1912, fl. 03).

⁸⁰ Em um Balanço enviado pelo diretor, Francisco de Mello Franco, ao Secretário do Interior, por ocasião da criação da “Caixa Escolar João Pinheiro”, prestando contas da primeira caixa, foi possível levantar a natureza dos gastos feitos de 1909 a 1912. São tais gastos com: consertos de janelas, latrinas, campainha, calha; aquisição de utensílios: vassouras, espanadores, canecas, regador; material de desinfecção (creolina); serviços como: lavação de toalhas, transportes de caixas da estação ao grupo e de trabalhos dos alunos para a exposição em maio, condução de água ao grupo (duas vezes), confecção de palco cênico, coroa, armação de mapas e compras de giz, doces e espetáculo cinematográfico para os alunos (APM. SI 3416. *Balanço da caixa escolar que existiu até 03/03/1912*). Essas despesas remetem aos problemas referidos no item 3.1 sobre o prédio escolar e permitem também certa noção do cotidiano no grupo. Traz à memória até certo tipo de odor que exalava dos sanitários: o de creolina.

Quadro 15 - Número de alunos atendidos e valores gastos, pela “Caixa escolar João Pinheiro”. Período: 1913 a 1918.⁸¹

Anos	Dados discriminados			Totalização	
	Nº. alunos atendidos	Valores	Data da ata com reg. da despesa	Alunos	Valores ⁸²
1913	46	257\$600	13/03	72	268\$900
	26	113\$000	31/07		
1914	62	207\$200	29/03	113	392\$400
	51	185\$200	16/09		
1915	50	206\$200	18/03	264	663\$300
	80 ⁸³	308\$900	23/03		
	119	95\$700	16/08		
	15	52\$500	16/09		
1916	54	221\$900	23/02	203	718\$600 + ? ⁸⁴
	108	496\$700	29/04		
	41	Não cita.	21/08		
1917	Não cita	135\$600	17/04	87 + ?	541\$800
	87	406\$200	30/04		
1918	47	72\$500	23/01	97 + ?	481\$800
	50	406\$100	06/05		
	Não cita	32\$000	25/07		

Fonte: E. E. BRASIL. *Livro de Atas da Caixa Escolar*

As atas da “Caixa Escolar João Pinheiro” além de revelarem os dados evidenciados no quadro, descrevem também alguns critérios usados para definir quais

⁸¹ Apesar de criada em março de 1912, no restante desse ano a maior preocupação dos dirigentes da entidade foi arrecadar fundos entre os sócios e entre contribuintes voluntários e/ou ocasionais. Um exemplo desse último tipo de participação foi a arrecadação de 400\$000, junto a comerciantes de São Paulo, através de uma lista de subscrição de donativos organizada por um representante de uma casa comercial paulistana, que costumava visitar a cidade de Uberaba. E a primeira despesa registrada com os alunos foi de 35\$000, para aquisição de objetos escolares para serem distribuídos como prêmios aos discentes no encerramento dos trabalhos letivos.

⁸² Como parâmetro, para se ter noção do que representam esses valores, o salário mensal básico de um professor normalista ministrando aulas em grupo escolar era de 150\$000 e o de um diretor, 250\$000.

⁸³ Esses 80 alunos receberam vestuário. O *Jornal Lavoura e Comercio* (ed.1717 de 23/03/1915, p. 2) revela as turmas, séries e professores, dos contemplados: 23 dos 1ºs anos femininos, 24 dos 1ºs anos masculinos; 07, 2ºs anos feminino; 11, 2º ano masculino; 09, 3º feminino; 05, 3ºs anos masculinos e 01 do 4º ano. Dados assim discriminados só aparecem nesse ano, mas demonstram uma tendência, ainda hoje comum: os alunos mais necessitados estão nas séries iniciais, poucos deles chegam às finais.

⁸⁴ As interrogações se referem aos valores gastos ou número de alunos que, segundo as atas, foram atendidos, mas não estão discriminados, portanto, constituem dados desconhecidos.

alunos receberiam ajuda. Havia solicitações de familiares na época da matrícula, mas geralmente, as observações feitas pelos professores após o início das aulas, eram decisivas. Esses elaboravam uma lista que era entregue ao diretor, que a apresentava na reunião da entidade, para as deliberações finais. Os alunos recebiam cortes de tecido para o uniforme, calçados, livros e demais utensílios: tinta, lápis, pena papel, cadernos. Essa caixa contava com uma média de 50 sócios contribuintes. No ano de 1915, no relatório final do diretor ao SI, ele descreve que naquele ano a receita atingira 3:708\$800, as despesas chegaram a 1:385\$400, e o saldo se encontrava depositado em conta bancária.

Conclui-se que essa entidade beneficente cumpriu desde a sua fundação e durante o período do recorte temporal do presente trabalho a função sócio-institucional, que motivou sua origem: dar aos alunos pobres, condições materiais para freqüentarem a escola, colocando-os em processo de alfabetização. Em Termo de Visita do inspetor escolar municipal, Tancredo Martins, está registrado que:

Ao grupo vai prestando magníficos serviços a Caixa Escolar Dr. João Pinheiro, que agora supriu de roupas e utensílios escolares a 108 crianças desvalidas, tendo despendido a importância de 496\$700. É desse modo uma belíssima instituição que grandemente tem contribuído para, mantendo a freqüência do Grupo, prestar à instrução primária de Uberaba o mais assinalado auxílio. (APM. SI. 3633 *Termo de visita*. (cópia), 1º de maio de 1916)

A partir do último quadro apresentado, pode-se afirmar que o GEU recebia alunos pobres em números significativos, sobretudo nos anos de 1915 e 1916. Nesses anos a matrícula de Janeiro também foi numerosa, respectivamente de 867 e 785 alunos. Se calcular sobre essas matrículas o percentual de atendimentos durante o ano, chega-se a 30,44% e 25,85%. Percentuais que nos outros anos são menores.

Excetuando os alunos ditos nas atas da Caixa Escolar, “reconhecidamente pobres”, ou “indigentes”, os demais discentes tinham melhores condições econômicas. Alunas como Leovirgília Martins Chaves, Elza de Mello Brandão e Maria Iolanda Pontes, são filhas dos senhores, João Augusto Chaves, professor do Grupo; Ernesto de Mello Brandão, inspetor técnico regional; e, Dr Hildebrando Pontes, agrônomo que ocupou diversos cargos, entre eles, o de Agente Executivo Municipal. Algumas alunas eram da família Cunha Campos, muito bem sucedida economicamente, cujos componentes dedicavam-se aos setores empresarial (telefonia, rede de farmácias) e agropecuário, inclusive importação de gado zebu. Ainda, os alunos de nome Riccioppo

eram descendentes de imigrantes italianos bem sucedidos, que se dedicavam ao setor de comércio de armarinhos e alfaiataria (há diversos anúncios nos jornais locais sobre seus estabelecimentos), confeccionando para abastecer não só a cidade, mas todas as regiões de influência comercial de Uberaba - do Triângulo Mineiro a Goiás. É recorrente nas notícias de festividades realizadas no grupo a menção à presença de “numerosas famílias no nosso escol social”. E o que justificaria a presença das famílias senão o fato de os seus filhos serem alunos naquela escola?

Assim, apoiando-se nos indícios revelados nas fontes, considera-se que o GEU recebia mesmo alunos de todas as classes sociais. Bastava que os pais os matriculassem. Nesse sentido, essa era uma instituição liberal, estava aberta a todos, não fugindo ao espírito da época histórica em foco: Primeira República, em que esse liberalismo muitas vezes foi “negativo⁸⁵”, pois beneficiou as classes privilegiadas. Idéia reforçada, quando submetida à seguinte análise: se considerados pobres, basicamente os alunos atendidos pela caixa escolar, pode-se afirmar que a presença maior era daqueles com condições socioeconômicas melhores, que tinham recursos para estudarem em educandários pagos e conforme será mencionado mais à frente: alguns alunos deste estabelecimento de ensino continuavam os estudos secundários nas instituições confessionais existentes na cidade e que podem ser consideradas escolas de elite.

3.2.4 Notícias sobre os primeiros egressos do Grupo Escolar de Uberaba

Qual o provável destino dos egressos desta escola? Para responder a esse questionamento é preciso em primeiro lugar, saber quem são esses alunos. Todavia, como não há, no Grupo, livros de matrículas, considerar-se-á, principalmente, os concluintes do curso oficial primário, dos quais foi possível identificar os nomes, através de atas de formaturas, de notícias de jornal ou de relatórios do diretor e elaborar uma listagem desses alunos (**Anexo F**). Assim, tem-se o registro a partir do ano de 1911 (1ª turma a concluir), até 1917. Em 1918, último ano do recorte temporal não foi realizado o exame final, que aconteceu só no ano seguinte. Nesse intervalo, 1911-1917, excetua-se ainda o ano de 1916, do qual não foi possível encontrar tais dados nas fontes referidas.

⁸⁵ Sobre esse tema, “liberalismo negativo”, ver Nagle, 2001, p. 363.

Em busca de desvendar a trajetória desses egressos delineando um perfil que os caracterizasse, o primeiro procedimento foi conversar com as pessoas: as mais velhas, as que lidam com a história local, as cujas assinaturas coincidiam com as dos ex-alunos. Assim, descobriu-se ainda existir uma ex-aluna viva: Hermínia Batista Mendes, nascida em 03/07/1901, que estudou menos de dois meses no Grupo, mas que depois a ele retornou como professora. Esta senhora foi entrevistada (**Anexo G – Entrevista 01**, 2007) e mostrou ter mais para contar sobre o período em que foi professora, do que aquele em que foi aluna, pelo fato de que como aluna o tempo já se vai mais distante e também porque foi curta sua permanência na instituição. Dona Hermínia, ou Fiúca, como é popularmente conhecida, relatou que, depois de curta permanência no grupo, foi levada para o Colégio N. S. das Dores, onde deu prosseguimento aos estudos, mas também aí não ficou muito tempo, pois tornou-se aluna interna em escola confessional de Sacramento. Depois de um incêndio no prédio, as Irmãs foram para Jardinópolis e ela as acompanhou concluindo então o primário. Em seguida, fez o curso normal no “Colégio Sion de Campanha”.

Outro procedimento foi consultar os livros de matrícula do Colégio N. S. das Dores, para verificar quais alunas, que passaram pelo Grupo ou aí concluíram seus estudos primários e deram continuidade a eles, ingressando no secundário da referida escola.⁸⁶ O resultado obtido revela que trinta ex-alunas do GEU ingressaram no curso normal desse colégio,⁸⁷ possibilitando salientar que nem todas as alunas do Grupo encerravam seus estudos no fim do primário, acomodando-se no caráter de terminalidade, que outros tantos estudantes conferiam a tal curso. Embora aí seja

⁸⁶ De antemão esperava-se encontrar ex-alunas do grupo no curso normal dessa escola, pois há registros do interesse das alunas no dito curso. Em uma festa de formatura dos concluintes do 4º ano, a aluna Olga Borelli, discursou, apresentando ao final “um apelo patriótico ao governo do Estado, no sentido de ser criada nesta cidade uma Escola Normal, que sirva como um complemento aos esforços das alumnas que terminarem o curso preliminar do Grupo Escolar [...]” (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1519, 17/12/1913).

⁸⁷ As fontes pesquisadas fazem parte do acervo documental do Colégio Nossa Senhora das Dores e foram constituídas por dois livros. No denominado *Livro de matrículas 1910 – 1913*, encontram-se os seguintes nomes de ex-alunas do grupo matriculadas em diversos anos do curso normal: Carmem Machado (p. 88-9), Sebastiana Guimarães (p. 74), Maria Abadia Rocha (p. 84), Emília Luz e Dalva Luz, Elza de Lourdes Novaes França e Lucy de Novaes França (p. 88-9), Zenaide de Oliveira e Hermantina Ramos (p. 90-1). No livro denominado *Matrícula das alunas internas do Colégio N. S. das Dores 1915-1923*, encontram-se: Anita Nince (p. 56-7), Maria do Carmo Moura (fl. 24 verso), Adagmar Gomide (p. 62-3), Lalina Ribeiro (p. 63-4), Floriscena da Cunha Campos (p. 58-9), Amélia da Cruz (fl. 22-verso), Noemia Ferreira Oliveira (p. 69-0), Maria Iolanda Pontes (fl. 50-verso), Maria José dos Santos (p. 62-3), Guaraciaba Machado (p. 79-0) Violeta Fleury (fl. 28) Elsa de Mello Brandão (fl. 22-3) Isaura Bellas (p. 31), Djanira Fleury Machado (p.31), Olga de Castro (fl. 29), Milena Maggiotti e Ida Maggiotti (p. 64-5), Maria Rosa Fernandes, Irasy França, Maria de Lourdes França (p. 63-4), Carolina Messias de Mello (p. 58-9).

perceptível, mais uma vez, a pirâmide que se formava (e ainda hoje existente, mesmo que não tão acentuada) entre os que ingressavam nos estudos e os que avançavam séries ou cursos subseqüentes. Há que se considerar ainda, que pode ter existido outras alunas, que deram continuidade ao secundário, não no colégio local, mas em outras cidades, como foi o caso de Dona Fiúca, que cursou o normal em Campanha. Todavia, essa possibilidade é de difícil comprovação.

Em veículo impresso de publicação mensal, denominado “*Sorriso – Revista*,” foram encontradas referências sobre três ex-alunos: Ignácio Ferreira Oliveira, José Tiradentes de Lima e Amadeu Paschoalini. Sobre esse último, em matéria sobre a *Escola de Commercio José Bonifácio*, a revista traz sua foto e informa que ocupava em tal instituição o cargo de secretário. Quanto aos outros dois há textos mais específicos:

Dr. Ignácio Ferreira Oliveira [...]. Conhecido pelos seus trabalhos e observações sobre reflexologia e outros modernos processos de cura, o jovem e simpático médico conseguiu já entre nós uma farta clientela, o que vem justificar o grande renome de que goza como profissional dos mais eruditos de nossa terra.

[...]

José Tiradentes de Lima [...], rendemos homenagem a um moço cheio de bondade, distinto, e de elegantes predicados morais e espirituais. É alto funcionário da Administração dos Correios, desta cidade, onde presta os melhores serviços, mercê da sua comprovada competência e dedicação sem limites no desempenho das suas tarefas quotidianas. (SORRISO-REVISTA, Abril de 1931, p. s/n)

Por telefone foram localizados descendentes dos seguintes ex-alunos: Jaime Medina Coeli e seu irmão Sebastião Medina Coeli; dos irmãos Adélia, Amélia, Acylina e Nestor de Novaes; das irmãs Olga e Edma Borelli; de Adelina Cicci e de Raphael Anconni. Sobre os irmãos Medina Coeli há um livro escrito pelo advogado e componente da família – Paulo Medina Coeli –, sobre a história e genealogia desses, onde se lê que, os Medinaceli (forma original do nome, depois Medinacoeli e por fim os dois termos separados) têm origem nobre, entre duques e barões espanhóis. Vieram para o Brasil, aportando no Rio de Janeiro, entre o final do século XVI e início do XVII. Ambos, os ex-alunos, Jaime e Sebastião nasceram no Rio de Janeiro, no Bairro de São Cristóvão, vindo para Uberaba, ainda pequenos, em companhia dos pais e outros irmãos que aqui chegaram em 1902. Depois de concluir o curso primário no Grupo, fizeram seus estudos secundários no Colégio Marista Diocesano. E ainda mais,

Jaime Medina Coeli [...]. Sempre acompanhava o pai quando este ia para o serviço nos Correios e Telégrafos [...] aprendeu ainda criança a manejar o aparelho de telegrafia chamado ‘Morse.’ [...]. Desde a primeira infância foi um entusiasta do ‘trem de ferro’. Juntando as duas coisas, após terminar os estudos ingressou com facilidade na Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, como telegrafista. Aprendeu, [...] com facilidade o aparelho inglês Konnytz, usado pela estrada, [...], tornou-se ótimo operador [...] [também] foi ganhando conhecimento de Legislação e de transporte que o levaram a promoções seguidas [...], culminando no [cargo] de Inspetor Geral de Tráfego, [...]. Pediu e foi designado para o trecho de Ribeirão Preto a Araguari, [...]. Após aposentadoria passou a residir com a família em Uberlândia –MG, [onde veio a falecer].

[...]

Sebastião Medina Coeli, tornou-se Contador e guarda-livros. Em 1915 seguiu com os pais para Ribeirão Preto, onde seu pai foi criar a sub-administração de Correios daquela cidade. [...] ingressou nos serviços postais como escriturário, [...]. Em 1916 foi para o Rio de Janeiro fazer estágio de aperfeiçoamento e aprendizado na Inspetoria Geral dos Correios. [Retornando] a Ribeirão como Inspetor Regional, para as administrações do Brasil Central. [...] em 1920, [pediu] remoção para o Rio de Janeiro. [...] foi lotado no Setor de Identificação de Pessoal da Inspetoria Geral [...] foi promovido por merecimento ao cargo de Inspetor Geral do DCT, cargo no qual se aposentou após 35 anos de bons serviços prestados à nação e aos Correios, [...]. (COELI, 1996, p.136-9)

Sobre os irmãos Novaes fez-se uma entrevista com a filha da ex-aluna, Acylina de Novaes, a senhora Magda de Novaes Magalhães Borges (**Anexo H – Entrevista 02**, 2007). A entrevistada relatou que, quando mais jovens, a mãe e as tias, Adélia e Amélia de Novaes eram musicistas, tocavam violino e bandolim na própria casa da família. Quando viajavam em férias para Poços de Caldas, também lá se apresentavam. Mais tarde, tiveram ocupações diferentes e casaram-se. A mãe, dona Acylina, tornou-se doceira, manufaturando doces finos em grande quantidade, para as festas de pessoas da “alta sociedade”. A tia, Adélia, tornou-se bordadeira, como afirmou “até morrer” e, tia Amélia era costureira, “nossa, só para nós”, isto é, só costurava para as pessoas da família, porém com muito requinte. O tio Nestor tornou-se guarda-livros da Fábrica de Tecidos de Uberaba, ao lado do pai, que já exercia anteriormente tal função. Nessa entrevista, além de informar sobre as atividades a que cada egresso do Grupo se dedicou, a entrevistada ressaltou a índole predominante no comportamento das três, ao afirmar que elas eram “pessoas maravilhosas. [...], mamãe era uma pessoa fina. [...] Minha mãe e minhas tias, ninguém discutia. Era uma casa muito alegre. [...]. As pessoas [...] tiveram estudo! E era uma família assim, que todo mundo conhecia. [...]. Um nome muito honrado” (**Anexo H – Entrevista 02**, 2007).

Outro uberabense a contribuir com informações para o presente estudo foi o Sr. Dídimo G. Anconi, filho do ex-aluno Raphael Anconi. Entretanto, preferiu fornecer respostas por escrito e não gravadas. Das informações dadas ressalta-se que, Raphael Anconi, nasceu em 1896 e era filho de imigrantes italianos, iniciou vida escolar em Passos, dando continuidade aos estudos em Uberaba, para onde a família veio por volta de 1905. Na juventude, gostava muito de música e era flautista. No que se refere ao trabalho, primeiro exerceu atividades ao lado do pai no Cartório de Conceição das Alagoas. Depois, sucessivamente foi, Inspetor Escolar, Diretor de Secretaria Municipal em Uberaba, retornou ao Cartório do pai, onde se aposentou e, por fim, de volta a Uberaba, exerceu a função de Juiz de Paz, até o falecimento em 1970. O entrevistado ainda salientou alguns traços do comportamento e do caráter do pai: “[Era] um autodidata. Lia muito, [...]. O traço marcante da personalidade de meu pai era a honestidade, a intransigência, a simplicidade, o idealismo e o desprendimento pelos bens materiais, não obstante o poder que teve em suas mãos” (**Anexo I – Depoimento**, 2007).

O que se conseguiu em termos de informações a respeito dos egressos do Grupo Escolar de Uberaba constitui uma pequena amostra, diante de um conjunto bem maior, mas sobre a qual podem ser tecidas algumas considerações: nem todos os alunos, ao concluírem o curso primário, davam por terminada sua formação escolar. Vários deram continuidade aos estudos cursando o secundário. As meninas procuravam o curso normal do Colégio N. S. das Dores e os rapazes o secundário do Ginásio Diocesano. Ambas as escolas eram equiparadas dentro de suas modalidades. Houve quem chegasse até a conclusão do ensino superior, caso do médico, Dr. Ignácio de Oliveira Ferreira, pai do também médico Dr. Humberto Ferreira (já falecido, mas muito popular em Uberaba). Quanto ao trabalho, esses egressos desempenharam funções socialmente úteis e variadas, públicas ou particulares, na cidade de Uberaba, ou em cidades da região ou até mais distantes, como Sebastião Medina Coeli, que foi para o Rio de Janeiro.

Este Grupo foi significativo para grande parte da população uberabense, pois oficializou o curso primário e possibilitou, na cidade, a sistematização da vida escolar em etapas: fazer o primário completo até o quarto ano e depois ingressar no secundário. Essa situação antes não era usual, pois, muitas vezes, bastava o aluno prestar o exame de admissão ao secundário e, se aprovado, matriculava-se e seguia dali para frente, sem exigência de uma escolarização completa anterior. Podia-se estudar até mesmo em casa com um professor particular contratado pelos pais.

Alguns aspectos sobre esses egressos, citados pelos entrevistados ou nos impressos, chamam atenção, o gosto pela música e a execução de instrumentos, as habilidades manuais, a capacidade de aprender intuitivamente, o autodidatismo e o gosto pela leitura. Tudo isso, chega-se a pensar, ocorreu por influência das vivências e práticas cotidianas experienciadas no Grupo, em que esses aspectos faziam parte dos programas curriculares praticados na época e, conseqüentemente, da cultura escolar dessa instituição, conforme mais adiante será apresentado.

3.3 Docentes pioneiros de uma escola pioneira: o perfil dos mestres do Grupo Escolar de Uberaba

Com relação aos mestres objetiva-se descrever o processo de recrutamento, mapear quais os componentes do corpo docente em cada ano, traçar um perfil quanto à formação e características didático-pedagógicas. Visa-se também perceber se houve rotatividade de professores, nesses anos pesquisados ou se houve permanência dos docentes no exercício de suas atividades. Daquele que for possível, evidenciar os traços biográficos.

3.3.1 A formação do corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba e algumas características pessoais desses professores

Assim que o prédio do Grupo ficou pronto, a preocupação das lideranças políticas e educacionais passou a ser com a composição do corpo docente. Nesse aspecto, houve inicialmente, certa tentativa de interferência de políticos locais indicando pessoas para ocuparem os cargos de professores. No entanto, as pretensões recrudesceram, conforme comprova correspondência enviada por Ernesto de Mello Brandão, inspetor técnico da 34ª circunscrição e endereçada ao Secretário do Interior, Estevão Leite de M. Pinto, transcrita a seguir:

Designado para fiscalizar as escolas desta circunscrição, constou-me deste lugar que a municipalidade não entregaria o grupo ao governo se não fossem feitas as nomeações por ela indicadas. Dirigi-me ao Agente Executivo, e este disse-me desejar com ansiedade a inauguração do

grupo e que não faz questão de serem nomeadas as pessoas indicadas, deixando as nomeações inteiramente ao critério do governo. Quer, porém, que também não sejam nomeadas pessoas que por serem adversárias da política da Câmara, possam traduzir como acintosa a ação do governo. Entre estas me parece estar a senhorita Florentina Prata Soares, irmã do Dr. Alaor Prata. Esta dificuldade, porém desaparecerá porque o Dr. José Ferreira escreverá ao deputado, pedindo a desistência da pretensão da sua irmã; o Dr. Ferreira acrescenta que o seu partido político, eleitor do Dr. Alaor, não faz questão fechada desta nomeação. Assim sendo, sou do parecer que o governo fazendo as nomeações, como entender e com a maior urgência possível, satisfará a grande ansiedade em que o povo está desde que o edifício ficou concluído. (APM. SI 2976, 6ª secção, 26/07/1909)

Alguns artigos do Capítulo V – “Do pessoal docente, classificação, nomeação e acesso” – contidos no Decreto nº. 1.960, de 16/12/1906, serão evidenciados, objetivando mostrar como a legislação vigente caracterizava a função de professor e estabelecia critérios norteando as ações das autoridades, com relação à escolha dos mesmos.

Artigo 53 - Os professores serão efetivos, adjuntos, auxiliares e técnicos.

[...]

Artigo 57 - Os professores efetivos serão de preferência normalistas do Estado, mas o governo poderá nomear para esses cargos pessoa de notória competência comprovada no tirocínio do magistério.

Artigo 58 - As nomeações para os cargos do magistério serão feitas pelo Presidente do Estado.

[...]

Artigo 61 - As nomeações de professores substitutos, por prazo não excedente de trinta dias, serão feitas pelo inspetor escolar; e por prazo excedente de trinta dias, pelo Secretário do Interior.

Artigo 62 - Os professores técnicos, adjuntos e auxiliares, serão designados pelo Secretário do Interior. (APM. *Coleção das leis e decretos do Estado de MG*, 1906, p. 162-3)

Considerando que o texto da correspondência acima definia os posicionamentos políticos das autoridades locais, cabia então ao governo mineiro compor o quadro docente fazendo as nomeações, conforme lhe facultava a lei. Assim, as primeiras se deram em agosto e, segundo notícia o *Jornal Lavoura e Comércio* (ed. 1053, 15/08/1909), essas foram comunicadas, por meio de telegrama, do seu correspondente da Capital, com o seguinte despacho: ‘Belo Horizonte, 13. Para o grupo escolar daí foram nomeadas professoras D. Maria Filisbina Pontes e D. Alcina Coutinho de Faria,

transferido de Uberabinha o Sr. Honório Guimarães⁸⁸ e nomeado porteiro o Sr. Olavo Oliveira'. Ainda segundo outro texto desse jornal (ed. 1067, 03/10/1909), em setembro, mais dois professores haviam sido nomeados: Francisco de Mello Franco e João Augusto Chaves. Enfim, agora eram cinco professores, nomeados pelo governo mineiro.

Um despacho interno da SI (em folha pequena, pautada, mas sem timbre e sem data, assemelhando-se a um bilhete), anexado a telegrama datado de 22/09, trocado entre Uberaba e BH, esclarece o desenrolar do processo para o início das aulas, registrando em seu texto manuscrito, o seguinte: “Autorizei por telegrama o Inspetor Técnico, Mello Brandão a fazer a instalação provisória do grupo de Uberaba, funcionando os professores já nomeados em dois turnos, mediante gratificação adicional, até que sejam providos todos os lugares. [assinado por] M.P” (APM. SI 2986. *Telegramas de 1909*, 5ª secção).

Em seguida, os dois inspetores, o municipal, Tancredo Martins e o da circunscrição regional, Mello Brandão, enviaram conjuntamente, outro telegrama, em 23/09/1909, ao Secretário do Interior, comunicando: “Professores insuficientes desdobramento pedimos autorização nomear um interino,” ao que foi respondido: “Autorizo nomeação professor interino” (APM. SI. 2986 – *Telegramas de 1909*, 5ª secção). Usando dessa prerrogativa que lhe foi concedida, Mello Brandão nomeou, como interinos, antes que o grupo fosse inaugurado: Evarista Modesto dos Santos (que como poderá ser percebido, não assumiu as aulas) e Arnold Magalhães – como professor do ensino técnico – (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1067, 03/10/1909) e, logo depois, Bertholina dos Santos e Arlindo Costa (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1068, 07/10/1909). Quando o Grupo foi inaugurado, seu corpo docente ainda estava, portanto, incompleto: havia seis professores e onze classes de alunos.

⁸⁸ Percebe-se no decorrer dos fatos, que o Sr. Honório Guimarães não veio assumir as aulas. Mas a sua presença é registrada pelo *Jornal Lavoura e Comercio*, no dia da inauguração do grupo: “O Sr. Honório Guimarães, que mantém em Uberabinha uma escola pública com acentuado proveito para a infância, teve a penhorante gentileza de comparecer às festividades de inauguração do nosso grupo, trazendo em sua companhia cinco alunos. As inteligentes crianças estiveram presentes a todos os atos, uniformizadas e armadas, ostentando o estandarte de sua escola. A gentileza do senhor Honório Guimarães cativou a simpatia de toda a população uberabense” (nº. 1068, 07/10/1909). Esse professor nasceu em Franca (SP), mas, ainda criança, veio a residir em Uberaba, onde cursou o primário e o ensino normal. Iniciou também, nessa cidade atividades como jornalista (publicando o semanário, *O Brado*), e professor, em aula noturna, que funcionava no prédio da “Fratelanza Italiana”, até o ano de 1907. Posteriormente, veio a residir em São Pedro de Uberabinha (MG), onde depois de ocupar o cargo citado acima, nessa mesma nota, veio a ser o primeiro diretor do primeiro grupo daquela localidade: Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão (CARVALHO, C. H. 2004; ALMANACH UBERABENSE, 1908, p. XCVI).

Ainda durante o mês de outubro, a Secretaria do Interior realizou mais algumas nomeações, noticiadas pelo *Lavoura* (ed. 1073, 24/10/1909), cujos nomes são: Arlindo Costa (já era professor, fora nomeado pelo inspetor como interino), Cyllenêo de Araújo (que não assumiu), Maria Carmilieta Campos e Maria Julieta Campos. O que acabava por consistir em acréscimo de apenas mais duas professoras, perfazendo um total de oito para lecionar a onze classes. Ficava, então, composto o corpo docente, conforme se apresenta no **Quadro 16- 1º Corpo Docente do GEU**, abaixo. Fato que levou o jornal a escrever: “Estando o grupo dividido em onze classes, é preciso que o governo faça pelo menos mais duas nomeações [e sugere o nome de] Constancio Gomes de Oliveira, que atualmente exerce o magistério particular em Uberabinha. Seria uma nomeação acertadíssima” (LAVOURA E COMMERCIO, ed.1073, 24/10/1909).

Apesar da referida incompletude, na seqüência desse mesmo texto o jornal registra: “Aproveitamos a oportunidade para assinalar mais uma vez a regularidade com que vai funcionando o excelente instituto de ensino que continua a ter animadora freqüência.” A dita regularidade era conseguida através da colaboração dos professores que dobravam turmas.

Quadro 16 - Primeiro corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba - Ano de 1909

Nº	NOMES	CLASSES
01	Arlindo Costa	Obs. No documento utilizado como fonte, não consta informação sobre a distribuição das classes entre os professores. Registra-se apenas que, o grupo iniciou seu funcionamento com onze turmas: oito turmas de 1º ano (05 do sexo masculino e 03 do sexo feminino), duas de 2º ano (uma de cada sexo) e uma turma mista de 3º ano.
02	João Augusto Chaves	
03	Bertholina dos Santos	
04	Francisco de Mello Franco	
05	Alcina Maria Coutinho	
06	Maria Julieta Campos	
07	Maria Carmilieta Campos	
08	Marcilieta Campos	
09	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1068, 07/10/1909

Esse grupo de profissionais, embora em desigualdade numérica em relação às turmas, compôs um núcleo permanente⁸⁹ ao qual outros professores, mas sobretudo, **professoras**, foram aos poucos, sendo acrescentados (**Anexo J** - Mapeamento da composição anual do corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba e respectivas classes – 1909 a 1918).

Mas quem eram esses professores? Quanto à formação profissional, sabe-se que, desses oito regentes de turma, com exceção do Sr. Arlindo Costa, todos eram normalistas (APM. SI 3346. Relatório do Inspetor Técnico Antonio Louveira Gomes, 15/07/1910). Contudo, além dessa informação, obteve-se ainda, de vários deles, alguns traços mais ou menos curiosos.

O professor Francisco de Mello Franco era natural de Paracatu (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 2.144, 22/12/18). Veio para o Grupo removido da cadeira primária estadual de Veríssimo (distrito de Uberaba, na época – hoje sede de município), e sabe-se ainda, que era casado com Dona Marcilieta Campos, também professora no GEU. As professoras: Maria Julieta, Maria Carmilieta e Marcilieta, não se pode afirmar com certeza se eram irmãs, pois não foram encontrados documentos que o comprove, mas a musicalidade dos sufixos de seus nomes, e o sobrenome, Campos, comum às três, permitem dizer, que eram da mesma família.

Os professores João Augusto Chaves e Bertholina dos Santos, antes de assumirem aulas no grupo, exerciam a função em escolas particulares de suas respectivas propriedades. Sobre a escola do primeiro, há inclusive anúncio em jornal, referente ao início do ano letivo de 1909 (**Fig. 13**) depois, no segundo semestre, assim como nos anos subsequentes, esses anúncios não mais aparecem, levando-se a inferir que a escola não mais existia.

Dona Bertholina foi caracterizada como professora enérgica e sua escola excelente. Na década de trinta, ela ainda ministrava aulas em sua casa. No entanto, não se pode dizer que ela mantivesse sua escola particular durante os anos em que trabalhou no Grupo, o que não era permitido segundo a legislação vigente no Estado, pois, no Regulamento n°. 1960, em seu artigo 68, determinava: “Aos professores de qualquer categoria ou classe é vedado exercerem qualquer outra função, cargo ou profissão

⁸⁹ Em 1918, último ano do recorte temporal desse trabalho, oito desse total de nove, professores continuavam exercendo suas funções no Grupo Escolar. O único que exonerou-se foi Arlindo Costa. Obtém-se essa conclusão comparando-se o corpo docente de 1909 com o de 1918 (**Anexo J**).

pública ou particular, federal, estadual ou municipal, remunerada ou gratuita” (APM. *Coleção das Leis e Decretos de MG*, 1906, p. 164)

Figura 13 - Anúncio sobre a Escola do professor João Augusto Chaves

Externato Chaves
Curso primário mixto
Rigorosamente de acordo
do com o
Regulamento Estadual
MENSALIDADE

Um alumno...	8\$000
Dous alumnos..	14\$000
Tres « ..	20\$000
Quatro « ..	25\$000

O Externato abriu-se no
dia 15 de Janeiro do corrente
anno.

As aulas funcionam na re-
sidencia do professor, das 10 ás
3 horas da tarde.

Continúa aberta a matricula
até segunda ordem.

Os exames terão lugar no
dia 30 de Novembro.

As festas escolares realizar-
se-ão no dia 2 de Dezembro
constarão de uma sessão lite-
raria, distribuição de premios
e leilão de prendas.

NOTA — Previne-se aos srs
paes de familia que no Externa-
to não se ensina religião de es-
pecie alguma.

O PROFESSOR,
João Augusto Chaves

Fonte: GAZETA DE UBERABA

Por fim, o professor do ensino técnico, Arnold Magalhães, não era normalista, mas era um artista: pintor, desenhista e possuidor de outras tantas habilidades manuais.⁹⁰ Era irmão do também pintor uberabense, Anatólio de Magalhães, que lhe

⁹⁰ O professor Arnold Magalhães era polivalente, possuidor de habilidades para ensinar e fazer artefatos com madeira, produzindo obras de entalhes e marcenaria, com gesso, metal, papel (recortes), couro, pinturas a óleo. Também exercia no Grupo a atividade de dentista prático, efetuando pequenas cirurgias

superou em fama, pintando quadros da história local e nacional, que ainda hoje estão expostos em lugares públicos de Uberaba, como o Centro Administrativo Municipal, embora, geralmente os dois fizessem exposições conjuntas (**Fig. 14** – Obra de Arnold Magalhães).

Figura 14 - Foto de retrato pintado a mão por Arnold Magalhães⁹¹



Fonte: Acervo particular de Magda N. M. Borges

de extração de dentes ou cacos desses nos alunos e, ainda cortava-lhes os cabelos (APM. SI 3527. Relatório do professor do Ensino Técnico ao Diretor do GEU, 10/12/1914).

⁹¹ Arnold Magalhães retratou sua sobrinha, Magda Novaes de Magalhães Borges, aos 5 anos de idade. Dona Magda foi uma das entrevistadas nesta pesquisa (**Anexo H** – *Entrevista 02*, 2007).

Ao tratar da formação deste quadro docente, não se pode deixar de comentar uma peculiaridade do contexto local. Quando se considera que em Uberaba funcionara até 1904, uma escola normal estadual e que nessa cidade existia também, na época, uma escola normal, confessional e equiparada (o Colégio N. S. das Dores), pode-se pensar que a possibilidade era de encontrar, na própria localidade, um número razoável de normalistas. Sabe-se também que a Lei nº. 439, de 28/09/1906, criara os grupos e dava margem à utilização dos professores das escolas isoladas, que fossem fechadas, ao prescrever:

Artigo 10 - Nos logares onde forem organizados os grupos escolares de que trata esta lei, poderá o governo supprimir tantas escolas isoladas quantas as de que constarem os respectivos grupos, ficando em disponibilidade com metade dos vencimentos o professor da escola suprimida, que não for aproveitado para essa organização, até que lhe seja designada nova cadeira onde deva ter exercício. (APM. *Coleção das Leis e Decretos de MG.* 1906, p. 21)

Já foi apresentado anteriormente, o impacto que o grupo exerceu nos meios escolares de Uberaba, por ocasião de sua inauguração. Consta que foram fechadas seis escolas isoladas, levando a interpretar que disponibilizou-se então, seis professores. No entanto, como não há lista identificando nominalmente as escolas que se fecharam ou os professores das mesmas, não é possível saber se alguns desses primeiros docentes do Grupo foram provenientes delas. Assim, ao descrever em detalhes o processo de composição do primeiro corpo docente do GEU, vê-se que não foi tão simples quanto se poderia supor.

Intrigante é o fato de o governo nomear professores de outras cidades, e ao que parece, à revelia do removido, como foi o caso do professor Honório Guimarães (que residia, na época, em Uberabinha e conforme já comentado anteriormente foi nomeado, mas não assumiu), e de outras professoras que vieram depois: D. Beny des Genettes Roquette (de Araguari) e D. Maria Bernardes da Luz⁹² (de Villa Platina). Uma possível explicação para isso, encontra-se na questão política. Como se viu na carta apresentada

⁹² O texto de uma carta dessa professora revela, em parte, como ocorriam essas nomeações: “Uberaba, 20/04/1912. Ilmos. snrs. [...]. Acabo de ver no Estado de São Paulo, a minha nomeação de professora adjunta interina nesta cidade. *Devo ter sido removida*; (grifo meu) e achando-se em poder de V. S. o meu título de professora de Villa Platina, rogo-vos obséquio mandar apostilar e enviar-me com urgência afim de tomar posse. Se com efeito for nomeação, será preciso extrair novo título. Neste caso, terão a bondade ver se conseguem que seja remoção para assim ter direito ao ordenado todo. [...]. Maria Bernardes da Luz” (APM. SI 3416. Carta, 20/04/1912).

no início do presente texto. O autor afirma que o Agente Executivo local, não fazia questão de abrir mão da indicação de nomes de professores, mas pedia que o governo mineiro, em contrapartida, não nomeasse pessoas identificadas com seus adversários, o que soaria como acinte. Esse acordo político que se estabeleceu, pode ter dificultado ao governo mineiro fazer as escolhas entre as pessoas da própria cidade. Então, por isso, escolhia pessoas de outras localidades. E nesse caso, poderia às vezes, até estar atendendo aos interesses políticos de autoridades desses outros lugares.

Por um lado, se não havia a interferência explícita de uma política partidária, por outro lado, havia uma política familiar, dados os vários núcleos de parentes que atuavam nesta escola. Além das professoras da família Campos (Maria Julieta, Maria Carmilieta, Marcilieta e Maria Glorietta), vieram depois as irmãs Oliveira (Altiva, Corina e Olga), as professoras da família Luz (Maria Bernardes e Noemia Ribeiro) e os Chaves (João Augusto - o pai, de Leovirgília Martins Chaves).

3.3.2 Os salários dos profissionais da educação nos grupos escolares no início do século XX

Seria monetariamente compensador o exercício da função de professor? Quanto afinal ganhava um professor de grupo escolar nessa época? A seguir, são apresentadas duas cópias de folhas de pagamento do pessoal do Grupo, no ano de 1911 (**Fig. 15 e 16**), em que muitos professores dobraram o cargo lecionando a duas turmas (Cf. **Anexo J - Corpo Docente do GEU – Ano 1911**). Esses documentos revelam os salários de todos, da servente ao diretor. Vê-se na primeira coluna o valor do salário-base mensal, que está em proporcionalidade, com os valores anuais apresentados por Mourão.⁹³

Esse autor em sua obra, no entanto, não menciona o salário de um professor não normalista, como era o caso do Sr. Arlindo Costa, e nem comenta valores de gratificações. Contudo, esse documento em foco, revela que um professor sem a formação profissional em curso normal, não percebia salário diferenciado. Seu vencimento era o mesmo de um professor normalista e efetivo. Com relação às

⁹³ Esse autor revela a tabela oficial do vencimento dos professores determinada pelo Regulamento nº. 1960, da Reforma João Pinheiro, que entrou em vigor em 16 de dezembro de 1906. Ele apresenta os seguintes vencimentos anuais: Professor primário efetivo de grupo escolar de cidade, 1:800\$000; diretor de grupo escolar de cidade, 3:000\$000; professores técnicos, 3:600\$000; porteiro de grupo escolar, 960\$000 e servente, 760\$000 (MOURÃO, 1962, p.158).

gratificações por dobra de turma, estas não correspondiam à dobra do salário, como seria o desejável, mas apenas a exatos cinquenta por cento desse. Já o salário-base do professor do ensino técnico, era maior do que o do diretor. Entretanto, neste Grupo Escolar, que funcionava em dois turnos, o diretor era gratificado com cinquenta por cento além do básico.

Há um consenso geral, em pesquisas sobre essa época, quando se fala sobre os salários dos docentes, de que esses eram baixos. Diante dessas evidências, pode-se considerar que, se de maneira geral os salários eram baixos, piores eram os vencimentos dos professores que dobravam turma. Pode-se afirmar que esses mestres não tinham incentivo monetário, para assumir um segundo cargo. E quando o faziam de certa forma era como uma colaboração com a organização da escola. Uma vez que a compensação financeira não equivalia ao tempo despendido e à responsabilidade assumida.

Figura 15 - Folha de Pagamento do pessoal do Grupo Escolar de Uberaba, referente ao mês de abril de 1911

Nomes dos professores	Faltas		Descontos		Vencimentos	Recibos
	Justif.	Não just.	Gratificação	Almas 5% Faltas		
D. Alina Maria Coutinho		150\$000	37\$500	1\$500	186\$000	Alina Maria Coutinho
D. Marcelita Campos		150\$000	37\$500	1\$500	186\$000	Marcelita Campos
D. Maria Julita Campos		150\$000	75\$000	1\$500	223\$500	Maria Julita Campos
D. Maria Carmelita Campos		150\$000	75\$000	1\$500	223\$500	Maria Carmelita Campos
D. Bertholina dos Santos		150\$000	75\$000	1\$500	223\$500	Bertholina dos Santos
João Augusto Chaves		150\$000	37\$500	1\$500	186\$000	João Augusto Chaves
Bernardo de Araujo Vaz de Mello		150\$000		1\$500	148\$500	Bernardo de Araujo Vaz de Mello
Alinda Costa		75\$000		1\$500	73\$500	Alinda Costa
Professor tecnico		300\$000		1\$500 15\$000	283\$500	Amel Magalhães
Diretor		250\$000	125\$000	1\$500	373\$500	Bernardo de Mello
Carteiro		80\$000			80\$000	Chaves de Oliveira
Sevente		63\$333			63\$333	Miriam Nascimento
		<u>1.818\$333</u>	<u>462\$500</u>	<u>15\$000</u>	<u>2.250\$833</u>	

Fonte: APM

Esses valores salariais não sofreram reajuste durante o período do recorte temporal desse estudo (1908 a 1918). Em meados da década de vinte, a ex-professora do Grupo, D. Hermínia B. Mendes (Fiúca), que concedeu entrevista (**Anexo G**), relata que o seu salário era 150\$000. Esse vencimento na época, até achava que era bom, mas quando ficou noiva e comprou um lote de linho para fazer o enxoval, tal aquisição custou-lhe, 1:200\$000. Então sentiu que o valor do salário era pequeno, pois não conseguia saldar a dívida contraída e com isso não podia marcar o casamento, que ia

sendo adiado, levando o noivo a pensar que ela não queria se casar, até que ele ficou sabendo a verdade e pagou a dívida. Só então o casamento foi marcado.

Figura 16 - Cópia de Folha de Pagamento do pessoal do Grupo Escolar de Uberaba, referente ao mês de maio de 1911.

*Folha de pagamento do pessoal do Grupo Escolar, de Uberaba,
relativa ao mês de maio de 1911.*

Professores	Folhas		Vencimentos	Gratificação	Descontos			Vencimentos	Recibos
	justif	háqut			Moras	5 %	Folhas		
D. Alcina Maria Guimaraes			150,000		18,500			148,500	Alcina Maria Guimaraes
D. Marcelina Campos			150,000	45,000	18,500			223,500	Marcelina Campos
D. Maria Juliana Campos			150,000	75,000	18,500			223,500	Maria Juliana Campos
D. Maria Carmelita Campos			150,000	75,000	18,500			223,500	Maria Carmelita Campos
D. Bertholina dos Santos			150,000	75,000	18,500			223,500	Bertholina dos Santos
José Augusto Soares			150,000		18,500			148,500	José Augusto Soares
Fernando de Souza Sobalho			150,000		18,500			148,500	Fernando de Souza Sobalho
Armando Costa			150,000		18,500			148,500	Armando Costa
Professor Teodoro			300,000		18,500	18,500		283,500	Teodoro
Director			250,000	72,500	18,500			375,500	Director
Porteiro			80,000					80,000	Porteiro
Servente			63,333					63,333	Servente
			7.893,333	425,000	15,000	15,000		2.288,333	Ernesto de Mello Mourão

Fonte: APM.

3.3.3 A feminização do magistério

Do núcleo inicial, dos nove professores do grupo, quatro eram homens e cinco mulheres. Não se esquecendo de que este estabelecimento era dirigido por um diretor, pode-se considerar que nesse tempo, havia igualdade entre o número de homens e mulheres, até mesmo se considerar ainda, o porteiro e a servente. Assim, o pessoal do grupo era formado por seis homens e seis mulheres. Mas segundo afirma Mourão: “Na República, a tendência foi afastar os homens do magistério elementar, profissão muito seguida por estes no tempo do Império” (1962, p.142). Isto porque pelo Regulamento nº. 1960 de 16/10/1906, as professoras teriam preferência para as escolas em geral, pois

elas poderiam lecionar nas classes femininas e masculinas e eles só para as classes masculinas.

No GEU, a igualdade mencionada acima foi rompida no ano de 1912⁹⁴ e a feminização do magistério foi se acentuando a partir de 1913, quando várias professoras foram contratadas e o professor-regente e não normalista, o Sr. Arlindo Costa, exonerou-se, ficando então o grupo com apenas dois regentes de classes: os professores João Augusto Chaves e Fernando Araújo Vaz de Mello, um professor do ensino técnico, Arnold Magalhães e na direção, Francisco de Mello Franco. Esse quadro confirma que no Grupo Escolar de Uberaba se efetivou a tendência assinalada por Mourão.⁹⁵

Diante dessa situação, propõe-se um questionamento: Por que a presença predominante da mulher como professora pública, numa época em que o sexo feminino não participava em atividades políticas e nem de trabalho em locais públicos?⁹⁶ Ser professora em grupo escolar significava trabalhar fora de casa e, a escola era um local público, onde se realizavam eventos, as professoras discursavam, emitiam opiniões. Então, retoma-se a questão: Por que a mulher foi aceita como professora nos grupos? Até mesmo os positivistas, segundo Carvalho (1990, p. 75-94), apesar de darem grande ênfase ao papel feminino, declarando a mulher superior ao homem, acabavam por lhe atribuir o tradicional papel de mãe, esposa e guardiã do lar. Contudo, apesar desse papel designado até pelos positivistas à mulher, ainda é no seio dessa doutrina que se formula uma explicação: os positivistas prezavam a saúde moral da humanidade, a mulher representava simbolicamente a própria humanidade e a ela era atribuída a tarefa de zelar

⁹⁴ Cf. **Anexo J** - Corpo Docente do GEU - Ano de 1912, entrou a professora Beny des G. Roquette, que logo saiu, dando lugar a D. Maria Bernardes da Luz, que permaneceu.

⁹⁵ Cf. **Anexo J** - Corpo Docente do GEU - Ano de 1913, enquanto os homens eram quatro, incluindo o diretor, as professoras se apresentavam em número bem superior, eram onze: Bertholina dos Santos, Corina de Oliveira, Maria Bernardes da Luz, Alcina Maria Coutinho, Virgília Moreira, Altiva de Oliveira (no primeiro semestre) e Leovirgília Martins Chaves (no segundo), Marcilieta Campos, Noemia Ribeiro da Luz, Maria Carmilieta Campos, Edith Novaes França e Maria Julieta Campos.

⁹⁶ No texto, “República-Mulher: Entre Maria e Marianne” (CARVALHO, 1990, p. 75-94), o autor apresenta o uso que se fez da alegoria feminina como símbolo cívico republicano na França em comparação com o Brasil, onde excetuando poucos artistas positivistas, a figura feminina foi usada não para simbolizar a República, mas para ridicularizá-la. Para tal fato apresenta algumas explicações, dentre as quais, o fato de que, na França, as mulheres tiveram papel real nas revoluções (1789, 1830, 1848 e 1871) enquanto que no Brasil não. E se nem o povo masculino participou da proclamação da República, que dirá o povo feminino. Quem participava da política era a elite de homens, que eram chamados homens públicos. A mulher, se pública, era prostituta. Inclusive um dos fatores desfavoráveis à continuação da monarquia brasileira, havia sido o fato da iminência da ocupação do trono pela princesa Isabel. Assim, “não só as mulheres não participavam, como não era considerado próprio que participassem: Política era coisa de homem”. Dessa forma não havia no Brasil um terreno social e cultural onde símbolos e alegorias dessa natureza pudessem criar raízes e alimentar a imaginação, criando uma comunidade de sentido para tais símbolos.

pelos princípios morais. E ainda, a escola era vista como a continuidade do lar. Portanto, assim como no lar, a mulher professora na escola recebia os filhos das famílias e podia cumprir sua tarefa de guardiã da moral e dos bons costumes, contribuindo para construir uma pátria e uma humanidade saudáveis.

3.3.4 A atuação didático-pedagógica dos professores do Grupo Escolar de Uberaba

O que se poderia dizer a respeito desses professores, quanto à atuação de cada um junto às suas turmas? Seus desempenhos, como eram suas aulas, suas condutas, seus métodos, seus modos de relacionar com os alunos? Enfim, que perfil de trabalho didático-pedagógico, essa equipe de professores conferia ao Grupo Escolar?

Um aspecto que pode ser extraído fazendo-se uma observação cuidadosa do “Mapeamento da composição anual do corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba e respectivas classes – 1909 a 1918” (**Anexo J**), refere-se às classes assumidas pelos professores em cada ano. Pode-se constatar que os professores acompanhavam uma turma ao longo das séries do curso primário, ministrando-lhe aulas do primeiro ano ao segundo e desse ao terceiro ou quarto consecutivamente. A título de exemplo, vê-se o **Quadro 17**, abaixo:

Quadro 17 - Exemplo de Professores do GEU, que acompanharam turmas do primeiro ao quarto ano e respectivas turmas que foram acompanhadas

Professor Arlindo Costa		D. Marcilieta Campos	
ANOS	TURMAS	ANOS	TURMAS
1910	1º ano – sexo masculino	1915	1º ano A – Sexo feminino.
1911	2º ano – sexo masculino	1916	2º ano A – Sexo feminino.
1912	3º ano - sexo masculino	1917	3º ano A – Sexo feminino.
1913	4º ano – sexo masculino	1918	4º ano – Sexo feminino.

Fonte: **Anexo J**.

Isto ocorreu, pois nas leis vigentes no período do recorte temporal dessa investigação havia, em ambas⁹⁷ um dispositivo quanto à regência de turmas:

[...] sempre que possível, o professor deveria levar uma turma do primeiro ao quarto ano, regendo-as sucessivamente em todos os anos letivos do curso. Tal providência permitiria ao professor um completo conhecimento de cada um dos alunos, cujo progresso acompanharia, sempre orientando-o de acordo com as suas tendências específicas. Também o aluno acostumar-se-ia com o modo de lecionar do mestre, com grandes vantagens para a aprendizagem. (MOURÃO, 1962, p. 163)

Quanto aos questionamentos feitos no início desse item, em parte, respostas um pouco mais consistentes podem ser dadas com base nas observações, embora subjetivas, feitas pelos Inspectores Técnicos regionais,⁹⁸ nas visitas ao Grupo e registradas, nos Termos de Visita ou Relatórios, que esses enviavam ao Secretário do Interior. Pelo Decreto nº. 3.191, de 09/06/1911, as funções dos inspetores regionais foram ampliadas, fazendo parte das mesmas, várias atividades, dentre as quais algumas específicas a serem realizadas junto aos grupos escolares ou escolas isoladas da sua circunscrição:

Os inspetores regionais deveriam visitar as escolas da circunscrição, com frequência, a fim de verificar: o número de alunos matriculadas e frequentes; a escrituração das escolas; *o adiantamento dos alunos; a capacidade do professor; a disciplina e a ordem*; as condições materiais, higiênicas e o aparelhamento didático; os compêndios. [dentre tantas outras funções que lhes eram atribuídas - grifos meus] (MOURÃO, 1962 P.184)

Por isso, há em vários Relatórios de Visitas de diferentes Inspectores Técnicos Regionais, registros a respeito dos professores do grupo em diferentes anos. Optou-se,

⁹⁷ O GEU iniciou seu funcionamento sob a vigência Lei nº. 439 de 28/09/1906 (Reforma do Ensino promovida pelo Presidente João Pinheiro e por Carvalho Brito, Secretário do Interior), regulamentada pelo Decreto nº. 1960, de 16/12/1906. Mas no governo Júlio Bueno Brandão, tendo como Secretário do Interior, Delfim Moreira da Costa, foi feita uma revisão das normas de ensino e foi baixado o Decreto nº. 3.191 de 09/06/1911, com algumas novas disposições. Mas, no que se refere ao assunto em foco no texto acima, não houve alteração.

⁹⁸ As inspeções eram administrativas, quando feitas pelo Inspetor Municipal e técnicas, quando feita pelo Inspetor Técnico Regional. A função desses últimos era exercida nas circunscrições literárias, que lhes fossem designadas, onde ficariam até seis meses. Eles eram funcionários de confiança do governo, ganhavam 3:600\$000, por ano, passagens de trens e diárias para despesas (MOURÃO, 1962, p. 153). No período pesquisado no presente trabalho, o grupo foi visitado pelos seguintes inspetores: 1909 - Alceu de Souza Novaes (Lavoura e Commercio, ed. 1087, 21/11/1909), 1910 - Antônio Louveira Gomes e Ernesto Carneiro Santiago (APM. SI 3346), 1911 - Pereira de Seixas (APM. SI. 3835. Despacho de 23/08/1911, 7ª secção), 1912 - Alberto da Costa Mattos (APM. SI 3390), 1913 - Ernesto de Mello Brandão (APM. SI. 3448), 1916 - Alberto da Costa Mattos (APM. SI. 3633. Termo de visita do Inspetor Municipal Tancredo Martins, 1º/05/1916), e, 1918 - Ernesto de Mello Brandão (APM. SI. 3798).

nesse sentido por basear-se apenas em dois relatórios elaborados em 1918, durante visitas realizadas nos meses de março e abril, por Ernesto de Mello Brandão. Justifica-se tal escolha, porque esses contêm trechos extensos relativos aos professores, são abundantes em adjetivações, tecem comentários a respeito do modo do professor conduzir a aula e de sua aptidão profissional, analisam um corpo docente já mais completo e portanto, numeroso.⁹⁹ Além disso, esse inspetor conhecia bem os professores e o Grupo, pois havia sido o primeiro diretor, por nove meses, e depois, dentre todos os inspetores, foi de quem se encontrou maior número de relatórios. Depois de descrever a organização geral do estabelecimento escolar, o referido inspetor passa a relatar suas observações a respeito das classes e dos professores do 1º turno, cujo funcionamento se dava das 7 às 11 horas, com turmas só do sexo masculino:

1º ano A, regido pela professora **Maria Julieta Campos**. [...]. A organização é boa. A professora governa bem a sua classe. Adota o modo de ensino coletivo, divide bem o tempo das lições e leciona de acordo com o programa. Aptidão profissional: É inteligente, preparada e possui aptidão didática. Leciona com previsão, concisão e vivacidade. Emprega métodos intuitivos. [...]. **1º ano B**, a cargo da professora adjunta, dona **Leovirgília Martins Chaves**. [...]. A organização é regular. Mantém com certa dificuldade a disciplina. Perde tempo com disciplina. A sua classe é formada dos mais novos alunos deste ano, que ainda não estão afeitos a um trabalho disciplinado. Leciona com carinho e é muito dedicada com os pequeninos. Aptidão profissional: É inteligente, regularmente preparada. Não sabe ainda jogar bem com os métodos intuitivos, [...]. Durante dois dias auxiliei a professora, procurando corrigir o defeito observado. **2º ano A**, dirigido pelo professor **Fernando Vaz de Mello**. [...]. Boa disciplina e boa divisão do tempo. Adota o modo de ensino coletivo e métodos intuitivos. Os alunos apresentam bom adiantamento. **2º ano B**, sob a direção da professora adjunta, dona **Corina de Oliveira**. [...]. A docente mantém boa disciplina e segue pontualmente o horário estabelecido. São animadas as suas aulas e mantém emulação entre os seus alunos. A professora é inteligente, tem bom preparo e leciona com habilidade. **3º ano**, dirigido pela professora, dona **Maria Bernardes da Luz**. [...]. É boa professora, mas não tem habilidade para governar a sua classe. Geniosa e impulsiva perde frequentemente a calma necessária para dirigir com proveito a disciplina da classe. Verifiquei bom adiantamento dos alunos e apreciei os seus métodos de ensino. **4º ano**, atualmente a cargo da professora dona **Olga de Oliveira** – substituta do professor João Augusto Chaves [...]. A docente é boa disciplinadora e uma excelente professora. Tem bom método de ensino e sabe dar vida e interesse às suas lições. (APM. SI 3798. Uberaba, 16 de março de 1918)

⁹⁹ No presente trabalho, entretanto, há outro relatório a disposição do leitor, com comentários sobre professores e suas aulas. Trata-se do Relatório que compõe o **Anexo B**.

Em outro relatório descreve os professores do segundo turno, que funcionava das 12 às 16 horas.

Primeiro ano A, sexo feminino, regido pela professora dona **Alcina Maria Coutinho**, [...]. Esta aula tem boa organização, boa disciplina e uniformidade no desenvolvimento intelectual das alunas. A professora é pouco preparada e possui alguma aptidão didática. Leciona sem vivacidade. Suas preleções são monótonas, não aguçam o interesse dos alunos. Emprega para as lições de leitura o método analítico. As suas alunas apresentam regular aproveitamento e uma boa caligrafia. Os trabalhos de escrita são feitos com muito capricho e asseio. **Primeiro ano B**, sexo feminino, [...], regido pela professora, dona **Umbelina Terra**. Esta classe está bem organizada, tem excelente disciplina. A professora tem regular preparo e aptidão didática. Com um pouco mais de prática tornar-se-á uma excelente professora. Imprime vida e atrativo nas suas lições. Todas as suas faculdades estão sempre em ação. Segue com rapidez as atividades dos seus alunos, sabe discernir o que eles assimilaram e ver onde há necessidade de esclarecimento. **Primeiro ano C**, sexo masculino, [...], dirigida pela professora substituta, dona **Maria de Moura**. Esta classe está bem organizada, bem disciplinada e nota-se excelente desenvolvimento intelectual nos seus alunos. A professora é de uma inteligência viva e possui muita aptidão didática. Seu método de ensino é bom. As suas preleções são vivas, claras, concisas e metódicas. **Segundo ano** feminino, regida por dona **Maria Glorieta Campos**, substituta da professora efetiva, dona Maria Carmilieta Campos, [...]. Esta professora ainda não tem prática de ensino, mas governa bem a sua classe, tem regular preparo e alguma aptidão didática. **Terceiro ano A**, sexo feminino, regida pela professora dona **Bertholina dos Santos**, [...]. Esta professora tem tirocínio, conhece bem as matérias do programa, dirige com facilidade os seus alunos, mantém boa ordem e disciplina na sua classe. Tem bom método de ensino. É pouco inteligente. As suas preleções são sempre as mesmas, sem variedade, tornando-se por isso mesmo, pesadas e sem atrativos. As suas alunas apresentam regular aproveitamento, [...] suas respostas sobre um mesmo assunto, são sempre as mesmas, [...]. **Terceiro ano B**, sexo feminino, [...] sob direção da professora adjunta dona **Noemia Ribeiro da Luz**. É uma professora inteligente, preparada, tem bom método de ensino e suas alunas apresentam bom aproveitamento. **Quarto ano**, sexo feminino, [...], regido pela professora, dona **Marcilieta Campos**. Esta classe está bem organizada. A docente é inteligente, preparada e possui aptidão didática. As suas lições são dadas com método, com vida e com habilidade. Argüida as suas alunas, verifiquei que elas assimilaram bem os pontos já lecionados. (APM. SI 3798. Uberaba, 17 de abril de 1918)

Percebe-se no texto acima, que o inspetor regional não segue um padrão ao descrever as ações didático-pedagógicas, bem como as características pessoais de cada professor. Com base nos aspectos mais vezes e mais claramente comentados, elaborou-se o **Quadro 18**, objetivando, não propriamente mensurar quantitativamente, no sentido

de calcular percentuais. Considera-se que isso não seria pertinente, pois nesse caso, entende-se que quando o inspetor diz que este ou aquele professor é inteligente, não quer dizer que um ou outro também não o seja. Percebe-se que seu discurso não é laudatório, pois quem ele acha que não é inteligente, também está nomeado. A tentativa que se faz aqui é de definir um perfil qualitativo desse corpo docente, evidenciando características didático-pedagógicas e pessoais, apresentadas, na visão de um inspetor, pelos professores do Grupo.

Quadro 18 - Perfil qualitativo dos professores do GEU, elaborado a partir do conteúdo de relatórios de inspeção

Características didático-pedagógicas e pessoais	Conceitos	Número de professores adjetivados.	Nº. total de menções no texto.
Organização da classe	Boa	6	7
	Regular	1	
Governo da classe	Bom/com habilidade	4	5
	Não tem habilidade	1	
Divisão do tempo	Boa /pontual	3	4
	Não divide bem	1	
Disciplina da turma	Boa	7	8
	Regular	1	
Aulas e preleções	Vivas/claras/animadas	6	9
	Monótonas	3	
Aproveitamento dos alunos	Bom/adiantado	6	7
	regular	1	
Inteligência	Inteligente	6	7
	Pouco inteligente	1	
Preparo	Bom	5	9
	Regular	3	
	Pouco	1	
Aptidão didática.	Possui (ou boa)	3	6
	Regular (ou possui alguma)	3	

Fonte: APM. SI. 3798. Relatórios do ITR, Ernesto de M. Brandão, março e abril, 1918.

Portanto, na visão desse inspetor, os professores do Grupo Escolar tinham defeitos e qualidades. Por um lado, alguns se destacavam pela inteligência, habilidade, dinamismo pessoal e das aulas, pelo preparo, aptidão e domínio de classe. Mas por outro lado, havia os que enfrentavam dificuldades advindas das limitações pessoais, com as quais qualquer ser humano pode deparar como, genialidade, impulsividade, ou de contingências do momento, como falta de prática ou desconhecimento sobre o uso de determinado método. Mas em geral, predominam as características desejáveis a um bom

professor, do que o contrário, o que conferia ao GEU, o perfil de escola possuidora de um bom corpo docente, (mesmo havendo entre esses algumas exceções) e isto era divulgado, na imprensa, para a comunidade.

Os jornais da cidade sempre mostraram uma imagem positiva desta escola, referindo-se a ela como “conceituada casa de ensino”, e outras denominações. O diretor e os professores também eram qualificados, nos diversos textos consultados, com edificantes adjetivos: ilustres, eficientes, cumpridores dos deveres, distintos, austeros, dignos, dedicados, competentes, esforçados, disciplinadores, como se vê na seguinte transcrição:

Acaba de ser nomeado director do grupo [...] o *distincto* moço Sr. Francisco de M. Franco [...] que pela *austeridade* de sua conduta, pelo longo *tirocínio* de magisterio publico está em condições de dirigir a conceituada casa de ensino com segurança e critério desejaveis, continuando assim o estabelecimento a colher os mesmos frutuozos resultados que tanto tem contribuído para impol-o á consideração e preferência de que gosa [...]. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1161, 28/08/1910, p. 02) (Grifos meus)

Ou no trecho do relatório de inspeção, feita durante os meses de Agosto e Outubro e tornado público através das páginas do mesmo jornal:

Ao iniciar a inspeção encontrei este instituto na sua primeira fase de organização. O corpo docente, *esforçado e cumpridor de deveres*, vai [...] executando as prescrições regulamentares. O *digno* diretor [...] com *critério, competência e dedicação* [...] coopera efficazmente com os docentes na manutenção da ordem, disciplina na observância e applicação do programa e do regimento interno dos grupos escolares [...]. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1169, 30/10/1910, p. 01) (Grifos meus)

Desses professores, alguns dedicaram grande parte de suas vidas ao ensino, dentre os quais, o professor João Augusto Chaves, as professoras Corina de Oliveira, Edith França, Olga de Oliveira e, o próprio diretor da época enfocada no presente estudo (1908-1918), Francisco de Mello Franco, que nos primeiros nove meses de funcionamento do grupo, ocupou também o cargo de docente. Os quatro primeiros têm seus nomes perpetuados através de denominações dadas, em suas homenagens, a algumas escolas públicas da cidade de Uberaba, onde se conseguiu breves biografias de cada um, apresentadas sinteticamente, no **Anexo L**. Sobre o professor Melo Franco, há

no referido anexo, a nota de seu falecimento contendo também os seus dados biográficos.

Figura 17 - Corpo Docente do Grupo Escolar de Uberaba em 1915¹⁰⁰



Fonte: CAPRI, 1916, p.67

Ser professor nesta época – da escolarização republicana – foi um desafio, enfrentado e assumido por esses professores pioneiros. Se por um lado os grupos podem ser considerados escolas pioneiras, segundo um novo modelo que se instituía em que o trabalho era coletivo e não mais isolado, por outro lado, havia o governo, que tentava racionalizar, centralizar, fiscalizar para conseguir controlar. Assim, exigências aos professores eram muitas e estavam prescritas nos decretos e regulamentos. Pelo Decreto nº. 3.191 de 09/07/1911, eram concedidos aos professores alguns direitos, por exemplo, isenção do serviço do júri, aposentadoria por tempo de serviço, prêmio de 200\$000 por aluno excedente a 20 que conseguisse levar do primeiro ao final do quarto ano primário,

¹⁰⁰ **Identificação das pessoas na fotografia acima** (da esquerda para a direita). 1ª fila: assentados – Senhorita Leovirgília Chaves; Dona Maria Bernardes da Luz; Dr. Tancredo Martins, inspetor municipal; Dona Marcilieta Campos; Senhorita Maria Carmilieta Campos. 2ª fila: de pé – Arnold Magalhães; Ernesto Brandão, inspetor regional; Senhorita Maria Julieta Campos; Senhorita Corina de Oliveira; Senhorita Virgília de Souza; Francisco de Mello Franco, diretor; Fernando Vaz de Mello. .3ª fila: Dona Bertholina dos Santos; Senhorita Noemia Luz; Dona Alcina Coutinho; Senhorita Edith de Novaes França e João Augusto Chaves. Fonte: CAPRI, 1916, p. 67

dentre outras. Mas em contrapartida, havia muito mais deveres: além dos próprios da função de ministrar aulas, havia os deveres cívicos e morais. Segundo Mourão (1962, p. 190):

Prescrevia o mesmo Regulamento que o professor deveria ser para os alunos 'exemplo vivo de altivez, independência, coragem, amor ao trabalho, prudência, ordem, sobriedade, temperança, economia, decoro, dignidade, moralidade, civismo, abnegação, verdade, humanidade e justiça'.

Pode considerar que nesse sentido no quadro dos docentes do GEU, encontram-se professores que encarnaram literalmente essa prescrição, conforme depoimento transcrito a seguir:

Assinalou-se no dia 13 do corrente, o centenário de nascimento do professor João Augusto Chaves, o homem mais perfeito que eu encontrei neste mundo. O traço característico de sua personalidade era a pureza. Chaves era puro de espírito e de coração, puro nos pensamentos, nas palavras, nos propósitos e nas ações [...] Se os homens todos tivessem os seus sentimentos de bondade e possuísem a sua capacidade de amar, este mundo seria um paraíso [...] Destacou-se, entre os mestres desta região, como um dos mais sábios, dos mais eficientes, dos mais capazes e dos mais nobres [...] Culto, inteligente, operoso, escreveu diversas obras didáticas, estudos e artigos publicados na *Revista do Ensino de Minas Gerais* [...] A sua amizade foi umas das maiores riquezas da minha vida. Ela me tornou melhor e contribuiu, decisivamente, para a minha formação moral.' (MENDONÇA, 1965; BACELLI, 1987, p. 59-0)

Esse professor, conforme traços biográficos (**Anexo L**) foi um dos pioneiros da doutrina espírita em Uberaba. Doutrina cujos princípios estão em sintonia com as características ressaltadas no trecho da citação acima: pureza, bondade, amor. Entretanto, não se tem um depoimento de alguém, assim neste sentido, sobre cada um dos outros professores. Mas, sabe-se que eles tinham boa convivência, portanto, possivelmente, comungavam ideais comuns.

Finalizando, pode-se acrescentar que, um aspecto assinalado de forma recorrente nos relatórios consultados, foi quanto ao clima estabelecido no relacionamento desses professores, que se resume em uma frase do inspetor Ernesto Santiago: “Reina boa harmonia entre os professores” (APM. SI. 3346. 20//10/10). Assim, enfrentando desafios, com relação às condições do prédio (embora, sem dúvida melhor que os “pardieiros” de antes), percebendo baixos salários, se submetendo às fiscalizações muito

rígidas, vivenciando os problemas de frequência dos alunos e outros tantos advindos das dificuldades por serem pioneiros, nessa fase de implementação da escolarização republicana na cidade, havia o idealismo e o bom convívio entre os componentes desse corpo docente. Esses professores, através de um trabalho em conjunto, contribuíram para consolidar uma imagem positiva do Grupo Escolar de Uberaba, perante a comunidade.

3.4 Considerações parciais

Na introdução desta pesquisa formulou-se uma questão-problema, qual o significado do Grupo, a partir de seu funcionamento (1909), para a população de Uberaba, dentro do período do recorte temporal, compreendido entre os anos de 1908 a 1918? Esta pergunta foi desdobrada em outras mais pontuais e específicas, sobre as quais, neste capítulo III, já se obteve respostas para aquelas relacionadas aos temas nele investigados: o prédio, os alunos e os professores do Grupo.

Os dados conseguidos são suficientes para responder as seguintes questões: como o Grupo se inseriu em uma cidade que já possuía duas grandes escolas confessionais para o ensino primário e secundário? Houve problemas de concorrência entre o ensino oferecido pela iniciativa e atuação da Igreja (nas duas escolas: Colégio Nossa Senhora das Dores e Ginásio Marista Diocesano) e do Estado (no caso, o Grupo), ou se complementaram? A população quis (desejou) a construção e instalação do GEU e depois o aceitou, procurando-o para matricular os filhos? As vagas oferecidas eram suficientes? Quais eram os índices de frequência, aprovação e conclusão? Qual a origem e provável destino dessa clientela? Quais foram os primeiros professores dessa escola e qual a formação deles? De que formas atuavam didática e pedagogicamente?

A partir dos pressupostos de Justino de Magalhães, que considera os alunos uma categoria representativa, em torno da qual se torna possível conferir sentido histórico a uma instituição educativa, através dos dados evidenciados pela investigação, sobre a clientela escolar, se pôde chegar à maioria das respostas alcançadas até este ponto da pesquisa.

Nessas considerações parciais, serão tecidos alguns comentários sintéticos relativos aos questionamentos, porque os resultados, em termos mais concretos ou

numéricos, se encontram no corpo do texto. Assim, começa-se pela questão da inserção do Grupo na cidade, onde já existiam duas outras grandes escolas. Sobre este tema, ressalta-se primeiro que o Grupo Escolar de Uberaba diferia do Colégio Nossa Senhora das Dores e do Ginásio Marista Diocesano, por ser uma instituição mantida pelo poder público, que oferecia tão somente o curso primário e onde o ensino era laico, em sintonia com a constituição republicana. Conforme se constatou, houve, durante as primeiras matrículas para iniciar suas atividades e durante o primeiro ano de funcionamento, duas referências, uma do diretor em comissão, outra de um inspetor, sobre certa propaganda contrária ao Grupo, promovida por estas escolas. Mas depois disso não aparecem outros registros nesse sentido. Não se pode, ainda, deixar de recordar que ocorria entre as três instituições uma movimentação dos alunos que ora saíam do Grupo e iam para as escolas particulares, ora vinham delas para o Grupo. Porém, entende-se que isto não chega a caracterizar uma concorrência, pois a relação entre o Grupo e essas escolas foi principalmente a de complementação, uma vez que os alunos concluintes do primário oficial no Grupo, se dirigiam a essas instituições para cursarem o secundário.

Assim, interpreta-se que o Grupo foi significativo para a população da cidade. Idéia reforçada por duas outras constatações. Primeira, boa parte da população comparecia aos eventos do Grupo abertos ao público, segunda, os pais procuravam essa escola para matricular os filhos e estes eram provenientes de diferentes camadas sociais. Os pobres (embora em menor proporção) eram ajudados pela Caixa Escolar. Atribui-se o fato desta escola atender, em números maiores, aos alunos provenientes das classes mais privilegiadas a dois fatores. Primeiro, nessa fase republicana, o povo estava ainda bastante à margem da participação em qualquer setor da vida pública. Segundo, esta foi uma escola “apropriada” pelas classes mais privilegiadas, de acordo com a idéia apresentada em capítulos anteriores, de que ocorreu nesta fase – Primeira República –, o que foi referido como, “liberalismo negativo,” que se deu através da privatização do bem público pelas elites, visando aos interesses próprios.

A questão das matrículas e das vagas é muito específica e precisa ser entendida dentro das características da época. Acredita-se que no GEU eram matriculados todos os alunos, cujos responsáveis, buscassem uma vaga para seus dependentes. Nesse Grupo, dentro do período do recorte temporal, apenas nos anos de 1914 e 1915, é que o número de matriculados ultrapassou às oitocentas vagas potencialmente previstas. Mas ao lado disso, é preciso considerar que a procura maior era pelas classes de primeiro ano,

principalmente, masculino, o que acarretava nessas turmas, no início do ano, uma lotação excessiva, correspondente, algumas vezes, ao dobro do número de alunos previstos por sala, que era de 50. Mas, como a frequência era irregular, ocasionava as eliminações e abandonos. A perda de alunos entre o primeiro e o segundo ano chegava, por vezes, a 50%. Depois, a cada série, as turmas iam ficando menores, devido a esses mesmos motivos, somados ainda, à existência dos exames finais, nos quais os alunos por vezes nem compareciam ou eram reprovados. Esses traços foram verificados neste Grupo Escolar, mas são comuns às escolas públicas de Minas Gerais, dessa época, dando-se a ler, que nessa fase da escolarização republicana, a escola era muito seletiva.

Os alunos geograficamente provinham de todos os bairros da cidade, mas predominavam aqueles do bairro Estados Unidos, onde a escola se localizava. Foram variados os destinos dos egressos durante suas atuações na vida adulta, pois se têm notícias deles desempenhando diferentes profissões, públicas ou privadas: das manuais (doceira, costureira, bordadeira) às liberais (médico, advogados, professores, inspetores, Juiz de Paz etc.) e também as técnicas (guarda-livros, secretários, inspetor de tráfego na E. de Ferro Mogiana).

No estudo sobre os professores foi possível a identificação nominal de todos eles, em cada ano. Isso permitiu descobrir que o corpo docente composto durante o primeiro ano de funcionamento foi permanecendo ao longo dos anos pesquisados, sendo acrescido de novas professoras e revelando uma tendência que foi se estabelecendo a partir do período republicano, a de feminização da profissão. Com exceção de um professor, todos os outros que atuaram durante estes anos no GEU eram normalistas. Esse é um aspecto que chama atenção, pois era mais ou menos comum, na época, a atuação de professores leigos. O registro da atuação didático-pedagógica desses docentes, junto aos seus alunos, foi conseguido através de um relatório de inspeção, demonstrando que esses mestres executavam um trabalho, que satisfazia, em grande parte, aos níveis de exigência do Estado quanto aos programas, à divisão do tempo, aos métodos aplicados, à manutenção da disciplina e ao bom relacionamento com os alunos. Porém, algumas exceções, foram registradas, ou seja, alguns professores (poucos) não correspondiam, devido à inexperiência ou às limitações pessoais.

Embora não tenha sido elaborada nenhuma questão sobre o prédio escolar (dentre as citadas no início destas considerações), neste capítulo ele constituiu uma das categorias pesquisadas. Há que se lembrar que o prédio do grupo era uma construção bastante visível, pelas dimensões e localização seguindo a forma de U, que produzia um

espaço interno, íntimo e não visível a quem estava de fora. Graças ao tipo de documentação consultada, foi possível penetrar esse espaço e trazer à memória problemas aí vivenciados, dentre os quais, as precariedades no abastecimento de água, no saneamento, acarretando a necessidade de constante manutenção. Esses problemas não foram colocados em evidência nos jornais consultados. Atribui-se ao fato de que esses consistiram, por um lado, em uma questão administrativa interna, apesar de afetar os alunos. Por outro lado, esse fato negativo, não era comentado na imprensa, porque a falta de água na cidade não era notícia, era um fato comum vivido por quase toda a população.

Ressalta-se que em estudos, sobre grupos escolares em Minas ou sobre prédios escolares no Paraná, ou em dissertações apresentadas até agora no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGE-UFU), não se deparou com referências a problemas semelhantes, podendo este, portanto, ser considerado uma especificidade da escola aqui investigada¹⁰¹.

O fato do Grupo Escolar de Uberaba ser chamado de “Templo do Bem” e outras denominações, dadas pelos jornais, deve-se ao momento histórico em que foi construído:

Vitória das luzes e da razão sobre as trevas e a ignorância. ‘Alicerce das sociedades modernas, garantia de paz, de liberdade, da ordem e do progresso social’, elemento de regeneração da nação. Instrumento de moralização e civilização do povo. Eis algumas das representações sobre a educação em vigor no Brasil no fim do século XIX. Em realidade, elas fazem parte da concepção liberal de educação que tomou conta do pensamento e da política educacional nesse período. [...]. A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)fomador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, educação foi atrelada à cidadania, dessa forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. (SOUZA, 1998, p. 26).

Nesse texto, Rosa Fátima de Souza apresenta uma explicação que justifica a denominação dada muitas vezes, a esta escola local. E demonstra que a mídia impressa da cidade de Uberaba, estava em sintonia com o pensamento dos intelectuais e políticos

¹⁰¹ As obras referidas nesse parágrafo, sobre as quais se baseia para tecer o comentário são: BENCOSTA (2005); VIDAL (2006); LIMA (2006) e CARVALHO (2002).

em âmbito nacional, que nas representações sobre a educação viam as escolas como “os templos de civilização” e os professores como os “apóstolos da civilização”.

Assim, no decorrer da trajetória histórica dessa instituição, os discursos pronunciados nos eventos e que serão destacados no próximo capítulo, continuaram nesse sentido dado à educação e a escola: o lugar da formação de sujeitos que deveriam valorizar o estudo, o saber, o amor, o bem; que deveriam conviver harmoniosamente, ser boa pessoa, bom cidadão, bom filho, capaz, corajoso, trabalhador. Havia nos discursos esperança na escola que estava se construindo, nas futuras gerações e no país que elas iriam formatar.

* * *

Essas observações finais sobre o Grupo Escolar de Uberaba de certa forma antecipam o próximo capítulo, que trata das práticas cotidianas e dos eventos realizados na instituição, cujos resultados complementam os até agora apresentados. Neste próximo capítulo ficarão mais claras as ações dos vários sujeitos: diretor, professores, alunos, oradores, órgãos de imprensa, pessoas da comunidade, que se relacionaram no espaço escolar do Grupo e de alguma maneira estiveram envolvidos nesse processo de escolarização.

4

O COTIDIANO ESCOLAR: SABERES E FAZERES NO GRUPO ESCOLAR DE UBERABA

Conforme salientado na introdução deste texto dissertativo, ao se referir à cultura escolar nesta pesquisa, estará se referindo aos princípios definidos por Dominique Julia, (2001, p. 10). Esse teórico vincula cultura escolar às normas, que estabelecem *o que ensinar* (referindo-se tanto aos conhecimentos, quanto aos comportamentos, às condutas) e, às práticas cotidianas, que se relacionam ao *como ensinar*. Normas e práticas para Julia estão coordenadas às finalidades do ensino, *ao para que ensinar*, com quais objetivos. Esses por sua vez, estão relacionados ao momento, à época em que se vive. Assim, as finalidades do ensino podem ser variadas, pois dependem dos pensamentos dominantes em cada período.

Nesse sentido, para trabalhar em torno da cultura escolar de uma instituição se faz necessário, por um lado, trazer à tona aspectos legais do ensino e levar em conta o trabalho dos profissionais da escola (professores, direção), pois esses são os agentes chamados a obedecer às ordens, a utilizar dispositivos pedagógicos que contribuam para facilitar a aplicação dessas normas e a aprendizagem dos alunos. Por outro lado, é preciso ir além dos limites da escola e buscar apreender modos de pensar e de agir difundidos na sociedade, pois são esses que definem as finalidades do ensino.

Contudo, é pertinente lembrar que a escola materialmente consiste em um território definido. Assim, complementando as proposições de Julia, (e demonstrando que se deve considerar também o espaço) apresenta-se o pensamento de Antonio Viñao:

Considerando como território, o espaço-lugar escolar implica uma tripla dialética entre o interno e o externo – o que é a escola e o que fica fora dela, o que está na sala de aula ou em outro espaço escolar e o que esta fora dela –, o fechado e o aberto – estruturas cortantes ou herméticas frente a estruturas de transição ou porosas –, [...]. A partir dessa perspectiva a instituição escolar constitui um território demarcado, de limites mais ou menos estabelecidos, com diversos graus de porosidade em relação com o meio exterior – [...]. Daí a utilidade e a importância, para o conhecimento da cultura escolar, de uma instituição educativa determinada, de analisar tal segmentação e, juntamente com ela, a distribuição e usos dos espaços-lugares que dela resultam. (VIÑAO, 2005, p. 18)

Em parte, no presente trabalho, alguns aspectos apresentados tanto por Dominique Julia quanto por Antônio Viñao já foram enfocados, respectivamente: os professores e o espaço escolar. Neste item, retoma-se a questão do espaço e do trabalho dos professores e da direção escolar, segundo um outro enfoque, que é pelo ângulo das práticas: o que, quem, e como se fazia em determinado espaço, lembrando ainda, que no centro dessas ações estavam os alunos. Nesse sentido, as finalidades da escola, têm relação direta com os discentes, com o tipo de aluno ou ser humano que se idealiza formar.

Os resultados da investigação sobre as práticas cotidianas, que permitem apreender os traços da cultura escolar, serão apresentados divididos entre: práticas internas (aquilo que se realizou cotidianamente no território escolar, compreendendo principalmente, as salas de aula e os pátios internos do prédio do Grupo) e, práticas externas (aquilo que se fez em interação e/ou com a participação da sociedade local: os eventos sociais e cívicos). Esta forma de apresentação tem como justificativa o aspecto puramente didático. (Tem-se consciência que se trata de uma divisão irreal, pois segundo Julia, o que acontece dentro da escola, está diretamente relacionado ao que acontece fora dela, e mesmo, segundo Viñao, que alerta para os diversos graus de porosidade entre a escola e o meio exterior).

4.1 As práticas cotidianas escolares visualizadas em suas dimensões internas: a promoção da educação intelectual, moral e física

Segundo informa Mourão (1962, p. 99-139), imediatamente após a publicação da Lei 439 de 28/09/1906 – Lei da Reforma do Ensino em Minas –, pelo Presidente João Pinheiro, esse estadista e sua equipe de governo, demonstraram preocupação com os processos de ensino-aprendizagem, pois antes mesmo que a lei tivesse o seu regulamento aprovado foi baixado o Decreto nº. 1947, de 30/09/1906, que determinava os horários, as atividades curriculares do programa de ensino e as instruções metodológicas, pelas quais os professores deveriam se orientar para ensinar com eficiência. Resumidamente, algumas determinações básicas desse Decreto definiam que, a semana letiva durava de segunda a sábado, com quatro horas diárias de aulas. Estas quatro horas estavam divididas em períodos de 15, 25 ou 45 minutos, para serem preenchidos com atividades ou conteúdos a serem desenvolvidos, os quais em geral (do primeiro ao quarto ano), eram: Leitura, Escrita, Língua Pátria, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Geometria e Desenho, História Natural/Física e Higiene, Exercícios Físicos, Trabalhos Manuais e Música Vocal. As atividades de canto e exercícios físicos ocorriam nos mesmos horários em todas as turmas e com a mesma duração (**Fig. 18**).

De maneira geral, as orientações para o ensino dos conteúdos propunham que esses deveriam ser ensinados a partir do que fosse mais simples, mais concreto, mais particular ou próximo, como por exemplo: na Leitura, partir do vocábulo com sílabas mais simples e fáceis; na aritmética, os cálculos deveriam basear-se em dados concretos para depois ir aos abstratos; na geografia, do particular, o conhecido, para se chegar ao desconhecido. Em suma, as prescrições e orientações são detalhadamente definidas, com relação aos horários e, em cada conteúdo ou atividade. Depois de receitar como ensinar, faz parte ainda, dessas instruções, o programa a ser desenvolvido – o que deveria se ensinar - em cada ano do curso primário. Reside nessas determinações, um fator importante para a homogeneização do ensino no Estado, algumas vezes comentado por alguns historiadores da educação mineira.

Figura 18 - Quadro de horário semanal, com discriminação das atividades e conteúdos a serem desenvolvidos diariamente nas turmas de terceiro ano primário.

HORÁRIO DO TERCEIRO ANO						
HORAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
10 horas 10h. e 25m.	Leitura Aritmética	Aritmética Escrita	Leitura Aritmética	Leitura Escrita	Leitura Aritmética	Aritmética Aritmética
10h. e 50m.	C A N T O					
11 horas 11h. e 25m.	Geografia História	Geografia Hist. do Brasil	Língua Pátria Hist. do Brasil	Geografia Hist. do Brasil	Língua Pátria H. Natural, Física e Higiene	Hist. do Brasil Escrita
11h. e 50m.	E X E R C Í C I O S F Í S I C O S					
12h. e 15m. 12h. e 40m.	Língua Pátria Geom. e Desenho	Língua Pátria Aritmética	Moral e Cívica Geom. e Desenho	Língua Pátria Aritmética	Hist. do Brasil Aritmética	Geografia Geom. e Desenho
13h. e 5m.	C A N T O					
13h. e 15m. até 14 horas	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos	Trabalhos

Fonte: MOURÃO, 1962, p. 102.

No Grupo Escolar de Uberaba, a duração das aulas era conforme a lei. Diariamente, os alunos tinham quatro horas de aula, do 1º ao 3º ano que, ocorriam, no entanto, em dois turnos: das 7h às 11h e das 12h às 16h.¹⁰² No 4º ano, a duração era de quatro horas e meia, avançando em cada turno meia hora a mais. Não se tem um documento que evidencie como estava organizada a distribuição das atividades ao longo dessas horas de aula. Mas, infere-se que seguiam as determinações do governo mineiro, pois os registros feitos pelos inspetores em visitas à escola, sempre salientaram que, no Grupo seguiam-se os horários e os programas, havendo ainda, em alguns relatórios, comentários quanto à divisão do tempo das atividades, onde observam que alguns professores conseguiam ser habilmente pontuais, aproveitando convenientemente o tempo, outros, entretanto, não tinham a mesma habilidade.¹⁰³

Com a Reforma Júlio Bueno Brandão-Delfim Moreira (Decreto 3.191 de 09/06/1911), algumas mudanças foram introduzidas, como o acréscimo dos conteúdos,

¹⁰² Tanto na lei citada no texto acima, quanto na que lhe sucedeu, (nº. 3.191 de 09/06/1911), não estavam previstos dois turnos, mas apenas um, com quatro horas de duração, segundo as seguintes possibilidades: das 10h às 14h, ou das 7h às 11h, ou das 11h às 15h (MOURÃO, 1962, p. 199). No Grupo Escolar de Uberaba, sempre houve dois turnos, justificados pelo número de matrículas.

¹⁰³ Pode-se perceber esse aspecto lendo o relatório contido no

E para esta casa, que educa o filho do povo, este que mais necessita dos favores públicos a fim de prepará-lo para uma sociedade melhor, uma vez que o seu espírito se fortaleça pelos ensinamentos úteis que precisamos todos nós nos interessar a fim de que o amparo do governo venha ao seu encontro dotando-a de todos os recursos indispensáveis [...]. É um curso primário dirão, e que por isso mesmo qualquer coisa serve desde que ensine a leitura [...] assinar o seu nome e mal resolver alguma das quatro operações [...]. O curso primário tal como instituído nos grupos escolares, destinados de preferência às classe menos abastadas, bem feito, aparelha perfeitamente o aluno para com relativa facilidade, triunfar na vida prática pelo trabalho honesto e fecundo. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1678, 23/12/1914)

É a ideologia liberal se fazendo presente nestas palavras, quando julga que o curso primário é o suficiente para o pobre. Entendia que cabia ao governo fazer a sua parte: criar as condições e depois, o jovem aparelhado com tal formação, não precisava mais ir além, pois isto lhe bastava para entrar no mercado de trabalho e entregue a própria sorte, resolver-se por si só daí em diante.

Quase todos os discursos traziam também aconselhamentos e muitos deles acabavam desaguando no enaltecimento do amor, do patriotismo, do cumprimento dos deveres, na necessidade de ser corajoso e lutar diante das dificuldades da vida, seguindo por valores altruístas:

[...] leiam bons livros, bons autores, [...] lutem por seu país [...]. Tendes o culto da verdade. [...] a verdade é uma paixão transformada em fé. Combatei o ceticismo invasor e estéril, que surge. Sede escravos da moral, [...]. O medo nunca fez nada que preste. Sim! Tende fé e esperança. [E dizendo tomar de empréstimo alguns períodos de Graça Aranha, continua]: Sede fiéis a doce ilusão da miragem. Aquele que vive um ideal contrai um empréstimo com a eternidade. Cada um de nós, a soma de todos nós, exprime a força criadora da utopia; é em nós mesmos, como num indefinido ponto de transição que se fará a passagem dolorosa do sofrimento [...]. Purifiquemos nossos corpos [...]. O que seduz na vida é o sentimento da perpetuidade. Nós nos prolongaremos, [...] na alma dos descendentes. Façamos dela o vaso sagrado [...], onde depositaremos tudo o que é puro, e santo, e divino. Aproximemos-nos uns dos outros suavemente. Todo o mal está na força e só o Amor pode conduzir o homem. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1933, 14/12/1916)

Em sintonia com esse trecho acima citado e na mesma solenidade de formatura, discursou também o diretor, Francisco de Mello Franco:

Continuai pois a estudar, [...], habituai-vos desde agora à leitura. [...]. Cumpri à risca os vossos deveres, custe o que custar [...]. Amai e servi

com dedicação a profissão que adotardes. Amai vossa família e a vossa cidade [...], porque do progresso do local depende em grande parte, a organização de nossa vida [...]. É de amor eficiente que precisa a nossa pátria. Os males que nos afligem [...] são atribuídos [...] a apatia, à indiferença e ao ceticismo. É preciso, [...] que sobre o Brasil inteiro sopra o vento de uma energia nova, penetrando todas as consciências da necessidade de se construir em Brasil novo, imensamente forte, estreitamente unido. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1933, 14/12/1916)

São discursos que em uma rápida leitura, dão a pensar que podem tratar-se de aconselhamentos cristãos. Mas, são na verdade positivistas, pois segundo afirma Carvalho (1990, p. 81), em um estado laico (como era o caso do brasileiro e especificamente, dos grupos escolares mineiros) e em uma sociedade sem Deus, a base da convivência social, seria o altruísmo. A palavra altruísmo fora criada pelo próprio Augusto Comte, assim como a base do pensamento positivista. A questão da laicidade republicana, também mostrava sua face, seu perfil e seus significado, nos discursos pronunciados no Grupo:

Como está organizada, de acordo com as instituições republicanas, indiretamente dá a escola uma dignidade superior a quaisquer crenças, porque, senhores, não se admite que se imponha uma, e respeita a que cada qual trouxe do seu lar. E aqui se torna [...] cada vez mais religioso no sentido de avigorar os sentimentos de amor, veneração e piedade [...] de gratidão pelo passado, de patriotismo [...] (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1288, 21/12/1911)

Ou neste outro trecho, proferido por outro paraninfo que se confessa: “Irreligioso [...]. Crente, sim! [...]. Nem só de amor ao Deus dos cristãos vive o homem [...] há a religião do país natal, tanto mais fervorosa quanto mais desgraçada a pátria é [...]” (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1933, 14/12/1916). E continua seu discurso no sentido de que, se o país ou Minas tinham muitos problemas (a pobreza, as doenças da época), a saída era a luta, o enfrentamento com coragem, mesmo diante do sofrimento.

Embora esses discursos fossem proferidos anualmente, eles tinham, todavia, certo alcance em número de ouvintes, pois as formaturas eram festas concorridas, contava com a presença de muitos alunos, além dos concluintes, suas famílias, as autoridades locais, o corpo docente. Não deixavam de ser, portanto, momentos educativos patrocinados pelo Grupo, nos quais se reafirmavam a laicidade da República Brasileira e da escola pública. Dessa forma, introduzia-se um tipo diferente de cultura: a

cultura do altruísmo e do patriotismo, praticados publicamente, em detrimento da cultura de prática da oração e dos rituais religiosos, que na escola pública, em geral, nessa época, passam a não ter lugar.

Se Grupo era uma escola laica, no sentido de não ensinar, nem praticar religião cristã, não se pode dizer, porém, o mesmo das pessoas que nele exerciam funções. Tem-se conhecimento através dos traços biográficos de alguns professores (**Anexo I**), que esses não eram irreligiosos. O professor João Augusto Chaves professava a doutrina espírita, sendo dela um dos pioneiros na cidade. Dona Edith França, depois de deixar as aulas no Grupo, criou o “Jardim de Infância Menino Jesus” e tornou-se 3ª Dominicana¹¹². O próprio diretor, Francisco de Melo Franco, revelou não ser irreligioso ao dizer: “*Faço, de verdade, ardentes votos a Deus* para que, ao influxo dos belos exemplos que a escola vos ministrou, a vossa vida prática transcorra feliz e resplandecente na sua plenitude” (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1933, 14/12/1916).

Além disso, conforme já comentado, o próprio bispo diocesano, D. Eduardo Duarte, freqüentava o Grupo nos eventos; e ainda, a partir de 1917 o salão nobre do prédio passou a ostentar um crucifixo. Por isso, pode-se considerar que a prática de rituais religiosos não ocorria dentro desta instituição pública, por circunstâncias legais, constitucionais e que a laicidade era reforçada pelos discursos ocasionais dos intelectuais positivistas convictos. Mas, na vida privada de professores e alunos, cada um podia seguir a religião que quisesse, afinal vivia-se em um país liberal. Há possibilidade, portanto, de que seja por tais motivos que a convivência dessa escola pública e laica em uma cidade mineira conservadora, religiosa, com duas escolas confessionais, mesmo tendo sido de alguma animosidade no início de suas atividades, logo depois, com mais ou menos dois anos de funcionamento, já era cordial.

Portanto, considera-se por fim, que o Grupo Escolar de Uberaba foi aceito socialmente, com as características que lhe eram peculiares e acrescenta-se que, ele foi *apropriado* por alguns segmentos sociais. Essa última idéia advém de um fato que se percebeu com relação aos textos jornalísticos. Desde a construção e durante o funcionamento, dentro do período contemplado no recorte temporal desse estudo (1908-1918), o Jornal *Lavoura e Commercio*, sempre se referiu a essa instituição como “nosso

¹¹² Chamava-se Terceira dominicana, à mulher que participava ativamente das reuniões da congregação, compartilhava preceitos religiosos, mas não era uma freira, por não ter feito os votos, não levar vida reclusa, podendo inclusive ser casada e ter filhos. Hoje, dir-se-ia de uma pessoa assim, que ela faz parte da fraternidade dominicana.

grupo escolar”. São raros os textos, dentre os inúmeros publicados nesses anos, em que esse pronome possessivo não aparece.

Como poderia esta freqüente denominação ser analisada? Um trecho de um discurso publicado por esse mesmo veículo de comunicação traz uma visão sobre a escola republicana que ajuda a conferir sentido à expressão, possibilitando, pelo menos em parte, certa compreensão do uso do termo, “nosso”, precedendo as palavras grupo escolar. Tal trecho diz:

Tal é a escola que a política republicana vai em nosso Estado afirmando. Mantida com os tributos do povo, devem as famílias ampará-la com a freqüência de seus filhos [...] e como subsídios de sua assistência em favor dos filhos do pobre. Não há aqui obra exclusiva de ninguém, do poder público, do professor, de chefes políticos: há aqui a grande obra de cooperação do poder constituído, que tem a seu cargo o serviço de instrução e educação dos filhos do povo; e, das famílias, que devem conjugar [...] esforços para que o ensino, seja difundido e eficaz. [...]. Ninguém tem direito de desviar a corrente que procura a escola pública. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1287, 17/12/1911)

É a presença, novamente, da ideologia liberal justificando que, a escola republicana era para os filhos do povo, mas cabia e até precisava, da presença dos filhos das famílias abastadas para subsidiar a educação dos desfavorecidos. E como esta era uma escola pública, ela não era especificamente de ninguém, mas de todos, portanto, “nossa.” Por isso, deveria ser respeitada a opção das famílias pela escola pública republicana e ninguém deveria intrometer-se no caminho daqueles que a buscavam. Dizendo de outra forma, não cabiam embates ou propaganda contra os princípios dessa escola.¹¹³ Mas o termo, *nossa*, soa mais significativo ainda, quando em nota publicada no *Lavoura e Commercio* (ed. 1.188, de 05/01/1911), sobre as matrículas para um novo ano letivo, lê-se: “Infelizmente muitas pessoas desconhecem a necessidade de mandar seus filhos ou protegidos para a escola. Esta necessidade deve ser levada ao espírito das mais ignorantes pelos mais adiantados, porque a causa da instrução interessa a todos nós que vivemos em sociedade.”

Somando-se essa citação à anterior, vê-se agora que “nosso grupo escolar” fica um pouco mais restrito, pois ele é, principalmente, dos mais adiantados, dos mais intelectualizados, dos que têm mais conhecimentos e esses são superiores e, portanto,

¹¹³ Interpreta-se tal observação como uma espécie de recado ao bispo da Diocese, que nessa data estava presente ao evento em que o orador proferiu o discurso em questão.

devem conduzir aqueles que não têm conhecimentos, os ignorantes, fazendo-lhes um bem, prestando-lhes um favor.

Ao trazer para o presente trabalho tal observação, entra-se em um campo delicado, que envolve a questão das categorias, público e privado em educação.¹¹⁴ Optando aqui por tomar o público no sentido simplesmente de estatal, afirma-se que o Grupo Escolar de Uberaba, era uma escola pública, pois administrada pelo governo do Estado de Minas Gerais. Mas até certo ponto, ocorria nela uma privatização do público. Não que tenha havido interferência nas políticas determinadas pelo Estado, quanto ao programa, às instruções metodológicas, ou à escolha do pessoal docente e administrativo. A afirmação é no sentido da clientela, pois, já se observou anteriormente ao falar dos alunos, que predominavam os das classes mais favorecidas e também que, em seus eventos, sempre esteve presente a elite política e intelectual da cidade. Ajuda a compreender o que ocorria, a explicação de Buffa e Nosella:

A explicação, no nosso entendimento, reside no fato de que a República instaurada entre nós, foi uma República mutilada, pois excluiu da cidadania, o trabalhador. Na verdade, [...] a República não significou uma ruptura social, uma vez que os cidadãos plenos eram os próprios senhores do Império. O Estado brasileiro ao tornar-se República continuou sendo governado pelos mesmos donos do poder. [...]. A elite brasileira sempre soube reconhecer a importância do Estado e apropriar-se privadamente, da *res-publica*, [...]. O caminho aqui [no Brasil] foi o inverso ao do liberalismo clássico (sobretudo americano) para o qual, na origem e na base do Estado, situam-se os indivíduos com suas iniciativas e posses. (BUFFA; NOSELLA, 1996, p. 103)

Ainda é pertinente acrescentar que, para esses autores, o Estado brasileiro sempre favoreceu os proprietários, concedendo-lhes privilégios, desde o Descobrimento¹¹⁵ e essa situação foi permanente ao longo da história do país chegando à República. É esse liberalismo, que favoreceu à pequena camada da sociedade brasileira, o chamado por Nagle (2001, p. 363) de ‘liberalismo negativo.’

Um outro ponto a ser comentado com relação ao anúncio das matrículas feito através do jornal, refere-se ao final do texto, no qual afirma-se que “a instrução interessa a todos os que vivem em sociedade”. Sobre esse aspecto faz-se a leitura de que

¹¹⁴ Sobre essas categorias vários estudos são apresentados no livro: *O público e o privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas*. LOMBARDI, J.C.; JACOMELI, M. R. e SILVA, T. M. (org.) Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005.

¹¹⁵ Quem tinha posses podia receber Sesmarias, podia tornar-se capitão donatário, e mais tarde, o acesso à propriedade rural, era para quem tinha condições financeiras de adquirir terras, enquanto quem não tinha, também não podia ser proprietário.

apresentava-se aí um componente iluminista, segundo o qual, a burguesia, criadora dos conceitos de liberalismo, contrato social e outros,

[...] desenvolve a tese de que, para que esse tipo de sociedade contratual exista, é preciso que os indivíduos tomem decisões autônomas baseadas na própria razão. Para que isso ocorra é preciso instruir o povo, por que as 'luzes' (segundo o conceito iluminista de difundir luzes) precisam se difundir de tal modo que as decisões tomadas por esses indivíduos livres sejam as mais acertadas. (NORONHA, 2005, p. 149)

Nesse sentido, a escola pública, nessa época, é vista como o lugar em que tal objetivo poderia ser concretizado. Assim, nesta cidade, esse lugar era o Grupo Escolar de Uberaba.

4.4 A centralidade do cargo de diretor e a delimitação do recorte temporal

Na presente investigação, o recorte temporal vai do ano em que iniciou a construção do Grupo, 1908 (embora tenham sido feitas algumas inserções relativas aos anos de 1906/1907, quando se deram as primeiras discussões e decisões sobre o assunto), indo até 1918, ano em que o diretor, Francisco de Mello Franco, teve a sua gestão encerrada. Durante o período enfocado, buscou-se narrar, comentar, demonstrar, analisar e compreender muitas das complexas faces que uma instituição escolar apresenta: espaço, tempo, alunos, professores, práticas cotidianas e sociais, considerando o contexto local e nacional. Destacou-se como uma das figuras centrais, nesse período enfocado, o diretor. Alguns motivos concorreram para isso. Um deles é o fato de que grande parte dos documentos consultados foram produzidos pelo ocupante desse cargo. Além disso, nessa época, o cargo tinha na centralidade, uma das principais características. Suas funções não eram apenas administrativas, eram também pedagógicas, não tinha contato direto só com os professores, mas também com os alunos, tomando-lhes as lições, como relata um inspetor: “Em todas as classes o diretor Sr. Francisco Mello Franco, tem feito lições práticas das matérias do programa encaminhando o ensino com bastante orientação revelando em suas lições excelente dotes profissionais” (APM. SI. 3390. Alberto C. de Mattos, 1912).

Dada a centralidade da função, a atuação junto aos alunos, pais, professores, inspetores e governo mineiro, pela diversidade de afazeres e responsabilidades, pode-se considerar que o perfil de uma escola dependia, em grande parte, da postura gestora empreendida pelo ocupante desse cargo, da maneira como ele pensava e agia, junto aos elementos da comunidade escolar e da própria cidade onde a instituição se inseria. Por tudo isso, optou-se nesse trabalho, por definir o ano final do recorte temporal, coincidente com o fim da gestão (1918) de Francisco de Mello Franco – 1º diretor efetivo do Grupo Escolar de Uberaba.

Sobre os últimos momentos de Mello Franco, como diretor no Grupo, pouco se encontrou. Não se sabe como se deram os trâmites legais, como era o texto da lei que provocou tal desfecho. Os textos que trazem alguma pista sobre esse fato encontram-se no jornal *Lavoura e Comércio*, que publicou primeiro, uma carta desse diretor endereçada ao professor, Arnold Magalhães, em que comunica a sua saída e seu destino: iria para Jacutinga assumir a direção do grupo daquela cidade. Nessa carta, revela o seu apreço e amizade por esse companheiro de trabalho, dizendo: “cumpro o dever de apresentar-vos minhas despedidas e agradecer-vos as atenções que me dispensastes durante os oito anos em que juntos trabalhamos em prol da causa do ensino nesta localidade” (LAVOURA E COMMERCIO. *Documento Honroso*. Ed. 2144, 22/12/1918). No entanto, nesse texto não aparece a motivação para a saída, mas isso se encontra nesse mesmo jornal, quando noticia a visita do Sr. Mello Franco à sua redação:

[...] trouxe-nos ontem as suas despedidas o Sr. Francisco Mello Franco, ex-diretor do grupo escolar local. O ilustre educador, sendo atingido pela nova lei que incompatibiliza a função dos diretores em grupo onde existam parentes professores, foi removido [...]. O nosso grupo escolar considerado um dos melhores de Minas pelo seu perfeito funcionamento, deve-o ao abnegado educador [...] lastimamos ser a instrução primária do nosso município privada de sua colaboração, [...]. (LAVOURA E COMMERCIO. *Francisco de M. Franco*. Ed. 2144, 22/12/1918)

Francisco de Mello Franco fora atingido por tal lei, porque era casado com Dona Marcilieta Campos, que por sua vez era, provavelmente, irmã de Julieta Campos, Maria Carmilieta Campos e Glorietta Campos, todas professoras no Grupo. Interinamente foi substituído por Fernando Vaz de Mello, durante o restante do ano letivo e início do seguinte. Nesse ano de 1918, não há turmas concluintes, o que possibilita pensar que

seria por algum transtorno relacionado a essa mudança. Mas, há outra justificativa plausível:

Alastrando-se pelo país a epidemia da gripe, chamada influenza espanhola, o governo teve a necessidade de fechar temporariamente os estabelecimentos de ensino e tomar medidas transitórias referentes à situação sanitária do Estado. Assim, [...] foi baixado o Decreto n. 5133 de 17/12/1918, determinando que todos os grupos escolares e escolas singulares que tivessem ‘o ensino suspenso em virtude da pandemia que grassou o Estado’ os exames seriam feitos a partir de 15 de janeiro de 1919. (MOURÃO, 1962, p. 320)

Assim, no Grupo Escolar de Uberaba, (apesar de não haver referências, nos jornais, de que houvera suspensão das aulas por epidemia na cidade), o ano letivo de 1918, só terminaria em 1919. Datado de 08 de janeiro, ocorre publicação do convite do diretor interino, para que os pais levassem seus filhos para os exames, na data definida na lei. E há também uma rápida nota: “A fim de assumir a direção do Grupo Escolar local, chegou ontem à cidade o nosso prezado e ilustre colaborador, Atanásio Saltão, proficiente educador e brilhante jornalista” (LAVOURA E COMMERCIO, ed.2149, 09/01/1919, p. 5).

Com a entrada desse novo diretor, continuou o Grupo a sua atuação institucional e a sua trajetória histórica, que dura até os dias de hoje, produzindo história da educação local e brasileira, entretecida com histórias pessoais, mas também da localidade, sobre o que o presente trabalho lançou alguns focos, mas também deixou muitas sombras. E se por um lado contemplou um tempo importante, da sua gênese e consolidação; por outro, compreende-se que esse é um período curto em relação aos outros tantos anos de sua existência.

4.5 Considerações parciais.

A investigação realizada neste capítulo IV, contribuiu para responder a parte restante das questões elaboradas, na introdução do presente trabalho, uma vez que outra parte delas já foi respondida no capítulo que antecede a esse. Rememorando as questões que se pretende comentar aqui, neste item, têm-se as seguintes perguntas:

Quais eram as práticas escolares cotidianas? Qual a formação dada aos alunos? Como esse Grupo Escolar foi descrito na imprensa e nos relatórios de inspeção? E como ele é definido através dos relatórios de direção e professores perante o governo mineiro? Como essa escola se relacionava socialmente com a comunidade local?

O dia-a-dia no GEU revela que os alunos seguiam horários conforme os determinados pela legislação da época: horários rígidos e rotineiros para a entrada nas salas (que se fazia ao toque de cornetas e tambores), para as lições, para as atividades de canto (acompanhadas ao piano, colocado no salão nobre), declamação, exercícios físicos e trabalhos manuais. Na forma de execução de tais atividades, visavam à ordem, à disciplina, ao asseio. Os exercícios físicos eram feitos em lugares arejados, alpendres, pátios de recreio ou nos jardins ao redor do prédio.

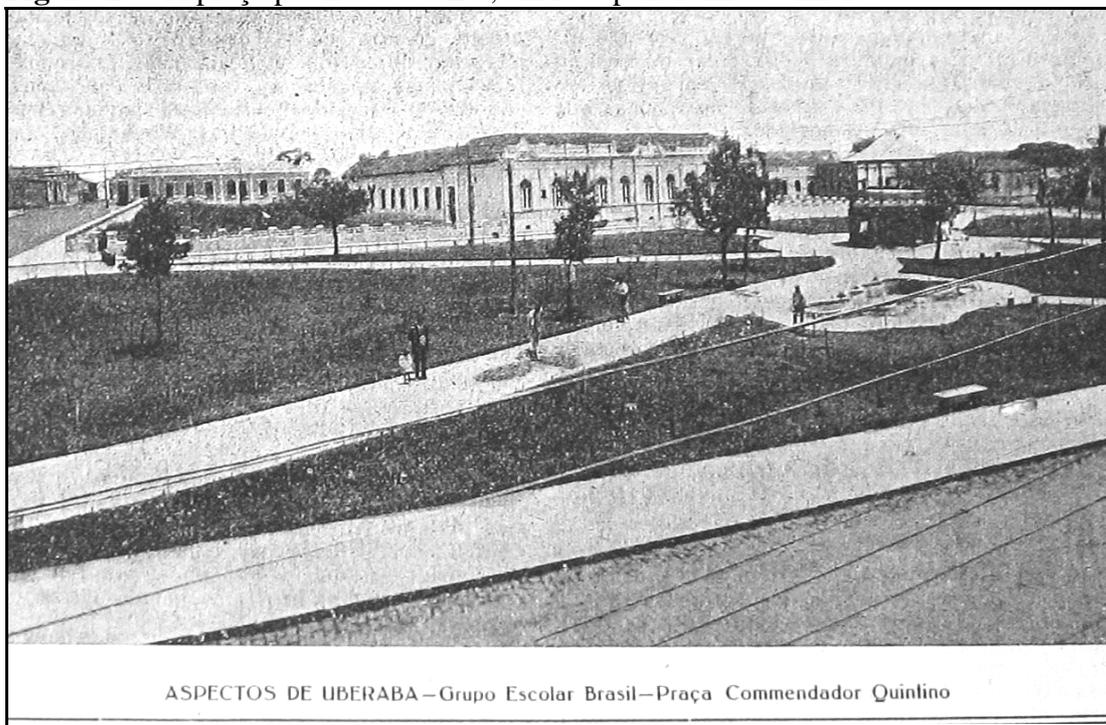
Os alunos bem disciplinados eram distinguidos com lacinhos de fita, nas cores da bandeira, e pontos cumulativos para usarem no final do ano arrematando prendas. Os que apresentassem comportamentos considerados inadequados eram punidos, com censuras orais e castigos, como o de perder o recreio.

Nesta escola ocupou um lugar de bastante destaque as atividades relacionadas ao Ensino Técnico. Esse era ministrado nas aulas anexas para os meninos, que confeccionavam, sobretudo, produtos de marcenaria. Enquanto as meninas, em suas próprias salas realizavam trabalhos manuais, principalmente confecções e bordados. Através dessas aulas, os discentes desenvolveram habilidades, capacidades relativas à saberes e fazeres manuais, culminando em uma produção artesanal de qualidade e em grande quantidade, conforme referida nos textos de jornais e percebida através das fotos das exposições anuais. Essa produção era comercializada gerando fundos para a Caixa Escolar João Pinheiro, segundo os relatórios do professor responsável, Arnold Magalhães.

Ao realizar esta pesquisa histórica (considerando o exposto nos capítulos III e IV) sobre o GEU, além de iluminar vários aspectos relativos às características do prédio, à identidade dos alunos, dos professores e ao sentido e natureza das práticas culturais e sociais, que contribuíram para configurar a identidade dessa escola, dois aspectos foram percebidos: a visibilidade e a interatividade. A visibilidade que lhe foi conferida deu-se em um sentido pleno. Uma visibilidade concreta derivada da localização, quase no centro de uma praça pública, e das dimensões da edificação em relação às outras que existiam ao redor (**Fig. 29**). Mas essa visibilidade também foi conferida ao Grupo com relação à divulgação que lhe era dada pela imprensa local.

Conforme se viu, desde as discussões pela sua construção (em 1908) até a saída do diretor Mello Franco, o Grupo foi alvo de matérias jornalísticas sobre os mais variados temas e acontecimentos, sempre em um sentido positivo.

Figura 29 - A praça pública e o GEU, em foto panorâmica – início da década de 30



Fonte: SORRISO – REVISTA. (1931).

Quanto ao aspecto da interatividade entre esta escola e a comunidade, percebe-se que houve uma participação efetiva de pessoas ou órgãos colaborando nas realizações e consolidação dessa escola, situação desejada nos dias atuais, em que a mídia incentiva a colaboração voluntária às instituições públicas de educação. Nessa época, o Grupo teve os seus “amigos da escola”: a própria imprensa, os oradores que discursavam nos eventos, as bandas e outros músicos que animavam as festividades. Em contrapartida ao colaborar, as pessoas, órgãos ou entidades, também se colocavam em evidência. E na medida em que participavam e influenciavam de alguma forma a configuração dessa instituição, ela por sua vez formava intelectual, moral e culturalmente as futuras gerações, que mesmo sendo ainda crianças, já davam um novo colorido e dinamismo à cidade, com seus uniformes e seus movimentados eventos. Atribui-se ainda à questão da interatividade o fato de ter sido colocada uma imagem de Cristo (um crucifixo) no salão nobre junto às imagens profanas de personalidades da república, pois foi para atender ao

pedido da comunidade que isto se efetuou e não para objetivar uma prática de rituais religiosos cristãos no dia-a-dia escolar. Não se encontrou nesse sentido nenhuma referência. Esse relacionamento interativo¹¹⁶ que foi se construindo contribuiu para o estabelecimento de uma cordialidade e de uma convivência pacífica dessa escola com os vários segmentos sociais, religiosos e políticos da cidade, sem embates e sem conflitos passionais, tão comuns às classes políticas locais, que manifestavam, nessa época, essas atitudes tanto em relação aos adversários, quanto ao governo do Estado.

¹¹⁶ Embora algumas vezes, o que se denomina aqui interatividade, tenha sido exagerada e possa ser qualificado como intromissão. Nesse sentido, cita-se o caso de pessoa da comunidade que escreveu cartas ao governo mineiro reclamando sobre as aulas do professor do ensino técnico, ou denunciando o fato desse mesmo professor ser representante de uma empresa de pecúlio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste item final, busca-se fazer um balanço entre o que se projetou na introdução e o que se desenvolveu no decorrer desta investigação. Nesse sentido, uma das primeiras proposições foi quanto às circunstâncias que envolveram a gênese do Grupo Escolar, em que se propôs a desvelar os processos compreendidos entre a decisão de se dotar a cidade de Uberaba de um grupo, passando pela fase da construção e indo até a inauguração do prédio, período circunscrito cronologicamente entre os anos de 1908 e 1909. Ressalta-se que, no decorrer da pesquisa descobriu-se que as primeiras discussões em torno da criação desta instituição de ensino remontam ao ano de 1906, época em que foi promulgada a lei que deu origem aos grupos no estado de Minas Gerais.

Por considerar que, registrar essas primeiras discussões realizadas na cidade, era importante, para perceber o pensamento dominante da elite política componente da câmara municipal na época, fez-se uma incursão aos anos de 1906 e 1907, retrocedendo um pouco ao recorte temporal inicialmente pensado, mas mantido, por ser mais concretamente relacionado à real existência do grupo escolar investigado. Ao focar tais discussões e saber que naquele primeiro momento, a idéia de criação de um grupo não fora coroada de êxito, pode-se afirmar que, o enriquecimento do setor educacional uberabense, com a conquista de uma escola pública estadual de nível primário, com várias classes, (não uma simples escola isolada) não se efetivou como um processo rápido e simples, cuja aceitação fosse unânime e que envolvesse e unisse as pessoas em torno desse objetivo.

Assim, interpreta-se que não era mesmo fácil articular, coadunar ou harmonizar os vários projetos e ideais com as práticas reais. Chega-se a tal interpretação quando se confronta de um lado, o exposto no item 2.3 *“Discussões que antecederam a inauguração do Grupo Escolar de Uberaba: obstáculos e motivações para a construção, criação e instalação”*, em que foram enfocadas tanto essas primeiras discussões, quanto os debates, opiniões e pareceres dos cidadãos locais - políticos, jornalistas - ocorridos a partir de 1906 até 1908. E de outro lado, os aspectos descritos no capítulo I, quanto aos contextos socioeconômicos, políticos, culturais e a legislação do País e do Estado. Explicando melhor: a educação era referida, nos discursos dos políticos e dos intelectuais, como redentora do país, fator de modernização e progresso,

capaz de livrá-lo do atraso em que se encontrava, proporcionando o crescimento de toda a nação e diminuindo as desigualdades. Nessa perspectiva, os grupos eram apresentados como o modelo escolar ideal para (con)formar os indivíduos, os filhos do povo, adequando-os moral, intelectual e até fisicamente ao convívio cidadão, segundo maneiras mais modernas e civilizadas (boas maneiras, polidez). Nesse sentido, os discursos sobre educação tinham alcance nacional, mas as ações concretas de institucionalização e efetivação dessa escola, não se deram da mesma forma, uma vez que não foi criado nacionalmente um sistema de educação, centralizado pelo governo federal. A primeira constituição republicana brasileira foi omissa quanto à educação popular e ao ensino primário. Assim, as atitudes reais para a sua implantação, couberam aos dirigentes dos estados, cada qual no seu tempo, e aos governos municipais (caso mineiro), através da legislação pertinente.

No caso específico de Minas Gerais, no governo de João Pinheiro, em 1906, legislou-se determinando uma participação financeira dos municípios, na construção ou aluguel do prédio, porque as condições econômicas do Estado não eram animadoras. Em contrapartida, esse governo acreditava que as dificuldades desse setor, só poderiam ser minoradas, e quiçá superadas, através do desenvolvimento da educação. Pretendia iniciar pela educação um círculo virtuoso de desenvolvimento da economia. Uberaba, um município interiorano, cuja atividade básica em seu crescimento, na segunda metade do século XIX, havia sido o comércio, nessa época, primeira década do século XX, voltava-se para as atividades agropecuárias e também passava por percalços financeiros. Assim, o Estado e o município viviam situações semelhantes. Daí deriva a interpretação anteriormente apresentada, sobre a existência de certo grau de dificuldade em concretizar um ideal, que fazia parte de muitos discursos, mas não das ações concretas de todos os âmbitos do governo e nem de todas as instâncias de poder.

É pertinente lembrar ainda que, a influência de pensamentos veiculados nacionalmente pôde ser localmente sentida. No caso, refere-se aos embates entre urbanismo (visto como modernização) e ruralismo (representando o conservadorismo). E havia ainda as questões políticas, tanto as relacionadas às rivalidades locais, quanto às idéias separatistas do Triângulo Mineiro, lideradas por Uberaba. Todos esses elementos, e possivelmente outros aqui não lembrados, uns favoráveis outros desfavoráveis, influenciaram as discussões e as decisões sobre a criação deste Grupo Escolar.

Por isso, entre a primeira discussão e a inauguração dessa escola, ocorreram três anos. Tempo que levou para que um conjunto de fatores, entre eles, o fato de uma

equipe dirigente do município e favorável à criação de um grupo, chegar ao poder. Outros pontos também contribuíram: a campanha em prol, se não em um primeiro momento, mas logo depois, promovida pelos jornais e um clima político adequado para negociar um empréstimo junto ao governo mineiro. (Nesses três anos transcorridos, além das discussões, dos debates e das negociações, deu-se também a execução da obra. Em torno de nove meses foi o tempo gasto na construção do prédio propriamente). A soma de todos esses fatores colaborou para concretizar a idéia de se ter um grupo escolar na cidade. Portanto, feitas essas observações, entende-se que um dos propósitos do presente trabalho, de trazer à memória a gênese desse Grupo, foi efetivado.

Outro objetivo explicitado na introdução e referido como a questão-problema central foi a pergunta: qual a identidade histórica do Grupo Escolar de Uberaba no período de 1908-1918? Essa questão foi desdobrada em outras menores, que ao longo do texto foram sendo respondidas, e nas considerações parciais dos capítulos III e IV foram reafirmadas. Portanto, nesse balanço final, julga-se conveniente não comentá-las, para evitar repetições desnecessárias. Porém, uma reafirmação fica aqui registrada, que é a seguinte: as respostas dadas às questões desdobradas, a partir dessa questão central, permitem concluir que o Grupo Escolar de Uberaba, desde sua inauguração em 1909, até a data final do recorte, 1918, ocupou uma posição de destaque no setor educacional da cidade de Uberaba.

Embora fosse uma escola pública, estatal e laica, e tivesse, portanto, suas particularidades, ela se inseriu de uma forma tal que passou a ocupar um lugar social e educacional equivalente ao das duas escolas confessionais (que funcionavam como internato e externato) há mais tempos estabelecidas na cidade: o Colégio N. S. das Dores e o Ginásio Diocesano. Como ambas, o Grupo tinha o seu prédio próprio, um gestor (no caso, o diretor, equivalente nas outras escolas, respectivamente, ao cargo de madre superiora e ao de reitor), contava com um corpo docente constituído e permanente, ministrando o ensino (divulgado como de boa qualidade) em séries e atendia a grande número de alunos. Essa clientela, social e economicamente não diferia tanto das atendidas (sob a forma de externato) nas duas outras. Pois, como se viu, foi comum uma movimentação de alunos entre essas escolas e o Grupo, assim como a continuidade dos estudos (após a finalização do curso primário) nessas instituições confessionais, que ofereciam o secundário. E, se o grupo atendia alunos pobres, por ser público estatal e ter caixa escolar, nessas outras, alunos nessa mesma condição, em nome da caridade, também eram atendidos.

Era tão evidente a equivalência social e educacional entre o Grupo e as duas outras em questão, que os jornais ao noticiarem fatos que se dão em períodos comuns, como, eventos cívicos, encerramento do ano letivo, matrículas, se referiam conjuntamente às três escolas no decorrer das matérias jornalísticas. Assim, nesses primeiros anos de funcionamento do Grupo, percebeu-se pelas evidências contidas nas fontes, principalmente na imprensa local, que ao GEU foi conferida uma imagem positiva, comprovada pelos adjetivos que qualificavam o estabelecimento como, conceituada casa de ensino, *verdadeiro templo do bem*, encantado grupo escolar; o diretor e os professores como, ilustres, eficientes, dedicados, competentes, esforçados, disciplinadores, distintos, dignos e, os alunos, inteligentes, disciplinados, firmes de caráter, modelos, preparados etc.

Assim, a existência material dessa escola, em prédio próprio, visível e até certo ponto monumental, a divulgação dada pelos jornais reforçando a referida equivalência social e educacional e essa espécie de definição qualitativa dos sujeitos sociais envolvidos nesta escola, foram fatores que contribuíram para se construir e cristalizar nas mentes dos uberabenses a comentada imagem positiva e a construção de uma identidade social para esta escola. Interpreta-se que isto se deu na perspectiva dos dizeres de Chartier em que,

a construção das identidades sociais resulta sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma (CHARTIER, 1991, p. 183).

Na época em que o Grupo completou cinquenta anos, percebe-se, pelo acervo iconográfico e de recortes de jornais da instituição, contido em cinco álbuns, que foram tempos áureos e que esta instituição desfrutava de grande prestígio, atendendo principalmente aos filhos da elite local. Em meio a tantos materiais sobre as comemorações, dizia um trecho (em interpretação mais significativa para quem conhece a história local) comparando o Grupo a outros símbolos marcantes da cidade:

O Grupo Brasil é uma cousa assim parecida com a Igreja Santa Rita, a Gameleira e outros marcos da história maravilhosa de uma cidade auto-suficiente. Por isso, não há quem neste dias não se regozije com a data importante que ele está assinalando, um verdadeiro feriado na folhinha particular da Terra de Major Eustáquio. (E.E.BRASIL. *Álbum n.º. 5* Correio Católico, 03/10/1959 [recorte])

Estes conceitos vêm perdurando ao longo dos tempos, chegando até os dias atuais. Falar sobre o Grupo Escolar hoje, desperta nas pessoas, principalmente nas mais idosas, diferentes sentimentos. Para uma entrevistada trouxe à tona a saudade de tempos que já se vão distantes, mas pôde dizer por tê-los vivido: “eu tenho saudade do Grupo, não é? Até hoje. Minha primeira aula mesmo, que eu dei, foi lá” (ENTREVISTA 01 – **Anexo G**). Percebe-se também o misto de orgulho e valorização do ensino que era ministrado neste estabelecimento, quando outra entrevistada (filha de ex-aluna) relatou: “a mamãe falava assim: *No nosso tempo lá no Grupo, nos estudávamos até álgebra*” (ENTREVISTA 02 – **Anexo H**).

As afirmações, registradas nesses parágrafos anteriores confirmam, em parte, a hipótese levantada na introdução desta pesquisa: de que essa escola, criada segundo os ideais republicanos da República Velha (positivismo, nacionalismo, liberalismo, laicismo) foi significativa para grande parte da população uberabense e foi utilizada como veículo propagador desses ideais que levavam à busca de modernização, ordem e progresso, civilidade, civismo, racionalização, hierarquização e higienização. Foi também o lugar da manifestação de contradições dessa época, algumas promovidas pelo próprio momento republicano, outras pelas especificidades da sociedade local.

Visando a sustentar essa suposição, procurar-se-á demonstrar realizando uma análise de cada uma das partes ou idéias que compõem o todo da hipótese. Sobre a grande significação atribuída ao Grupo para grande parte da população da cidade, conclui-se que foi real e nesse sentido, é que foram feitas as considerações acima. Quanto ao fato de considerá-lo veículo propagador dos ideais republicanos, interpreta-se que no Grupo Escolar de Uberaba, tanto através das práticas cotidianas, quanto das eventuais, era ensinado e transmitido aos alunos conhecimentos e informações e também inculcadas as condutas e incorporados os comportamentos sóciopolíticos considerados corretos e desejáveis para a época. Dizendo de outra forma, esta era uma escola republicana, onde eram trabalhados, conforme atestam todos os registros, os ideais republicanos, muitos deles ligados ao positivismo, mas também ao nacionalismo e ao laicismo.

Constatação feita ao trazer à memória as atividades cotidianas dessa escola, no capítulo IV, de onde algumas observações podem ser destacadas. Primeira, não se fez referência em momento algum à prática de qualquer ritual religioso, oração ou cântico,

podendo assim afirmar que esta era realmente uma escola laica, conforme determinava as prescrições legais da República brasileira. Segunda, as preocupações centrais estão focadas em valores como, a ordem e a civilidade ensinadas por meio da exigência e prática da disciplina e da polidez; o civismo e o nacionalismo, praticados através do culto aos símbolos pátrios: hinos, bandeira e heróis nacionais. Ainda, a constante preocupação com a higienização, percebida nas referências sobre a necessidade de cuidados com os materiais escolares (os cadernos eram colocados na exposição de trabalhos do ensino técnico), em manter um ambiente escolar claro, saudável e agradável, enfeitado com flores e outros ornamentos. Além disso, nessa escola foram muito inculcadas atitudes relativas ao altruísmo; o amor ao estudo, ao bem, à família, ao trabalho, à humanidade, etc. Assim, nas salas de aula, diariamente, e nos eventos cívicos e sociais, esporadicamente, o corpo discente era o alvo, tanto das práticas conduzidas pelos professores, quanto dos discursos positivistas dos oradores presentes. Tudo isso, visava a levar os alunos à finalidade principal da escolarização republicana: produzir novos e melhores sujeitos sociais, capazes de colaborar para a modernização e o progresso do país.

Isso permite considerar que a intenção de relacionar o geral – contexto do país e do estado, e o particular – o grupo e a cidade de Uberaba – foi concretizada. Uma vez que o Grupo escolar de Uberaba, unidade institucional localizada no espaço micro de uma cidade mineira, se fez expressão e porta-voz das idéias e crenças vinculadas às finalidades sóciopolíticas do ensino, segundo princípios positivistas, laicos, nacionalistas e liberais, divulgados no âmbito geral do país. Dito dessa forma, poderia se pensar que isto significa apenas a parte reproduzindo o todo. Mas a visão aqui defendida é a de que, o Grupo Escolar de Uberaba é parte do todo, formado pelo conjunto dos grupos escolares republicanos e como parte desse todo ele tem semelhanças com outros grupos. Mas duplamente, este conjunto de escolas é formado por essas unidades institucionais e cada qual tem suas singularidades, pois localizados em diferentes cidades, contando com a atuação de diferentes sujeitos (alunos, professores, diretor, comunidade escolar, população local). Portanto, cada grupo tem sua própria história.

Há ainda na hipótese uma outra vertente, que também interliga o geral e o particular e se refere à afirmação de que o Grupo foi o lugar das contradições, que provém de duas ordens, do momento histórico do país e das especificidades locais. Nesse aspecto, é necessário retomar alguns pontos contidos no capítulo I, em se pode

verificar que a República foi proclamada de forma abrupta e inesperada e sem projetos políticos abrangentes, para os diversos setores da sociedade. Quanto ao setor educacional, a primeira preocupação em âmbito nacional, era que os cidadãos soubessem ler e escrever o suficiente para serem qualificados como eleitores. Depois, houve também a constituição de 1891, que quanto à educação popular e primária, foi reticente e omissa, como se viu, deixando aos estados a incumbência de organizá-la. Mas, ao lado desses fatos, verifica-se que a educação conforme repetido, muitas vezes, nessa dissertação, era muito valorizada pelos políticos e intelectuais em seus discursos. Vem daí uma das contradições que podem ser pinçadas do momento histórico nacional. Sob esse viés, a educação não é um projeto da República brasileira, entendida como a União, a instância maior, mas é um projeto dos republicanos, entendidos como os políticos e intelectuais de vários pontos do país, que procuraram concretizar, no âmbito dos estados da federação, os ideais por eles defendidos em discursos de abrangência nacional. Por isso se criaram sistemas estaduais de educação, que por terem suas especificidades, tempos e condições diferentes de implantação, não formaram o que verdadeiramente se poderia ser chamado de *sistema nacional de educação*. Formaram-se assim, os sistemas estaduais de educação, contexto no qual se insere o objeto desta pesquisa.

Especificamente no GEU, algumas contradições manifestaram-se quanto aos aspectos ligados a esses discursos dos políticos e intelectuais sobre a escola republicana a ser criada, sobressaindo-se o fato de que diziam que esta escola era para as classes pobres, para os filhos do povo, e viu-se que esse Grupo Escolar era freqüentado muito mais pelos filhos das classes abastadas. Contradição essa, promovida pela adesão aos princípios liberais então vivenciados.

Outras contradições estão ligadas às especificidades do Estado e se deram entre o que se previa na lei de criação dos grupos e o que realmente se efetivou. Podendo citar como exemplo, o caso do ensino técnico profissional, que passou por muitas dificuldades com a falta de recursos para equipar-se com os instrumentos e os materiais necessários ao seu funcionamento. A organização desse curso com a logística necessária estava prevista em lei, mas no início, não foi correspondentemente, suprida pelo Estado.

As contradições mais marcantes, relacionadas às especificidades locais relacionam-se aos aspectos da higiene e da salubridade, que por condições de saneamento da cidade foram contrariados.

Salienta-se ainda, o fato de o Grupo, uma escola laica, ostentar um crucifixo no salão nobre, junto às fotos de personagens republicanos, tidos como importantes em nível local, estadual e nacional, incluindo-se no meio desses um mito criado pela república: Tiradentes.

Reconstruir parte da história do Grupo Escolar trouxe à tona simultaneamente, parte da história da cidade de Uberaba, recolocando em cena atores sociais que atuaram em um tempo passado, cujas ações ficaram registradas nos documentos que hibernavam nos arquivos e deles foram trazidos e submetidos a um olhar carregado de questionamentos, durante a pesquisa. Quando se diz que se reconstruiu parte da história do Grupo e da cidade, isto está ligado a três razões: primeira, o estudo está circunscrito a um recorte temporal (1908-1918); segunda, partiu-se das fontes que se conseguiu, para construir a visão aqui apresentada. E conforme afirma Carvalho (2004, p. 16): “Para os historiadores as fontes são essenciais, no entanto, elas apenas revelam os fragmentos do passado imerso no presente, com o objetivo de recuperar, na medida do possível, aquela realidade vivenciada anteriormente.” Terceira, é necessário também considerar que, toda reconstrução histórica é carregada da subjetividade inerente ao pesquisador, resultante do momento em que esse vive e dos questionamentos que faz ao passado diante dos documentos, bem como da sua própria vivência, limitações e respostas que consegue formatar, na tentativa de reconstruir a realidade passada, um real que foi vivido por outros e não por ele próprio. Assim, considerando esses pressupostos, este que aqui se encerra, foi o texto possível, no momento, sobre os anos iniciais da história do Grupo Escolar de Uberaba (1908-1918).

MATERIAIS HISTÓRICOS

1. Arquivo Público Mineiro (APM)

Atas:

Ata da entrega dos certificados aos concluintes, 14/12/1913. SI. 3448.

Comunicados internos:

Da 7ª sessão ao Secretário do Interior, 07/02/1911, SI. 2894.

Da 7ª sessão ao Secretário do Interior, 04/09/1911, SI. 3835.

Correspondências:

Carta do ITR, Ernesto M. Brandão ao Secretário do Interior, de 26/07/1909. SI. 2976, 6ª secção.

Carta do ITR, Ernesto de M. Brandão ao Secretário do Interior, de 16/08/1909. SI. 2976, 6ª secção.

Carta de Jesuíno Felicíssimo ao Secretário do Interior, de 23/01/1911, SI. 3894.

Carta de Arnold de Magalhães ao Secretário do Interior. *Lista dos utensílios para o curso técnico*, s/d. SI. 3816.

Carta de Maria Bernardes da Luz ao Major Raymundo de P. Dias. Uberaba, 20/04/1912. SI. 3416.

Carta de Arnold de Magalhães ao Secretário do Interior. *Lista dos utensílios*. 10/09/1912. SI. 3835.

Carta ao Secretário do Interior. Uberaba, 09/01/1913. SI. 3448.

Cartas de Firmino Costa, diretor do GE de Lavras, 24/05/1913. SI. 3448.

Carta-denúncia contra Arnold Magalhães, Uberaba, 24/10/1913. SI. 3448.

Carta do Coronel Jacinto F. de Oliveira ao Secretário do Interior, Uberaba, 28/03/1917 SI. 3681.

Circular da 6ª secção aos diretores de grupos escolares, 1911 APM. SI 3579.

Ofício do SI. Delfim Moreira (solicita envio de nova lista de material para o curso técnico), 08/03/1911. SI. 3835. 6ª secção.

Ofício da Câmara Municipal de Uberaba ao exmo.sr.dr. Delfim Moreira, 18/09/1911, SI. 3816.

Ofício do diretor do GEU ao Secretário do Interior, 06/02/1912, SI. 3416.

Ofício do diretor do GEU ao Secretário do Interior, 03/06/1912, SI 3416.

Ofício do diretor do GEU ao Secretário do Interior, 18/06/1913. SI. 3448.

Ofício do diretor do GEU ao Secretário do Interior, 31/03/1917, SI. 3681.

Telegrama do Secretário do Interior ao inspetor regional Ernesto de M. Brandão, 22/09/1909. SI. 2986. *Telegramas de 1909*, 5ª secção.

Telegrama do inspetor regional e do inspetor municipal ao SI, 23/09/1909. SI. 2986. *Telegramas de 1909*, 5ª secção.

Telegrama do diretor em comissão do GEU ao Secretário do Interior, 03/10/1909. SI. 2986. *Telegramas de 1909*, 5ª sessão.

Impressos:

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1906.

Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, 1909.

Relatórios:

Relatórios dos Secretários do Interior aos Presidentes do Estado, 1897; 1901; 1908 e 1909.

Relatórios do inspetor técnico regional Antônio Louveira Gomes, 08/07 e 15/07/1910. SI. 3346.

Relatório do inspetor técnico regional Ernesto C. Santiago, ago/set/out. de 1910. SI. 3346.

Relatórios do inspetor técnico regional Alberto da Costa Mattos, 15/02 e 15/04/1912. SI. 3390.

Relatório do inspetor técnico regional Ernesto de M. Brandão, 08/03/1913. SI. 3448.

Relatórios do inspetor técnico regional Ernesto de M. Brandão, 17/04/1918 e 07/10/1918. SI. 3798.

Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco, 29/01/1911. SI. 2894.

Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco: *Balanço da caixa escolar que existiu até 03/03/1912*. SI. 3416.

Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Uberaba, 20/12/1913, SI. 3461.

Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Uberaba, 1914, SI. 3527.

Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco, 1º/02/1915. SI. 3579.

Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Uberaba, 1915, SI. 3619.

Relatório do Diretor Francisco de Melo Franco, 03/02/1917, SI. 3681.

Relatório do movimento anual do Grupo Escolar de Uberaba, 1916, SI. 3681.

Relatório do professor do Ensino Técnico ao diretor do GEU, 10/12/1914. SI. 3527.

Relatório do professor do Ensino Técnico ao diretor do GEU, 10/12/1916. SI. 3681.

Termos de visitas:

Termo de visita do inspetor municipal Tancredo Martins, 24/09/1913. SI. 3424.

Termo de visita do inspetor municipal Tancredo Martins, 1º de maio de 1916. SI. 3633.

2. Arquivo Público de Uberaba (APU)

ALMANACH UBERABENSE. (1895, 1905, 1908, 1909, 1910). Uberaba: Editora Livraria Século XX.

ALMANAQUE LAVOURA E COMMERCIO. Uberaba, 1919.

APU. *Catálogo Histórico: Árvore Genealógica da Cidade de Uberaba*. Ano 1, nº. 4, 1987.

APU. *Boletim Informativo do Arquivo Público de Uberaba*. Nº. 7, março, 1997.

CAPRI, Roberto. (1916). O Município de Uberaba. In: *O Brasil e seus estados: Minas Gerais e seus municípios*. São Paulo: Capri, Andrade & C.

PINHEIRO, Ana Paula A. M. (1994). *A origem do saneamento e dos princípios urbanísticos na cidade de Uberaba*. Monografia apresentada em curso de Especialização FAUPUCAMP: março, 1994.

REVISTA DE UBERABA. (30/06/1904 e 28/02/1905). Uberaba MG: Editora Livraria Século XX.

UBERABA. *Livro de Atas da Câmara Municipal de Uberaba (CMU) de 1905 a 1909*.

3. Câmara Municipal de Uberaba

UBERABA. Câmara Municipal de Uberaba. Lei nº. 202 de 02/04/1907.

_____. Câmara Municipal de Uberaba. Lei nº. 222 de 12/05/1908.

4. Escolas

ACERVO DA ESCOLA ESTADUAL BRASIL. *Livro de Atas da Caixa Escolar João Pinheiro*. Uberaba, 1912.

_____. *Álbun nº. 5*. Recorte do jornal Correio Católico de 03/10/1959.

ACERVO DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES. *Livro de matrículas 1910 – 1913*. Uberaba MG.

_____. *Matrícula das alunas internas do Colégio N. S. das Dores 1915-1923*. Uberaba MG.

ARQUIVO DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSORA EDITH FRANÇA. *Biografia e Histórico*. Uberaba MG.

ARQUIVO DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA OLGA DE OLIVEIRA. *Curriculum Vitae de Olga de Oliveira*. Uberaba MG.

5. Fundação Cultural de Uberaba

UBERABA (2000). *Processo de tombamento 0016*.

6. Jornais

GAZETA DE UBERABA. *Edições do ano de 1908*: 3.138, 19/01; 3.139, 21/01; 3.140, 22/01; 3.141, 23/01; 3.142, 24/01; 3.143, 25/01; 3.148, 31/01; 3.201, 02/04; 3.202, 03/04; 3.257, 07/06; 3.265, 16/06; 3.266, 17/06; 3.329, 30/08; 3.332, 03/09; 3.334, 05/09; 3.339, 11/09; 3.342, 15/09 e 3.384, 03/11.

_____. *Edições do ano de 1909*: 3.458, 30/01; 3.482, 27/02; 3.516, 08/04; 3.521, 15/04; 3.350, 24/04; 3.596, 13/07; 3.623, 13/08; 3.627, 25/08; 3.667, 03/10; 3.668, 05/10.

LAVOURA E COMMERCIO. *Edições do ano de 1909*: 1.053, 15/08; 1.067, 03/10; 1.068, 07/10; 1.069, 10/10; 1.073, 24/10; 1.074, 28/10; 1.079, 14/11; 1.080, 18/11; 1.087, 21/11.

_____. *Edições do ano de 1910*: 1.139, 12/06; 1.161, 28/08; 1.161 (sic.), 02/10; 1.070, 14/10; 1.071, 17/10; 1.169, 30/10.

_____. *Edições do ano de 1911*: 1.188, 05/01; 1.219, 23/04; 1.286, 14/12; 1.287, 17/12; 1.288, 21/12.

_____. *Edições do ano de 1912*: 1.324, 25/04; 1.351, 28/07; 1.392, 19/12.

_____. *Edições do ano de 1913*: 1.473, 31/08; 1.493, 17/10; 1.494, 19/10; 1.516, 10/12; 1.517, 12/12; 1.519, 17/12.

_____. *Edição do ano de 1914*: 1.678, 23/12.

_____. *Edições do ano de 1915*: 1.717, 23/03; 1.828, 15/12.

_____. *Edições do ano de 1916*: 1.852, 05/03; 1.931, 07/12; 1.933, 14/12;

_____. *Edições do ano de 1917*: 2.029, 15/11; 2.030, 18/11; 2.034, 02/12; 2.035, 06/12.

_____. *Edição do ano de 1918*: 2.144, 22/12.

_____. *Edição do ano de 1919*: 2.149, 09/01.

_____. *Edição do ano de 1927*: 4.014, 06/10.

6. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, José C. de Souza (2006). Os Grupos Escolares em Minas Gerais como Expressão de uma Política Pública: Uma perspectiva histórica. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893 – 1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras.

ARAÚJO, José C. de Souza; INÁCIO FILHO, Geraldo (2005). Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da semeadura à colheita. In: ARAÚJO, José Carlos de S. e GATTI JR, Décio (org.). *Novos temas em História da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados.

AZEVEDO, Fernando de (1976). A transmissão da cultura: parte 3 da 5ª ed. Da obra *A cultura brasileira*. São Paulo: melhoramentos; Brasília: INL, 1976.

BACELLI, Carlos A. (1987). *O Espiritismo em Uberaba*. Uberaba MG: Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

BENCOSTA, Marcus L. A. (org.) (2005). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez.

BENOIT, Lelita Oliveira (2006). Progresso dentro da ordem: Filosofia positivista no Brasil. *Revista História Viva – Grandes Temas*, n. 9. São Paulo: Duetto.

BILHARINHO, Guido (2006). João Augusto Chaves: O educador da infância. In: *Jornal de Uberaba*. Uberaba MG: 10/12/2006.

BOMENY, Helena (2005). O Brasil de João Pinheiro: o projeto educacional. In: GOMES, A. de CASTRO (org.). *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

BORGES, D. C. (2005). *A educação do deficiente visual no Brasil: história do instituto de Cegos do Brasil Central – Uberaba, MG*, Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

BRASIL. *Constituição de 1891*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao91.htm . Acesso em 15/06/2007.

BRASIL. *População: censo de 1920*. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=1&i=P>> Acesso em 24/07/2006.

BUFFA, Ester (2002). História e Filosofia das instituições Escolares. In: ARAÚJO, José Carlos, GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, vol.1, nº1, 2002.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo (1996). *Scholla Mater: A Antiga Escola Normal (1911 – 1933)*. São Carlos: UFSCar.

CAPELATO, Maria Helena R. (1994). *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP.

CARONE, Edgard (1971). *A República Velha (Evolução Política)*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

_____ (1978). *A República Velha: Instituições e classes sociais (1889 – 1930)*. São Paulo e Rio de Janeiro: DIFEL.

CARVALHO, C. Henrique (2004). *República e imprensa: As influências do Positivismo na concepção de educação do professor Honório Guimarães – Uberabinha (1905 – 1922)*. Uberlândia: EDUFU.

CARVALHO, José Murilo (1990). *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

CARVALHO, Luciana Beatriz de O. B. de (2002). *A Configuração do Grupo Escolar Júlio Bueno Brandão no contexto Republicano (Uberabinha – MG 1911-1929)*, Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

CHARTIER, Roger (1991). O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 11, nº. 15.

COELI, Paulo Medina (1996). *Medina Coeli: História e Genealogia*. Uberaba: Gráfica Rios.

COUTINHO, Pedro dos Reis (2000). *História dos Irmãos Maristas em Uberaba*. Uberaba/ Belo Horizonte: Arquivo Público de Uberaba /Centro de Estudos Maristas (BH).

CTBC. *Lista on-line*. Disponível em <<http://www.netsabe.com.br/php/index.php>>. Acesso em 11/09/2006.

CURY, Carlos R. Jamil (2005). A educação e a Primeira Constituinte Republicana. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823 – 1988)*. Campinas, SP: Autores Associados.

DULCI, Otávio (2005). João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro. In: GOMES, A. de CASTRO (org.). *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

ELITES, teoria das (1986). In: BOBBIO, N; MATEUCCI, N. & PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, p. 385-391.

ESCOLANO BENITO, A. (1993). La arquitetura como programa. Espacio-escuela y curriculum. *Historia de la educación*. V. XII-XIII. Madri.

FAORO, Raimundo (1979). *Os donos do Poder: Formação do Patronato Brasileiro*. Porto Alegre: Globo.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (2000). *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF.

_____ (2002). O jornal e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: ARAUJO, José Carlos de S. e GATTI JUNIOR, Décio. (org.). *Novos temas em História da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa*. Campinas, SP: Autores Associados.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro (2000). João Pinheiro e a modernidade pedagógica. In PEIXOTO, Ana Maria Casasanta (org.). *Lições de Minas – 70 anos da Secretaria de Educação de MG*, (Lições de Minas 7). Belo Horizonte MG.

FURTADO, Celso (1954). *A Economia brasileira – Contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite.

GATTI JR, Décio e outros (1997). História e Memória Educacional: Gênese e Consolidação do ensino escolar no Triângulo Mineiro. *Revista História da Educação*. Pelotas/RS: ASPHE/FAE/UFPel.

GHANTOUS, Daniella S. R. Araújo (2006). *Gymnasio Mineiro de Uberlândia: o processo de disciplinarização escolar (1937-1945)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

GHIRALDELLI JR, Paulo (2000). *História da Educação*. São Paulo: Cortez.

GOMES, A. de CASTRO (2005). Memória, política e tradição familiar: os Pinheiros das Minas Gerais. In: GOMES, A. de CASTRO (org.). *Minas e os Fundamentos do Brasil Moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique (2005). O nascimento da educação republicana: princípios educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no final do século XIX. In: GATTI JR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (org.). *História da Educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas, SP: Autores Associados: Uberlândia, MG: EDUFU.

HOBSBAWM, E. J. (2004). *Nações e Nacionalismo desde 1780: Programa, mito e realidade*. Tradução: PAOLI, M. C. e QUIRINO, A. M. 4ª ed. Paz e Terra: SP e RJ.

JULIA, Dominique (2001). A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação, n.º 1*. Campinas, SP: Autores Associados.

LEÃO, Antônio Carneiro (1917). *O Brasil e a educação popular*. Rio de Janeiro: Typ. Jornal do Commercio.

LIBERALISMO. In: ABBAGNANO, Nicola (2003). *Dicionário de Filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 604.

LIBERALISMO. In: BOBBIO, N; MATEUCCI, N. & PASQUINO, G. (1986). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, p. 686-705.

LIMA, Geraldo. G. (2006). *O Grupo Escolar Honorato Borges em Patrocínio-MG (1912-1930): ensaios de uma organização do ensino público primário*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

LOMBARDI, J.C.; JACOMELI, M. R.; SILVA, T. M. (org.) (2005). *O público e o privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL.

LOPES, Maria Antonieta Borges; BICHUETTE, Mônica M. T. Vale (1986). *Dominicanas: Cem anos de missão no Brasil*. Uberaba MG: Gráfica Vitória

LOURENÇO, L. A. Bustamante (2002). *A oeste das Minas: Escravos, índios e homens livres numa fronteira oitocentista - Triângulo Mineiro (1750-1861)*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia; Uberlândia (MG): UFU.

MACHADO, Flávia; GATTI JR, Décio (2002). A Escola Estadual de Uberlândia: anotações de Pesquisa. *Cadernos de História da Educação/Universidade Federal de Uberlândia*. v. 1 nº. 1 (Jan./Dez), p. Uberlândia: UFU.

MAGALHÃES, Justino (1999). *Para a história do Ensino Liceal em Portugal: Atas e Colóquios do I Centenário da Reforma Jaime Moniz (1894-1895)*. Braga: Universidade do Minho.

_____ (1998). Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P.; CATANI, D. B. (org.). *Práticas Educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998.

MATOS, F. C. (2003). *Sociedade e educação em Uberaba: Colégio Marista Diocesano (1903-1953)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia MG.

MENDONÇA, José (1974). *História de Uberaba*. Uberaba: Editora da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

MENDONÇA, José (1965). In: *Lavoura e Comércio*, 14/12/1965.

MOURA, G. F. M. (2002). *Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio Nossa Senhora das Dores, Uberaba, 1940-1960)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia MG.

MOURÃO, Paulo K. C (1962). *O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)*. Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.

MUSEU DO ZEBU (1987). *Catálogo da Exposição: Fazendas de criação do Triângulo Mineiro*. Uberaba: ABCZ/ Fundação Cultural de Uberaba.

NAGLE, Jorge (2001). *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A.

NÓBREGA, Paulo de (2003). Grupos Escolares: Modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto. *Mosaico de escolas: Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis: Cidade Futura.

NORONHA, Olinda Maria (2005). O público e o privado: teorias e configurações nas práticas educativas. In: LOMBARDI, J.C.; JACOMELI, M. R.; SILVA, T. M. (org.) (2005). *O público e o privado na História da Educação Brasileira: concepções e práticas educativas*. Campinas, SP: Autores Associados; HISTEDBR; UNISAL, 2005.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. (2005). As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. *Ecos – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, nº. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

OLIVEIRA, S. J. (2003). *A criação e a consolidação da faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba, MG: uma experiência singular da Congregação Dominicana no Brasil (1948-1961)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia MG.

PINHEIRO, João (1980). *Idéias políticas de João Pinheiro. Cronologia, introdução, notas bibliográficas e textos selecionados por Francisco de Assis Barbosa*. Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa.

PINTO, L. A. Costa (1964). *Sociologia e desenvolvimento – Temas e problemas do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PONTES, Hildebrando (1978). *História de Uberaba e a Civilização no Brasil Central*. Uberaba: Editora da Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

POSITIVISMO. In: ABBAGNANO, Nicola (2003). *Dicionário de Filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, p. 776.

RESENDE, Melina B. S. (2006). *O Curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari-MG (1930-1947)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia MG.

REZENDE, Eliane Mendonça M. de (1991). *Uberaba, uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)*. Uberaba (MG): Arquivo Público de Uberaba.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SILVA, Elizabeth Faria da (2003). A instrução Pública Primária no interior das Geraes: O Grupo Escolar de Villa Platina como conquista da re(s)pública. *Cadernos de História da Educação*, nº. 2. Uberlândia, MG: EDUFU.

SAMPAIO, Antônio Borges (1971). *Uberaba: história, fatos e homens*. Uberaba (MG): Academia de Letras do Triângulo Mineiro.

SAVIANI, Demerval (2005). Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. *Cadernos de História da Educação* nº. 4. Uberlândia, MG: Jan./Dez., EDUFU.

SILVA, Heladir J. Saraiva e (1998). *Representações e Vestígio da (des)vinculação do Triângulo Mineiro: Um estudo da imigração italiana em Uberaba, Sacramento e Conquista (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. Franca. UNIFRAN.

SILVA, Polyana A. R. da (2006). *Reconstruindo uma experiência em educação infantil: a história do Jardim de Infância Susana Paula Dias (Uberlândia, 1967-1972)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia MG.

SILVA, W. A. da (2004). *A formação de “bons cristãos e virtuosos cidadãos” na Princesa do Sertão: o Colégio Marista Diocesano de Uberaba (1903-1916)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia: Uberlândia MG.

SIMONSEN, Roberto C. (1932). *À margem da profissão – Discursos, conferências, publicações*. São Paulo: Limitada.

SODRÉ, Nelson Werneck (1970). *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense.

SORRISO-REVISTA (1931). *Publicação mensal de cultura e vida social*. Anno1, nº.1. Abril, Uberaba MG.

SOUZA, Rosa Fátima de (1998). *Templos de Civilização: A implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Edunesp.

TRIÂNGULO MINEIRO. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Tri%C3%A2ngulo_Mineiro>. Acesso em 14/06/2007.

UBERABA - GUIA SEI (2007). *Lista telefônica impressa*. Uberaba MG: Sabe/Empresa Algar.

UFU. *Teses e dissertações*. Disponível em: <http://www.bdtu.ufu.br/tde_busca/resultado-tdes-prog.php?>. Acesso em: 12/06/2007.

VEIGA, C. Greive (1997). Projetos Urbanos e Projetos Escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX. *Educação em Revista*. Nº. 26, Belo Horizonte: dez/97.

VENÂCIO FILHO, Alberto (2005). A educação na Constituinte de 1890 – 1891 e na revisão constitucional de 1925 – 1926: Comentários. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823 – 1988)*. Campinas, SP: Autores Associados.

VIDAL, Diana G. (2006). Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893 – 1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras.

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano M. (2002). Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. nº. 14, Belo Horizonte MG.

VIÑAO, Antonio (2005). Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: BENCOSTA, Marcus L. A. (org). *História da educação, arquitetura e espaço escolar*. São Paulo: Cortez, 2005.

WIRTH, John D. (1982). *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

YAZBECK, Lola (2006). Um projeto modernizador: O Grupo Escolar numa cidade de vocação industrial. . In: VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893 – 1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras.

ANEXOS

Anexo A) - Lei Mineira n. 439 de 28/09/1906 (Lei da Reforma João Pinheiro)

LEI N. 439 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1906

Autoriza o governo a reformar o ensino primario, normal e superior do Estado e dá outras providencias

O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º Fica o Governo de Minas Geraes auctorizado a reformar o ensino primario e normal do Estado, de modo que a escola seja um instituto de educação intellectual, moral e physica.

Art. 2.º A reforma será feita sobre as bases da presente lei.

Art. 3.º O ensino primario — gratuito e obrigatorio — será ministrado em :

— 21 —

- I. Escolas isoladas,
- II. Grupos escolares,
- III. Escolas—modelo annexas ás escolas normaes.

Art. 4.º O Governo empregará os esforços possiveis para a diffusão do ensino em todos os nucleos da população.

Art. 5.º Serão adoptadas medidas adequadas e efficazes para que a instrução primaria se torne realmente obrigatoria, determinando-se a idade escolar e isenções.

Art. 6.º Ao Governo incumbirá :

I. Determinar a graduação das escolas, a duração do curso primario e a mais conveniente divisão do ensino ;

II. Organizar o programma escolar, adoptando um methodo simples, pratico e intuitivo;

III. Estabelecer :

1.º As condições de matricula,

2.º O dia escolar,

3.º Os feriados,

4.º O maximo de alumnos de cujo ensino se poderá occupar um professor,

5.º A frequencia minima necessaria para conservação de uma escola,

6.º As penas disciplinares,

7.º A época e o processo dos exames.

Art. 7.º Aos grupos escolares e ás escolas-modelo dar-se-á a organização mais adaptada aos intuitos de sua instituição.

Paragrapho unico. Nos grupos escolares poderá ser creado o ensino technico primario.

Art. 8.º Os professores primarios poderão ser effectivos, adjunctos e substitutos.

Art. 9.º Os professores effectivos e adjunctos, que devem ser normalistas, serão nomeados pelo Presidente do Estado, e os substitutos, na forma determinada em regulamento.

Art. 10.º Nos logares onde forem organizados os grupos escolares de que trata esta lei, poderá o Governo supprimir tantas escolas isoladas quantas as de que constarem os respectivos grupos, ficando em disponibilidade com metade dos vencimentos o professor da escola supprimida, que não for aproveitado para essa organização, até que lhe seja designada nova cadeira onde deva ter exercicio.

Paragrapho unico. Si não aceitar a cadeira que lhe for designada, perderá o professor as vantagens da disponibilidade activa, medida que se estende ao professor em disponibilidade, que aceitar qualquer commissão do Governo estadual ou federal.

Art. 11.º Além dos casos já previstos em lei, tambem perderá a cadeira o professor cuja incapacidade moral ou physica, para o exercicio do cargo ficar verificada em processo regular, na forma prevista do regulamento.

— 22 —

Art. 12.º É vedado ao professor o exercicio de profissão de que resulte prejuizo para o ensino, sob pena de perda do emprego.

Art. 13.º Devem ser adoptadas disposições regulamentares tendentes a darem aos professores — estimulo na sua applicação ao estudo e incentivos para o cumprimento de seus deveres, já classificando-se as escolas de modo que se estabeleça o accesso na carreira do magisterio primario, já conferindo-se premios aos que apresentarem annualmente maior numero de alumnos que completem o curso e sejam approvedos em todas as materias do programma escolar.

Art. 14.º Os alumnos pobres que mais se distinguirem no curso primario pela intelligencia, bom procedimento e assidua applicação, terão a protecção do Governo para serem admitidos gratuitamente, quer no Gynnasio Mineiro, quer nos gynnasios equiparados.

Paragrapho unico. O Governo poderá ainda promover a educação profissional, quer dentro, quer fóra do territorio nacional, de alumnos pobres que revelarem deccidida aptidão para as artes mechanicas ou para as bellas artes.

Art. 15.º O ensino normal do Estado será ministrado em :

I. Escola normal-modelo na Capital.

II. Escolas normaes regionaes.

Art. 16.º A's escolas normaes, cujo fim é formar bons professores, dar-se-á uma organização completa para que os alumnos adquiram as qualidades pedagogicas indispensaveis aos que se destinam ao magisterio publico.

Art. 17.º Logo que julgar opportuno, poderá o Governo :
I. Fundar a escola normal-modelo na Capital, podendo annexar-lhe um curso superior.

II. Restabelecer o ensino normal estadual de accordo com as necessidades da instrução publica.

Art. 18.º A direcção, administração e inspecção do ensino publico compete ao Presidente do Estado por meio do Secretario do Interior, devendo ser regulada a fiscalização administrativa e technica do modo que for mais conveniente para que seja real, constante e efficaz.

Art. 19.º A fiscalização do ensino por parte do Estado estender-se-á tambem aos estabelecimentos e escolas particulares e municipaes.

Art. 20.º Os estabelecimentos equiparados ás escolas normaes do Estado, mantidos por particulares ou por associações, entrarão annualmente para o thesouro do Estado, em prestações trimestraes ou semestraes, com a quota de 2000\$, destinada ao custeio do servico de fiscalização dos mesmos, para o que o Governo expedirá as procciss instruccões, nas quaes deverá ser consignada a exigencia de adopção dos mesmos programmas das escolas normaes do Estado, bem como a de serem providas as cadeiras vagas pela forma

Anexo A) - continuação

— 23 —

consignada em regulamento para as do Estado, e outras que forem julgadas convenientes a bem do ensino.

Parapho unico. A inobservancia das disposições regulamentares referentes aos estabelecimentos de ensino equiparados ás Escolas Normaes determinará a suspensão ou annullação das regalias e vantagens de que os mesmos gosem.

Art. 21. Da data da publicação desta lei em deante não poderá o Governo do Estado conceder a qualquer estabelecimento de ensino, mantido por particulares, por associações ou municipalidades, as regalias de equiparação ás Escolas Normaes do Estado.

Art. 22. Para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação popular sob o triplice aspecto physico, intellectual e moral, o Governo empregará os meios possiveis para serem as escolas installadas em edificios apropriados e providas de livros didacticos, mobilia e todo o material de ensino pratico e intuitivo.

Parapho unico. O Governo escolherá o plano dos edificios escolares e o modelo da mobilia, e adoptará ou fará organizar livros que auxiliem o professorado na educação da infancia.

Art. 23. Para o fim determinado no artigo antecedente, será consignada uma verba especial no orçamento annual das despesas da Secretaria do Interior.

Art. 24. Os professores da Escola Normal-modelo, das Escolas Normaes reorganizadas, dos grupos escolares e de escolas isoladas, bem como os funcionarios que sejam creados para a execução desta lei, terão os vencimentos que o Governo lhes marcar em tabella provisoria, até que sejam fixados pelo Congresso Legislativo Mineiro.

Art. 25. O Governo do Estado poderá aproveitar os lentes e professores em disponibilidade, quer no serviço do magisterio, quer no de fiscalização do ensino, perdendo as vantagens da disponibilidade activa o professor que não aceitar a designação que for feita para qualquer desses serviços, uma vez que os vencimentos do cargo para que for aproveitado sejam eguaes ou superiores aos que percebia quando foi posto em disponibilidade.

Art. 26. Os funcionarios de qualquer categoria, a que se referem os arts. 1 e 2 da lei n. 428, de 30 de agosto de 1906, são os estadoaes.

Art. 27. Logo que for possivel, será organizado o fundo escolar instituido pela Constituição Política do Estado de Minas Geraes.

Art. 28. Para a execução desta lei fica o Governo autorizado :

I. Transferir escolas de um municipio para outro, de accordo com as necessidades da instrução publica.

— 24 —

II. Reformar o conselho superior de instrução publica, de accordo com as necessidades desse ramo de serviço publico.

III. Expedir regulamentos parciaes, si julgar conveniente.

IV. Fazer as necessarias operações de credito, caso não sejam sufficientes as verbas consignadas no orçamento do Estado.

Art. 29. Fica tambem o Governo do Estado autorizado a reorganizar a Escola de Pharmacia, podendo crear novas cadeiras e distribuir as materias do curso do modo que julgar mais conveniente aos interesses do ensino, para o que poderá elevar a tres os dous annos do curso dessa Escola, respeitados os direitos dos lentes actuaes.

Art. 30. Esta lei entrará em vigor desde a data de sua publicação.

Art. 31. Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as auctoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencerem, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, na cidade de Bello Horizonte, aos 28 de setembro de 1906, decimo setimo da Republica.

JOÃO PINHEIRO DA SILVA.

Manoel Thomaz de Carvalho Britto.

Sellada e publicada nesta Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, aos 29 de setembro de 1906. — O director, Edmundo da Veiga.

Fonte: APM. Coleção das leis mineiras, 1906

ANEXO B) – Relatório de Inspeção Técnica (Ernesto C. Santiago), 20/10/1910

94ª Circunscrição Literária

Relatório 3º e 4º.

Senhor Sr. Secretário do Interior

Venho dar-lhe conta da minha inspeção no Grupo Escolar de Abdonas, inspeção feita durante toda a 2ª quinzena de agosto e continuada ininterruptamente durante toda a 1ª quinzena finda do corrente mez. Em oitavo termo da inspeção de um muro estabelecimento de ensino e em duas quinzenas, entendi não haver inconveniente em signar um em se relatório o que poderia ser objeto de dois relatórios.

○ Prédio do Grupo Escolar

Está situado no centro de um bello praça ajardinada e no cima de uma colina. Dois depósitos improvisados logo da primeira vista; não tem altura correspondente ao resto do muro e está erigido num dos extremos da cidade. A sua construção, feita com fiscalisação e por empreiteiros do Estado, ficou mal acabada e pouco salda. Não ha 1 anno que está construido e já tem paredes fendas, muitos goteiras e o cimento dos alvenares está gasta. Tem 10 salas inclusive o gabinete das professoras; 20 banhos e 2 hygieneas. A installação sanitaria é regular como sala de arte, mas o abastecimento de agua é escasso e impuro. Logo durante os mezes de agosto, setembro e outubro ha sémanas em que falta absolutamente agua nos oitavo de dias. Faltava e escasseava em todas as tardes e latinas do estabelecimento! Entretanto o emprego da agua cobra 2500 mensura da agua fornecida ao Grupo. Tod dois mezes o director do Grupo paga mensalmente 4500 por 2 quinzenas de agua fornecida por um particular disonstamente, fuma os bathos e lavagem das latinas...

Os pontos de recuo são por dousis esguezas.

Para remediar o gravissimo e perigosos inconveniente da falta de agua, se vejo um meio practico: abrir-se um cisterna na parte interna para lavar por meio de bomba a agua da cidade. Teria uma despesa indispensavel de 3500 e 4000 despesa que urge se autorizada pela Secretaria. Da mesma maneira de agua recuem-se quasi todas as casas da cidade.

Dividindo os pontos de recuo das escolas masculina e feminina, existe um muro baixo de meio tijolo; é de urgente necessidade que tal muro tenha mais um metro pelo menos de altura, vindo termino na parte media do alpendre por uma porta de comunicação entre as duas repartições esguezas. Por motivo da moralidade e disciplina do estabelecimento esse muro tem caracter urgentissimo.

A aula tecnica de arte e officio, recentemente creada no grupo, está funcionando e firmemente installada, em uma das salas do Grupo. Urge que seja installada em casa proxima em um pavilhão annexo, que deve ser construido por todo fin.

Montagem do Grupo Escolar

É muito deficiente a sua montagem, quanto a mobilario escolar e apparelhos didacticos. Dous annos de 1ª anno furecionam matricular-se, porque, tendo Grupo 9 classes inclusive uma classe desobediada, existem apenas 4 salas em banhos-cantinas.

Neste grupo, que o Governo fornece pelo menos mais 50 carteiros, tem uns: maquina typographica e de pesos e medidas, 2 typographos de mesa, livros didacticos, papel e utencilios escolares. A aula tecnica (aula annexa), onde apenas se tem feito duas lavas de sapo para os alumnos e indistincta qualificação de movimento, viaja de formaturas e de banhos e hygieneas.

Organização do Grupo Escolar

Examinei minuciosamente todos os livros e documentos existentes no archivo escolar. Em quasi todos estes livros, livros

quantidades para as quaes chamei a attenção do director. Os livros escolares estão em regularitudo; mas, excessos como são, não têm sido distribuidos a todos os alumnos.

Organização do Grupo Escolar

Tem o Grupo 9 professores em o do aula tecnica, esculista e director, 1 porteiro e 1 cantineira (mulher). Foi inaugurado em 9 de Outubro de 1909. Foi seu organisador e director em commissão, até o mez de agosto p. passado, o digno Inspector Technico Sr. Ernesto de Mello Moraes, que muito expozse pela occasião do Grupo. É seu actual director o competente moralista Sr. Francisco de Mello Moraes.

Ordem e disciplina

Não eram boas as condições de ordem e disciplina, quando mechei a sua fiscalisação e essa irregularidade aggravada pela hostilidade, em manifestos, em detracto dos Grupos: eses religiosos (monistas e dominicanos) contra o Grupo, esespropriação aqui domiciliadas e aqui mantendo estas de esculpturas, muito concorre para a irregularidade da frequencia dos alumnos e mechei para a retirada de dezesseis de esculpturas do Grupo. Essa hostilidade, que deliquamente vai se aumentando, foi um duto um factor poderoso de perturbacão da boa marcha do Grupo em sua primeira fase.

Prestando minha (minha) assistência tecnica durante um mez ao instituto, assistindo todas as classes durante 2 dias consecutivos, auxiliando o digno director na implantacão da boa ordem e disciplina em todos os trabalhos escolares, creio ter conseguido dar á economia literaria do Grupo a firmeza regularitudo, pondo em plena accção o regulamento interno dos grupos escolares.

Classes e classes

Classes masculinas do 1º anno. Professores moralista João Augusto de Moraes. Durante 2 dias 19 e 20 de mez

ANEXO B) - continuação

da vez de apontar, inspecionei esta classe. Notei nos alunos desassos, falta de ordem e de disciplina, no professor, além competente e atento, mas que pela sua observância de fusão e nos apresentamentos inteligentes do tempo não esperava dele o desempenho de dia. Deixei em pessoa do diretor todas as instruções e para orientar, o assumi a regência da classe no 2º dia da inspeção. Muitos têm melhorado as condições desta classe. 24 e 25 alunos presentes nos 2 dias.

Classe masculina 2º ano.

Professora não titulada Anilda Costa. Alunas presentes nos 2 dias de inspeção 43 e 44. Com algumas aulas aplicadas regularmente o professor e programmas. Corrigi alguns defeitos na ministração do ensino e dei algumas aulas para guiar o professor e tomar effectiva o rendimento interno.

Classe masculina 3º ano.

Professora normalista Francisco Araújo Vaz de Mello. Alunas presentes nos dias de inspeção 46 e 47. Notei muita indisciplina e desordem na classe e sei que o professor, sem duvidas competente, não applicava nos trabalhos escolares o modo semelhante em apresentamentos para os alunos em. Desempenho e sendo decaídas procurar corrigir os defeitos da classe.

Classe masculina 1º ano, aula natural.

Professora normalista d. Bertholina da Santos. Durante 2 dias (24 e 25) esteve presente nesta classe. Professora muito competente e em larga pratica de ensino. Muitos ordem e disciplina. Dei algumas lições para melhor orientar a docente. Alunas presentes 25 e 44.

Classe feminina, 2º ano.

Professora normalista d. Marcelista Campos. Alunas presentes nos 2 dias de inspeção 13 e 14. Notei nesta aula que o programma, mal assimilado e mal

applicado, tomava quasi todas as lições para pro= vatar os alunos; principalmente porque a condem= nada trabalhos mechanicos da desordem queimava no ensino. Chamei a attenção da docente para estas irregularidades e dei a maior parte das lições para corrigir seus defeitos.

Classe feminina, 1º ano

Nos dias 2 e 4 esteve noz, inspecionei a aula regida por d. Maria Camilleta Campos. Presen= tes 42 e 47 alunas. Horario e programma regularmente applicados. Nesta classe dei tam= bom algumas lições para tomar mais efficaz minha assistência tecnica.

Classe feminina, 1º ano.

Professora normalista d. Maria Julieta Campos. Alunas presentes nos 2 dias de inspeção 40 e 45. Nesta classe o ensino é dado regularmente, mas, para a efficacia do ensino simultaneo e intui= tivo levei algumas disciplinas do programma.

Classe feminina, 2º ano.

Professora d. Alberta Maria Bastinda, normal= lista! Durante 2 dias inspecionei esta classe. Presen= tes 28 e 32. No desenvolvimento de algumas materias, observei que o trabalho mechanicos de diversas nesta classe substituiu o apprendizado intuitivo, pratico e racional. Corrigi tres defeitos, lembrando a doc= do desenvolver e dando instruções e conselhos a pro= fessora.

Aula Technica de artes e officios.

É professora desta aula recentem^{te} creada o sr. Anacleto de Magalhães. Funciona esta aula pela manhã e à tarde diurnam^{te}. Os alumnos recebem o ensino profissional por turnos e recebem as

primeiras vivencias de carpintaria e de marcenaria. A officina está mal installada e carece de ferramentas. Há 2 de outros utensilios. Os alumnos em grande par= te recebem o ensino do mestre. Notei nesta classe falta de ordem e de disciplina nesta aula e para esse defeito chamei a attenção do director do Grupo.

Observações gerais

Com vista a. etc. pelos boletins reservados, que jun= ta aos, o conjunto do ensino docente de Uberaba é regular, em excepção de uma professora que tem me= diocres aptidões didactica. Há boa harmonia entre os professores. O director é competente e atento e em virtude osi mantendo a boa ordem e disciplina no estabelecimento e, com efficaz assistencia tecnica, pode= rá tomar o Grupo um instituto de ensino modelo. O desenvolvimento dos alumnos em quasi todas as classes é satisfactorio.

Nas aulas de trabalhos manuaes e de costura no= ter que os trabalhos de fantasia têm a preferen= cia das alunas e das familias. Para este obje= ctivo chamei a attenção do director e dos profes= sores.

Quando inicii a inspeção não estava regularmen= temente observado, em seu conjunto, o rendimento interno dos grupos escolares.

Com a vista ditas é incompleta a installação do Grupo. Alguns utensilios, como cabides, cantoneiras, es= tados etc. poderão ser feitos, em economia para o Estado, na propria aula Technica.

A installação militar é dada diurnamente, por turnos, em alumnos por um alferes do batalhão policial.

O ensino dos exercicios phisicos não foi ainda inicia=

ANEXO B) – última parte

do.

Os hygnos escolas são geralmente bem assistidos. A caixa escolar, que tem presentm^{te} um saldo de 325 \$, vai preenchendo os fins de uma instituição. Até o dia 20 do corrente mez, occupi-me com a inspecção do Grupo, inspecção que não podia deixar de ser minuciosa, porque era mister legal-o entrar na phase de uma organização definitiva.

Uberaba, 20 de outubro de 1910

Ernesto L. Santiago, Inspector Técnico

Fonte: APM SI. 3346

ANEXO C) – Lei Municipal, n. 202 de 22 de abril de 1907

 CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA
ESTADO DE MINAS GERAIS
EXPEDIENTE DA SECRETARIA

LEI Nº 202 DE 2 DE ABRIL DE 1907. (cópia)

AUTORISA O AGENTE EXECUTIVO MUNICIPAL A CONSTRUIR UM PREDIO DESTINADO AO GRUPO ESCOLAR E OFFERECER AO GOVERNO DO ESTADO O PRÓPRIO ONDE FUNCIONOU O INSTITUTO ZOOTECNICO PARA UMA ESCOLA MODELO

O povo do município de Uberaba, por seus vereadores, votou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. I - Fica o Agente Executivo autorizado a por em haste pública a construção de um prédio para funcionamento do Grupo Escolar, que será edificado no centro da praça Comendador Quintino e qual, após a construção, será arborida por conta da verba Obras Públicas e sob as condições seguintes:

- 1) - Será, em tudo, mantido e respeitado o plano geral para as obras de construção adoptado pelo Governo do Estado, cuja planta, sob nº 3, servirá de base para a hasta pública depois do respectivo pagamento;
- 2) O edificio será coberto de telha formato francez, mas de produção nacional;
- 3) Será concedido o prazo de quatro mezes, no maximo, para o começo e conclusão da obra;
- 4) O pagamento será feito em tres prestações, vencíveis a 1ª a 31 de janeiro de 1908; a 2ª, a 31 de janeiro de 1909 e a 3ª, a 31 de janeiro de 1910; a 2ª, e a 3ª, prestações vencendo os juros de 8% ao anno, autorizando o Agente Executivo a emitir titulos de dívida relativos a importancia da obra.

§ Unico - Fica o Agente Executivo autorizado a laurar contrato com quem melhores vantagens offerecer, impondo a multa de 1:000\$000 \$0r cada mez de atraso na construção da obra, salvo caso de força maior, manifestamente aprovao, e bem assim autorizando a contractar profissional de sua confiança para fiscalizar obra durante sua construção.

Art. II - Fica o Agente Executivo autorizado a offerecer ao Governo do Estado o prédio onde funcionou o Instituto Zootecnico e mais entregar ao Governo do Estado a quantia de Rs. 3:000\$000 na 5a, no dito prédio, ser montada uma fazenda modelo para ensino primario agrícola, typo menor, de accordo com o plano do Governo

 CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA
ESTADO DE MINAS GERAIS
EXPEDIENTE DA SECRETARIA

Estadual, com relação ao ensino profissional e rural.

Art. III - Para occorrer ao pagamento da consignação de 3:000\$000 destinados a Fazenda-Modelo, fica o Agente Executivo autorizado a suspender, desde já, as duas escolas municipais urbanas applicando a dita consignação e saldo da verba votado para aquella fim, e autorizando a inteirar o restante por conta da verba Obras Publicas.

Art. IV - Com a construção do prédio para o Grupo Escolar o Agente Executivo fica autorizado a despendar até a quantia de trinta contos de reis.

Art. V - Revogam-se as disposições em contrario.

PAÇO DA CAMARA MUNICIPAL DE UBERABA, 2 DE ABRIL DE 1907.
(e.) Manoel Terra - Presidente e Agente Executivo Municipal.
Publicada nesta Secretaria da Câmara Municipal de Uberaba, aos dois dias do mez de abril de mil novecentos e sete.

O director da secretaria
(e.) Justino de Carvalho

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Uberaba

ANEXO D) – Lei Municipal n. 222, de 12 de maio de 1908



CÂMARA MUNICIPAL DE UBERABA
ESTADO DE MINAS GERAIS
EXPEDIENTE DA SECRETARIA

LEI Nº 222 DE 12 DE MAIO DE 1908

(cópia)

AUTORISA O AGENTE EXECUTIVO A CHAMAR CONCURRENTES PARA A CONSTRUÇÃO DO PREDIO DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DO GRUPO ESCOLAR QUE O GOVERNO DO ESTADO PROJECTA CRIAR NESTA CIDADE

O povo do municipio de Uberaba, por seus vereadores, votou, e eu, em seu nome, promulgo e faço executar a seguinte lei:

Art. I - Fica o Agente Executivo autorizado a chamar concorrente para a construção do predio destinado ao funcionamento do Grupo Escolar que o Governo do Estado projecta criar nesta cidade.

§ Unico - Servirá de base á hasta publica a planta e orçamento existente na Secretaria Municipal e organizados na Secretaria das Obras Publicas do Estado.

Art. II - Fica autorizado do Agente Executivo a adquirir o terreno necessario, caso não se prestem para a edificação os terrenos municipaes a seu juizo.

Art. III - As despesas com a construção e aquisição do terreno correrão por conta da verba das Obras Publicas.

PAÇO DA CAMARA MUNICIPAL DE UBERABA, 12 DE MAIO DE 1908.
(a.) M. Alves Caldeira Presidente e Agente Executivo Municipal
Publicada nesta secretaria em 12 de maio de 1908.

O amanuense da secretaria,
(a.) Odorico Candido da Silva

ANEXO E) – Considerações gerais e orçamentos, sobre a construção dos grupos escolares, por José Dantas, encarregado dos prédios escolares, 1908

GRUPOS ESCOLARES

Os prédios construídos para o funcionamento de grupos escolares dispõem das seguintes acomodações: salões de entrada, onde são collocados vestiários para guardar chapéus e capas das crianças; alpendres largos para facilitar as entradas independentes nas diversas salas; salas de aulas bastantes espaçosas, iluminadas e bem ventiladas, sendo em numero e dimensões calculados à razão de 40 creanças em cada sala, e com um ambiente de mais de 5, m² 000 para cada menino; um vasto salão para recreio; gabinetes para directoria e professores; dependências para instalação de reservadas, e, finalmente, galpões para exercitios physicos e trabalhos manuaes.

Construção do prédio

Quando se trata da construção de um prédio para «grupo escolar», em uma localidade qualquer, a primeira questão a ser resolvida é a escolha do local para tal fim.

Essa questão se resolve, tendo-se em vista as considerações seguintes:

O terreno para a construção convém estar na parte mais central possível da localidade, ser mais ou menos alto, secco, afastado dos estabelecimentos industriaes que produzam ruído e emanem cheiros incommodos, distante dos centros de aglomeração de pessoas e activa circulação de vehiculos e vias ferreas, afastado pelo menos 200 metros dos cemiterios, e de 2, m² 00 no minimo de outros edificios; a existencia de agua potavel canalizada e possibilidade de se fazer o assentamento de esgotos para o serviço sanitario, indispensavel nos prédios; o prédio não deve ficar em um ponto onde não haja ventilação e nem tão pouco ficar exposto à forte corrente dos ventos dominantes; a situação geographica mais conveniente para a construção é a da frente do edificio voltada para o nascente, de modo que a sua fachada principal não se exponha ao sol ardente do lado do ponto, que deve castigar o pátio central e os fundos da casa; o espaço para os recreios deve ter uma área regularmente inclinada e sufficiente, calculada à razão de 5, m² 00 pelo menos para cada creança, sendo conveniente que essa área chegue para uma pequena cultura.

Abertas as caixas para as fundações do edificio, devem ser bem socadas, depois de se ter previamente deixado correr nelle boa quantidade d'agua; si o terreno não for muito firme deve-se collocar no fundo dessas caixas uma camada de cascalho de 0, m² 30 de espessura, fazendo-o penetrar todo no solo com o socamento; no caso de apresentarse humidade nas caixas de fundações, deve-se abandonar o local e procurar outro bem secco para a construção, não por faltar meios para nelle fazer-se a fundação, mas por conveniência sob o ponto de vista de hygiene.

As fundações devem ser feitas com alvenaria de pedras bem grandes, as maiores devendo occupar os cruzamentos das paredes, e argamassa de uma parte de cal e duas de areia expurgada de materias terrosas e vegetaes. Pode-se, no caso em que for difficil a obtenção de pedras de boa qualidade, fazer as fundações com concreto de uma parte de argamassa hydraulica (de cimento e areia) e tres partes de pedra britada.

No caso das fundações serem feitas com alvenaria commum, a sua espessura não deve ser inferior a 0, m² 30; no caso de emprego do con-

creto, essa espessura pode ser reduzida a 0, m² 50; a profundidade varia de 0, m² 70 para mais, no primeiro caso e de 0, m² 50 no segundo.

Os embasamentos dos prédios serão de alvenaria de pedras levantadas desde o nivel do solo até o do soalho, ou de tijolos requel-mados sobre alicerces de pedra de 0, m² 25 acima do chão.

A altura do embasamento deve ser de 0, m² 60 pelo menos. Em todos os embasamentos, externos e internos, serão deixados meca-ninos ou oculos para permittir a franca ventilação em baixo do soalho.

As paredes exteriores deverão ter 0, m² 40 de espessura e as internas 0, m² 27, com uma altura de 5, m² 0 medida do soalho ao forro, sendo fixadas essas dimensões, para o caso do emprego do tijolo. As paredes terão os seus cruzamentos arredondados.

O revestimento dos embasamentos e paredes será feito com argamassa bem forte de uma parte de cal e duas de areia pura, de-vento o das faces internas das paredes ser bem alizado para evitar intersticios onde se depositem poeira e pequenos insectos.

A argamassa usada para as fundações será composta de uma parte de cal e duas de areia sem terra, e a empregada na alvenaria das paredes poderá ser de uma parte de cal e tres de areia.

O chão das entradas, alpendres e reservadas será revestido com ladrilhos lisos, assentados sobre concreto bem batido, ou então reve-stido com uma camada de cimento bem lisa sobre leito bem prepara-do e nivelado, de tijolos requel-mados.

A coberta dos alpendres e reservadas, que será sustentada por columnas de madeira ou de ferro, poderá ser de telhas de zinco bem pregadas e pintadas a oleo nas duas faces, e não terá forro.

As salas serão assaladas com taboas estreitas de 0, m² 10 a 0, m² 15 de largura e forradas a sala e camisa de 0, m² 20 a 0, m² 22 de largura; na construção do forro a cimalha será collocada em nivel inferior ao da tabeira de 0, m² 03, de modo a deixar um espaço para facilitar a reno-vação do ar nas salas. Em baixo do soalho das salas de aulas é con-veniente depositar-se uma camada espessa de areia secca ou de carvão.

A disposição dos claros principais nas salas de aulas é a unifato-ral, havendo, porém, na face opposta a em que ficam collocadas as ja-nellas, aberturas de 1, m² 20 de largura por 0, m² 70 de altura, em que serão assentados caixilhos envidraçados e girantes em torno do seu eixo vertical.

A ornamentação das fachadas principais desses prédios, poderá ser composta de platibandas simples, elegantes e pouco luxuosas, ou, com mais vantagem, sem platibanda, com cimalthas e cornijas, o telhado apresentando beirada corrida com consoles e calha emmol-durada.

As portas e janellas deverão apresentar suas folhas partidas em quatro, de modo que, abertas, não occupam espaço nas salas e nem perturbem a passagem das creanças.

Os claros deverão ser amplos, tendo no minimo 1, m² 20 de largura e 3, m² 40 de altura para portas e 1, m² 20 de largura e 2, m² 40 de altura para as janellas.

Esses claros terão bandeiras de 0, m² 70, girantes em torno do seu eixo vertical.

E' de toda conveniência, nas janellas lateraes, as vidraças do caixilhos de correr, a fim de se poder graduar a ventação, a entrada do ar nas salas.

As portas das reservadas terão em baixo e em cima um espa-ço de 0, m² 20 de altura.

A divisão das diversas reservadas poderá ser de biombo de madeira, com uma altura de 2, m² 0, e pintados a oleo.

Todo o madeiramento do prédio será embebido de alcatrão nas partes em que tiver de ficar embutido em paredes e no chão.

A pintura interna dos commodos será feita a cal, havendo; porém, uma faixa de 1, m² 5 acima do soalho, a qual será pintada a oleo. As cores dessa pintura nas paredes deverão ser claras e de prefe-rencia: amarelo palha, verde alface, azul celeste, roseo desmaiado, etc. A pintura exterior do prédio e dos muros que formam os re-creios e pátios será à calçação firme e de cores suaves.

O serviço sanitario dos grupos escolares compor-se-á de res-ervadas em numero de uma pelo menos para cada classe, havendo mais uma para a secção feminina, mictorios na secção masculina e duas lavabos de ferro longado, collocados nos alpendres.

Os galpões devem ser cobertos com telhas, sem forro de taboas e ter o chão ladrilhado ou cimentado sem asperezas.

Orçamento da despesa a fazer-se com a construção de um prédio para grupo escolar de 4 classes

Excavações para fundações.....	138 ^m 803	\$500	66\$901
Alvenaria das fundações e embasa-mento, com pedra e argamassa de uma parte de cal para tres de areia	170 ^m 361	16\$000	2.725\$776
Alvenaria das paredes, com tijolo e argamassa de uma parte de cal e tres de areia.....	175 ^m 850	17\$000	2.988\$450
Emboço e reboco, com argamassa de uma parte de cal para duas de areia	1.453 ^m 20	18\$000	1.453\$000
Calçação de cor.....	1.453 ^m 20	\$150	217\$980
Soalho.....	236 ^m 60	6\$000	1.778\$600
Ferro.....	314 ^m 60	4\$500	1.418\$700
Alca para o forro e rodapés para o soalho.....	382 ^m	\$800	305\$600
Telhado com madeiramento comple-to e telhas encaixadas.....	420 ^m 38	8\$000	3.383\$040
Pintura a oleo nos forros, portas, ja-nellas, coberta, columnas e varan-da do alpendre.....	499 ^m 60	\$900	449\$640
Portas de almoftadas das entradas...	2	80\$000	160\$000
Portas de par de calha.....	7	80\$000	560\$000
Portas pequenas para as latrinas....	6	20\$000	120\$000
Janellas de par na frente.....	8	80\$000	640\$000
Janellas de caixilhos de correr.....	11	85\$000	715\$000
Alpendre: coberta de zinco, chão cimentado, baldrame de tijolo e varanda.....	100 ^m 60	9\$000	900\$000
Fachada com argamassa de cimento	—	—	800\$000
Calha e conductor.....	—	—	450\$000
Andaime.....	—	—	100\$000
Serviço sanitario.....	—	—	1.200\$000
Bandeiras ou claros 0, tendo 1 ^m 40 de largura para 0 ^m 80 de altura.....	8	10\$000	80\$000
Somma.....	—	—	20.351\$857

ANEXO F - Listagem de nomes de alunos do Grupo Escolar de Uberaba (1909/1917)

Alguns alunos identificados como estudantes do Grupo em 1909:

1. Vasco de Andrade/participou na inauguração. (GAZETA DE UBERABA, ed. 3668, 05/09/1909).
2. Aurora Costa;
3. Elvira Maria Vieira;
4. Bárbara Rodrigues Vilaça e
5. Annita Nince, alunas de Dona Bertholina, que falaram no dia da homenagem à João Pinheiro, dando seu nome à antiga Rua das Flores. (LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1080, 18/11/1909).
6. Hermínia Batista Mendes (D. Fiúca – identificou-se como aluna de D. Bertholina – Entrevista – **Anexo G**)

Alunos concluintes – Turma de 1911:

1. Júlia Vieira Gonçalves
2. Adélia de Novaes
3. Amélia de Novaes
4. Acelyna de Novaes
5. Leovírgilia Martins Chaves
6. Maria Antônia
7. Carmem Machado
8. Theodomira Chaves
9. Maria Bernardes
10. Jesuína Bernardes
11. Antônia Riccioppo
12. Laudemira Alves de Almeida
13. Ida Louzada
14. Olinda de Oliveira Valle
15. Anna França de A. Nince
16. Sebastiana Guimarães
17. Jaime Medina Coeli

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1288, 21/12/1911, p. 2

Alunos concluintes – Turma de 1912:

1. Maria do Carmo Chaves
2. Maria Abbadia da Rocha
3. Maria do Carmo de Moura
4. Margarida Riccioppo
5. Antônio Bento de Souza
6. José Rezende
7. Vicente Colantoni
8. José Maximo de Campos
9. José Tiradentes Filho
10. José Ribeiro Pereira
11. Orlando Rodrigues Medeiros
12. Alcides Horbylon
13. Edesio Horbylon
14. José Antônio Ribeiro
15. Benedito Nusdorfer

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1392, 19/12/1912

Alunos que participaram da festa de 21 de abril de 1912:

Vicente Colantoni – Raphael Anconi – Orlando Rodrigues Medeiros – Nestor de Novaes – Alfredo Fernandes – Cândida Cunha Campos – Floriscena Cunha Campos – Olga Borelli – Adagmar Gomide – Nair Penna – Lalina Ribeiro – Elza de Novaes França.

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1324, 25/04/1912

Alunos que participaram da festa de Sete de Setembro de 1913:

Noemia Ferreira de Oliveira – Andreлина Rodrigues Gomes – Cândida Cunha Campos – Servia de Oliveira – Alzira Miziara – Guaraciaba Machado – Edith de Oliveira – Edma Borelli – Elpidio Gomes – Domingos de Carvalho – Andreino Martins Nogueira – Dahyl Navarro – Elsa de Mello Brandão – Jose Tiradentes de Lima – Antensina Santana Nays Gonçalves – Zenaide de Oliveira.

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1473, 31/08/1913

Alunos concluintes – Turma de 1913:

1. Anna de Souza Garcia
2. Olga Borelli
3. Elza de Lourdes de N. França
4. Floriscena Cunha Campos
5. Alvina da Fonseca
6. Maria da Conceição Garcia
7. Amélia da Cruz
8. Claricinda Ribeiro
9. Zenaide de Oliveira
10. Hermantina Ramos
11. Eurídice Ferreira da Conceição
12. Lucy de Novaes França
13. Maria José Brasil
14. Horacina França
15. Maria Nery de Oliveira
16. Maria Ribeiro da Conceição
17. Miquelina Ponticelli
18. Noemia Ferreira de Oliveira
19. Maria Amélia Fernandes

20. Maria Leonor Fernandes
21. Maria Iolanda Pontes
22. Emilia Luz
23. Dalva Luz
24. Maria José dos Santos
25. Sebastião Medina Coeli (orador)
26. Castorino de Almeida
27. José Tiradentes de Lima
28. Eurico Ferreira Martins
29. Mario Primitivo de S. Garcia
30. Alfredo Fernandes
31. José Correa de Paiva
32. Joaquim Benedito da Silva
33. Napoleão de Castro
34. Ildefonso Pinto da Fonseca.

Fonte: APM. SI. 3448. *Ata da sessão solenne de entrega dos certificados aos concluintes*, 14/12/1913.

Alunos concluintes – Turma de 1914:

1. Antonio Correa de Paiva
2. Andrelino Martins Nogueira
3. Dirceu Ferreira da Silva
4. João Rodrigues de Souza
5. Pedro Bernardes
6. João Benedito da Silva
7. Luiz Augusto Tiradentes
8. Djalma Tiradentes
9. Antonio Brasil
10. Amadeu Paschoalini
11. Laerte Vieira Gonçalves
12. Joaquim Candido
13. Ernesto Plastino

14. Adorcinda de Mello
15. Elinda de Faria
16. Violeta Fleury
17. Chrystolina de Lourdes Vaz de Mello
18. Anna Garcia
19. Elsa de Mello Brandão
20. Auristella Bernardes
21. Isaura Bellas
22. Almerinda Diniz
23. Djanira Fleury Machado
24. Cecília Eleonor Peppe
25. Olga de Castro
26. Maria Felisberta Guimarães
27. Rosalida Ramos
28. Maria de Lima Silveira.

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO,
ed. 1678,23/12/1914, p. 1-.

Alunos concluintes de 1915:

1. Antonieta Finamori
2. Carmem Montes
3. Milena Maggiotti
4. Ida Maggiotti
5. Lydroneta Maria de Jesus
6. Etelvina da Fonseca
7. Philomena Ponticelli
8. Maria Rosa Fernandes
9. Dalila de Souza França
10. Irasy França
11. Maria de Lourdes França
12. Maria Ribeiro de Moraes
13. Natalia Nusdorfer
14. Althair de Carvalho
15. Rolandina Ribeira

16. Elza Louzada
17. Carolina Messias de Mello
18. Antonieta Raffaelli
19. Maria Umbelina dos Santos
20. Maria de Lourdes Tiradentes
21. Durvalina Orcilia
22. Maria Rosa Arruda
23. Camilla França
24. Chrysothemés Nusdorfer
25. Ignácio Ferreira de Oliveira
26. Gerson Bernardes Ferreira
27. Ignácio Jacob Ferreira de Oliveira
28. José de Moraes
29. Francisco Bernardes Ferreira
30. José Bernardes de Castro
31. Godofredo Bernardes dos Santos.

Fonte: APM. SI. 3619. Relatório do
movimento do GEU, 1915

Alunos concluintes de 1916:

OBS. 01: 28 alunos concluíram, (22 alunas e 06 alunos, mas não há relação dos nomes).

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1931, 07/12/1916, p. 2.

OBS. 02:

- Bolívar Chrysostomo de Castro (era aluno do 4º ano e foi premiado pelo prof. João Augusto Chaves em abril).

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO, ed. 1895, 03/08/1916, p. 2

Alunos concluintes de 1917:

1. Osmundo Ramos
2. Adalberto Fontoura Rosa
3. Euphranor Ferreira Martins
4. Agostinho Annanias de Souza
5. Adhemar Tiradentes
6. Nilo Vieira de Moraes
7. Annita Pucci
8. Marciana Nunes Costa
9. Amélia Martins Prudente
10. Lydia Pinto de Carvalho

11. Grazia Ponticelli
12. Maria de Andrade Finholdt
13. Lazara de Macedo
14. Francisca Borges de Mello
15. Maria Luiza Imperia
16. Iracema Leite
17. Elisa de Andrade
18. Adelina Cicci
19. Aurora Durão.

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO,
ed. 2035, 06/12/1917

ANEXO G – Entrevista 01.

ENTREVISTA COM DONA FIÚCA (Transcrição)
(Ex-aluna e ex-professora do GEU)

Data: 07/12/2006.

Hora: a partir das 10 horas.

Local: residência da entrevistada, à rua Segismundo Mendes, esquina com Leopoldino de Oliveira, centro da cidade. (Por isso registraram-se muitos ruídos ao fundo; de sirenes, trânsito, música em carros de som).

Rosângela: Dona Fiúca, qual é o nome completo da senhora?

D. Fiúca: Hermínia Batista Mendes.

R. – Quando a Senhora nasceu?

F. – 03 de julho de 1901.

R. – Com quantos anos, mais ou menos, a senhora entrou na escola?

F. – Ah, eu podia ter uns oito anos, oito, nove anos... Escola da dona Neném... Primeira escola que eu fui... Era na rua... hoje é Vigário Silva... Era Rua Grande.

R. – Quando a senhora... (interrompi, pois ela continuou complementando a informação anterior).

F. – Era tão longe... Ela passou para a Rua do Boi, hoje é rua... Como é que chama? (perguntou a si mesma). - Esqueci o nome da rua hoje (a Rua dos Bois, a qual ela se refere é hoje Rua Afonso Rato, e continuou): - É daqui até o Ginásio (diz para dar uma noção da distância, se referindo ao atual Colégio Diocesano, antigamente Ginásio Diocesano, e acrescentou): - Ia a pé.

R. – E a senhora morava longe?

F. – Morava na Rua Grande, Vigário Silva.

R. – E tinha muito córrego para atravessar, não tinha?

F. – Em muitos lugares.

R. – É, porque eu já li que, antigamente... (interrompi para que ela continuasse).

F. – Eu ia direitinho.

R. – É ... Nesse período, que a senhora era criança, os córregos eram todos abertos e não tinha ponte!?

F. – Aqui, quando eu fiz a casa, (ela já me relatou em conversas anteriores que foi em 1935) era córrego aberto ainda, os meninos brincavam aí.

R. – Centro da cidade, e a criançada brincando... Mas a senhora também estudou no Grupo Escolar, quando bem pequena, né?

F. – Mas, um mês no máximo...

R. – Poucos meses? (Questionei, pois em conversas anteriores ela já me disse ser dois meses)

F. – Eu queria ir para o Grupo por causa do uniforme, né...

R. – Ah,... A senhora gostava do uniforme?

F. – Gostava do uniforme... Aí fiquei... E mamãe me tirou logo, e me pôs no Colégio Nossa Senhora das Dores.

R. – E a senhora lembra como era o uniforme?

F. – Não. Me lembro que era muito bonito. Mas, não me lembro mais não.

R. – Não lembra se era *sainha*, blusinha, essas coisas assim... ?

F. – É...

R. - É, então, a senhora estudou pouco tempo no Grupo, a senhora lembra qual era a professora da senhora?

F. - Dona Bertholina.

R. - Dona Bertholina.(repeti). - É... Mas a senhora me falou que lembra pouca coisa desse tempo. Mas tem uma coisa que a senhora lembra... Quando chegava na aula, fazia o que, todo dia?

F. - (sussurrou brevemente): ress... (mas depois pronunciou firme): - Cantava.

R. - Cantava o quê?

F. - O Hino Nacional e Hino à Bandeira.

R. - Hino à Bandeira. (repeti, e ela continuou):

F. - Isso eu não esqueci.

R. - E a senhora falou também que tinha uma posição, com a mão, onde é que se punha a mão?

F. - Mão no coração, pra cantar.

R. - Mão no coração. (repeti). - E todo mundo bem em silêncio...? (Praticamente junto com a última palavra que pronunciei, ela disse):

F. - Bem direitinho.

R. - Era cantado em fila?

F. - Não.

R. - Não?

F. - Todos os meninos, na aula, na sua classe e cantando...

R. - Ah... Na classe. É... Aí, dona Hermínia, vamos falar um pouquinho do prosseguimento dos estudos da senhora... Depois que a senhora... estudou com a dona Neném, que a senhora estudou no Grupo com a dona Bertholina... Onde é que a Sra. deu prosseguimento aos estudos da senhora?

F. - Pra term..., (não completou e se corrigiu). - Pra começar eu fiquei um pouco no Nossa Senhora das Dores. Mas, pouco... Aí, minha tia me levou pra Sacramento; Colégio Nossa Senhora, interno, Imaculada Conceição.(corrigiu-se): Não. Sagrado Coração. Pra gente ir lá, ia de trem. Estrada de Ferro... Chegava na estação, não tinha condução. Ia de carro de boi pra cidade.

R. - Carro de boi?

F. - Carro de boi. Aí eu estudei novecentos e onze, doze, treze e quatorze. (pausa e depois repetiu, como que pensando alto, fazendo contas, buscando na memória): - Não. Onze, doze... Onze, doze e treze. (frisou): - Treze. Não. Onze, doze e treze... Aí queimou o colégio. As irmãs foram pra Jardinópolis, eu fui junto... e fiquei lá até 915. (repetiu): - Hum mil novecentos e quinze. Hum mil novecentos e dezesseis fui pra Campanha. Terminei os estudos primários e fui pra Campanha.

R. - Mas em Campanha a senhora foi fazer que curso? Não era mais o primário?

F. - Normal.

R. - Curso Normal (repeti). - Aí a senhora formou no curso normal?

F. - Formei.

R. - Aí, quando a senhora formou no curso normal, o que é que a senhora foi fazer, ficou à-toa ou foi trabalhar?

F. - Não. Formei no normal, (pausa). - Como é que é? Fiquei noiva né?... Eu trabalhava no grupo... Aí quando eu trabalhava no grupo...

R. - (interrompi): - Não. Antes da senhora trabalhar no grupo, quando a senhora formou no normal, a senhora já me contou que foi trabalhar na...

F. - Na fazenda.

R. - Na fazenda (repeti).

F. - Cinco alunos.

R. - Cinco alunos (repeti e perguntei): - A senhora gostava de dar aula?

F. - Gostava demais... Brincava com eles, era mesmo que gente minha...

R. – E depois desse trabalho na fazenda?

F. – Arranjei um lugar no grupo, que eu não queria né?... Eu queria ficar na fazenda. Aí, meu noivo...(não concluiu e informou): - Fiquei noiva. (e repetiu): - Fiquei noiva, meu pedido de casamento foi por carta. Ele escreveu assim: “Seu Balduino, desde hoje me considera como filho”... Foi meu pedido de casamento, foi esse.

R. – É? A senhora não ficou namorando, com ele assim, antes de casar, não?

F. – Foi... Mas, o pedido de casamento...

R. – Ah! Sim o pedido...

F. – Foi esse... Depois é que ele levou a aliança né?

R. – Ah.... tá!

F. - Aí ficamos noivos.

R. – Então, quer dizer que quem ficou sabendo do noivado primeiro... é ... foi o pai da senhora? Ele pediu a senhora pro pai da senhora?

F. – Papai perguntou, falei: Quero!

R. – Aham!

F. – Aí ficamos noivos, né. Aí ele queria que marcasse o casamento. E eu fiquei... Eu tinha comprado um lote de linho, quem estava pagando era eu. O papai tinha os negócios, mas não dava pra ir saldar né... Eu que pagava meu lote de linho. Ele (se refere ao noivo) vinha pra... (falar no assunto do casamento e ela dava uma desculpa): - Tem isso assim, assim... (curta pausa e continua) passava aquela dificuldade, e agora? Arrumava outra coisa. E foram três ou quatro vezes. Ele desconfiou. Aí foi pra minha irmã mais velha e falou com ela: “A Fiúca não quer casar, porque ela não marca!” Aí ela foi e contou a verdade. Ele foi imediato na casa onde eu comprei o linho e pagou...

R. – Ah!

F. - Levou os recibos pra mim...

R. – E a senhora pagava com o dinheiro que a senhora ganhava no grupo?

F. – Ganhava no grupo. Aí ele foi e mostrou os recibos, eu comecei a chorar. Ele disse: “Uai que é que houve?” Eu falei: nada. Eu fiquei feliz né.

R. – Aham!

F. – “Agora você marca?” Marco. Vinte e dois de maio de hum mil novecentos ... (curta pausa) e vinte e sete.

R. – Vinte e dois de maio de maio de 1927, a senhora casou? Mas, aí falando no dinheiro, a senhora disse que estava pagando os linhos, o enxoval né?

F. – O enxoval...

R. – Com o dinheiro que a senhora ganhava no grupo?

F. – É sim... é ... no grupo.

R. – Mas a senhora ganhava bem ou mal? A senhora acha...

F. – Cento e cinquenta...

R. – Cento e cinquenta? (mil réis era o salário de professor normalista).

F. – Achava que era bom, mas não era muito não né?

R. – É...

F. – Foi caro. Eu comprei o lote por hum conto e duzentos.

R. – Humm...

F. – Era muito né?

R. – É... Hum conto e duzentos pra pagar de ... (ia fazer a relação do salário com o valor da compra, mas ela continuou suas lembranças repetindo algo já falado).

F. – Ele me tirou do grupo, quando ficou noivo também, me tirou do grupo...

R. – Por que, que ele tirou?

F. – (Em tom de brincadeira, meio sorrindo): - Ciúme dos meninos. (Risos) Porque eles iam me levar pro grupo, todo dia, e buscar, né.

R. – Ah! Aí (ele) não queria que a senhora trabalhasse mais...

F. – Não.

R. - Agora, quando a senhora dava aula no grupo, é... a senhora já me contou, também, que todo dia, antes de começar a aula, fazia a mesma coisa. Como é que era esse ritual, todos os dias antes da aula começar?

F. - Todo dia a mesma coisa...

R. - A mesma coisa como?

F. - Cantava né.

R. - Ah ... cantava!?

F. - Cantava.

R. - Os hinos...?

F. - Nacional e da Bandeira...

R. - E na classe, ou fora da classe?

F. - Na classe.

R. - Na classe (repeti). Todo mundo de viva voz?

F. - Todo mundo de viva voz.

R. - É... E, como é, que era dentro da sala, os alunos sentavam de dois em dois?

F. - Cada carteira tinha dois.

R. - Cada carteira tinha dois (repeti).

F. - Meus meninos eram bons demais, mas quando eles estavam fazendo arte... Eu não falava nada né. Eu cruzava os braços e ficava olhando. Eles levavam aquele susto... Não sabiam o que (é) que era. Eu (falava): é recreio, continua... Nem um pio.

R. - Aí eles...?

F. - Aí continuava a aula...

R. - desconfiavam e silenciavam.

F. - Eu gostava demais dos meus alunos. Mesmo que filho. Tinha loucura pelos meus meninos. Teve um dia que eles estavam fazendo algazarra, rindo, brincando, com um papel na mão... Eu falei: quero ver esse papel! Aí veio um, chamado Pina: "Dona Fiúca, não olha não!" Também ele me deu o papel, eu rasguei e dessa vez não olhei. Devia ser coisa grossa, né.

R. - É... Devia ser arte. Quantos alunos, a senhora disse, que tinha mesmo, na classe?

F. - A primeira vez que eu lecionei tinha quarenta alunos.

R. - E a senhora dava ... é... lecionava... pra que ano?

F. - Quarto ano

R. - Quarto ano?

F. - Depois comecei pro primeiro, né. No outro ano, eu fui pro primeiro ano.

R. - Humm...

F. - Depois fui até o quarto, mas o quarto eu não dei conta, por que casei.

R. - Casou. E, quer dizer que a senhora lecionava pra classe de menino? Porque era só menino ou só menina... (nas classes dessa época, geralmente).

F. - Só menino.

R. - Só menino (repeti). É... Bem, a senhora já falou porque saiu... E, a senhora trabalhou só em dois lugares como professora, durante a vida da senhora?

F. - Eu casei em vinte e sete, né. Deixa eu ver (pausa). Eu não me lembro bem... Logo que fiquei noiva ele me tirou. (pausa).

R. - É.

F. - Não me lembro bem...

R. - É. A senhora só trabalhou em dois lugares, que foi na fazenda e no grupo.

F. - Cinco meses na fazenda. Depois no grupo, não demorei muito não, né.

R. - É. No grupo...

F. - Quatro anos. Eu gostava demais.

R. - Gostava muito?

F. - Gostava.

R. - No começo a senhora não queria, mas depois a senhora...

F. – Depois eu peguei os alunos, fiquei gostando dos alunos, né. Tinha então um pequeno, que era uma gracinha...

R. – E...?

F. – Eles eram muito educados, muito bons, né. Todo dia iam me levar e trazer.

R. – Esse Pina, que a senhora falou, ainda é vivo?

F. – Nunca mais soube notícia dele.

R. – Ah! Não é aqui... (ia dizer que ele morava), a senhora não sabe de onde é ele?

F. – Tinha o Sherlock, o Quinha... O Quinha morreu.

R. – É... Agora, a senhora me fala um pouquinho dos colegas da senhora, de profissão, as professoras, os colegas da senhora.

F. – Eu lembro bem a Corina, a dona Bertholina, a dona Alcina, a Inhá, ... Qual a outra gente? (Repetiu como para si): A Inhá...(pausa). “Seu” Fernando era o diretor, mas não lecionava...

R. – Fernando Vaz de Melo?

F. – É.

R. – A dona Alcina a senhora me falou dela, que ela...

F. – Quem é? (perguntou, pois parece não ter ouvido bem o que eu disse)

R. – A dona Alcina. A senhora me contou, um caso dela, que ela era muito...?

F. – Vaidosa.

R. – Vaidosa (repeti).

F. – Então você vai por aí? (me questionou, apontando o gravador).

R. – (Meio indecisa): Não...Então...É. Nós estamos conversando, não estamos falando mal, né?

F. – É. Conte o caso do “Seu” Fernando? Das minhas provas, né?

R. – É. A senhora já me contou o caso dele. Que a senhora deu uma prova...

F. – E ele botou, NULA, no quadro. Eu levei aquele susto, falei com ele, e ele falou, que é porque eu rasguei o papel. Não fui eu, foi a Corina. A Corina passou a limpo, porque estava o papel sujo. Passou a limpo (frisou bem). A Corina, não ia enganar ninguém, né?

R. – Aham!

F. – *E por essa, eu fui e enganei.* (Parece ser isto que ela disse, mas a dicção não ficou bem clara na gravação, sendo a frase seguinte): - E “seu” Fernando: “eu não sou de...” Ele foi e falou assim: “Eu não sou homem de enganar não, viu? (Achando que) eu dei coisa errada pra ele. Aí, fui lá no Alceu Novaes, que era o diretor... (corrigiu-se) inspetor, e falei: houve isso, isso e isso, eu queria que o senhor me desse ordem para fazer novo exame. Ele deu ordem. A nota dobrou tudo. Eu cheguei na cara dele (referindo-se ao diretor sr. Fernando): Olha aqui seu (também aqui não consegui compreender o termo dito), se eu estou enganando?”

R. – E aí ele teve que concordar com a senhora?

F. – Concordou uai!

R. – Então, dona Fiúca, muito obrigada!

F. – De nada!

R. – Nós vamos parando por aqui. Se tiver mais alguma coisinha... Eu vou ouvir o que (é) que nós falamos, e se tiver mais alguma coisinha que eu queira perguntar, eu pergunto em seguida. Muito obrigada à senhora!

F. – De nada!

(Desliguei o gravador, mas continuamos a conversar, foi então que ela disse algo que eu não podia deixar de registrar, por isso liguei o aparelho e disse):

R. – Aí pode falar. O que é que a senhora estava me dizendo?

F. – Que eu tenho saudade do grupo, não é? Até hoje. Minha primeira aula mesmo, que eu dei, foi lá, né.

R. – Sei.

F. – Aquele monte de aluno, cada qual melhor. Tinha aluno até grande, já moço, já de idade. Devia ter uns quatorze, doze, treze anos.

R. – Tudo na mesma sala?

F. – Tudo na mesma sala, né. Tinha um pretinho, muito amigo. O que eu tinha mais luxo era o Sherlock, que era um pequenininho, ele e o Quinha.

R. – Era uma gracinha os alunos da senhora?

F. – Cada qual melhor...

R. – Cada qual melhor que o outro?

F. – Nunca precisei brigar com eles.

R. – A senhora se deu muito bem com os alunos?

F. – Muito bem. Muito bem com os alunos.

R. – E a disciplina deles era boa, tirando alguma conversa...?

F. – Era. Ah, eu cruzava os braços e acabava (a conversa) né.

R. – Aham!

F. – Nunca gritei, nunca xinguei os alunos.

R. – Aham! E, a senhora lecionava muitas matérias, assim, tinha um tempinho para cada uma? A senhora lembra isso, como é que era?

F. – Isso eu não me lembro, acho que era um tempo para cada uma...

R. – E tudo por conta da senhora?

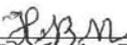
(silêncio)

R. – Muito obrigada!

Autorização.

Autorizo a entrevistadora, Rosângela M. C. Guimarães, a utilizar, em seu trabalho, as informações contidas nessa entrevista.

Uberaba, 29/01/2007


Hermantina Batista Machado

OBS: 1) Esta última página da entrevista foi escaneada, para constar assinatura autorizando o uso das informações.

2) O nome da entrevistada foi digitado incorretamente acima (sob a rubrica). O correto é: Hermínia Batista Mendes, conforme se pode comprovar no início do próprio texto dessa entrevista.

ENTREVISTA COM DONA MAGDA de NOVAES MAGALHÃES BORGES

(Introdução): Hoje é dia 08 de Janeiro de 2007, eu estou na residência da Sra. Magda, que é filha de ex-aluno do gru... (corrigi): ex-aluna do Grupo Escolar de Uberaba. É... Conversarei com dona Magda a respeito, de alguns outros ex-alunos e de sua própria mãe.

Rosângela – Dona Magda, qual é o nome completo da senhora?

Magda – Magda de Novaes Magalhães Borges.

R. – Quando a senhora nasceu?

M. – Vinte e quatro de outubro de trinta e três.

R. – Qual é o nome da senhora sua mãe?

M. – Acylina Novaes Magalhães.

R. – De quem dona Acylina, sua mãe, era filha? Ou seja, quem era o seu avô, diga o nome completo dele e o que ele fazia, quanto a trabalho, ocupação.

M. – É Elviro de Novaes, ele era guarda-livros da ...da Fábrica de Tecidos.

R. – Em 1911, a Sra. sua mãe, dona Acylina, concluiu o primário no grupo escolar. O que a Sra. poderia me dizer a respeito da vida dela, quanto aos estudos, ao trabalho, enfim, a atuação social dessa senhora?

M. – Bom, por muito tempo elas (refere-se à mãe e as tias, Amélia, e Adélia, que também concluíram o primário no grupo no mesmo ano) eram todas musicistas. A mamãe tocava bandolim e a tia Amélia é... bandolim também, e, a tia Adélia, tocava violino. Então elas formavam um grupo que ficavam lá na minha casa, é na casa de todos, né? Todos juntos formavam uma orquestra; então, o povo ficava lá escutando, porque, pra dançar naquela época não usava. Só pra ouvir. Então era uma beleza! Foi uma casa muito feliz! Muito alegre! Eu choro quando eu lembro dela. (Dona Magda foi tomada pela emoção, trazida pelas lembranças. Desliguei o gravador por alguns instantes, voltando a ligar quando a percebi refeita emocionalmente).

R. – Bem, quer dizer que era uma casa muito feliz, muito alegre... Mas, a Sra. disse que em um 1º momento, elas... a família toda, se dedicava à música, e depois, que atividades que a dona Acylina passou a fazer na vida?

M. – A mamãe, depois de muitos anos, é que ela começou a ser doceira. Esses docinhos finos. E... Agora, a tia Amélia, e a tia Adélia era bordadeira.

R. – As duas?

M. – Não. A outra, a outra era costureira.

R. – Ah...

M. – Nossa. Só pra nós. Foi isso aí... E a tia Adélia, bordou até morrer. E essa que morreu, é filha dela, bordou a vida inteira, também. (Quando diz: *essa que morreu*, se referia a uma prima, que falecera no final de semana próximo passado, fato que estava contribuindo para acentuar sua emotividade, ao falar dos familiares).

R. – Sei. Pois é, então quer dizer que todas desenvolveram um lado, vamos dizer assim, artístico, manual?

M. – É verdade.

R. – Não é? Porque a mãe da Sra. fazendo doce... Ela fazia doces para festas ou só pra família?

M. – Tudo encomendado... Tinha um mundo de serviço. Ela fazia doce para a alta sociedade.

R. – e a tia da sra. que era bordadeira, era a ...?

M. – Adélia.

R. – Adélia. E ela casou-se?

M. – Casou.
R. – Constituiu família?
M. – É. Duas filhas.
R. – Sei. E o tio Nestor? (Pergunto sobre outro, ex-aluno do GEU).
M. – Irmão da mamãe.
R. – Irmão da mãe da Senhora ... Ele também se dedicou a quê?
M. – Ele trabalhou junto com o meu avô lá na Fábrica de Tecidos.
R. – Ah. Então ele foi funcionário da fábrica?
M. – Foi... Foi ...
R. – Nesse setor de escrituração?
M. – Isso! É.
R. – Certo!
M. - Ele trabalhava sempre naqueles livrão grandes, ainda tem letra dele até hoje.
R. – Certo! Bem, é... Quer dizer então, que todos ocuparam, vamos dizer, um lugar na sociedade, desempenhando algum tipo de trabalho útil socialmente?
M. – Pois é. Quando elas eram todas mais novas, meu avô era... Meu avô é... É descendente de francês. Novaes...
R. – Ah!
M. - Fala: *nové*, sabe?
R. – Aham...
M. - Então meu avô era muito assim... Ele era capitão da Guarda Nacional. E era uma pessoa finíssima... E eles eram dez irmãos. O vovô era o mais velho: Elviro de Novaes. E quando elas estavam todas moças, ele levava pra passear. Iam todas pra Poços de Caldas. Todo ano, ele levava elas... Chegavam lá, tocavam música, e que era uma maravilha. Elas adoravam ir lá. Naquela época ainda ia de... A... a cavalo. Verdade!
R. – Difícil né?
M. – Difícil.
R. – Imagina... Fazer uma viagem de lazer...
M. - É ...
R. - A cavalo...
M. – É.
R. – Deveria demorar vários dias, até conseguir chegar. Chegava cansada!
M. – É. (risos). Chegava cansado!
R. – Dona Magda, agora já que a senhora falou dessa questão da descendência francesa, quer dizer que os Novaes, vieram como imigrantes?
M. – Não. O pai do meu avô, eu não conheci, né? Porque a mamãe casou já de meia idade. Naquela época, casava-se com 28 anos, 30. Mamãe casou nessa época. Teve o primeiro filho, perdeu. Passou cinco anos, teve mais um, perdeu. Passou mais um tanto de ... de anos teve o terceiro, perdeu. Eu fui a 4ª filha...
R. – Hum...
M. - Então já conheci eles, já meio de idade.
R. – Hum...
M. – Sabe? Mas são pessoas maravilhosas. Ô mais, a mamãe era um pessoa fina. Mamãe não sabia discutir com ninguém. Minha mãe e minhas tias, ninguém discutia. Era uma casa muito alegre mesmo! Sabe? Muito alegre! As pessoas é, ... tiveram estudo! E era uma família assim, que todo mundo conhecia.
R. – Hum... A senhora me falou até a respeito de algumas coisas, lá do Grupo Brasil, que ela estudava...
M. – Álgebra!
R. – Álgebra?
M. – Mamãe, ela, a mamãe falava assim: “No nosso tempo lá no grupo, nós estudávamos até álgebra”. Eu nem sei o que é (risos).

R. – Não, mais o importante...

M. – Formaram.

R. – Então. O importante, vamos dizer assim, (é) essa informação que a senhora está me dando. Está se referindo ao grupo, a alguma coisa que a mãe da senhora disse a respeito do grupo. Isso pra mim tem muito valor.

M. – É.

R. – Bem, dona Magda, a senhora gostaria de falar mais alguma coisa a respeito da mãe da senhora, com relação, ao jeito dela viver, aos pensamentos dela, alguma coisa assim, que a senhora... Que chamasse atenção na pessoa dela. Que a senhora... Que ficou, vamos dizer, registrado, pra senhora, a respeito dela?

M. – Ficou o nome dela. Um nome muito honrado. Todas elas. Todos conheciam a família Novaes. E a família Novaes é do Prata.

R. – É verdade!

M. – Então, meu avô é que veio pra cá. (Pra Uberaba). Os outros esparramaram-se. Tem o pai da Alzira (refere-se a uma prima, uma senhora da família Novaes, que localizei por telefone e com quem falei antes. E esta Dona Alzira, foi quem me revelou que dona Magda era filha de Acylina, a ex-aluna do grupo) que era o Franklin, (outro) era o Edmundo... O tio Edmundo, foi prefeito lá no Prata, na... No período da... Da ditadura.

R. – Hum...

M. – O tempo todo.

R. – Mas ditadura, que a senhora diz, é na época de Getúlio?

M. – Do Getúlio.

R. – Ditadura mais antiga?

M. – Meu tio foi muitos anos (prefeito). Tinha o tio Neném, tio Franklin. Eu acho que ele é o pai da Zil... Da Alzira. É. Só tinha uma mulher: a Lígia. E todos eram homens. Dez filhos.

R. – Agora, nos vamos falar a respeito de um outro lado da família da senhora, que é sobre o senhor, o senhor, Arnold Magalhães; que era professor do ensino técnico no grupo escolar de Uberaba, nessa mesma época, que a mãe da senhora dona Acylina estudou lá. Que é que a senhora poderia me dizer a respeito dele, do trabalho que ele fazia?

M. – Você não quer que eu fale da família?

R. – Pode falar da família primeiro.

M. – O pai do tio Arnold, foi o primeiro... Eles vieram de Portugal, ele tinha três anos – meu avô -, depois que ele foi ficando moço, ele foi professor, um bom professor. E a família toda trabalhava, em flores, é ..., e foi a primeira funerária de Uberaba. Era a Funerária Magalhães. Mas, não é essa de hoje, não.

R. – Certo.

M. – É a tem muitos anos, né? E foi a primeira funerária que teve em Uberaba. Então o meu avô, teve doze filhos. Seis homens e seis mulheres. Agora, o nome de todo mundo?

R. – Não. Não é preciso lembrar do nome não... A senhora falando um pouquinho mais do professor Arnold Magalhães. Da atividade, vamos dizer artística dele.

M. – Ele era pintor, caricaturista. A mão dele..., era..., um instantinho... (pela expressão, queria dizer que ele tinha a mão boa, rapidamente produzia um trabalho). Esse retrato que eu tenho, eu tinha cinco anos. E ele que pintou, e tá até hoje. Eu mudei a moldura, agora. Tá do mesmo jeito. Perfeito!

R. – Ele está exposto em algum local? (Perguntei apontando a área do apartamento).

M. – Tá no meu quarto.

R. – Então ele pintou a senhora criança?

M. – Criança.

R. – É, realmente. Eu já li é... a respei(to). Nas histórias sobre o grupo, que ele pintou um Tiradentes, que foi colocado no salão nobre do grupo.

M. – Vários... Vários.

R. – Então, ih, ele ensinava pintura aos alunos, ele ensinava marcenaria, carpintaria, ... é ..., serviço com... Naquela época, eles trabalhavam muito pondo alça em copo, quer dizer, trabalhando folha de flandres. Então ele era muito habilidoso..., gesso...

M. – Não era ele.

R. – Não?

M. – Era o sobrinho dele que mexia com gesso. Era o Divaldo. Filho... Divaldo, (repete, como para si mesma, tentando rememorar) será que é filho do tio Arnold? (E responde): É. Era o Divaldo. (Dizendo que esse não era sobrinho, mas filho de Arnold, e continuou). Eu chamo todos de tia,

R. – Aham...

M. - porque eles me acostumaram assim.

R. – Aham...

M. - Eu era muito menina, e eles já estavam todos grandes.

R. – É...

M. - Tinha a tia Olga, a tia Ordália. Todos filhos dele.

R. – Filhos?

M. – Do tio Arnold.

R. – Do Arnold.

M. – É.

R. - Então vamos dizer, mesmo que ele não fosse exímio gessista, mas no grupo tem alguns trabalhos, porque eu tenho fotografias das exposições. É, depois até talvez, eu pudesse trazer para a senhora. Não estão tão boas, porque elas foram tiradas do documento lá do Arquivo Público Mineiro. Mas tem ele, nas aulas ensinando para os alunos, e todo o material de exposição. Porque, eram feitas exposições enormes no final do ano,

M. – Então não era do meu tempo!

R. – com todo o trabalho. É, ... Era do tempo que a mãe da senhora era criança.

M. – É.

R. – Então, quer dizer, isso foi no início da vida profissional do professor Arnold aqui. Bem, é... Aí, falamos do Arnold, eu gostaria que a senhora falasse um pouquinho da dona Edith França, que foi professora no grupo e também é da família:

M. – É.

R. - Edith de Novaes França!

M. – Isso. Ela era dona do Colégio. Era o Jardim da Infância Menino Jesus. Então tinha três classes, lá. E a sala menorzinha, era Miosótis, a outra era Violeta e a gente saía com a Rosa. Então depois que a gente terminou os três anos, aí é que eu fui pro Colégio Nossa Senhora das Dores.

R. – Quer dizer, a senhora fez, é jardim de infância mesmo, atendendo as crianças pequenas?

M. – Não. Não. Aprendia a ler.

R. – Ah! Já ensinava a ler?

M. – Já ensinava.

R. – Não era só pra passar o tempo, com brincadeiras?

ANEXO H) – última página da entrevista de D. Magda N. M. Borges

M. – Ao contrário. Eram três cômodos: um atrás do outro, mas a gente aprendia muita coisa e escrevia também.
R. – Se não me engano ela era formada em farmácia. A senhora sabe a respeito disso?
M. – De quem?
R. – Da dona Edith França. Me parece que ela ...
M. – Não.
R. – Não?
M. – Eu não sei.
R. – Ah. Tá...
M. – Não sei te contar. (Obs. Esta fala foi perdida. Perda ocasionada por manuseio indevido do aparelho de gravação, durante o momento da transcrição).
R. – Porque a senhora conheceu ela como dona de uma escola de jardim de infância, primeiro jardim... (já dizer da cidade, mas ela completou).
M. – Já de meia idade.
R. – Ah! Já mais velha.
M. – Todo mundo estudou, os filhos da dona Fiuca, nós éramos todos colegas.
R. – Esse jardim de infância, a senhora disse, se localizava perto do grupo?
M. – Não. É Perto do grupo. Mas, é mais na lateral da Igreja São Domingos.
R. – Próximo. Mas vamos dizer assim, muito mais próximo da igreja do que propriamente do grupo.
M. – É, é.
R. – Bem dona Magda, depois de termos toda essa conversa, onde a senhora me informou a respeito de dona Acylina, de dona Adélia, Amélia e Nestor de Novaes; também a respeito de Arnold de Magalhães e Edith França, quero lhe agradecer a colaboração e, brevemente, trarei pra senhora a transcrição do que nós conversamos, pra que a senhora possa me conceder a autorização de uso de tudo isso que nos falamos. A senhora gostaria de falar mais alguma coisa?
M. – Eu que agradeço. Fiquei muito satisfeita, porque relembrar a família toda é muito bom pra mim. Porque eu adoro a minha família e minha família foi muito feliz e eu fui muito feliz...
R. – De ter nascido nessa família?
M. – Nessa família.
R. – Então, muito obrigada, mesmo!
M. – Obrigada a você!

Autorização.

Autorizo a entrevistadora, Rosângela M. C. Guimarães, a utilizar, em seu trabalho, as informações contidas nessa entrevista.

Uberaba, --/--/--

Magda de N. Magalhães
Magda de Novaes Magalhães Borges

OBS.: Esta última página foi escaneada, para constar assinatura da entrevistada autorizando o uso das informações.

ANEXO I) – Depoimento fornecido, por escrito, pelo filho do ex-aluno Raphael Anconi, o Sr. Dídimo G. Anconi

Respostas às perguntas formuladas por Rosângela Maria Castro Guimarães a respeito de Raphael Anconi Sobrinho, já falecido nesta.

- 1) Meu nome é Dídimo Garibaldi Anconi
- 2) Nasci em 24, dezembro, 1926
- 3) Meus pais chamaram-se Raphael Anconi Sobrinho e Laura Nascimento Anconi
- 4) Meu pai, nascido em Passos (MG), no dia 10 agosto.1896, era filho de Vicente Anconi e Lindolfa Bretas, ambos oriundos da Itália, sendo o varão procedente da Calábria. Vicente tinha por irmã Christina Anconi, casada com o falecido Francisco Buzollo (Kiki). Vicente, se não me engano, tinha outra irmã de nome Calina, casada com Angelino Pavan, de Uberlândia, cuja filha, ou familiares, Cora Pavan pode dar maiores informações. Vicente, meu avô, tinha, ainda, por irmãos, Raphael e Gabriel, este ex-chefe da imprensa oficial do Estado de Goiás, na antiga capital de Goiás, contemporâneo de Cora Coralina, de cuja amizade desfrutou. Os Anconi tinham, também, estritas relações familiares com, além dos Bretas, Pavan e Buzollo, os Dorça, Villaça, Vitale, Rocha e outros. – Meu avô Vicente veio para o Brasil, na década de 1890, como técnico em atividades rurais, tendo ocupado cargo de direção da Fazenda Modelo, desta cidade, e, posteriormente foi indicado por Alaor Prata, quando prefeito do Rio de Janeiro, para ocupar, como titular, o cartório de Paz e Notas de Conceição das Alagoas (MG), onde permaneceu de 1.923 até 1.941, quando faleceu.
- 5) Meu pai Raphael passou a sua infância em Passos (MG), onde nasceu e iniciou sua alfabetização. Em torno de 1.905, veio para Uberaba com seus pais, tendo aqui continuado seus estudos. Na juventude, estudou música a que se dedicou como flautista, de ébano, até mudar-se para Conceição das Alagoas a fim de trabalhar com seu pai no Cartório do Registro Civil e Notas. Em 1.924, já em Conceição, casou-se com minha mãe Laura, filha de Balbino Alves dos Nascimento, proprietário fazendeiro da fazenda Santo Inácio, daquele distrito, tendo ali residido até 1.929, quando retornou a Uberaba. Em novembro de 1.930 foi designado Inspetor Escolar pelo então prefeito desta cidade, Dr. Guilherme Ferreira, cargo em que permaneceu até abril de 1.931, quando foi designado, pelo mesmo prefeito, subsecretário da Prefeitura local – ou como se dizia Diretor da Secretaria, pasta que ocupou até fins de 1.939, quando retornou para Conceição das Alagoas, assumindo, ali, o cartório de seu pai, até o ano de 1.958, quando se aposentou e voltou a residir em Uberaba, onde exerceu as funções de Juiz de Paz, até falecer em

1.970. Cumpre lembrar que meu pai, na Prefeitura desta cidade, em virtude da oposição política que fez ao então prefeito interventor, Dr. Paulo Costa, foi demitido em 1.937, tendo retornado ao cargo em 1.938, após o afastamento do referido prefeito.

- 6) Quanto à carreira estudantil de meu pai pouco sei a respeito. Sei, apenas, que fez seus primeiros estudos em Passos e Uberaba. Quando jovem, gostava muito de música e parece ter prosseguido seus estudos com Alceu de Souza Novais e Hildebrando Pontes, que muito admirava. Meu pai foi, principalmente, um autodidata. Lia muito, o que lhe valeu os cargos que exerceu na prefeitura local, no juizado de paz e cartório. No cartório em Conceição das Alagoas exerceu suas funções de escrivão com honestidade e sabedoria. Era político ferrenho, um idealista que punha suas convicções acima de quaisquer conveniências.
- 7) As funções de trabalho que exerceu estão acima relacionadas, ou seja, inspetor escolar e diretor da secretaria municipal de Uberaba, e, em Conceição das Alagoas, escrivão de Paz e Notas. Quando aposentado, exerceu o cargo de Juiz de paz desta cidade de Uberaba.
- 8) Pouco ou quase nada sei de sua passagem pelo Grupo Escolar Brasil, a não ser referências a colegas de cujos nomes não me lembro.
- 9) Nada tenho de material quanto à vida de meu pai criança.
- 10) O traço marcante da personalidade de meu pai era a honestidade, a intransigência, a simplicidade, o idealismo e o desprendimento pelos bens materiais, não obstante o poder que teve em suas mãos. Na Prefeitura, mereceu inteira confiança dos prefeitos Dr. Guilherme Ferreira, Lauro Fontoura, Menelick de Carvalho e Whady Nassif.

Uberaba (MG), 7 fevereiro.2007.

Dídimo G. Anconi

ANEXO J - Mapeamento da composição anual do corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba e respectivas classes – 1909 a 1918

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO de 1909		
Nº	NOMES	CLASSES
01	Arlindo Costa	Obs. No documento utilizado como fonte, não constam informações sobre a distribuição das classes entre os professores. Registra-se apenas que, o grupo iniciou seu funcionamento com onze turmas: oito turmas de 1º ano (05 do sexo masculino e 03 do sexo feminino), duas de 2º ano (uma de cada sexo) e uma turma mista de 3º ano.
02	João Augusto Chaves	
03	Bertholina dos Santos	
04	Francisco de Mello Franco	
05	Alcina Maria Coutinho	
06	Maria Julieta Campos	
07	Maria Carmilieta Campos	
08	Marcilieta Campos	
09	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO. Ed. 1068, 07/10/1909

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO de 1910 – 1º semestre		
Nº	NOMES	CLASSES
01	Arlindo Costa	1º ano – sexo masculino
02	João Augusto Chaves	Idem
03	Bertholina dos Santos	Idem
04	Francisco de M. Franco/Fernando A. V. de Mello*	2º ano – sexo masculino
05	Alcina Maria Coutinho	1º ano – Sexo feminino
06	Maria Julieta Campos	Idem
07	Maria Carmilieta Campos	Idem
08	Marcilieta Campos	3º ano - sexo masculino
09	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

* No segundo semestre, entrou em agosto, o professor, Fernando Araújo Vaz de Mello, ocupando vaga surgida com a nomeação do professor, Francisco de Mello Franco, ao cargo de diretor da instituição.

Fonte: APM. SI 3346. Relatórios dos inspetores técnicos da 34ª circunscrição, Antônio Louveira Gomes e Ernesto Santiago, datados respectivamente, 08/07 e 20/10/1910.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1911		
Nº	NOMES	CLASSES
01	Alcina Maria Coutinho*	1º ano - sexo masculino
02	Maria Julieta Campos*	Idem
03	Bertholina dos Santos*	Idem
04	João Augusto Chaves	2º ano – sexo masculino
05	Arlindo Costa	Idem
06	Fernando Araújo Vaz de Mello	3º ano - sexo masculino
07	Bertholina dos Santos	1º ano - sexo feminino
08	Maria Carmilieta Campos*	Idem
09	Maria Carmilieta Campos	Idem (2º semestre).
10	Maria Julieta Campos	2º ano – sexo feminino
11	Alcina Maria Coutinho	3º ano - sexo feminino
12	Marcilieta Campos	4º ano (turma mista)
13	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

* Eram oito professores regentes de classe, lecionando a 12 turmas. As 04 professoras que dobraram a função estão assinaladas.

Fonte: APM. SI 2894. Relatório do Diretor do GEU ao Secretário do interior, 29/01/1911

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1912		
Nº	NOMES	CLASSES
01	Beny des Genettes Roquette/ Maria Bernardes da Luz*	1º ano – sexo masculino
02	Fernando Araújo Vaz de Mello	Idem
03	Marcilieta Campos	1º ano – sexo feminino
04	Maria Julieta Campos	3º ano - sexo feminino
05	Arlindo Costa	3º ano - sexo masculino
06	João Augusto Chaves	2º ano – sexo masculino
07	Maria Carmilieta Campos	2º ano – sexo feminino
08	Bertholina dos Santos	4º ano – sexo masculino
09	Alcina Maria Coutinho	4º ano – sexo feminino
10	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico
<p>* No início das aulas foi nomeada como adjunta interina, por trinta dias, a normalista Hena da Costa Mattos (APM. SI. 3416. Ofício do diretor ao Secretário do Interior, 06/02/1912). Sendo a seguir a cadeira ocupada por D. Beny, professora removida da cidade de Araguari, nomeada como adjunta. (APM. SI. 3390. Relatório do inspetor Técnico Alberto da Costa Mattos, 15/04/1912). Essa professora deixou o cargo, passando esse a ser ocupado pela normalista Maria Bernardes da Luz, nomeada adjunta interina, removida de Villa Platina. (APM. SI 3416. Carta de Maria Bernardes da Luz, 20/04/1912).</p>		

Fonte: APM. SI. 3390. Relatório do inspetor Técnico Alberto da Costa Mattos, 15/04/1912.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1913		
Nº	NOMES	CLASSES
01	Bertholina dos Santos	1º ano – sexo masculino
02	Corina de Oliveira*	Idem
03	Maria Bernardes da Luz	Idem
04	Alcina Maria Coutinho	1º ano – sexo feminino
05	Virgílica Moreira*	Idem
06	Fernando Araújo Vaz de Mello	2º ano – sexo masculino
07	Altiva de Oliveira/Leovirgílica Martins Chaves**	Idem
08	Marcilieta Campos	2º ano – sexo feminino
09	Noemia Ribeiro da Luz*	Idem
10	João Augusto Chaves	3º ano - sexo masculino
11	Maria Carmilieta Campos	3º ano - sexo feminino
12	Arlindo Costa/Edith Novaes França***	4º ano – sexo masculino
13	Maria Julieta Campos	4º ano – sexo feminino
14	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico
<p>*As professoras normalistas assinaladas, foram chamadas como adjuntas, interinas e, provisoriamente, por trinta dias, mas ficaram o ano todo. **Substituiu D. Altiva de Oliveira que exonerou-se, ao final do 1º semestre. ***Nomeada pelo Inspetor municipal, para substituir o Sr. Arlindo Costa, no mês de março.</p>		

Fonte: APM. SI 3461. Relatório do movimento do GEU, no ano de 1913, 20/12/1913.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1914		
Nº	NOMES	CLASSES
01	Bertholina dos Santos	Obs. No Relatório utilizado como fonte, não consta informação sobre a distribuição das classes entre os professores. Registra-se apenas que funcionaram nesse ano treze turmas: seis masculinas de manhã, seis femininas à tarde, além de uma turma mista do 4º ano.
02	Corina de Oliveira	
03	Maria Bernardes da Luz	
04	Alcina Maria Coutinho	
05	Virgília Moreira de Souza	
06	Fernando Araújo Vaz de Mello	
07	Leovirgília Martins Chaves	
08	Marcilieta Campos	
09	Noemia Ribeiro da Luz	
10	João Augusto Chaves	
11	Maria Carmilieta Campos	
12	Edith Novaes França	
13	Maria Julieta Campos	
14	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

Fonte: APM. SI. 3527. Relatório do movimento do GEU no ano letivo de 1914.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1915		
Nº	NOMES	CLASSES/TURNOS
01	Maria Bernardes da Luz	1º ano A – Sexo masculino (Matutino)
02	Leovirgília Martins Chaves	1º ano B " " "
03	Fernando Araújo Vaz de Mello	2º ano A " " "
04	João Augusto Chaves	3º ano A " " "
05	Alcina Maria Coutinho	3º ano B " " "
06	Bertholina dos Santos	4º ano - " " "
07	Corina de Oliveira	1º ano - " " (Vespertino)
08	Marcilieta Campos	1º ano A – Sexo feminino "
09	Noemia Ribeiro da Luz	1º ano B " " "
10	Edith Novaes França	2º ano A " " "
11	Maria Carmilieta Campos	2º ano B " " "
12	Virgília Moreira de Souza	3º ano - " " "
13	Maria Julieta Campos	4º ano - " " "
14	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

Fonte: Relatório do Diretor do GEU ao Secretário do Interior, 1º/02/1915.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1916		
Nº	NOMES	CLASSES/TURNOS
01	Maria Julieta Campos	1º ano A – Sexo masculino (Matutino)
02	Leovirgilia Martins Chaves	1º ano B " " "
03	Maria Bernardes da Luz	2º ano A " " "
04	Corina de Oliveira	2º ano B " " "
05	Fernando Araújo Vaz de Mello	3º ano - " " "
06	João Augusto Chaves	4º ano - " " "
07	Bertholina dos Santos	1º ano A – Sexo feminino (Vespertino)
08	Virgilia Moreira de Souza	1º ano B " " "
09	Alcina Maria Coutinho	1º ano C " masculino "
10	Marcilieta Campos*	2º ano A – Sexo feminino "
11	Noemia Ribeiro da Luz	2º ano B " " "
12	Maria Carmilieta Campos	3º ano A " " "
13	Raymunda Cunha Campos	3º ano B " " "
14	Edith Novaes França	4º ano - " " "
15	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

* A professora D. Marcilieta Campos, foi autorizada pelo inspetor municipal a tirar licença de saúde por 30 dias, sendo substituída pela normalista Maria Glorietta Campos.

Fonte: APM. SI. 3681. Relatório do movimento do GEU no ano letivo de 1916.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1917		
Nº	NOMES	CLASSES/TURNOS
01	Leovirgilia Martins Chaves	1º ano B - Sexo masculino (Matutino)
02	Maria Bernardes da Luz	2º ano A " " "
03	Corina de Oliveira	2º ano B " " "
04	Fernando Araújo Vaz de Mello	3º ano A " " "
05	João Augusto Chaves	3º ano B " " "
06	Maria Julieta Campos	4º ano - " " "
07	Alcina Maria Coutinho	1º ano A – " " (Vespertino)
08	Maria Carmilieta Campos	1º ano A – Sexo feminino "
09	Virgilia Moreira de Souza	1º ano B " " "
10	Bertholina dos Santos	2º ano A " " "
11	Raymunda Cunha Campos	2º ano B " " "
12	Marcilieta Campos	3º ano A " " "
13	Noemia Ribeiro da Luz/ Marcilieta Campos*	3º ano B " " "
14	Edith Novaes França	4º ano - " " "
15	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

* Obs. No início do ano, a professora Noemia R. da Luz, se encontrava ausente, ficando sua turma do 3º B feminino a cargo da professora do 3º A feminino, Marcilieta Campos.

Fonte: APM. SI 3681. Relatório do início do ano letivo de 1917, 03/02/1917.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1918				
Nº	NOMES	CLASSES/TURNOS		
01	Maria Julieta Campos	1º ano A - Sexo masculino	(Matutino)	
02	Leovirgilia Martins Chaves	1º ano B	"	"
03	Fernando Araújo Vaz de Mello	2º ano A	"	"
04	Corina de Oliveira	2º ano B	"	"
05	Maria Bernardes da Luz	3º ano -	"	"
06	João Augusto Chaves/Olga de Oliveira*	4º ano -	"	"
07	Maria de Moura**	1º ano C -	"	(Vespertino)
08	Alcina Maria Coutinho	1º ano A -	Sexo feminino	"
09	Umbelina Terra	1º ano B	"	"
10	Maria Carmilieta Campos/Maria Glorieta Campos*	2º ano A/B***	"	"
11	Bertholina dos Santos	3º ano A	"	"
12	Noemia Ribeiro da Luz	3º ano B	"	"
13	Marcilieta Campos	4º ano -	"	"
14	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico		

* Substitutas dos titulares que estavam de licença no mês de abril. ** Substituta da professora Edith N. França. *** Turmas que foram incorporadas com a exoneração da professora, Raymunda C. Campos.

Fonte: APM. SI. 3798. Relatórios do Inspetor Técnico, Ernesto de Mello Brandão, de 16/03/1918, 17/04/1918 e 1ª quinzena de setembro de 1918.

ANEXO K - Traços biográficos de alguns professores do GEU

1) Professora Edith Novaes França - Era natural de Sacramento, Estado de Minas Gerais. [...]. Nasceu em 20/04/1894. cursou o primeiro grau em sua terra natal, vindo para Uberaba, fez o curso secundário, [...], concluindo-o em 07/12/1908, recebendo seu diploma de normalista no Colégio Nossa Senhora das Dores. No Rio de Janeiro frequentou a Faculdade de Medicina onde concluiu o curso de farmácia em 05/12/1911. Retornando a Uberaba, [trabalhou de 1913 a 1918, no Grupo Escolar, depois fundou sua própria escola] o “Jardim de Infância Menino Jesus”, o primeiro da cidade, trabalhando aí durante 28 anos. [Dedicou-se também à vida religiosa]. Pertenceu a Associação do Rosário, era Terceira Dominicana. Faleceu em 27/12/1958. (Arquivo da “E. E. Professora Edith França”, *Biografia e Histórico*).

2) Professora Olga de Oliveira - Nasceu em 21/11/1897 em Dores do Aterrado (hoje Ibiraci) MG. [...]. Era filha de Ernesto Emigdio de Oliveira e Maria Lucas de Oliveira. cursou o ginásio e o normal no Colégio Sion de Campanha (MG) e fez cursos de especialização em francês no Colégio Sion de Petrópolis (RJ). Iniciou a carreira de magistério nesse último. Em Uberaba, foi professora primária no Grupo Escolar, lecionou francês, geografia geral e do Brasil, na Escola Normal Oficial de Uberaba de 1930 a 1967. Lecionou em outros estabelecimentos escolares da cidade e exerceu a função de direção no Colégio Triângulo Mineiro de 1953 a 1964. Em 1967, aos 70 anos, com mais de 45 dedicados ao magistério - dona Olga, como aquela personagem de Guimarães Rosa -, não faleceu, “encantou-se”. (Arquivo da Escola Municipal Professora Olga de Oliveira. *Curriculum Vitae*). Era irmã de Dona Corina de Oliveira. (Ver título de eleitor, no **Anexo L**).

3) Professor João Augusto Chaves - Nasceu em Russas/Ceará, em 1865, falecendo em Uberaba em 1946. [...] sua infância transcorreu em Aracati/CE e a mocidade em Passos/MG, onde um dos seus tios [...] era padre e ele o ajudava como coroinha e sacristão. Dirigiu-se posteriormente a Uberaba, onde chegou em outubro de 1889, estudando na Escola Normal, [...]. Iniciando sua carreira de magistério foi nomeado professor público municipal em Monte Alegre, na região do Triângulo, em 1893, [...]. Casou-se. [...] começou a se interessar pela doutrina espírita, em cuja militância, à semelhança do magistério, iria sobremaneira destacar-se nos anos seguintes em Uberaba, para onde mudou-se em 1904, [...]. [Dedicou-se primeiro a um pequeno negócio, depois fundou uma escola, ambos foram fechados, devido perseguições sofridas em decorrência de sua militância espírita]. Contudo, as acusações que lhe eram achacadas, foram rebatidas e até certo ponto neutralizadas pelos jornais *Lavoura e Comércio* e *Gazeta de Uberaba*, que cobriram o professor Chaves de elogios, não impediram sua nomeação como professor do Grupo Escolar, atual Escola Estadual Brasil, no qual lecionou até sua aposentadoria [...]. [Escreveu] o livro *Contos Infantis*, com estórias, segundo ele, “*capazes de dar uma idéia às crianças de alguns interessantes assuntos por elas ignorados*” e também ensaios e artigos publicados na *Revista do Ensino* de Belo Horizonte. Prosseguindo sua luta para difusão do espiritismo, fundou, em 1911, o Centro Espírita Uberabense, o primeiro aqui organizado, [...]. Durante vários anos o professor Chaves presidiu o centro, estando entre as diversas realizações de sua gestão a fundação do Sanatório Espírita, ideado em 1919 e inaugurado em 1933. O professor Chaves também militou na imprensa, [...]

(BILHARINHO, Guido. (2006). João Augusto Chaves: O educador da infância. In: *Jornal de Uberaba*. Uberaba MG: 10/12/2006).

ANEXO L) – Cópia do título eleitoral de D. Corina de Oliveira

N.º 1821 INSCRIÇÃO

269 ZONA

Uberaba - Minas MUNICÍPIO ou DISTRITO

Corina de Oliveira

9-9-1892 DATA DO NASCIMENTO

Ilhaci - Minas NATURALIDADE

solteira ESTADO CIVIL

Emesto Emigdio de Oliveira e Maria Lucas de Oliveira FILIAÇÃO

Professora Rua Artur Machado 91 - Centro RESIDÊNCIA

VOTA NA 1ª SEÇÃO x Corina de Oliveira

EM 30-9-52

Luiz Guthrie de Vithena JUIZ ELEITORAL

T. S. E. - TÍTULO (2.ª PARTE) - MOD. 3

Causas de falecimento em 29-10-94

Fonte: Acervo particular de Sheila O. A. Rodrigues, supervisora da “E.E. Corina de Oliveira”, Uberaba (MG)

ANEXO M) – Recorte registrando a nota de falecimento de Francisco de M. Franco

FALECIMENTOS

Professor Francisco de Melo Franco

Faleceu em sua residência, à rua Antonio Aleixo, n.º 647, às 18 horas do dia 28 proximo passado, o prof. Francisco de Melo Franco.

O extinto, filho de tradicional família mineira, nasceu em Paracatu, a 29 de julho de 1880, sendo seus pais o sr. Getúlio de Melo Franco e d. Ana Josefina Ulhôa de Melo Franco. Desde cedo, distinguu-se pelo seu caráter, brilhante inteligência e amor às letras.

Seu nome foi em diversas cidades mineiras como professor, inspetor de ensino e organizador de Escolas Normais Oficiais. Aposentou-se, depois de 32 anos de profícuo trabalho, como professor de Metodologia e Diretor da extinta Escola Normal Oficial de Campanha. Foi distinguido por diversas vezes pelo Governo para representar o Estado em congressos educacionais, em todos se projetando pelo seu longo tirocínio e grande cultura.

O professor Melo Franco era casado com d. Marcilieta de Melo Franco, que lhe sobrevive, e pai do dr. Sylvio de Melo Franco já falecido, e de Carmen Sylvia de Melo Franco Ferreira. São seus netos, Breno, Rogerio e Rodrigo Otávio de Melo Franco Ferreira.

Fonte: Acervo da EE Brasil (Nota publicada no Estado de Minas. Falecimento: 28/09/1959)

ANEXO N) – Recomendações do diretor, Francisco de M. Franco, ao professor do Ensino Técnico, Arnold Magalhães, sobre a condução das aulas técnicas

Cópia.

Recomendações

No preparo de peças de "Trabalho Manual", tanto para meninas como para meninos, devemos visar mais a utilidade dos artigos manufacturados.

Conveniente que haja, da nossa parte, o maximo empenho em habituar as crianças a trabalhar por si mesmas, afim de que, como é preciso, adquiram a confiança no esforço proprio e desenvolvam, salutarmente, as suas faculdades inventivas.

No curso tecnico, que deve ser, de accordo com os intuitos do Governo, uma iniciação profissional a mais abrangente possível, as crianças precisam, desenvolvendo os seus talentos e habilidades, adquirir o habito do trabalho manual e o amor ao mesmo trabalho.

Para realizar esse desiderato, o professor deve se esforçar por que as disciplinas tenham nas aulas, cada um de por si, a sua tarefa, de modo que a classe, quando em exercício, dê a impressão de uma pequena officina, onde todos trabalham.

Os trabalhos manuaes devem obedecer a um plano, subordinado, com um punho de utilitarismo; ao principio didactico que aconselha a partir sempre do mais simples, para, progressivamente, chegar ao mais complexo.

No curso tecnico se alumnos devem ver o resultado, por assim dizer,

palpavel dos seus labores, adquirindo por essa forma a confiança na proficiência do esforço despendido ou por despendido.

Directoria do Grupo Escolar de Moraba, 3 de março de 1913.

O director
Francisco de Melo Franco

« Nota. — Com a prioritação dada nas recommendações que acabo de fazer, o ensino no curso tecnico deve ser ministrado de accordo com o programma dado pelo Governo, programma esse que é, aliás, bem claro e que foi fornecido ao professor por esta directoria.

Directoria do Grupo Escolar de Moraba, 3 de março de 1913.

O director
Francisco de Melo Franco

Fonte: APM. SI. 3448

ANEXO H) – última página da entrevista de D. Magda N. M. Borges

M. – Ao contrário. Eram três cômodos: um atrás do outro, mas a gente aprendia muita coisa e escrevia também.
R. – Se não me engano ela era formada em farmácia. A senhora sabe a respeito disso?
M. – De quem?
R. – Da dona Edith França. Me parece que ela ...
M. – Não.
R. – Não?
M. – Eu não sei.
R. – Ah. Tá...
M. – Não sei te contar. (Obs. Esta fala foi perdida. Perda ocasionada por manuseio indevido do aparelho de gravação, durante o momento da transcrição).
R. – Porque a senhora conheceu ela como dona de uma escola de jardim de infância, primeiro jardim... (já dizer da cidade, mas ela completou).
M. – Já de meia idade.
R. – Ah! Já mais velha.
M. – Todo mundo estudou, os filhos da dona Fiuca, nós éramos todos colegas.
R. – Esse jardim de infância, a senhora disse, se localizava perto do grupo?
M. – Não. É Perto do grupo. Mas, é mais na lateral da Igreja São Domingos.
R. – Próximo. Mas vamos dizer assim, muito mais próximo da igreja do que propriamente do grupo.
M. – É, é.
R. – Bem dona Magda, depois de termos toda essa conversa, onde a senhora me informou a respeito de dona Acylina, de dona Adélia, Amélia e Nestor de Novaes; também a respeito de Arnold de Magalhães e Edith França, quero lhe agradecer a colaboração e, brevemente, trarei pra senhora a transcrição do que nós conversamos, pra que a senhora possa me conceder a autorização de uso de tudo isso que nos falamos. A senhora gostaria de falar mais alguma coisa?
M. – Eu que agradeço. Fiquei muito satisfeita, porque relembrar a família toda é muito bom pra mim. Porque eu adoro a minha família e minha família foi muito feliz e eu fui muito feliz...
R. – De ter nascido nessa família?
M. – Nessa família.
R. – Então, muito obrigada, mesmo!
M. – Obrigada a você!

Autorização.

Autorizo a entrevistadora, Rosângela M. C. Guimarães, a utilizar, em seu trabalho, as informações contidas nessa entrevista.

Uberaba, --/--/--

Magda de N. Magalhães
Magda de Novaes Magalhães Borges

OBS.: Esta última página foi escaneada, para constar assinatura da entrevistada autorizando o uso das informações.

ANEXO I) – Depoimento fornecido, por escrito, pelo filho do ex-aluno Raphael Anconi, o Sr. Dídimo G. Anconi

Respostas às perguntas formuladas por Rosângela Maria Castro Guimarães a respeito de Raphael Anconi Sobrinho, já falecido nesta.

- 1) Meu nome é Dídimo Garibaldi Anconi
- 2) Nasci em 24, dezembro, 1926
- 3) Meus pais chamaram-se Raphael Anconi Sobrinho e Laura Nascimento Anconi
- 4) Meu pai, nascido em Passos (MG), no dia 10 agosto, 1896, era filho de Vicente Anconi e Lindolfa Bretas, ambos oriundos da Itália, sendo o varão procedente da Calábria. Vicente tinha por irmã Christina Anconi, casada com o falecido Francisco Buzollo (Kiki). Vicente, se não me engano, tinha outra irmã de nome Calina, casada com Angelino Pavan, de Uberlândia, cuja filha, ou familiares, Cora Pavan pode dar maiores informações. Vicente, meu avô, tinha, ainda, por irmãos, Raphael e Gabriel, este ex-chefe da imprensa oficial do Estado de Goiás, na antiga capital de Goiás, contemporâneo de Cora Coralina, de cuja amizade desfrutou. Os Anconi tinham, também, estritas relações familiares com, além dos Bretas, Pavan e Buzollo, os Dorça, Villaça, Vitale, Rocha e outros. – Meu avô Vicente veio para o Brasil, na década de 1890, como técnico em atividades rurais, tendo ocupado cargo de direção da Fazenda Modelo, desta cidade, e, posteriormente foi indicado por Alaor Prata, quando prefeito do Rio de Janeiro, para ocupar, como titular, o cartório de Paz e Notas de Conceição das Alagoas (MG), onde permaneceu de 1.923 até 1.941, quando faleceu.
- 5) Meu pai Raphael passou a sua infância em Passos (MG), onde nasceu e iniciou sua alfabetização. Em torno de 1.905, veio para Uberaba com seus pais, tendo aqui continuado seus estudos. Na juventude, estudou música a que se dedicou como flautista, de ébano, até mudar-se para Conceição das Alagoas a fim de trabalhar com seu pai no Cartório do Registro Civil e Notas. Em 1.924, já em Conceição, casou-se com minha mãe Laura, filha de Balbino Alves dos Nascimento, proprietário fazendeiro da fazenda Santo Inácio, daquele distrito, tendo ali residido até 1.929, quando retornou a Uberaba. Em novembro de 1.930 foi designado Inspetor Escolar pelo então prefeito desta cidade, Dr. Guilherme Ferreira, cargo em que permaneceu até abril de 1.931, quando foi designado, pelo mesmo prefeito, subsecretário da Prefeitura local – ou como se dizia Diretor da Secretaria, pasta que ocupou até fins de 1.939, quando retornou para Conceição das Alagoas, assumindo, ali, o cartório de seu pai, até o ano de 1.958, quando se aposentou e voltou a residir em Uberaba, onde exerceu as funções de Juiz de Paz, até falecer em

1.970. Cumpre lembrar que meu pai, na Prefeitura desta cidade, em virtude da oposição política que fez ao então prefeito interventor, Dr. Paulo Costa, foi demitido em 1.937, tendo retornado ao cargo em 1.938, após o afastamento do referido prefeito.

- 6) Quanto à carreira estudantil de meu pai pouco sei a respeito. Sei, apenas, que fez seus primeiros estudos em Passos e Uberaba. Quando jovem, gostava muito de música e parece ter prosseguido seus estudos com Alceu de Souza Novais e Hildebrando Pontes, que muito admirava. Meu pai foi, principalmente, um autodidata. Lia muito, o que lhe valeu os cargos que exerceu na prefeitura local, no juizado de paz e cartório. No cartório em Conceição das Alagoas exerceu suas funções de escrivão com honestidade e sabedoria. Era político ferrenho, um idealista que punha suas convicções acima de quaisquer conveniências.
- 7) As funções de trabalho que exerceu estão acima relacionadas, ou seja, inspetor escolar e diretor da secretaria municipal de Uberaba, e, em Conceição das Alagoas, escrivão de Paz e Notas. Quando aposentado, exerceu o cargo de Juiz de paz desta cidade de Uberaba.
- 8) Pouco ou quase nada sei de sua passagem pelo Grupo Escolar Brasil, a não ser referências a colegas de cujos nomes não me lembro.
- 9) Nada tenho de material quanto à vida de meu pai criança.
- 10) O traço marcante da personalidade de meu pai era a honestidade, a intransigência, a simplicidade, o idealismo e o desprendimento pelos bens materiais, não obstante o poder que teve em suas mãos. Na Prefeitura, mereceu inteira confiança dos prefeitos Dr. Guilherme Ferreira, Lauro Fontoura, Menelick de Carvalho e Whady Nassif.

Uberaba (MG), 7 fevereiro.2007.

Dídimo G. Anconi

ANEXO J - Mapeamento da composição anual do corpo docente do Grupo Escolar de Uberaba e respectivas classes – 1909 a 1918

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO de 1909		
Nº	NOMES	CLASSES
01	Arlindo Costa	Obs. No documento utilizado como fonte, não constam informações sobre a distribuição das classes entre os professores. Registra-se apenas que, o grupo iniciou seu funcionamento com onze turmas: oito turmas de 1º ano (05 do sexo masculino e 03 do sexo feminino), duas de 2º ano (uma de cada sexo) e uma turma mista de 3º ano.
02	João Augusto Chaves	
03	Bertholina dos Santos	
04	Francisco de Mello Franco	
05	Alcina Maria Coutinho	
06	Maria Julieta Campos	
07	Maria Carmilieta Campos	
08	Marcilieta Campos	
09	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

Fonte: LAVOURA E COMMERCIO. Ed. 1068, 07/10/1909

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO de 1910 – 1º semestre		
Nº	NOMES	CLASSES
01	Arlindo Costa	1º ano – sexo masculino
02	João Augusto Chaves	Idem
03	Bertholina dos Santos	Idem
04	Francisco de M. Franco/Fernando A. V. de Mello*	2º ano – sexo masculino
05	Alcina Maria Coutinho	1º ano – Sexo feminino
06	Maria Julieta Campos	Idem
07	Maria Carmilieta Campos	Idem
08	Marcilieta Campos	3º ano - sexo masculino
09	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

* No segundo semestre, entrou em agosto, o professor, Fernando Araújo Vaz de Mello, ocupando vaga surgida com a nomeação do professor, Francisco de Mello Franco, ao cargo de diretor da instituição.

Fonte: APM. SI 3346. Relatórios dos inspetores técnicos da 34ª circunscrição, Antônio Louveira Gomes e Ernesto Santiago, datados respectivamente, 08/07 e 20/10/1910.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1911		
Nº	NOMES	CLASSES
01	Alcina Maria Coutinho*	1º ano - sexo masculino
02	Maria Julieta Campos*	Idem
03	Bertholina dos Santos*	Idem
04	João Augusto Chaves	2º ano – sexo masculino
05	Arlindo Costa	Idem
06	Fernando Araújo Vaz de Mello	3º ano - sexo masculino
07	Bertholina dos Santos	1º ano - sexo feminino
08	Maria Carmilieta Campos*	Idem
09	Maria Carmilieta Campos	Idem (2º semestre).
10	Maria Julieta Campos	2º ano – sexo feminino
11	Alcina Maria Coutinho	3º ano - sexo feminino
12	Marcilieta Campos	4º ano (turma mista)
13	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

* Eram oito professores regentes de classe, lecionando a 12 turmas. As 04 professoras que dobraram a função estão assinaladas.

Fonte: APM. SI 2894. Relatório do Diretor do GEU ao Secretário do interior, 29/01/1911

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1912		
Nº	NOMES	CLASSES
01	Beny des Genettes Roquette/ Maria Bernardes da Luz*	1º ano – sexo masculino
02	Fernando Araújo Vaz de Mello	Idem
03	Marcilieta Campos	1º ano – sexo feminino
04	Maria Julieta Campos	3º ano - sexo feminino
05	Arlindo Costa	3º ano - sexo masculino
06	João Augusto Chaves	2º ano – sexo masculino
07	Maria Carmilieta Campos	2º ano – sexo feminino
08	Bertholina dos Santos	4º ano – sexo masculino
09	Alcina Maria Coutinho	4º ano – sexo feminino
10	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

* No início das aulas foi nomeada como adjunta interina, por trinta dias, a normalista Hena da Costa Mattos (APM. SI. 3416. Ofício do diretor ao Secretário do Interior, 06/02/1912). Sendo a seguir a cadeira ocupada por D. Beny, professora removida da cidade de Araguari, nomeada como adjunta. (APM. SI. 3390. Relatório do inspetor Técnico Alberto da Costa Mattos, 15/04/1912). Essa professora deixou o cargo, passando esse a ser ocupado pela normalista Maria Bernardes da Luz, nomeada adjunta interina, removida de Villa Platina. (APM. SI 3416. Carta de Maria Bernardes da Luz, 20/04/1912).

Fonte: APM. SI. 3390. Relatório do inspetor Técnico Alberto da Costa Mattos, 15/04/1912.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1913		
Nº	NOMES	CLASSES
01	Bertholina dos Santos	1º ano – sexo masculino
02	Corina de Oliveira*	Idem
03	Maria Bernardes da Luz	Idem
04	Alcina Maria Coutinho	1º ano – sexo feminino
05	Virgíliia Moreira*	Idem
06	Fernando Araújo Vaz de Mello	2º ano – sexo masculino
07	Altiva de Oliveira/Leovirgíliia Martins Chaves**	Idem
08	Marcilieta Campos	2º ano – sexo feminino
09	Noemia Ribeiro da Luz*	Idem
10	João Augusto Chaves	3º ano - sexo masculino
11	Maria Carmilieta Campos	3º ano - sexo feminino
12	Arlindo Costa/Edith Novaes França***	4º ano – sexo masculino
13	Maria Julieta Campos	4º ano – sexo feminino
14	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

*As professoras normalistas assinaladas, foram chamadas como adjuntas, interinas e, provisoriamente, por trinta dias, mas ficaram o ano todo. **Substituiu D. Altiva de Oliveira que exonerou-se, ao final do 1º semestre. ***Nomeada pelo Inspetor municipal, para substituir o Sr. Arlindo Costa, no mês de março.

Fonte: APM. SI 3461. Relatório do movimento do GEU, no ano de 1913, 20/12/1913.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1914		
Nº	NOMES	CLASSES
01	Bertholina dos Santos	Obs. No Relatório utilizado como fonte, não consta informação sobre a distribuição das classes entre os professores. Registra-se apenas que funcionaram nesse ano treze turmas: seis masculinas de manhã, seis femininas à tarde, além de uma turma mista do 4º ano.
02	Corina de Oliveira	
03	Maria Bernardes da Luz	
04	Alcina Maria Coutinho	
05	Virgília Moreira de Souza	
06	Fernando Araújo Vaz de Mello	
07	Leovirgília Martins Chaves	
08	Marcilieta Campos	
09	Noemia Ribeiro da Luz	
10	João Augusto Chaves	
11	Maria Carmilieta Campos	
12	Edith Novaes França	
13	Maria Julieta Campos	
14	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

Fonte: APM. SI. 3527. Relatório do movimento do GEU no ano letivo de 1914.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1915		
Nº	NOMES	CLASSES/TURNOS
01	Maria Bernardes da Luz	1º ano A – Sexo masculino (Matutino)
02	Leovirgília Martins Chaves	1º ano B " " "
03	Fernando Araújo Vaz de Mello	2º ano A " " "
04	João Augusto Chaves	3º ano A " " "
05	Alcina Maria Coutinho	3º ano B " " "
06	Bertholina dos Santos	4º ano - " " "
07	Corina de Oliveira	1º ano - " " (Vespertino)
08	Marcilieta Campos	1º ano A – Sexo feminino "
09	Noemia Ribeiro da Luz	1º ano B " " "
10	Edith Novaes França	2º ano A " " "
11	Maria Carmilieta Campos	2º ano B " " "
12	Virgília Moreira de Souza	3º ano - " " "
13	Maria Julieta Campos	4º ano - " " "
14	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

Fonte: Relatório do Diretor do GEU ao Secretário do Interior, 1º/02/1915.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1916		
Nº	NOMES	CLASSES/TURNOS
01	Maria Julieta Campos	1º ano A – Sexo masculino (Matutino)
02	Leovirgilia Martins Chaves	1º ano B " " "
03	Maria Bernardes da Luz	2º ano A " " "
04	Corina de Oliveira	2º ano B " " "
05	Fernando Araújo Vaz de Mello	3º ano - " " "
06	João Augusto Chaves	4º ano - " " "
07	Bertholina dos Santos	1º ano A – Sexo feminino (Vespertino)
08	Virgilia Moreira de Souza	1º ano B " " "
09	Alcina Maria Coutinho	1º ano C " masculino "
10	Marcilieta Campos*	2º ano A – Sexo feminino "
11	Noemia Ribeiro da Luz	2º ano B " " "
12	Maria Carmilieta Campos	3º ano A " " "
13	Raymunda Cunha Campos	3º ano B " " "
14	Edith Novaes França	4º ano - " " "
15	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

* A professora D. Marcilieta Campos, foi autorizada pelo inspetor municipal a tirar licença de saúde por 30 dias, sendo substituída pela normalista Maria Glorietta Campos.

Fonte: APM. SI. 3681. Relatório do movimento do GEU no ano letivo de 1916.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1917		
Nº	NOMES	CLASSES/TURNOS
01	Leovirgilia Martins Chaves	1º ano B - Sexo masculino (Matutino)
02	Maria Bernardes da Luz	2º ano A " " "
03	Corina de Oliveira	2º ano B " " "
04	Fernando Araújo Vaz de Mello	3º ano A " " "
05	João Augusto Chaves	3º ano B " " "
06	Maria Julieta Campos	4º ano - " " "
07	Alcina Maria Coutinho	1º ano A – " " (Vespertino)
08	Maria Carmilieta Campos	1º ano A – Sexo feminino "
09	Virgilia Moreira de Souza	1º ano B " " "
10	Bertholina dos Santos	2º ano A " " "
11	Raymunda Cunha Campos	2º ano B " " "
12	Marcilieta Campos	3º ano A " " "
13	Noemia Ribeiro da Luz/ Marcilieta Campos*	3º ano B " " "
14	Edith Novaes França	4º ano - " " "
15	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico

* Obs. No início do ano, a professora Noemia R. da Luz, se encontrava ausente, ficando sua turma do 3º B feminino a cargo da professora do 3º A feminino, Marcilieta Campos.

Fonte: APM. SI 3681. Relatório do início do ano letivo de 1917, 03/02/1917.

CORPO DOCENTE DO GEU - ANO DE 1918				
Nº	NOMES	CLASSES/TURNOS		
01	Maria Julieta Campos	1º ano A - Sexo masculino	(Matutino)	
02	Leovirgilia Martins Chaves	1º ano B	" "	" "
03	Fernando Araújo Vaz de Mello	2º ano A	" "	" "
04	Corina de Oliveira	2º ano B	" "	" "
05	Maria Bernardes da Luz	3º ano -	" "	" "
06	João Augusto Chaves/Olga de Oliveira*	4º ano -	" "	" "
07	Maria de Moura**	1º ano C -	" "	(Vespertino)
08	Alcina Maria Coutinho	1º ano A - Sexo feminino	"	
09	Umbelina Terra	1º ano B	" "	" "
10	Maria Carmilieta Campos/Maria Glorieta Campos*	2º ano A/B***	" "	" "
11	Bertholina dos Santos	3º ano A	" "	" "
12	Noemia Ribeiro da Luz	3º ano B	" "	" "
13	Marcilieta Campos	4º ano -	" "	" "
14	Arnold Magalhães	Prof. do Ensino Técnico		

* Substitutas dos titulares que estavam de licença no mês de abril. ** Substituta da professora Edith N. França. *** Turmas que foram incorporadas com a exoneração da professora, Raymunda C. Campos.

Fonte: APM. SI. 3798. Relatórios do Inspetor Técnico, Ernesto de Mello Brandão, de 16/03/1918, 17/04/1918 e 1ª quinzena de setembro de 1918.

ANEXO K - Traços biográficos de alguns professores do GEU

1) Professora Edith Novaes França - Era natural de Sacramento, Estado de Minas Gerais. [...]. Nasceu em 20/04/1894. cursou o primeiro grau em sua terra natal, vindo para Uberaba, fez o curso secundário, [...], concluindo-o em 07/12/1908, recebendo seu diploma de normalista no Colégio Nossa Senhora das Dores. No Rio de Janeiro frequentou a Faculdade de Medicina onde concluiu o curso de farmácia em 05/12/1911. Retornando a Uberaba, [trabalhou de 1913 a 1918, no Grupo Escolar, depois fundou sua própria escola] o “Jardim de Infância Menino Jesus”, o primeiro da cidade, trabalhando aí durante 28 anos. [Dedicou-se também à vida religiosa]. Pertenceu a Associação do Rosário, era Terceira Dominicana. Faleceu em 27/12/1958. (Arquivo da “E. E. Professora Edith França”, *Biografia e Histórico*).

2) Professora Olga de Oliveira - Nasceu em 21/11/1897 em Dores do Aterrado (hoje Ibiraci) MG. [...]. Era filha de Ernesto Emigdio de Oliveira e Maria Lucas de Oliveira. cursou o ginásio e o normal no Colégio Sion de Campanha (MG) e fez cursos de especialização em francês no Colégio Sion de Petrópolis (RJ). Iniciou a carreira de magistério nesse último. Em Uberaba, foi professora primária no Grupo Escolar, lecionou francês, geografia geral e do Brasil, na Escola Normal Oficial de Uberaba de 1930 a 1967. Lecionou em outros estabelecimentos escolares da cidade e exerceu a função de direção no Colégio Triângulo Mineiro de 1953 a 1964. Em 1967, aos 70 anos, com mais de 45 dedicados ao magistério - dona Olga, como aquela personagem de Guimarães Rosa -, não faleceu, “encantou-se”. (Arquivo da Escola Municipal Professora Olga de Oliveira. *Curriculum Vitae*). Era irmã de Dona Corina de Oliveira. (Ver título de eleitor, no **Anexo L**).

3) Professor João Augusto Chaves - Nasceu em Russas/Ceará, em 1865, falecendo em Uberaba em 1946. [...] sua infância transcorreu em Aracati/CE e a mocidade em Passos/MG, onde um dos seus tios [...] era padre e ele o ajudava como coroinha e sacristão. Dirigiu-se posteriormente a Uberaba, onde chegou em outubro de 1889, estudando na Escola Normal, [...]. Iniciando sua carreira de magistério foi nomeado professor público municipal em Monte Alegre, na região do Triângulo, em 1893, [...]. Casou-se. [...] começou a se interessar pela doutrina espírita, em cuja militância, à semelhança do magistério, iria sobremaneira destacar-se nos anos seguintes em Uberaba, para onde mudou-se em 1904, [...]. [Dedicou-se primeiro a um pequeno negócio, depois fundou uma escola, ambos foram fechados, devido perseguições sofridas em decorrência de sua militância espírita]. Contudo, as acusações que lhe eram achacadas, foram rebatidas e até certo ponto neutralizadas pelos jornais *Lavoura e Comércio* e *Gazeta de Uberaba*, que cobriram o professor Chaves de elogios, não impediram sua nomeação como professor do Grupo Escolar, atual Escola Estadual Brasil, no qual lecionou até sua aposentadoria [...]. [Escreveu] o livro *Contos Infantis*, com estórias, segundo ele, “*capazes de dar uma idéia às crianças de alguns interessantes assuntos por elas ignorados*” e também ensaios e artigos publicados na *Revista do Ensino* de Belo Horizonte. Prosseguindo sua luta para difusão do espiritismo, fundou, em 1911, o Centro Espírita Uberabense, o primeiro aqui organizado, [...]. Durante vários anos o professor Chaves presidiu o centro, estando entre as diversas realizações de sua gestão a fundação do Sanatório Espírita, ideado em 1919 e inaugurado em 1933. O professor Chaves também militou na imprensa, [...]

(BILHARINHO, Guido. (2006). João Augusto Chaves: O educador da infância. In: *Jornal de Uberaba*. Uberaba MG: 10/12/2006).

ANEXO L) – Cópia do título eleitoral de D. Corina de Oliveira

N.º 1821 INSCRIÇÃO

269 ZONA

Uberaba - Minas MUNICÍPIO ou DISTRITO

Corina de Oliveira

9-9-1892 DATA DO NASCIMENTO

Ilhaci - Minas NATURALIDADE

solteira ESTADO CIVIL

Emesto Emigdio de Oliveira e Maria Luucas de Oliveira FILIAÇÃO

Professora Rua Artur Machado 91 - Centro RESIDÊNCIA

VOTA NA 1ª SEÇÃO x Corina de Oliveira

EM 30-9-52

Luiz Brito de Vithena ASSINATURA DO ELEITOR

JUIZ ELEITORAL

T. S. E. - TÍTULO (2.ª PARTE) - MOD. 2

JUSTIÇA ELEITORAL
188ª ZONA
NOME
MINAS G.

Causas de falecimento em 29-10-94

Fonte: Acervo particular de Sheila O. A. Rodrigues, supervisora da “E.E. Corina de Oliveira”, Uberaba (MG)

ANEXO M) – Recorte registrando a nota de falecimento de Francisco de M. Franco

FALECIMENTOS

Professor Francisco de Melo Franco

Faleceu em sua residência, à rua Antonio Aleixo, n.º 647, às 18 horas do dia 28 proximo passado, o prof. Francisco de Melo Franco.

O extinto, filho de tradicional família mineira, nasceu em Paracatu, a 29 de julho de 1880, sendo seus pais o sr. Getúlio de Melo Franco e d. Ana Josefina Ulhôa de Melo Franco. Desde cedo, distinguu-se pelo seu caráter, brilhante inteligência e amor às letras.

Seu nome foi em diversas cidades mineiras como professor, inspetor de ensino e organizador de Escolas Normais Oficiais. Aposentou-se, depois de 32 anos de profícuo trabalho, como professor de Metodologia e Diretor da extinta Escola Normal Oficial de Campanha. Foi distinguido por diversas vezes pelo Governo para representar o Estado em congressos educacionais, em todos se projetando pelo seu longo tirocínio e grande cultura.

O professor Melo Franco era casado com d. Marcilieta de Melo Franco, que lhe sobrevive, e pai do dr. Sylvio de Melo Franco já falecido, e de Carmen Sylvia de Melo Franco Ferreira. São seus netos, Breno, Rogerio e Rodrigo Otávio de Melo Franco Ferreira.

Fonte: Acervo da EE Brasil (Nota publicada no Estado de Minas. Falecimento: 28/09/1959)

ANEXO N) – Recomendações do diretor, Francisco de M. Franco, ao professor do Ensino Técnico, Arnold Magalhães, sobre a condução das aulas técnicas

Cópia.

Recomendações

No preparo de peças de "Trabalho Manual", tanto para meninas como para meninos, devemos visar mais a utilidade dos artigos manufacturados.

Conveniente que haja, da nossa parte, o maximo empenho em habituar as crianças a trabalhar por si mesmas, afim de que, como é preciso, adquiram a confiança no esforço proprio e desenvolvam, salutarmente, as suas faculdades inventivas.

No curso tecnico, que deve ser, de accordo com os intuitos do Governo, uma iniciação profissional a mais abrangente possível, as crianças precisam, desenvolvendo os seus talentos e habilidades, adquirir o habito do trabalho manual e o amor ao mesmo trabalho.

Para realizar esse desiderato, o professor deve se esforçar por que as disciplinas tenham nas aulas, cada um de por si, a sua tarefa, de modo que a classe, quando em exercício, dê a impressão de uma pequena officina, onde todos trabalham.

Os trabalhos manuaes devem obedecer a um plano, subordinado, com um punho de utilitarismo; ao principio didactico que aconselha a partir sempre do mais simples, para, progressivamente, chegar ao mais complexo.

No curso tecnico os alumnos devem ver o resultado, por assim dizer,

palpavel dos seus labores, adquirindo por essa forma a confiança na proficuidade do esforço despendido ou por despendê-lo.

Directoria do Grupo Escolar de Morabá, 3 de março de 1913.

O director
Francisco de Melo Franco

« Nota. — Com a prioritação dada nas recommendações que acabo de fazer, o ensino no curso tecnico deve ser ministrado de accordo com o programma dado pelo Governo, programma esse que é, aliás, bem claro e que foi fornecido ao professor por esta directoria.

Directoria do Grupo Escolar de Morabá, 3 de março de 1913.

O director
Francisco de Melo Franco

Fonte: APM. SI. 3448

ANEXO O) – Regulamento interno do GEU, para as aulas do Ensino Técnico, elaborado em 1913

REGULAMENTO DO CURSO TÉCNICO
— DO —
GRUPO ESCOLAR DE ÜBERABA
— DO ENSINO —

Art. 1.º—O ensino tecnico no Grupo Escolar de Uberaba será ministrado em um curso especial, para os alumnos do 3.º e do 4.º anno.

Art. 2.º—O ensino tecnico terá por fim principal fazer com que os alumnos adquiram destreza nas mãos, firmeza de vista, amor aos trabalhos manuaes, os habitos da attenção, da exactidão e do asseio.

Art. 3.º—O ensino técnico será ministrado de accordo com o programma prescripto pelo Governo do Estado e, como iniciação profissional, constará essencialmente de carpintaria, entalho em madeira, agricultura, e modelagem em cera e argilla, estendendo-se, quanto possível, a ceramica, horticultura, jardinagem, marchetaria, typographia, dactilographia, e a outros trabalhos que, a arbitrio do director do Grupo, forem julgados convenientes.

Art. 4.º—O ensino tecnico será ministrado nas officinas que se organisarem no Grupo ou em sala de aula designada pelo director do estabelecimento.

Art. 5.º—O ensino nas officinas será ministrado ás turmas em que se dividirão os alumnos do 3.º e do 4.º anno, não podendo cada turma exceder de quinze alumnos.

Art. 6.º—Os trabalhos das officinas, que em tudo deverão se conformar com os preceitos da hygiene, corresponderão á capacidade e ás forças do alumno, de modo que este possa executar os possi mesmo, sem auxilio algum, além da direcção do professor.

Art. 7.º—Os trabalhos deverão ser de utilidade, afim de animar os esforços do alumno, e bastante variados, obedecendo sempre aos modelos admitidos.

Art. 8.º—Os trabalhos deverão obedecer a uma successão methodica, partindo sempre do mais facil para attingir ao mais difficil.

Art. 9.º—Os alumnos obedecerão, na confecção dos trabalhos, a ordem estabelecida no resumo do programma annexo a este regulamento.

Art. 10.º—Os alumnos deverão aprender os meios de conservar os

Das ferramentas e material das officinas

Art. 12.º—Nenhuma ferramenta, utensilio ou material poderá ser retirado das officinas ou emprestado.

Art. 13.º—Ao professor tecnico incumbe zelar das ferramentas e mais utensilios das officinas, ficando a limpeza destas a cargo da sergente e do porteiro do Grupo.

Dos livros de escripta

Art. 14.º—O Curso Technico terá, além de outros que se fizerem necessarios, os seguintes livros de escripta: Ponto diário dos alumnos, inventario das ferramentas e utensilios, Relação dos trabalhos executados, Relação do material adquirido.

Dos alumnos

Art. 15.º—Cada alumno terá na officina o seu logar determinado e não poderá trabalhar fora da mesma officina ou da sala designada para os trabalhos.

Art. 16.º—Ao entrar na officina, o alumno deverá deixar no cabide de seu uso o chapéo e o guarda-chuva que conduzir.

Art. 17.º—Durante as horas de trabalho ou de ensino, o alumno somente poderá entender-se, a respeito do trabalho que estiver execu-

matérias, os nomes das suas lavouras, suas qualidades, a applicação preferivel de cada uma dellas, o seu maior ou menor valor.

Art. 11.º—As obras ou trabalhos feitos serão numerados e deverão ser marcados por qualquer forma, mencionando a marca o nome e o anno do curso do alumno que os fizer.

tando, com o seu professor, com o director do Grupo ou com o inspector que visitar a officina.

Art. 18.º—Cada alumno deverá aguar a ferramenta de seu uso.

Art. 19.º—Nenhum alumno poderá conservar-se inactivo ou desocupado dentro das officinas.

Art. 20.º—É prohibido aos alumnos, quando estiverem em trabalho: sair das officinas sem imperiosa necessidade, conversar, dirigir-se aos collegas, mudar de logar.

Art. 21.º—Ao professor tecnico incumbe providenciar e agir sempre no sentido de que os alumnos tenham, cada um de per si, a sua tarefa ou trabalho em execução.

Disposição transitoria

Art. 22.º—Fica a cargo do professor do Curso Technico, emquanto este não dispuzer de um terreno para horto escolar, o jardim interno do Grupo, que será cuidado pelos alumnos, sob a direcção do referido professor.

Directoria do Grupo Escolar de Uberaba, 29 de junho de 1913.

O director,
Francisco de Mello Franco.

Fonte: APM. SI. 3448

ANEXO P) – Programa da festa de Sete de Setembro de 1915

Grupo Escolar de Uberaba
Festival commemorativo do Dia 7 de Setembro

PROGRAMMA

PRIMEIRA PARTE

I—Hymno á Bandeira, com orchestra.	IV—Discursos pelo alumno Baldino Rosa de Queiroz.
II—Saudação á Bandeira, pela alumna Camilla Franco.	V—Discursos pela alumna Ordalia Magalhães.
III—Discursos pela alumna Antonieta Pinamor.	VI—Hymno da Independencia, com orchestra.

SEGUNDA PARTE

I—Symphastica sueca pelas alumnas do 3.º anno e do 4.º.	IX—"O grande homem", pelo alumno José Pedreson.
II—"A Banoca", pela alumna Maria de Lourdes.	X—"A orphã e a engolada", pelas alumnas Dalila Ramos e Inacy Franca.
III—"Cancão das Arvores", pela alumna Lygioneta de Jesus.	XI—"A Escola", pelo alumno Seribelô Modesto.
IV—"Um dia de annos" [monólogo] pela alumna Regunda de Rocha.	XII—"Mosses", pelo alumno Suenelabo Machado.
V—"A Flor", pelo alumno Candido de Souza Barbosa.	XIII—"O Soldadinho", pelas alumnas José de Oliveira, Maria Tereza, Alexandre Sald, Clávia Chagas, Helena Desterro e Polycarpo Lúcia.
VI—"Fimigos", [conferencia ligeira], pelo alumno Fernando Fernandes.	XIV—Cancioneta, pelo alumno Inacy Cordeiro.
VII—"A Trezezas", cançoneta, pelas alumnas Inacy Cordeiro, Corina Neves, Maria de Lourdes Franco, Epiphosia Herig e Odile Rubião.	XV—"Cada das Flores", cançoneta, pelas alumnas Antonieta Pinamor, Camilla Franco, Rita de Vasconcelos, Gertrudes Pinheiro, Maria de Fuschon Uze de Mattos, Jussara Borges, Rosalinda Tiburcio, Francisca de Vasconcelos, Corina Neves e Suenelabo Machado.
VIII—"As Arvores", pela alumna Durvalina Ortillo.	

Typ. J. J. de Oliveira

Fonte: APM. SI. 3579

ANEXO Q) – Fotos atuais do prédio da E. E. Brasil, antigo Grupo Escolar de Uberaba.



Fonte: Acervo da autora. Fotos de abril/2007

ANEXO R) – Mapas do núcleo inicial da cidade de Uberaba (MG)

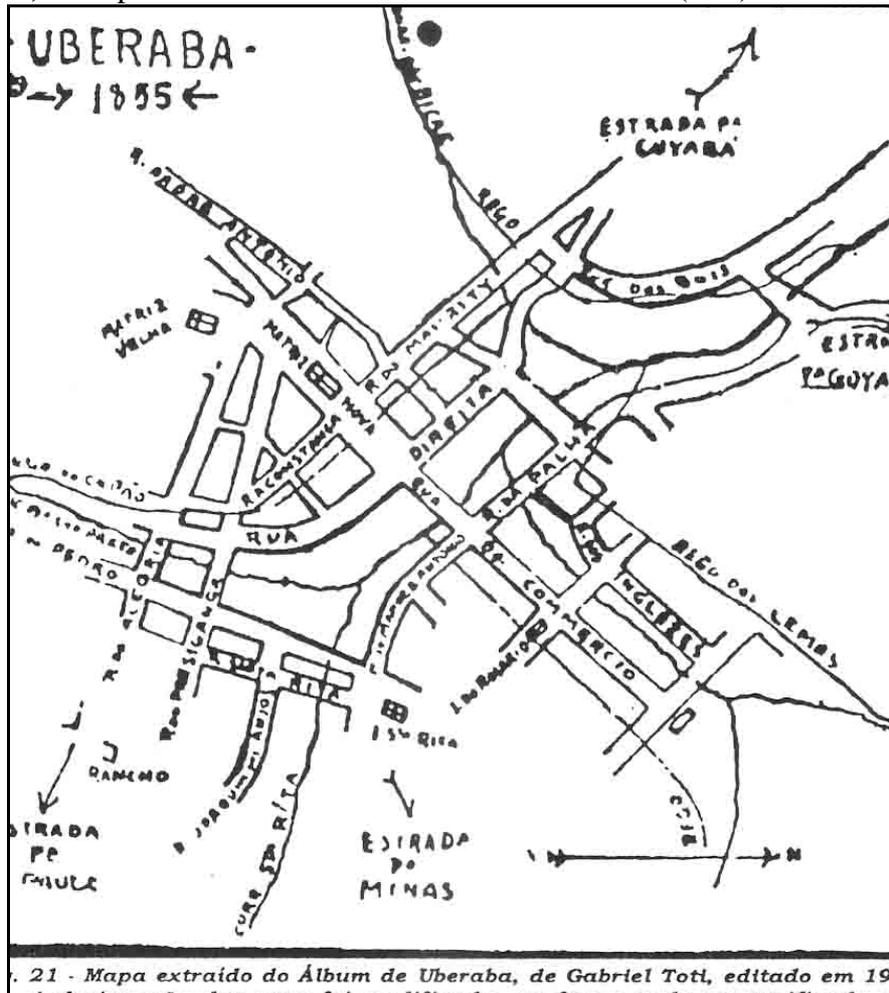
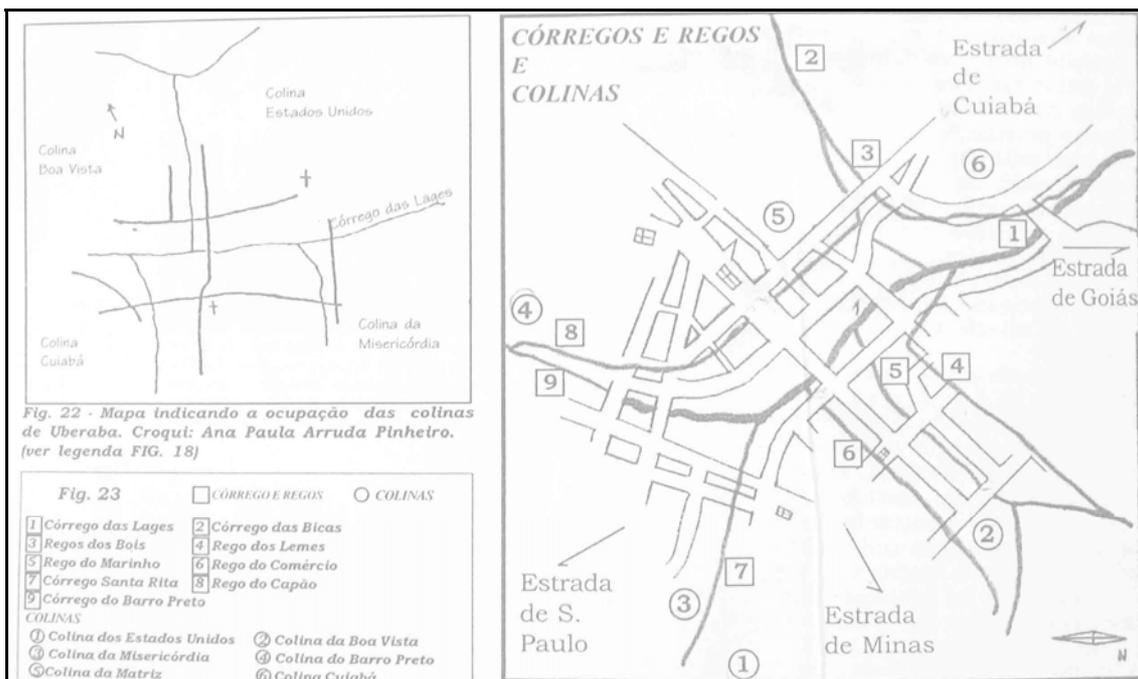


Fig. 21 - Mapa extraído do Álbum de Uberaba, de Gabriel Toti, editado em 1948.



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)